

# MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

ESTUDOS E AÇÕES  
TRANSDISCIPLINARES

DIAMANTINO PEREIRA  
organizador

**ESTUDOS E AÇÕES  
TRANSDISCIPLINARES  
EM MUDANÇA SOCIAL E  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

**DIAMANTINO PEREIRA**  
organizador



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

ESTUDOS E AÇÕES TRANSDISCIPLINARES EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

*Diagramação e Capa*  
nonononon

*Projeto e Produção*  
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora  
*Arquitetura, Urbanismo e Políticas Urbanas*  
*Conselho Científico*  
Carlos Antônio Brandão  
Carlos Fortuna  
Giuseppe Cocco  
Jeroen Klink  
Joana Mello (coordenadora)  
Mario Henrique D'Agostino  
Maria Irene Szmrecsanyi (coordenadora)  
Rosana Denaldi (coordenadora)

1ª edição: novembro de 2017

© Diamantino Pereira

Annablume Editora  
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 554, Pinheiros  
05415-020 . São Paulo . SP . Brasil  
Televidas: (11) 3539-0225 – Tel.: (11) 3539-0226  
[www.annablume.com.br](http://www.annablume.com.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<b>TERRITÓRIO DE DIREITOS: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	13
SIDNEI RAIMUNDO E ANA CAROLINA CAMPOS HONORA	
<b>IDEOLOGIA, MEMÓRIA COLETIVA E FETICHIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MITO DA SUSTENTABILIDADE</b>	25
ERICO L. PAGOTTO, MARCOS B. DE CARVALHO E GUSTAVO DA C. MEYER	
<b>AGRICULTURAS. AMBIENTES E SOCIEDADE</b>	41
DIAMANTINO PEREIRA, CARLOS LOBO E SAMIRA GARDZIULIS	
<b>MOVIMENTOS DE MORADIA: DESLOCAMENTOS DOS ANTAGONISMOS DE CLASSE NA SOCIEDADE DA AÇÃO DIRETA DO CAPITAL</b>	55
DENNIS DE OLIVEIRA E MAÍRA CARVALHO DE MORAES	

<b>TEORIAS DELIBERATIVAS NA LITERATURA INTERNACIONAL E OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO</b>	69
FABRÍCIO MURIANA ARÊA LIMA, ANA PAULA FRACALANZA E URSULA DIAS PERES	
<b>ATOS DE CIDADANIA: ATUAÇÃO POLÍTICA DOS IMIGRANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</b>	83
CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO E GIOVANNA DE OLIVEIRA KANAS	
<b>COMUNICAÇÃO DE RISCOS NOS MUNICÍPIOS DO VALE HISTÓRICO PAULISTA. EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ADAPTAÇÃO E REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES EM ÁREAS URBANAS</b>	97
SÍLVIA ZANIRATO, FRANCISCA VIANA, GUILHERME RANIERI, NATHALIA OGURA, BRUNO LIMA, MARCELO MISATO E FILIPE VIEIRA OLIVEIRA	
<b>TRANSVERSALIDADE NA PRÁTICA EM POLÍTICA PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA EM SÃO PAULO</b>	115
MICHELLE BORGES MIRANDA E JORGE MACHADO	
<b>MUDANÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: APROXIMAÇÕES PÓS-CRÍTICAS E PÓS-ESTRUTURALISTAS</b>	129
HELENA C. P. O. MORITA E ELIZABETE FRANCO CRUZ	
<b>A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ENSINAR ALUNOS COM TEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL</b>	145
ELIANE CANDIDA PEREIRA E MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES	
<b>A INVESTIGAÇÃO BASEADA NAS ARTES OU O ARTS BASED RESEARCH COMO ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO</b>	157
WESLEY FERNANDEZ, RENATA FRAZÃO MATSUO, MARÍLIA VELARDI	

**CONTRIBUIÇÕES DE DISSERTAÇÕES DO MESTRADO  
EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA  
A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO** 169

EDEGAR LUIS TOMAZZONI

**REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A PROTEÇÃO DOS  
DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** 183

PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO E MARCO JOSÉ DOMENICI MAIDA

**JOGANDO COM AS RUAS: SOBRE O FUTEBOL DE CLASSE DA  
OFICINA DO CHÁ DO PADRE E DO COROTE & MOLOTOV** 199

JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES, MARCUS GONZALEZ, RAFAEL TEIXEIRA  
DO NASCIMENTO E VALÉRIA AROEIRA GARCIA

**AS CONTRADIÇÕES DE UMA NAÇÃO SUBDESENVOLVIDA,  
O BRASIL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A  
ESPETACULARIZAÇÃO DA FAVELA** 213

MARCO BETTINE, DIEGO GUTIERREZ E BILLY GRAEFF

**O PROGRAMA “TURISMO DO SABER”: UMA EXPERIÊNCIA  
BRASILEIRA DE TURISMO SOCIAL** 225

MARCELO VILELA DE ALMEIDA E STEPHANIE PIFFER CINQUINA TREVISANI

## APRESENTAÇÃO

DIAMANTINO PEREIRA

É muito disseminada a noção de que a única possibilidade real de apreensão da realidade deveria ser através do conhecimento científico e, mais que isso, que a ciência seria a própria realidade e que suas leis regeriam o movimento de forma invariável e indiscutível.

Essa noção transformou-se em senso comum, ganhou raízes culturais no inconsciente coletivo a ponto de muitas elaborações teóricas, para alcançar os status de verdade inelutável e de aceitação social, não prescindem de ver colocadas nos seus rótulos de que se trataria de uma elaboração “científica”. Caso contrário correríamos o risco de pensar que estaríamos perante uma elaboração que poderia não ter os seus princípios muito atados à realidade com a qual a própria ciência quis se confundir.

A concepção de ciência que denominamos de clássica e que se funda no cartesianismo, tem esse como um de seus mais caros princípios. O seu questionamento foi ocasionado pela própria evolução da ciência, quando deparou com problemas para cuja resposta foi necessário repensar os próprios paradigmas em que se baseava o conhecimento científico, como afirmam (Prigogine & Stengers, 1991).

O questionamento a essas premissas leva a outras, propondo, por exemplo, que consideremos nossas teorias científicas “*basicamente como modos de olhar o mundo como um todo (isto é, como visões de mundo), e não como o conhecimento absolutamente verdadeiro de como as coisas são*”. (Bohm, 1992)

Assim não se confundem os olhares e a realidade e o científico passa ser apenas um desses olhares e mesmo que seja privilegiado não é a própria realidade e nem o único olhar. A ciência em sua evolução multiplicou seus olhares e, nas suas subdivisões em ramos especializados, passou a propagar a ilusão de que

esses olhares fragmentados representariam a realidade tal qual ela efetivamente é. Mas “*é ilusória a noção de que os fragmentos existem separadamente, e essa confusão não faz outra coisa senão levar a um conflito e a uma confusão infundáveis.*” (Bohm, 1992). Qualquer elemento contém dentro de si a totalidade e esta inclui tanto a matéria como a consciência e as reflexões que são feitas a respeito dela.

O fragmento, a especialização só adquire sentido quando se incorpora à totalidade da qual ela faz parte. Quando se observa a realidade de forma disciplinar, ou seja, a partir dos diversos ramos em que o conhecimento científico se dividiu, devemos ter claro que a fragmentação é produto de nosso olhar e não da própria realidade.

Para Bohm, portanto, o objeto de cada ciência ou disciplina é exatamente o mesmo, ou seja, a realidade que pode ser observada por diferentes olhares. Se a diferença não está, pois, no objeto sobre o qual se debruça o olhar da ciência, talvez ela possa ser encontrada na ação do sujeito que observa essa realidade. Assim, a caracterização de cada um dos ramos em que se dividiu a ciência esta ligada ao tipo de dúvida ou o que o sujeito quer desvendar no interior da totalidade que é a realidade.

Nessa perspectiva, os objetos específicos de estudo de um dos ramos em que se partilhou o conhecimento não se definem por seu próprio conteúdo, mas podem se estender por todos os elementos que quisermos analisar pelo viés de cada disciplina ou pelo menos na tentativa de “romper o caráter estanque das disciplinas” (Pombo, 2004) fazendo com que os olhares disciplinares possam interagir, reagindo dessa forma à imposição de “demarcação de cada objeto particular, constituindo a propriedade privada desta ou daquela disciplina” (Japiassu, 1976).

O Programa de Pós Graduação em Mudança Social e da Participação Política (ProMuSPP) se caracteriza por sua natureza estritamente interdisciplinar e considera que “mais fecundo do que delimitar espaços de significação intransponíveis, será reconhecer a natureza continua de um processo de crescente integração disciplinar”. (Pombo, et al., 1993)

Por conta dessa concepção interdisciplinar, poderão ser observados no conteúdo deste livro temas variados, mas articulados com a área de concentração (Mudança Social e da Participação Política) com abordagens diversificadas e buscando ampliar as fronteiras dos olhares disciplinares.

Veremos então, que a Dimensão Sócio ambiental está presente nos três primeiros artigos “Território de direitos: abordagens interdisciplinares para a media-



ção de conflitos socioambientais entre comunidades tradicionais e unidades de conservação”, “Ideologia, memória coletiva e fetichização na construção social do mito da sustentabilidade” e “Agriculturas, ambientes e sociedade”.

A participação política e os processos de mudança social são contemplados pelo grupo a seguir: “Movimentos de moradia: deslocamentos dos antagonismos de classe na sociedade da ação direta do capital”, “Teorias deliberativas na literatura internacional e olhares sobre a participação”, “Atos de cidadania: atuação política dos imigrantes no município de São Paulo”, “Comunicação de riscos nos municípios do vale histórico paulista. Experiências de participação social para adaptação e redução das vulnerabilidades em áreas urbanas” e “Transversalidade na prática em política pública: a implementação do programa transcidadania em São Paulo”

O processo educativo está presente neste conjunto, também com uma diversidade de objetos e abordagens: “Mudança social, educação e cidadania: aproximações pós-críticas e pós-estruturalistas”, “A formação de professores para ensinar alunos com tea: uma análise a partir do enfoque histórico-cultural”, “A investigação baseada nas artes ou o arts based research como estratégia de investigação” e “Contribuições de dissertações do mestrado em mudança social e participação política para a teoria do desenvolvimento socioeconômico”.

A dimensão social em escalas e dimensões diversas comparece em associação com atividades esportivas nos capítulos “Jogando com as ruas: sobre o futebol de classe da oficina do chá do padre e do corote & molotov” e “As contradições de uma nação subdesenvolvida, o Brasil dos megaeventos esportivos: a espetacularização da favela”.

A dimensão social ainda é levantada no capítulo “Redemocratização brasileira e a proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente” e sua articulação com o turismo no “Programa “turismo do saber”: uma experiência brasileira de turismo social”.

## BIBLIOGRAFIA

Bohm, D., 1992. *A totalidade e a ordem implicada*. São Paulo: Cultrix.

Gusdorf, G., 1990. Les Modeles epistemologiques dans les Sciences Humaines. *Bulletin de Psychologie*, Volume 18, pp. 858-868.

Japiassu, H., 1976. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.

Pombo, O., 2004. *Interdisciplinaridade e integração dos saberes*. Porto Alegre, s.n., p. 9.

Pombo, O., Levy, T. & Guimarães, H., 1993. *A Interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Texto.

Prigogine, I. & Stengers, I., 1991. *A Nova Aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Universidade de Brasília.

# TERRITÓRIO DE DIREITOS: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SIDNEI RAIMUNDO

ANA CAROLINA CAMPOS DE HONORA

## INTRODUÇÃO

Um conflito socioambiental é sempre uma questão complexa. Ele surge a partir de interesses diversos sobre um determinado assunto ou território e se consolida com o envolvimento de questões sociais, culturais, ambientais, econômicas, políticas e outras. No dizer de Herculano (2006),

Os conflitos podem ser percebidos de formas diferentes nas Ciências Sociais: podem ser tidos como disfunções, como perturbações da ordem que precisam ser sanadas [...] Por outro lado, os conflitos podem ser definidos como constitutivos da sociedade moderna, a qual se distinguiria das outras formas de sociedade, segundo Weber, por ter criado instituições específicas para lidar com os conflitos de uma forma racional (leis e códigos, tribunais, etc.). Sendo a sociedade moderna modelada pelos ideais de democracia, da convivência das diferenças, da igualdade de direitos em uma realidade, todavia plural, ela é caracterizada pelo dissenso, pelo defrontar-se de diferentes visões de mundo, interesses e motivações, e, portanto, os conflitos são seus elementos naturais, precisando ser geridos, negociados. Nessa perspectiva, da naturalidade social dos conflitos, eles mais são geridos do que definitivamente sanados. Todavia, as sociedades modernas são não apenas plurais, mas continuam a ser desiguais, tão verticais quanto as que lhes eram anteriores. Podem os conflitos ser bem geridos em sociedades que não apenas são plurais, mas desiguais? (HERCULANO, 2006, p.1-2)

Essa questão apresentada por Herculano (op. cit) no final desta citação é a que nos norteia na elaboração deste capítulo. Trataremos aqui dos conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição de territórios tradicionalmente ocupados com unidades de conservação de proteção integral, considerando essa complexidade e a possibilidade de geri-lo, talvez sana-lo.

Nestes casos, o conflito está diretamente ligado com a impossibilidade de permanência da comunidade no território, bem como de utilização e manejo de recursos naturais.

Para se ter uma dimensão do problema, de acordo com o Mapa de Conflitos Ambientais da Fundação Oswaldo Cruz (2013), de um total de 133 conflitos cadastrados pelo website, 32 (ou 24,06%) indicam a implantação de áreas protegidas como principal responsável pelo conflito (PORTO, PACHECO E LEROY, 2013, p. 269).

Devido à complexidade do tema, optou-se por uma abordagem interdisciplinar como tentativa de gerir/sanar os conflitos oriundos da permanência de populações tradicionais em Unidades de Conservação de proteção integral. Analisaremos de maneira integrada conceitos e categorias da Antropologia, Geografia e Direito, e de que maneira estes podem contribuir na mediação destes conflitos socioambientais.

A Geografia oferece suas contribuições a partir de uma análise do território e espaço numa perspectiva integradora e simbólica.

Já a Antropologia fornece as bases teóricas para a definição de comunidades tradicionais e todos os demais conceitos que deste termo derivam.

O Direito indicará a forma como estes temas e conceitos estão inseridos nos atos normativos, bem como os mecanismos que podem amenizar ou encaminhar eventuais soluções (ainda que temporárias) para estes conflitos.

#### ANÁLISE INTEGRADA DE CATEGORIAS CONSTRUIDAS NOS CAMPOS DO DIREITO, GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA

Na seara do Direito, a questão dos conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição de territórios tradicionalmente ocupados com unidades de conservação de proteção integral envolve diretamente dispositivos constitucionais destinados à proteção dos patrimônios cultural e ambiental brasileiros.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal (CF) de 1988 tratam da cultura nacional e indicam os parâmetros para pleno exercício dos direitos culturais.

Especificamente o artigo 216 define como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), nos quais se incluem “as formas de expressão” e “os modos de criar, fazer e viver” (BRASIL, 1988).

Já o artigo 225, que compõe o capítulo constitucional destinado à proteção do meio ambiente, estabelece a incumbência ao Poder Público para a definição de espaços territoriais especialmente protegidos, dentre os quais estão incluídas as unidades de conservação (BRASIL, 1988).

Os dispositivos supramencionados, analisados sob a ótica do tema em estudo, acarretam em um conflito de direitos fundamentais. Isso porque, os artigos 215 e 216 da Constituição apresentam a necessidade de assegurar a expressão da cultura “de diferentes grupos da sociedade brasileira”; enquanto no artigo 225, a proteção da natureza realizada por meio de unidades de conservação, não explicita as maneiras com que os diversos grupos da sociedade brasileira protegem ou interagem com a natureza. A experiência tem mostrado que a atribuição do Poder Público (atribuição fundamental), como responsável pela criação destas áreas, historicamente considerou apenas interesses de forças hegemônicas, seja de movimentos ambientalistas articulados ou de pesquisadores das ciências naturais (BRITO, 2000).

Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade hegemônica foi considerada como se fosse homogênea. No dizer de Vianna (2008), não são consideradas, portanto, as distinções entre as várias formas de organização da sociedade – os seus modos de produção -, tais como indígenas, tradicionais, entre outras. As comunidades tradicionais “desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos”, com ênfase no apoio mútuo, na medida em que seus modos de vidas são baseados em “cooperação social e formas específicas de relações com a natureza” com base no “manejo sustentado do meio ambiente” (DIEGUES 2000, p. 22). Tal abordagem de proteção de natureza baseada na criação de unidades de conservação, por não explicitar ou considerar esses modos de vida contraria, ou entra em conflito, aos artigos 215 e 216 da Constituição.

A legislação infraconstitucional fornece alguns subsídios que permitem reduzir ou direcionar as formas de resolução destes conflitos. Tal legislação procurou conceituar ou estabelecer procedimentos específicos para estes casos, sobre os quais discorreremos a seguir.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, regulamentado pelo Decreto nº 4.340/2002, estabelece doze categorias de unidades de conservação, sendo cinco do grupo de proteção integral e sete do grupo de uso sustentável.

Dentre as categorias do grupo de uso sustentável mais relacionadas às comunidades tradicionais, destacamos as Reservas Extrativistas (artigo 18) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (artigo 20), ambas destinadas para utilização por essas comunidades, seja para residência ou para manejo de recursos naturais.

O artigo 42 do SNUC prevê que as comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação onde a permanência não é permitida “serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes” (BRASIL, 2000).

O Decreto que regulamenta o SNUC estabelece que a permanência das comunidades tradicionais em unidades de conservação de proteção integral, enquanto não forem reassentadas, será regulada por termos de compromisso (artigo 39). Apesar destes termos de compromisso serem uma tentativa de amenização do conflito, ele só posterga sua resolução, pois na essência, conforme o Decreto preconiza, as comunidades deverão ser reassentadas (BRASIL, 2002).

Alguns trabalhos tem mostrado que as comunidades não querem ser reassentadas. Evans (2007), estudando os Núcleos Santa Virgínia, Cunha e Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, indicou que 84% dos entrevistados de sua pesquisa mencionaram mudanças positivas em suas práticas socioeconômicas, ligadas ao turismo, demonstrando a necessidade de sua permanência na área. Outros trabalhos, como de Martins et al (2015) apontam que,

O Quilombo Ivaporunduva, localizado no município de Eldorado, empreendeu uma luta de 22 anos para obtenção do título de terra quilombola registrado em cartório e, ainda hoje, luta para impedir a construção de barragens no rio Ribeira de Iguape, que pode comprometer parte de sua área e de outros quilombos, além da biodiversidade da região. A comunidade do Marujá, localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, devido ao seu grau de envolvimento, conquistou, pelo menos temporariamente, sua permanência no interior da UC, quando da elaboração do plano de manejo da unidade em 2000/2001 (MARTINS et al, 2015, p. 133).

Diante dessas pesquisas, há um custo sociocultural e econômico claro no Decreto de regulamentação do SNUC, indicando o reassentamento dessas populações. Isso sem considerar o ônus político para o governante que realizar tal ação. Por conta disso, as comunidades tradicionais permanecem em seus locais de origem e os termos de compromisso parecem ter um caráter *ad aeternum* gerindo o conflito, mas apresentando sempre às populações tradicionais o fantasma do reassentamento futuro, resultando, ainda, em uma situação de insegurança jurídica para comunidades e gestores públicos.

As comunidades tradicionais, seguindo a experiência dos quilombolas, passaram a reivindicar sua permanência em áreas protegidas apoiadas na questão territorial. O território, enquanto categoria geográfica passou a ser utilizado nessas disputas, incorporado como elemento de resistência, notadamente nas abordagens ligadas ao constructo simbólico da ideia de território. Nessa abordagem,

o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBAERT, 2004, p. 69).

O território é considerado um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscrevem, ou seja, na construção de identidade dos povos com relação aos lugares que habitam. Assim segundo Hasbaert (op. cit.), o território é a representação de identidade cultural e não necessariamente um polígono delimitado: compõe-se por redes múltiplas, embaçadas em 'geo-símbolos' e não em fronteiras definidas. Na perspectiva chamada de idealista por Hasbaert (2004), Bonnemaïson e Cambrèzy afirmam que

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais; simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico [...] Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje:

perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996, apud HAESBAERT, 2004, p. 72-73).

E, nessa linha, à visão simbólica é acrescida da ideia de conservação da natureza (ecológica), entendida como inseparáveis, conforme apontam Wortmann; Wortmann,

...a terra é um fator essencial para a reprodução da condição camponesa e disso decorre a extrema importância dada a ela no discurso local, no qual se expressa a relação com ela em termos de uma troca respeitosa, o que constitui o mais importante dos mandamentos — *ter amor pela terra*. Esta não possui apenas valor monetário, mas valor moral, e ter acesso à terra é condição de liberdade diante dos “grandes”. Portanto, a relação homem-natureza nessa área é de troca e respeito, baseada na construção e na aplicação de um “saber” específico; nele, **“ecologia e simbolismo não são, pois, dimensões separadas”** (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p.132) (grifo nosso).

Também é importante ressaltar os dispositivos do SNUC relacionados à criação de unidades de conservação (artigo 22), especialmente no que concerne à necessidade de elaboração de estudos técnicos e consulta pública prévia.

Na mesma linha, as aspirações e necessidades das populações tradicionais têm sido pouco consideradas. Viana (2000) aponta que, nas unidades de conservação nas quais o planejamento participativo foi utilizado, os resultados não foram satisfatórios. Para ele, normalmente essa participação tem um caráter “cosmético” e “utilitarista”. No primeiro caso, são feitas reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões; enquanto no segundo caso a participação é eficiente na coleta de dados mas, depois, raramente as populações tradicionais são envolvidas no processo de tomada de decisões (VIANA, 2000, p. 24). Mais que isso, Benatti, em 1999, avaliava que a criação de áreas protegidas

[...] não pode restringir-se às informações do meio físico, portanto ficando a sua criação à mercê somente das informações contidas nas ciências naturais, desconsiderando os processos sociais, econômicos e culturais existentes na área a ser protegida (BENATTI, 1999, p. 119)



Mas é importante destacar que houve um avanço na criação de áreas protegidas, deixando de ser uma atitude *top-down* como se configurou até o final do século passado (BRITO, 2000). Apesar desses problemas apontados por Viana (2000) e que seguem como desafios para o planejamento participativo, para aqueles locais onde a comunidade tradicional está mais bem organizada, as consultas prévias têm ajustado os interesses entre uma visão externa biocentrista e os interesses locais. Estes associados às necessidades e aspirações das comunidades tradicionais, nas visões sobre conservação da natureza e criação de áreas protegidas. Com isso, o território simbólico se faz valer diante do território político e ainda do espaço econômico.

Nesse jogo de forças entre atores externos e internos, o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, no litoral sul do Estado de São Paulo, é um exemplo importante a ser citado. O território abrangido por este Mosaico, ameaçado pela implantação de grandes empreendimentos imobiliários e de usinas nucleares, recebeu proteção por intermédio de diversos atos normativos até 1986, quando foi criada uma Estação Ecológica na área.

Entretanto, a região já era habitada por comunidades tradicionais que não puderam mais reproduzir os seus modos de vida diante das restrições impostas pela categoria Estação Ecológica (onde só há permissão para o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e educação ambiental).

Após anos nessa situação de impasse, as comunidades, devidamente organizadas propuseram, em 2004, juntamente com representantes do Poder Legislativo, um Projeto de Lei que recategorizava todas as localidades onde havia ocupação de populações tradicionais de Estação Ecológica para Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Ainda que o Projeto de Lei não tenha sido aprovado integralmente neste formato, a sua propositura permitiu o estabelecimento de um grupo de negociação entre técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, representantes do Poder Legislativo e das comunidades tradicionais, que ensejou a instituição, em 2006, de um Mosaico composto por uma Estação Ecológica, dois Parques Estaduais, duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável e um Refúgio de Vida Silvestre<sup>1</sup>.

Parte dos conflitos até aqui apresentados se referem à falta de uma definição clara sobre o que é uma comunidade tradicional. A Constituição não apresen-

---

1. A lei deste Mosaico instituído em 2006 foi declarada inconstitucional em 2009 por Ação Direta de Inconstitucionalidade de autoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, sob o fundamento de ausência de estudos técnicos e vício de iniciativa. A partir da declaração de inconstitucionalidade, um novo grupo de negociação foi constituído e, em 2013, um novo Mosaico foi aprovado, em formato semelhante ao anterior, com pequenos ajustes de limites nas unidades de conservação.

tou definições para esse tema, tampouco o SNUC procurou fazê-lo. Coube a outros atos normativos a conceituação de comunidades tradicionais. Nessa linha, verifica-se três conceitos legais em atos normativos diversos, conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1: conceitos de comunidades tradicionais na legislação brasileira.

ATO NORMATIVO	CONCEITO
<b>Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica)</b>	Artigo 3º, inciso II - população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2006)
<b>Decreto nº 6.040/2006 (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)</b>	Artigo 3º, inciso I - Povos e Comunidades Tradicionais: [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)
<b>Lei nº 13.123/2015 (Biodiversidade, acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios)</b>	Artigo 2º, inciso IV - comunidade tradicional - grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2015).

Fonte: elaboração própria

Uma primeira análise permite avaliar que os conceitos apresentados no quadro 1 não são contraditórios, mas sim, complementares.

Também é possível verificar que os conceitos legais estão amparados pela definição antropológica de populações tradicionais, fundamentada na definição de “*forest based people*” apresentada por Chao (2012), ao indicar que estes grupos se constituem de pessoas que vivem e desenvolvem modos de vida e conhecimentos tradicionais adaptados aos ambientes florestais, estabelecendo uma dependência primária da floresta para sua subsistência e geração de renda, por intermédio da pesca, caça, agricultura itinerante, coleta de produtos florestais e outras atividades.

Complementarmente, apresentamos ainda a definição antropológica de que populações tradicionais caracterizam-se como

grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) identidade pública conservacionista que inclui: uso de técnicas de baixo impacto, formas equitativas de organização social, instituições e liderança locais, e traços culturais que são reafirmados e reelaborados (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009).

Os conceitos legais apresentados no quadro 1 mencionam o conhecimento como um dos atributos que compõe a definição em análise, ressaltando a transmissão do mesmo pela tradição.

Mais uma vez é possível verificar um alinhamento do conceito legal com o antropológico, que estabelece que o conhecimento tradicional “é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os conceitos, abordagens e atos normativos apresentados permitem que algumas considerações finais possam ser feitas. Diante delas, propõem-se recomendações divididas em duas partes: para unidades de conservação que ainda serão criadas e para as já criadas, onde os conflitos socioambientais já incidem sobre o território.

Para as unidades de conservação que ainda serão criadas, avaliamos que os estudos técnicos de criação devem analisar o território de forma integrada e a categoria proposta assegure proteção aos aspectos natural e cultural. A legislação estabelece a necessidade e importância de consultas públicas prévias, o que é um avanço, mas não indica o “como” isso deve ser feito, o que dá margem para manipulações dos atores hegemônicos sobre as populações tradicionais. O que precisa ser considerado nos estudos técnicos e consulta pública prévia é o equilíbrio entre os jogos de poder dos agentes externos e internos (comunidades tradicionais); entre a visão biocentrista baseada exclusivamente na preservação da natureza e a visão simbólica (geográfica e antropológica) de conservação da natureza praticada pelas populações tradicionais.

Para as unidades de conservação já criadas, que possuem conflitos socioambientais incidentes sobre o território de comunidades tradicionais, vislumbramos, a partir da legislação analisada, que existem quatro caminhos que podem fundamentar a gestão e possíveis soluções dos conflitos decorrentes da sobreposição de unidades de conservação de proteção integral com territórios tradicionalmente ocupados. São eles:

1. A recategorização de parte das UCs de proteção integral para unidades de conservação de uso sustentável onde a permanência das comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais são permitidos, no caso, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas. O território simbólico dessas comunidades deve ser o norteador das delimitações para a recategorização;
2. A desafetação da unidade de conservação (artigo 22, § 7º do SNUC). Contudo, esse caminho deve ser a última opção, depois de vencidas negociações sobre recategorização ou dupla afetação, entre outras. Isso porque, diante do quadro de incertezas de outros diplomas legais, os territórios de comunidades tradicionais podem ser resguardados pela instituição de categorias de unidades de conservação onde a permanência e manejo de recursos naturais sejam permitidos e incentivados;
3. A dupla afetação, conforme acórdão da Petição nº 3.388-4, julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o caso da Raposa Serra do Sol; e
4. O reassentamento, previsto no artigo 42 do SNUC. Contudo, diante do exposto no corpo deste capítulo, o ônus sociocultural e econômico desta opção é muito grande e convém descartá-lo. Sugerimos aos legisladores e gestores públicos que seja substituído este artigo do SNUC por uma das outras opções aqui apresentadas, conforme os apontamentos dos estudos técnicos e as consultas públicas.

É importante ressaltar que a opção por qualquer um destes caminhos deve estar subsidiada por uma análise integrada entre os estudos técnico-científicos das ciências da natureza e os ligados ao etnoconhecimento (das comunidades tradicionais), que devem embasar as quatro opções aqui indicadas. Mais que isso, a proposta deve contar com a participação dos atores interessados, em especial lideranças das comunidades tradicionais envolvidas, de forma a legitimar o processo e garantir que a alternativa escolhida minimize ao máximo o conflito socioambiental e ofereça o maior grau de segurança jurídica.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. *Novos Cadernos NAEA*. Vol. 2, nº 2 – dezembro, p.107-125, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 jul. 2000. p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 ago. 2002, p. 9.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação: intenções e resultados, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000. 230 p.

CARNEIRO DA CUNHA Manuela, ALMEIDA Mauro William Barbosa de. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com Aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009

CHAO, Sophie. Forest Peoples. Numbers across the world. 2012. Disponível em <[http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/05/forest-peoples-numbers-across-world-final\\_0.pdf](http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2012/05/forest-peoples-numbers-across-world-final_0.pdf)>. Acesso em 02 mai. 2017.

DIEGUES, A. C., (Org.). 2000. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Amazônia Legal, COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade, NUPAUB- Nú-

cleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras — Universidade de São Paulo, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

EVANS, Yara. 2007. Community Participation in Environmental Management: the case of Serra do Mar State Park, São Paulo, Brazil. Department of Geography. Queen Mary, University of London Mile End, London E1 4NS, jan 2007, 49p.

HAESBAERT, Rogério. 2004. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 400p.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. UFF/ICHF-LACTA, 2006.

MARTINS, A. B. M. ; SCOTOLO, D. ; MATHEUS, F. S. ; CASTRO, J. ; VALLE, P. F. ; FERREIRA, P. T. A. ; RAIMUNDO, S. Governança do turismo em áreas naturais. In: Silvia Helena Zanirato. (Org.). Participação política: atores e demandas. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 129-154.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; e LEROY, Jean Pierre (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 306p.

VIANA, Virgílio M. 2000. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: Diegues, A. C. & Viana, V. (orgs.). Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da mata atlântica. São Paulo: Nupaub-USP, pp. 23-28.

VIANNA, Lucila P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. Annablume/Fapesp: São Paulo, 2008. 340p.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. 1997. O trabalho da terra – A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília (DF): Ed. da UNB, 192p.

## IDEOLOGIA, MEMÓRIA COLETIVA E FETICHIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MITO DA SUSTENTABILIDADE

ERICO L. PAGOTTO,

MARCOS B. DE CARVALHO

GUSTAVO DA C. MEYER

A crise ambiental não é recente, não é “natural”, nem tampouco deixa de revelar os conflitos ideológicos, políticos, sociais e econômicos existentes por trás dos aparentes consensos que em torno dela se erguem, tais como a defesa da “sustentabilidade”, da “preservação da natureza” e do “meio ambiente”, quando para estas dispensamos uma atenção mais acurada. De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells: “o movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos EUA e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando o desenvolvimento de uma nova cultura (Castells, 2000: 142).”

Aquele movimento, então emergente, propunha uma alternativa político-ideológica para repensar as relações humanas com o meio ambiente. Para Castells, enquanto movimento social, o novo ambientalismo surge e se desenvolve graças à sua aderência às dimensões da nova estrutura social que também se reconfigura a partir dos anos 70: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade, a transformação do tempo e do espaço, e a dominação cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações.

A partir do Relatório Brundtland (1987) e da Agenda 21 (CNUMAD, 1995), a expressão “desenvolvimento sustentável” rapidamente se popularizou em todos os setores da sociedade, e desde então “sustentabilidade” vem sendo frequentemente utilizada de forma polissêmica, promovendo confusão e desinformação. Como engajar-se em posturas alinhadas a este “novo” estilo de desenvolvimento virou sinônimo de capitalizar diferenciais competitivos, então passou a ser crucial para o futuro de uma instituição que ela divulgue, e que o mercado acredite que ela adota tais práticas em suas atividades, sob pena

de serem ignoradas, preteridas ou boicotadas aquelas que não compartilham de tais aspirações.

Assim, na perspectiva do mercado, para se destacar numa miríade de produtos e selos “comoditizados” e aproveitando-se da explosão midiática da nova economia, organizações investem massivamente: estimativas indicam que a publicidade deve movimentar em 2018 mais de U\$ 600 bilhões (Statista, 2017; Emarketer, 2017). Desses recursos, boa parte é direcionada para o chamado “marketing verde”. Embora não haja números exatos, pesquisas indicam tendência de aumento no número de propagandas com apelo ambiental: no período entre 2010 e 2015 um estudo revelou aumento de 478% no número de produtos que se autodeclararam “verdes” (Market Analysis, 2015).

A grandeza desses números é um indicador da importância da publicidade para o desenvolvimento dos negócios, e o fato de as questões ambientais virem ganhando espaço no mercado publicitário é uma consequência do realinhamento dos discursos econômicos em direção à crescente importância do debate ambientalista.

Entre as práticas que uma organização adota, e aquelas que ela afirma adotar, no entanto, pode haver grandes discrepâncias. Além disso, as formas como as organizações constroem seus posicionamentos e comunicam suas ações provocam reflexos em toda a sociedade. No mundo corporativo o vocabulário ambientalista ganha cada vez mais espaço no discurso oficial das organizações. Sistemas informatizados de controle e gestão são implantados, processos certificados, auditorias conduzidas, filantropias socioambientais noticiadas e subitamente a empresa parece erigir-se sobre o próprio pilar da sustentabilidade.

Nessa adesão pesam, além do instinto de sobrevivência (dos negócios), a crença nas soluções técnico-científicas que, para solucionar os problemas ambientais, pautam-se em modelos de sustentabilidade que implica na gestão desses problemas à medida em que se apresentam. Para alguns, no entanto, o enfrentamento real da questão exige compreensão mais ampla. O professor de Economia mexicano Enrique Leff, por exemplo, é um crítico do modelo chamado de “desenvolvimento sustentável”. Para ele: “a economia mundial já atingiu um ponto em que não se trata mais da busca por uma exploração racional dos recursos naturais, mas sim de uma nova ordem social, guiada pelos princípios da sustentabilidade ecológica, da democracia participativa e da racionalidade ambiental” (Leff, 2009: 297).

Leff faz parte de uma corrente crítica de pensadores que acredita que a saída para a crise atual não está simplesmente no “ajuste” da produção para um modelo mais eficiente, mas que o próprio modelo de produção e consumo atual



está em crise, uma vez ser ele, em essência, o responsável por criar e manter um padrão mundial de desigualdades sociais e ambientais dirigido por propulsores econômicos.

A questão central, então, é a finitude de recursos perante a crescente demanda por produtos e serviços alimentada por cada elo da cadeia produtiva. Não se trata, portanto, de produzir carros (ou eletrônicos, ou o que quer que seja) mais econômicos ou eficientes, pois simplesmente não há recursos necessários para produzir carros para todos os habitantes do planeta, ou combustível para movê-los, ou ruas onde circulá-los ou sequer espaço suficiente para atirar o lixo gerado ao longo de sua cadeia de produção e ao final de sua vida útil, e mesmo se houvesse, será que a satisfação das necessidades humanas se dá meramente através do consumo de bens?

Para Don Slater, professor de Sociologia da Escola Britânica de Política e Ciências Econômicas, a modernidade liberal dos dias atuais, baseada numa lógica racional individualista, superestima decisões individuais em detrimento da coletividade, criando uma armadilha moral. Assim, os valores sociais passam a ser meras questões de escolhas pessoais mediadas por dinheiro. Imersos em uma “cultura do consumo”, cidadãos compram itens efêmeros e supérfluos em busca de alguma identidade. Segundo Slater “um mundo moderno baseado no interesse individual puro deixa o indivíduo numa condição de debilidade crônica” (Slater, 2002: 76). Dessa forma, o consumo, além de não ter relação com satisfação de necessidades básicas e/ou fisiológicas, tampouco contribui para a educação, saúde, bem-estar ou aumento do tempo livre; ao contrário, é o efeito intencional deste novo arranjo de forças entre os diferentes atores sociais que, “sem uma cultura coletiva aglutinadora, sem solidariedade” – prossegue Slater –, produz um “indivíduo – isolado, à mercê dos desejos momentâneos – vulnerável à manipulação e às formas mais sutis de falta de liberdade” (*Ibid.*).

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, por sua vez, é outro crítico deste atual estilo de vida pautado na fugacidade dos valores humanos, típico da “modernidade líquida”. Para ele, nossa sociedade vive a “economia do engano” (Bauman, 2008: 65), baseada na irracionalidade de um consumidor permanentemente infeliz, aprisionado em um ciclo de frustrações decorrentes de promessas de satisfação e felicidade nunca plenamente atendidas e que por isso o impelem às compras por mensagens enganadoras, ou pelo menos exageradas, capazes de manter o fluxo de bens em permanente circulação produzindo a “síndrome do consumo”: consumir cada vez mais, mais rapidamente, com maior desperdício - e sem culpa.

Outro crítico do papel da mídia como agente propulsor do estilo de vida consumista atual é o sociólogo francês Jean Baudrillard. Para ele, vivermos hoje “a lógica do Papai Noel (Baudrillard, 2006: 176)”, por meio da qual a publicidade dos tempos atuais serve para ajudar o consumidor a racionalizar seu processo de compra: pouco importa se ele acredita nela ou não, desde que se estabeleça o interesse recíproco em preservar a relação entre ambos.

A crítica que autores como Bauman, Baudrillard e Slater fazem, recai, evidentemente, na publicidade e na propaganda, entre outras ferramentas do *marketing*, mas não se encerra nelas. O ponto principal, é importante destacar, está na perspectiva ideológica por trás das relações de troca que se estabelecem entre os diferentes atores sociais. Se por um lado a análise do jogo de forças envolvido nesse cenário deve considerar o princípio de isonomia, segundo o qual não se pode atribuir responsabilidades idênticas a forças desiguais, por outro, a falência do modelo atual já deu evidentes sinais de seu esgotamento, e a amplitude que o debate ecológico atingiu na sociedade é um dos indicadores desse fato.

#### ECODESENVOLVIMENTO OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A crise ambiental que a sociedade enfrenta atualmente pode ser resumida no fato de que se está consumindo recursos naturais em excesso, numa quantidade muito acima da capacidade de suporte da biosfera, e o que é pior, em um ritmo cada vez mais acelerado, comprometendo a capacidade de sustentar a vida humana nos atuais padrões, a despeito de todos os discursos sobre responsabilidade social, ambiental e sustentabilidade apregoados por governos e empresas.

Ignacy Sachs é um dos nomes mais importantes da atualidade no que se refere à questão meio ambiente e desenvolvimento. Um dos articuladores da primeira Conferência da ONU Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, lançou junto com Maurice Strong em Estocolmo, em 1972, o conceito de ecodesenvolvimento. Para ele:

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (...)

sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. (...) nada justifica o otimismo tecnológico ilimitado segundo o qual a sociedade encontra sempre uma solução técnica aos problemas económicos, sociais ou ecológicos por mais difíceis que possam parecer (Sachs, 1986).

O mal-estar social que ganhou escala crescente a partir de meados do século XX e deu origem ao movimento ambientalista no final dos anos 60 encontrou voz em Sachs, e a partir da Eco 72 passou a ser mais intensamente debatido no cenário internacional.

Os conflitos entre sociedade, meio ambiente e economia surgem do fato de que se vive hoje uma separação entre as ações humanas e suas consequências ecológicas, mas os efeitos da globalização verificam-se através de todo o ciclo aberto da cadeia de extração de recursos naturais, produção e descarte. A forma como a humanidade administra esta cadeia carece de racionalidade ambiental. Mais grave ainda: a maioria das tentativas de resolução destes conflitos ataca seus efeitos, e não sua origem. Propagandas afirmam que empresas e consumidores devem preocupar-se com a reciclagem, mas de alguma forma estimulam o processo de produção e consumo. Muito se discute sobre mobilidade urbana, mas a indústria automobilística bate sucessivos recordes de venda. A biotecnologia nunca esteve tão avançada, enquanto a saúde pública convulsiona.

O desenvolvimento das ciências nos modelos atuais tem levado o ser humano ao que o sociólogo francês Edgar Morin chamou de "inteligência cega" (Morin, 2008: 18), um conhecimento científico disciplinar estanque e reducionista, verdadeiro perigo à humanidade, incapaz de compreender a complexidade dos conflitos, particularmente quando adquirem escala global. Para ele, a crise sistêmica pela qual a sociedade passa hoje é também uma crise filosófica. Morin esboça uma possibilidade de ruptura paradigmática através do seu "pensamento complexo", que abre a perspectiva de se ir além das racionalidades, modelos e certezas científicas. Para Morin, o mundo é complexo, e sua plena compreensão por meio de um raciocínio lógico convencional foge à capacidade intelectual humana. Assim, buscar compreender os problemas so-

cioambientais de hoje significa buscar compreender sua complexidade e seus paradoxos.

O meio ambiente não é um sistema cibernético exato. No que se refere à questão da sustentabilidade ambiental, Becker, Jahn e Stiess afirmam que:

(...) se forem devidamente considerados o dinamismo e as complexidades das transformações sociais e ecológicas, então as condições necessárias para que a sustentabilidade aconteça estão sujeitas a altíssimo grau de incerteza. Essa é uma das razões pelas quais a expressão “sustentabilidade” deve ser usada basicamente para auxiliar a definir práticas que sejam insustentáveis. A partir do que é insustentável pode-se definir caminhos alternativos para situações (mais) sustentáveis – o que pode ser continuado, e por quanto tempo? (Becker, Jahn e Stiess, 1999: 6).

De uma perspectiva crítica, as emergentes questões ambientais ganharam duas abordagens ideológicas distintas a partir da década de 70: a do ecodesenvolvimento, proposta por Sachs (1986), e a do “desenvolvimento sustentável”, do Relatório Brundtland (1987).

O ecodesenvolvimento proposto por Sachs estava relacionado a uma nova ética da Natureza, baseada na conservação dos recursos naturais, ao invés do consumo exagerado e no desperdício de recursos não-renováveis, onde uma nova economia deveria internalizar os custos econômicos do meio ambiente para planejar o desenvolvimento futuro. No entanto, ao longo da década de 70 os conceitos do ecodesenvolvimento perderam força devido à crise econômica que assolava principalmente os países em desenvolvimento. Naquele momento os países estavam mais preocupados politicamente com questões sociais e econômicas do que ambientais. Além disso, dificuldades práticas para se efetivar uma mudança na ética ambiental não conseguiram mobilizar os diferentes atores sociais para este objetivo comum.

A crítica que Leff faz é que a tentativa de “refuncionalização ecológica da Economia” não é suficiente para resolver contradições como o acesso às terras e às formas de produção, bem como os custos sociais do desenvolvimento (violência, desemprego, má distribuição de recursos, fome, etc.), cujo problema está na perspectiva de geração de lucros privados a curto prazo. Neste sentido as perspectivas de mudanças socioeconômicas ficam limitadas à capacidade endógena da sociedade de forma muito mais individualizada que coletiva. Para este autor: “esta é a razão da propaganda que procura difundir a consciência ambiental, responsabilizando a todos de igual modo pelas causas da deterio-

ração ambiental e ocultando as estruturas de poder que as geram acima das consciências individuais (Leff, 2009: 270).”

Para Leff, a polissemia do termo “sustentabilidade” decorre de dois possíveis significados: um que é a internalização de fatores ecológicos como suporte a processos econômicos; outro, que é a “perdurabilidade do próprio processo econômico (Leff, 2009: 264)”, sendo que, para este segundo, a sustentabilidade ambiental é uma condição para reprodução do próprio processo econômico. No entanto, o chamado “desenvolvimento sustentável” não explica de que forma aspectos ambientais podem ser internalizados por meio dos mecanismos de mercado. Assim, a contradição deste discurso não revela uma aplicação prática para além de vulgarizar a noção de sustentabilidade. Daí vem sua ampla recorrência como estratégia de comunicação para se alcançar um determinado posicionamento estratégico perante os mercados consumidores, inclusive dentro de uma perspectiva internacional.

Interessante observar: o aprofundamento da crise ambiental em decorrência do avanço do capitalismo globalizado sobre a chamada “democratização do mundo”, na verdade é a contraditória “democratização do consumo”, ou seja, ao mesmo tempo em que as pessoas desejam viver num ambiente com mais qualidade de vida, também desejam consumir mais bens sem se aperceber da relação direta e paradoxal que existe entre ambos.

Perante os modelos econômicos que se apresentam hoje, não há consenso sobre as possíveis saídas que a atual encruzilhada civilizatória nos apresenta. Na ausência de respostas, a sociedade segue seu curso, sentindo os efeitos da crise, mas incapaz na maioria das vezes de questionar de uma maneira sistêmica ou reagir criticamente. Esta impossibilidade ocorre não por indiferença ou ignorância, mas como consequência de estar sujeita a forças muito maiores que a impele a adotar, no plano individual, comportamentos nocivos à coletividade.

Vejamos alguns aspectos responsáveis pela formação ideológica desta sujeição coletiva.

#### EMPRESAS “SUSTENTÁVEIS”, SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL

O modelo econômico vigente apropriou-se da retórica do desenvolvimento sustentável como alternativa ao conceito original de codesenvolvimento com o objetivo de dar novo impulso à sua expansão no cenário internacional do final do século XX.

Esse realinhamento do discurso corporativo criando as diferentes polissemias em torno dos conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável acontece a despeito das práticas e do histórico das empresas ou, mais precisamente, quando a divulgação de uma imagem corporativa alinhada com as “novas” responsabilidades sociais e ambientais se faz mais necessária para proteger seus patrimônios tangíveis e intangíveis.

Teodoro (2011) estudou a questão da polissemia da sustentabilidade e concluiu que a expressão possui tantas facetas quanto o próprio conceito de desenvolvimento. Adotando uma postura crítica, o autor afirma que:

A sustentabilidade surge no seio do capitalismo, como o novo modo de regulação (...), ou como mais um na história, apto à intensa e extensiva acumulação. Entre crises e ápices, o sistema sempre está à procura de outras normas para seguir avante, com seu modelo dominante. Nesse caso, o capital visa apropriar-se da base material da sociedade, exaltando a sustentabilidade para agilizar, homogeneizar e internacionalizar o espaço geográfico, ora com proveitos regulatórios, ora com proveitos desregulatórios (Teodoro, 2011).

Por outro lado, Teodoro reporta-se à ideologia política para tratar do descompasso entre produção e consumo de recursos, uma vez que apenas baixar o atual teto de consumo não iria, por si só, diminuir a pressão sobre o meio ambiente, pois o consumismo não se relaciona apenas à quantidade do que é consumido, mas também a vários outros fatores (sociais, ecológicos, tecnológicos etc.). Além disso, apenas reduzir o nível de consumo atual não pressupõe, necessariamente, redistribuir recursos – esta sim, uma questão central na discussão do modelo civilizatório atual. Dessa forma, uma das possíveis conclusões é que as diferentes polissemias se explicam a partir das diferentes visões ideológicas do que é sustentabilidade, o que se pretende sustentar, como e para quem.

Se os discursos polissêmicos mudam muito, as práticas de produção intensiva, nem tanto. A alquimia que transforma impactos negativos do consumo exagerado e da segregação social em corporações engajadas e responsáveis passa por uma espécie de filtro que utiliza ferramentas de comunicação capazes não apenas de levar a crer, mas de criarem um lastro de boa reputação. Artigo do professor Eduardo Augusto da Silva, por exemplo, demonstrou como uma série de empresas com um grande histórico negativo de passivos ambientais

vem produzindo uma “epidemia de responsabilidade social corporativa” (Silva, 2011: 7) para construir uma imagem ética através de ações midiáticas que recontam suas histórias a partir de sua própria perspectiva. Em seu trabalho ele discute como ao longo dos anos a sociedade tem criado um vínculo de dependência cada vez maior das empresas, enquanto que as empresas têm desenvolvido uma estratégia para gerenciar a percepção do consumidor e acumular um capital de reputação positivo e diminuir desconfiâncias em momentos de crise – e com isso possivelmente minimizar perdas econômicas quando as crises acontecerem.

É possível que os investimentos em publicidade estejam contribuindo para formar uma visão comum favorável a respeito do papel que os anunciantes desempenham na sociedade, a ponto de sobrepujar imagens negativas como aquelas resultantes dos desastres ambientais ou da miséria cotidiana. O sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy (2009) pontua:

Como distinguir as necessidades autênticas das necessidades artificiais, falsas ou simuladas? A indústria da publicidade – que exerce sua influência sobre as necessidades pela manipulação mental – penetrou todas as esferas da vida humana nas sociedades capitalistas modernas. Tudo é modelado segundo suas regras, não só a alimentação e as roupas, mas também domínios tão diversos como o esporte, a cultura, a religião e a política. A publicidade invadiu nossas ruas, nossas caixas de correio, nossas telas de televisão, nossos jornais e nossas paisagens de um modo insidioso, permanente e agressivo. Esse setor contribui diretamente para os hábitos de consumo ostensivo e compulsivo. (...) Enquanto a publicidade é uma dimensão indispensável em uma economia de mercado capitalista, ela não teria espaço numa sociedade em transição. (pg. 46-47).

O discurso do desenvolvimento sustentável parece agregar tons verdes ao fetichismo da mercadoria, ou seja, promovendo confusão entre conteúdo e forma. A própria dinâmica social fica reduzida à mera transação comercial de bens, “sob cujo controle os indivíduos se encontram, em vez de eles as controlarem” (Marx, p. 210, 2013). Fetichizadas, a mercadoria e seus discursos não deixam transparentes as relações sociais que as antecedem. Daí a retórica da sustentabilidade parece tornar-se mais um elemento da aparência social, respondendo às inquietações ambientais da contemporaneidade e escamoteando a essência do modo de produção e reprodução da vida no capitalismo em sua fase atual. No plano individual, é possível que a difusão de discursos e imagens carismáti-

cas esteja provocando em suas audiências algum tipo de dissonância cognitiva capaz de sublimar a memória do indivíduo e em seu lugar deixar bem posicionado o bom-mocismo corporativo dos grandes anunciantes.

O professor Andreas Huyssen, da Universidade de Colúmbia, EUA, tem se dedicado a estudar a questão da memória coletiva em relação à globalização e aos discursos da memória. Para ele, pressões provocadas pelo uso de novas tecnologias de informação e comunicação, associadas à pulverização das plataformas midiáticas e ao consumismo desenfreado, estão transformando profundamente a forma como a sociedade rememora e esquece através da comercialização de “memórias imaginadas” - e não vividas (Huyssen, 2000: 18).

A espetacularização de uma vida idealizada, contando estórias sempre a partir da ótica dos vencedores, das grandes empresas e do último produto objeto de desejo está presente de forma amplamente disseminada na publicidade, anestesando consciências e criando uma amálgama para a nova sociedade de consumo. Neste sentido, para Huyssen:

Questões cruciais da cultura contemporânea estão precisamente localizadas no limiar entre a memória dramática e a mídia comercial. É muito fácil argumentar que os eventos de entretenimento e os espetáculos das sociedades contemporâneas midiaticizadas existem apenas para proporcionar alívio ao corpo político e social angustiado por profundas memórias de atos de violência e genocídio perpetrados em seu nome, ou que eles são apenas montados para reprimir tais memórias. (...) Sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma (Huyssen, 2000: 22-23).

Esta condicionante a que Huyssen se refere não é outra senão a ideologia dominante – a mesma que “naturaliza” as práticas de desenvolvimento econômico predatório e as fetichiza em um discurso ambiental padronizado. Neste sentido, para o autor, a mídia é a responsável ideológica por esta “amnésia coletiva” e por apagar a memória dita “real” (a memória vivida), proporcionando alívio ao corpo político e social.

Dentro do atual cenário político-econômico globalizado do neoliberalismo, os discursos contidos nas mensagens publicitárias trazidas pelas novas tecnologias midiáticas consistem em fortes elementos ideológicos capazes de criar e de redesenhar estilos de vida, alterando do ponto de vista psicológico a percepção de tempo e espaço das pessoas.



Michael Pollak, sociólogo austríaco radicado na França, dedicou-se a estudar a memória coletiva e sua relação com a formação de identidades sociais. Ele acredita que na presença de um Estado ou de uma sociedade civil fortemente dominadora pode ocorrer uma espécie de “clivagem entre memória oficial, dominante, e memórias subterrâneas” (Pollak, 1989: 5). Daí pode-se fazer uma analogia com o que ocorre no choque entre o global e o local. Na ótica global, a força dominante aparece representada não por um Estado ou sociedade especificamente, mas pela cultura do consumo, que tem como propulsor os motores da hegemonia econômica, enquanto os refúgios da memória local guardam suas características tradicionais com base nas heranças culturais históricas.

Do ponto de vista da memória, no entanto, este choque, segundo Pollak, não remete necessariamente a uma oposição, já que para o processo de formalização das memórias oficiais precisam existir suficientes pontos de contato entre memória individual e coletiva de forma a permitir a construção de uma base comum (Pollak, 1989, p. 4). Ao apropriar-se do conceito de desenvolvimento sustentável, as corporações utilizam-se de propagandas de suas práticas ditas “sustentáveis” como ponto de contato para desenhar um cenário onde as pessoas podem acreditar na responsabilidade social e ambiental das empresas, e seguir em frente com seus hábitos de vida e consumo insustentáveis.

Consequência disto é que hoje em dia para relaxar as pessoas vão às compras, ou assistem à televisão, que por sua vez também as convida às compras. *Shoppings centers* tornaram-se os ambientes naturais para atividades de socialização. Diversas formas de financiamento para aquisição de bens nada duráveis nunca estiveram tão acessíveis. Governos incentivam a população às compras para combater fantasmas de crises econômicas. Práticas que se naturalizam e são transmitidas entre gerações de forma contínua e inquestionável, estofando anseios de consumo e esvaziando bolsos, relações humanas e ecossistemas.

Amplamente difundidas pela mídia e pela voz dos governantes, a naturalização dos hábitos de consumo e a reputação positiva das empresas se consolidam na memória coletiva, e são passadas adiante através das redes familiares e de sociabilidade, reais e virtuais, tornando as possíveis tratativas da crise ambiental mais complexas.

Encontrar políticas para mudar hábitos e conceitos arraigados em toda uma sociedade parece mais difícil ainda quando se considera a soma da capacidade de comunicação das empresas e governos que se apoiam neste modelo de produção e consumo. Mesmo que fosse possível, não bastaria simplesmente substituir este padrão cultural: quem decidiria o que por no lugar, e como? Sendo a cultura constituída numa base coletiva a partir de histórias de vida que se

interlaçam, como reconstruir positivamente essas identidades sobre uma base também coletiva, já que ao retirar deles o consumo, pouco sobraria?

Martin-Baró (1998) indica um caminho possível, ainda que nada fácil: assumir a perspectiva histórica da sociedade sujeitada ao capital e desconstruir a ideologia dominante através do despertar de consciências a partir dos próprios valores locais – o que, segundo o autor, não se dá por meio de esforços individuais, mas cabe à coletividade encontrar formas conjuntas de transformação social. De acordo com suas palavras: “o processo dialético por meio do qual a maioria dos latino-americanos poderá eliminar sua atitude fatalista recai sobre três importantes mudanças: a) a recuperação de sua memória histórica; b) a organização popular e c) a prática da organização de classes” (Martin-Baró, 1998, p. 99).

Para o autor, a desideologização só é possível com o envolvimento crítico dos atores sociais, principalmente com o protagonismo das classes populares, justamente aquelas mais vulneráveis às construções sociais distorcidas provenientes do discurso dominante. Neste sentido, o exercício da organização popular deve criar mecanismos legítimos para romper com os mitos e as ficções alienadoras e conformistas, criadas e manipuladas exatamente para manter a exploração e o conformismo.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos parece mais fundamental e urgente destacar, como consequência das ideias desenvolvidas até aqui, é que os que buscam de fato alternativas de produção e reprodução da vida que possibilitem a emancipação humana para além da liberdade de consumo, com a desalienação do trabalho, busquem, conseqüentemente, um novo tipo de metabolismo socioambiental que não tenha como objetivo em si mesmo a incessante valorização do capital em detrimento do bem-estar humano e considerem reavaliar a ideia de “desenvolvimento sustentável” como resposta à crise civilizatória atual.

O “desenvolvimento sustentável” não representa qualquer ruptura com o paradigma da simplificação, que promove a insustentabilidade, discutido por Morin, Leff e outros autores. Trata-se apenas de uma matriz discursiva, um conceito polissêmico, que encobre (e desenvolve na prática) o núcleo de tal paradigma, influenciando a ação dos diversos agentes sociais submetidos e orientados por forças dominantes dos padrões vigentes de acumulação. Estas, de acordo com determinada visão de desenvolvimento (como sinônimo

de crescimento econômico) e da problemática ambiental (relegada a uma questão de gestão ou planejamento ambiental adequado), influenciam os discursos que devem permear o campo ambiental, pautando, inclusive, o conhecimento científico.

Dessa forma, a noção de “desenvolvimento sustentável”, em sua forma hegemônica, pode ser descrita por algumas características: necessidade de crescimento econômico (ou acumulação do capital) de maneira ilimitada; busca da redução da miséria nos países ditos “em desenvolvimento” (na tentativa da elevação do teto de consumo destes, e não na redução do consumo dos países ditos desenvolvidos) como estratégias para a conservação ambiental; crença na ciência moderna e no desenvolvimento tecnológico para conciliar a produção com disponibilidades de estoques naturais, apostando naquilo que os adeptos desses expedientes denominam de ecoeficiência, que propugna pelo uso da tecnologia, em seu constante aprimoramento, para o melhor aproveitamento da matéria e da energia utilizadas nos ciclos produtivos. Assim, isentam-se de maiores intervenções no plano macroeconômico e, como decorrência, alimenta-se o simulacro de que a responsabilidade social/ambiental corporativa é ideologicamente adequada como resposta à atual crise sistêmica.

A cultura da sustentabilidade, que vai ao encontro dessa ideologia, vem sendo amplamente disseminada para tranquilizar as pessoas com mensagens de credibilidade em práticas de produção sustentável, à medida que capitaliza lucros em mais duas “tonalidades de verde”: uma proveniente do lucro direto da venda de produtos e serviços fetichizados, e outra a partir do capital decorrente de sua boa imagem e reputação corporativa.

Cabe à sociedade avaliar criticamente e do ponto de vista de sua organização política e social quais são as possibilidades de reação perante o cenário limítrofe que se vislumbra, e em que termos pode se dar o rompimento com esta ideologia dominante. Há ainda que se considerar como complicador o fato de que, na fase neoliberal do capitalismo, os tipos de relações que ele enseja parecem adentrar em todos os espaços sociais, engajando a todos em sua constante reprodução por meio dos mais diversos mecanismos, impulsionado pela junção simbiótica de Estado e empresas, que Marques (2015) chama de “Estados-Corporações”.

Pensando-se em alternativas, concordamos com Löwy (2009) ao apontar que uma nova sociedade deve ser fundada a partir de uma transformação revolucionária em nível social e econômico tendo como pilares, além da racionalidade ecológica, o controle democrático, a igualdade social e a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Além disso, não descartamos que outras

condições estruturais fundamentais, ainda, mereçam ser consideradas, tais como a propriedade coletiva de meios estratégicos de produção (propriedade pública, comunitária ou cooperativa), um planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

## REFERÊNCIAS

- Baudrillard, Jean. (2004). *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- Bauman, Zygmunt. (2008) *A Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Becker, E.; Jahn, T.; Stiess, I. (1999) Exploring uncommon ground: sustainability and the Social Sciences. In: Becker, E., Jahn, T. (Eds.), *Sustainability and the Social Sciences*. MOST Project, UNESCO/ISOE. Zed Books, Paris, pp. 1-22.
- Brundtland, G. H. (1987). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- Castells, M. (2000). O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista; In: *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 141-168.
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). *Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995, 472p.
- Emarketer (2017). *Total Media Ad Spending Worldwide, by Region, 2014-2020*. Disponível em <<https://www.emarketer.com/>>. Acesso em 14 jul 2017.
- Huysen, Andréas. (2000) Passados e Presentes: Mídia, Política e Amnésia. In: *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Leff, Enrique. (2009) *Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Löwy, M. Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, n.28, p.35-50, 2009.
- Market Analysis. (2015). *Greenwashing afeta 8 em cada 10 produtos vendidos no Brasil*. Disponível em <<http://marketanalysis.com.br/publicacoes>>. Acesso em 10 jul 2017.
- Marques, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

- Martin-Baró, Ignacio. (1998) *Psicologia de la Liberación*. Madrid: Trota.
- Marx, Karl. (2013). *O capital*: Livro I. São Paulo: Boitempo.
- Morin, Edgard. (2008) *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pollak, Michael. (1989) Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3.
- Sachs, Ignacy. (1986) *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Silva, Eduardo Augusto da. (2011) Irresponsabilidade histórica: memória e reputação corporativa como um dos desafios para a sustentabilidade. *IDEA* v. 2, no. 2, jan-jul.
- Slater, Don. (2002) *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel.
- Souza Santos, Boaventura de. (1999) *Pela Mão de Alice – O social e o político na pós- modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Statista (2017). *Global advertising spending from 2014 to 2020*. Disponível em: <<https://www.statista.com/>>. Acesso em 14 jul 2017.
- Teodoro, Pacelli Henrique Martins. (2011) O paradigma do desenvolvimento e a polissemia da sustentabilidade. *Revista Sustentabilidades*, no. 5 vol. 2, p. 1-18.

## AGRICULTURAS. AMBIENTES E SOCIEDADE

DIAMANTINO PEREIRA

CARLOS LOBO

SAMIRA GARDZIULIS

A agricultura convencional advinda da segunda revolução agrícola baseou-se crescentemente nos processos de mecanização e quimificação, substituindo-se então a tração animal pela mecânica e as adubações orgânicas pelos fertilizantes químicos produzidos industrialmente.

Esse conjunto de transformações modificou radicalmente a prática agrícola tradicional em sua evolução secular: a policultura que proporcionava a possibilidade das rotações e a integração com a pecuária que fornecia a tração e o material orgânico para a adubação foram paulatinamente sendo colocados de lado pela moderna produção agrícola e pecuária.

A produtividade das monoculturas mecanizadas e quimificadas aumentou consideravelmente levando as práticas agrícolas a um processo crescente de simplificação onde a maioria dos insumos e equipamentos deixaram de ser produzidos internamente à propriedade ou pela produção artesanal local e foram sendo estandartizados pela produção industrial em larga escala.

Contra a corrente dominante, o rompimento com as práticas seculares da agricultura tradicional motivou contestações importantes questionando alguns dos princípios básicos ligados sobretudo à quimificação, tanto da adubação como do combate às pragas.

A primeira das contestações sistêmicas ocorreu com a Agricultura Biodinâmica, proposta com base nos fundamentos da Antroposofia ou Ciência Espiritual Antroposófica, concebida como um caminho do conhecimento ou uma visão de mundo formulada por Rudolf Steiner.

## O MOVIMENTO BIODINÂMICO

O movimento agrícola biodinâmico originou-se em 1924 a partir de conferências proferidas por Rudolf Steiner<sup>1</sup>, intituladas posteriormente como Curso Agrícola.

Para chegar às contribuições práticas, Steiner resgatou a herança da sabedoria tradicional camponesa que estava se perdendo com a difusão da agricultura química, e ao mesmo tempo, acrescentou o que considerou importante na prática agrícola do ponto de vista da Antroposofia.

Formulou o princípio da individualidade agrícola, que posteriormente daria origem ao conceito de organismo agrícola e decorrente disso, deveria se ter na própria propriedade agrícola tudo o que é necessário para produção, inclusive a criação de animais como fonte de esterco para adubação. A proposta é justamente trabalhar com um ciclo fechado de substâncias e forças para que a unidade agrícola possa se autossustentar e, assim, tornar-se uma espécie de individualidade (Steiner 2010).

Nessa concepção, “tudo, realmente tudo, está interligado” (Steiner 2010), as forças cósmicas, a localidade específica e a vida vegetal e animal que cresce nesse ambiente “cósmico-terrestre”. Com base nessa diversificação e integração entre elementos pode-se garantir maior autonomia ao agricultor (dependerá cada vez menos do mercado) e a manutenção da produtividade agrícola ao longo do tempo.

Embora Steiner argumente que o que é trazido de fora deva ser considerado como um remédio para uma agricultura doente, ele também pondera que a questão da autossuficiência é impossível de ser alcançada integralmente e não deve ser tratada de forma rigorosa ou dogmática. O mais importante é fazer aquilo que pode ser feito, tendo sempre a ideia da necessária coesão da unidade agrícola.

Portanto, a agricultura biodinâmica deve ser desenvolvida com base em uma abordagem que diversifique e integre, enfatizando as interações entre os componentes do agroecossistema e que minimize a dependência de insumos externos.

A agricultura biodinâmica considera a propriedade agrícola como um organismo vivo, que contém diversos órgãos no seu interior e que engloba tudo o que faz parte do agroecossistema e nele vive, desde a estrutura geológica aos seres humanos responsáveis pela orquestração desse organismo.

---

1. Filósofo austríaco que fundou a Antroposofia nas primeiras décadas do séc. XX, dando origem à contribuições práticas nas áreas da pedagogia, medicina, farmacologia, agricultura, artes, entre outras.

Em síntese, o ideal da agricultura biodinâmica é justamente estruturar a paisagem agrícola como um organismo diversificado, integrado e harmonioso, fazendo com que os diversos âmbitos se inter-relacionem e se apoiem no intento de promover ao máximo a individualidade agrícola autossustentada.

O agricultor biodinâmico deve lançar mão de práticas biológicas, como adubação orgânica, adubação verde, rotação de cultivos, compostagem, seleção e produção de sementes, policultivos, sistemas agroflorestais, entre outras, e das práticas únicas à agricultura biodinâmica, como o uso dos preparados biodinâmicos (conectores das esferas da existência) e o respeito aos ritmos cósmicos ao guiar à prática agrícola de acordo com o calendário astronômico.

#### A AGRICULTURA ORGÂNICA

Considera-se que a agricultura orgânica tenha sido formulada como um sistema agrícola no início do século XX por Albert Howard (Ehlers 1999) a partir de suas experiências com agricultores tradicionais da Índia. Entretanto, essa inspiração para a formulação do sistema deixa claro que Howard não formulou nada, apenas sistematizou a experiências de agricultores tradicionais e seu manejo da terra através das experiências seculares acumuladas.

Alguns pesquisadores afirmam que o termo “agricultura orgânica” tenha origem na ideia de organismo agrícola da agricultura biodinâmica e não estaria apenas restrita à utilização da matéria orgânica para a manutenção da fertilidade do solo. Dentre os movimentos alternativos, a agricultura orgânica foi a mais difundida, pois é dissociada de qualquer corrente filosófica ou religiosa, apresentando uma maior simplicidade ao focar nos aspectos técnico-científicos da agricultura.

A premissa básica, portanto, é a de que a condução das lavouras deveria se pautar por métodos orgânicos sem a utilização de elementos minerais industrializados. Sem essa utilização, evidentemente ter-se-ia que voltar a utilizar as técnicas agrícolas ancestrais para a fertilidade do solo e o controle de pragas e doenças. Em outras palavras um manejo que esteja baseado no equilíbrio e na diversificação.

Entretanto, na medida em que a produção orgânica se tornou uma alternativa para se conseguir alimentos livres de contaminantes agroquímicos da agricultura convencional, vários autores passaram a acusar a agricultura orgânica de esquecer suas preocupações com a diversificação e o equilíbrio ambiental e



simplesmente concentrar-se na produção de alimentos livres de contaminantes agroquímicos.

Estruturou-se então um sistema de regulação que estabeleceu os parâmetros do que poderia ser considerado um sistema orgânico de produção e os critérios apresentados inicialmente não se restringem a aspectos técnicos pois considera-se por exemplo que deve haver “respeito à integridade cultural das comunidades rurais” e que deve haver “sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável” (Brasil 2003).

Entretanto, quando se passa dos objetivos e critérios gerais e se estabelece o conjunto de práticas que caracterizariam o sistema orgânico de produção o que se vê é uma lista de substâncias permitidas, toleradas e proibidas, sem menção à sustentabilidade, à cultura ou à ecologia. Trata-se, portanto, de uma regulamentação com enfoque tecnocêntrico (Campanhola e Valarine 2001).

Dessa forma, dependendo do tipo de condução, a agricultura orgânica não é necessariamente considerada como uma agricultura de base ecológica. De acordo com o contexto social ao qual se insere e sua relação com o mercado, um sistema orgânico de produção pode respeitar em menor ou maior grau esses princípios mais amplos.

Nota-se no mercado de orgânicos a prática de preços mais elevados comparativamente aos produtos convencionais. Este cenário vem incentivando a entrada, de um número cada vez maior de produtores que buscam uma melhor remuneração para sua produção (Nierdele, Almeida e Vezzani 2013).

Ao utilizar uma abordagem estratégica que objetiva prioritariamente a conquista de nichos de mercado, esses sistemas de produção podem se limitar em substituir o uso de insumos químicos por insumos orgânicos, pois esta é a única efetiva demanda da legislação.

Costabeber e Caporal (2004) ressaltam que esse tipo de agricultura focada na substituição dos insumos químicos convencionais pelos insumos alternativos, biológicos ou orgânicos, não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo, tendo em vista que o agroecossistema deve ser analisado como um sistema interligado em todos os seus aspectos, e que estes insumos permitidos e tolerados na agricultura orgânica também podem ter impactos negativos sobre o ambiente. Tais sistemas podem até serem considerados legalmente como orgânicos, pois atendem às normas de produção, contudo, ainda estão distantes de uma agricultura com base ecológica, como propõe a agroecologia.

É exatamente nesse ponto que são feitas as críticas sobre a produção orgânica voltada para o mercado, sem olhar ecológico, acusada, em alguns casos, de “contaminar o solo e a água com sulfato de cobre e de eliminar os insetos benéficos com rotenona e outros inseticidas biológicos não seletivos” (Altieri e Nicholls 2003).

Assis e Romeiro (2002) afirmam que dessa maneira se estabelecem sistemas orgânicos com base em tecnologias de insumos, ao invés de tecnologias de processos que favorecem a construção de um modelo agrícola de base ecológica.

Segundo Altieri e Nicholls (2003), os produtores orgânicos que seguem este modelo focado na substituição de insumos são minoria e se caracterizam por possuírem grandes áreas e alto capital financeiro, sendo que, por outro lado, grande parte do setor é constituída de pequenos e médios produtores – cerca de 90% –, que em sua maioria, ainda segundo os autores, continuam realizando uma agricultura baseada em processos como, por exemplo, a rotação de culturas, compostagem, diversificação de culturas, adubação verde, culturas em faixas e misturas usadas em alimentação.

#### A AGRICULTURA ORGÂNICA NA PRÁTICA

No Brasil, a agricultura orgânica só passou a ser uma alternativa efetiva de produção a partir da década de 1980, quando une forças aos movimentos ligados à agricultura familiar e ao movimento ambientalista. Na década de 1990 a produção se expandiu de forma diversificada com a multiplicação das organizações ligadas à produção orgânica, o aumento do número de produtores e a diversificação dos canais de comercialização (Khatounian 2001).

Segundo dados da Coordenação de Agroecologia, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), de 2013 a 2016, o número de produtores orgânicos no Brasil passou de 6,7 mil para 15,7 mil. A produção e o número de produtores cresceram em função, evidentemente, da ampliação do mercado, possivelmente motivado pela crescente sensibilização do consumidor para as questões relativas ao meio ambiente, principalmente, à saúde e alimentação (Neves, et al. 2000).

Em propriedades que observamos detalhadamente durante um período superior a um ano, podemos destacar algumas observações.

Em uma propriedade com caráter empresarial de produção e comercialização de hortaliças orgânicas em larga escala, dotada de capacidade de investimen-

to e controle administrativo e organizacional, utilizam-se insumos orgânicos industrializados em várias fases do processo produtivo, tais como extrato de mamona, farinha de osso, sulfato de potássio, Magmaton, Agrosilício e Yoorin, entre outros. Além disso, a vegetação espontânea existente nos canteiros bem como os restos culturais são incorporados ao solo, procedendo uma espécie de adubação verde suplementada por esterco de aves. O combate sobretudo às doenças fúngicas é realizada preventivamente com a instalação de cobertura sobre os canteiros o que permite controlar a umidade incidente sobre as plantas e minimizar a proliferação desse tipo de doença.

Em outra propriedade de menor porte, tipicamente familiar e que comercializa seus produtos diretamente, encontramos uma situação diferenciada na medida em que os insumos industrializados praticamente não são utilizados. Efetua-se o pousio e a rotação de culturas que são muito variadas, além da adubação verde, incorporando ao solo toda a vegetação espontânea que foi deixada crescer no período de pousio. Após essa incorporação, efetua-se a adubação com substrato da produção de cogumelo alternado com esterco de aves e torta de mamona.

Métodos diferentes, então. Entretanto, nas duas propriedades há um predomínio do enfoque baseado nas normas mínimas de produção e na busca pelo “produto limpo”, já que esta é a principal demanda do mercado. Vemos assim a valorização do produto em si, “livre de venenos”, sem maiores questionamentos sobre como este foi produzido.

Utilizam-se nas duas propriedades insumos externos, industriais ou não, na medida em que a reposição da fertilidade do solo depende em grande parte dessas adições. Mas qual o problema referente a isso? A menos que se adote o referencial da agricultura biodinâmica da individualidade e do organismo agrícola, do ponto de vista ambiental possivelmente teremos poucas objeções a fazer pois, ao utilizarmos, por exemplo, o esterco de aves ou a base de cogumelo que foram citados, apesar de produzidos em propriedades diferentes, não estará sendo implementada a complementaridade com a reciclagem de insumos e nutrientes? Na mesma linha poderíamos também perguntar qual a diferença entre um composto orgânico produzido internamente à propriedade e um outro comprado de um fornecedor externo. A rigor a única objeção deveria provir apenas daqueles que se alinham com os princípios da agricultura biodinâmica.

A aplicação incorreta de alguns insumos pode provocar contaminações e perdas na biodiversidade e no equilíbrio dos agroecossistemas. Mas isso pode

acontecer com qualquer manejo inadequado, independente se estejamos ou não lidando com produtos industriais ou elementos químicos.

A utilização dos avanços da ciência e das técnicas é fundamental para conseguirmos melhores resultados na produção de alimentos **sem provocar danos ao ambiente e às pessoas (trabalhadores agrícolas e consumidores)**, ao contrário, preservando e recuperando o ambiente, mas sem ficarmos presos **apenas** às técnicas da agricultura tradicional herdadas da primeira revolução agrícola. Um dos pilares da moderna agroecologia não é justamente partir do conhecimento tradicional dos agricultores acumulado secularmente e potencializa-lo com a agregação do conhecimento científico atual?

#### A AGROECOLOGIA E SEUS PRINCÍPIOS

Fomentada intelectualmente pelo crescimento do movimento ambientalista dos anos 60 e 70 e pela busca por suporte científico para os modelos agrícolas alternativos, a agroecologia emergiu, no início da década de 80, como ciência “em construção” capaz de fornecer princípios ecológicos básicos para “estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis”

A ecologia é colocada, então, como o referencial básico de raciocínio, proporcionando um olhar sistêmico e integrado para o funcionamento do agroecossistema, como unidade fundamental de análise. Não obstante, a agroecologia incorpora não só a perspectiva ecológica, mas também as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas para compreensão holística do âmbito agrícola (Guzmán 2005).

Dessa maneira, a agroecologia, além de se caracterizar por ser um movimento, deve ser entendida também como um amplo campo do conhecimento, onde se cruzam diferentes disciplinas científicas com o saber tradicional dos trabalhadores agrícolas, valorizando esse conhecimento empírico como ponto de partida para a condução do produção agrícola e sua inserção social. Articula-se, assim, o saber tradicional com conhecimentos de diferentes ciências, proporcionando à agroecologia capacidade para atuar como agente de mudança rumo à transformação social e ecológica necessária para que a agricultura se desenvolva com base em uma abordagem sistêmica (Guzman, 2005).

Do ponto de vista da produção agrícola, Miguel Altieri afirma que um sistema produtivo com base na agroecologia deve se estruturar em cima dos seguintes princípios:

“(…) reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos (...), integração de culturas com a pecuária e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo” (Altieri, 2012, p.16).

Mas como estes princípios podem ser aplicados na prática? De acordo com Altieri (2012), a abordagem agroecológica se relaciona com as técnicas e práticas tradicionais, desenvolvidas pelos próprios agricultores em seus processos de experimentação, como, por exemplo, o uso de consórcio entre cultivos (alelopatia), rotações, sistemas agroflorestais, uso de sementes nativas e raças locais de animais, controle biológico natural de pragas, cultivos de cobertura, cobertura morta, adubação verde, compostagem, aumento da matéria orgânica do solo etc.

Como resultado, a aplicação desses princípios e práticas pode dar origem a um agroecossistema mais complexo e diversificado, que, por meio das interações ecológicas, promoveria mecanismos que subsidiam a fertilidade, produtividade e sanidade do sistema, gerando, por consequência, menor dependência de insumos externos, maior conservação dos recursos naturais e, portanto, um sistema mais estável. (Altieri, 2012).

Na perspectiva de estruturação ideal do agroecossistema, (Gliessman 2005) diferencia três níveis distintos para uma transição agroecológica da produção agrícola: o primeiro nível diz respeito ao aumento da eficiência das práticas agrícolas convencionais, reduzindo o consumo e uso de insumos custosos, escassos e ambientalmente nocivos.

Evidentemente que esta pode ser uma etapa de transformação rumo a procedimentos que atendam aos princípios agroecológicos como enunciou Altieri, mas pode ser também simplesmente uma adequação do produtor à racionalidade econômica. Por exemplo, podemos citar a prática do plantio direto na palha, que praticamente elimina a necessidade de aração e gradeamento do solo, reduzindo custos, combatendo a erosão e a compactação do solo, mas em grande parte das vezes sendo complementado com a aplicação de agrotóxico ressecante para se ter a “palha”. Podemos citar ainda as metodologias relacionadas com o Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Pereira e Abdo,

2014) que estabelece parâmetro para essa substituição de insumos mas não representa nenhum passo em direção à conversão do sistema convencional.

O segundo nível proposto por Gliessman caracteriza-se pela substituição das práticas e insumos convencionais (químicos), que degradam o ambiente, por práticas e insumos alternativos (biológicos), mais benéficos sob o ponto de vista ecológico. Contudo, neste nível a estrutura básica do agroecossistema pode ser pouco alterada devido à falta de visão sistêmica, ocorrendo então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. Podemos citar neste caso, a fixação biológica de nitrogênio, extremamente eficiente na produção da soja, por exemplo, que praticamente anula a necessidade de adubação química desse elemento, mas que também não implica em alteração sistêmica.

O terceiro e último nível é o mais complexo desta transição, pois consiste no redesenho dos agroecossistemas para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos, buscando eliminar as causas dos problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Nessa fase, não se trata mais de substituir insumos e ou procedimentos mas estruturar a produção de modo completamente diferente, o que apresenta implicações que transcendem a esfera da produção e das técnicas produtivas.

Para Caporal (2009), o que se evidencia é um longo processo de transição, passando do modelo convencional a modelos que incorporem os princípios e metodologias propostos pela agroecologia, em um processo de aprimoramento contínuo e crescente ao longo do tempo, sem ponto final determinado.

Quando nos deparamos com a essas sequências de fases evolutivas rumo a algo projetado, ou mesmo quando afirmamos que se trata de um processo de longo prazo, muitas vezes não damos conta de que o processo de transformações pelo qual passa a atividade agrícola, assim como todas as transformações relativas à organização da produção de mercadorias e suas relações sociais, não persegue necessariamente o fim que idealizamos.

Do ponto de vista do agronegócio, ou como afirma Fernandes (2013), do ponto de vista do paradigma do capitalismo agrário, o processo de transformações assenta-se na racionalidade econômica e na potencialização do lucro. Logo um processo que tenha como meta o “redesenho dos agroecossistemas” para que eles se adequem aos princípios estabelecidos pela agroecologia implicaria em transformações substantivas no processo de produção e sua lógica e suas articulações com as demais esferas da economia e da vida social. Há muitos interesses estabelecidos e qualquer processo de transformação vai adquirir a feição da busca da hegemonia e não a da exclusividade.

A luta pela hegemonia no processo de transformações deve então transcender a lógica do “mercado” e estar lastreada na dinâmica social para conseguir base política para a implementação de políticas públicas, a exemplo do que veio acontecendo com a implementação dos financiamentos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) que foram sendo ampliados constantemente, proporcionando um mínimo de condições para que a pequena produção agropecuária pudesse escapar pelo menos em parte da “mão invisível do mercado”.

De forma articulada com esse direcionamento de incentivo à pequena produção, desencadearam-se ações com o objetivo de fechar o ciclo da demanda e amenizar o problema de acesso ao mercado através das compras institucionais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste se estabeleceu que pelo menos 30% do fornecimento deveria ser provido pela Agricultura Familiar.

Apesar de possibilitar que a produção orgânica possa ser remunerada com um percentual adicional de 30%, a grande maioria do fornecimento tem origem na produção familiar convencional. Além disso, o objetivo da política de fortalecer a produção familiar local nem sempre é atendido pois essa ação efetiva depende do interesse das prefeituras já que a verba é repassada para elas pelo governo federal. É muito mais fácil do ponto de vista operacional atingir a cota de 30% dos produtos da agricultura familiar comprando lotes de produtos de alta demanda (arroz, suco ou achocolatado, por exemplo), de cooperativas que se localizam em outros municípios. Essa estratégia, embora não atinja o objetivo específico de apoio à produção local apresenta um grande atrativo logístico de resolver a obrigatoriedade de uma só vez através de uma grande compra.

Isso quer dizer que o apoio à produção local depende da disposição política das autoridades municipais. Podemos ilustrar essa afirmação com uma realidade específica.

Particularmente os agricultores familiares que detêm as menores áreas são os que possuem relações mais estreitas com os intermediários. Os agricultores não encontram dificuldades em vender sua produção, contudo, perdem autonomia quanto a negociação de preços.

A participação destes produtores no PNAE seria uma alternativa que quebraria parcialmente esta relação com os intermediários ou no mínimo seria mais uma opção de canal de comercialização na medida em que cada agricultor

familiar pode vender até vinte mil reais por ano para cada cliente, no caso, cada prefeitura.

No caso de Mogi das Cruzes, até o ano de 2016 a prefeitura municipal não havia adquirido nenhum alimento da agricultura familiar local, embora adquirisse de agricultores familiares de outros municípios e até mesmo de outros Estados.

A não participação de produtores locais no fornecimento do PNAE para o município pode ser explicada por algumas das exigências contidas no edital, tais como a de que os alimentos deveriam ser entregues higienizados, picados e embalados e que deveriam ser entregues em cada unidade educacional, em um município que dispõe de 195 unidades educacionais espalhadas pelo segundo maior território do estado de São Paulo.

As exigências inviabilizaram a participação local pois os produtores familiares e mesmo as cooperativas de que fazem parte não dispõem de unidades de processamento e a logística e os custos de transportes inviabilizam economicamente o fornecimento.

Com a entrada de nova equipe na secretaria de agricultura municipal, os entraves foram removidos e atualmente aproximadamente 60 produtores organizados em duas cooperativas fornecem para o PNAE do município totalizando em 2016 compras que chegaram ao montante de novecentos mil reais. Além disso, estabeleceu-se a exigência de capacitação dos produtores para a participação no programa.

Podemos perceber, portanto, que não basta uma definição genérica de uma política pública como as que abordamos. É necessário que o operador dessas políticas apresente mesmo comprometimento que os formuladores ou que, principalmente, os beneficiários das políticas pressionem as diferentes esferas de governo para que as políticas possam ser efetivamente implementadas.

Além de tudo, tanto no caso da agricultura praticada com base nos fundamentos agroecológicos, quanto no caso da agricultura familiar, os caminhos para a sua efetivação como modelos, pelo menos alternativos, desafia a dominância do paradigma do agronegócio e toda a cadeia de interesses a ele articulados.

Não se supera esse paradigma com meras opções técnicas mas atando nos fundamentos que sustentam o modelo e de uma forma positiva, estabelecendo os fundamentos de uma agricultura que não atente contra o meio ambiente mas que a ele se integre e respeite e tenha como base o conhecimento acumulado secularmente, ou seja, uma **agricultura** que valorize o seu próprio nome e que possa se constituir em outras várias agriculturas articuladas, cada uma, com o seu sócio-agro-eco-sistema.



## BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel, e Clara I Nicholls. “Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição.” *Ciência & Ambiente* 14, nº 27 (julho/dezembro 2003): 141-152.

ASSIS, Renato Linhares, e Ademar Ribeiro Romeiro. “Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências.” *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Julho de 2002: 67-80.

BRASIL. *Lei 10931*. Brasília: Presidência da República, 2003.

CAMPANHOLA, Clayton, e Pedro José Valarine. “A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor.” *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Setembro de 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto. “Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis.” Em *Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade*, por Francisco Caporal, José Costabeber e Gervasio Paulus, 111. Brasília, 2009.

COSTABEBER, José Antonio, e Francisco Roberto Caporal. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

EHLERS, Eduardo. “O que se entende por agricultura sustentável?” *Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental*. São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano, e Munir Jorge Felício. “A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar.” Em *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*, por Bernardo Mançano Fernandes. UNESP, 2013.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUZMÁN, Eduardo. “Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.” Em *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*, por Adriana Aquino e Renato Assis. Brasília: Embrapa, 2005.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

NEVES, Maria Cristina, Carlos Alberto Medeiros, Dejair Almeida, e Hilda Rodrigues. “Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários.” *Documentos*, 2000.

NIERDELE, Paulo André, Luciano Almeida, e Fabiane Machado Vezzani. *Agroecologia : práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

PEREIRA, Diamantino, e Renato Abdo. “Sustentabilidade e Sistema Agropecuário de Produção Integrada.” *Revista Tecnologia e Sociedade*, 2014.

STEINER, Rudolf. *Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: vida nova para a terra*. São Paulo: Biodinâmica, 2010.

# MOVIMENTOS DE MORADIA: DESLOCAMENTOS DOS ANTAGONISMOS DE CLASSE NA SOCIEDADE DA AÇÃO DIRETA DO CAPITAL

Dennis de Oliveira<sup>1</sup>

Maíra Carvalho de Moraes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

As alterações nos paradigmas de produção do capitalismo contemporâneo, articulados com as mudanças geopolíticas com o fim da Guerra Fria criaram uma nova ambiência política que se conceitua como “ação direta do capital”<sup>3</sup>. A ação direta do capital é a nova estratégia sócio-política do capital em que a concentração dos recursos materiais nas mãos de grandes corporações globais, a redução da pressão ideológica da alternativa socialista com a queda dos regimes do Leste Europeu e a vitória dos EUA na Guerra Fria (cujo marco simbólico é a queda do Muro de Berlim em 1989) e a consolidação do paradigma da “produção flexível” relativizam os ideários liberais clássicos erigidos durante o período das grandes revoluções burguesas.

A produção capitalista se organiza, atualmente, em redes de células produtivas espalhadas por todo o planeta, cristalizando uma divisão internacional do trabalho que articula desde ambiências produtivas sofisticadas (como os centros tecnológicos de ponta) com espaços de brutal degradação produtiva (como os locais de extração de matérias primas). Desta forma, esta heterogeneidade e hierarquização de locais de produção também geram, em seu entorno, espaços de sofisticação e de extrema pobreza.

---

1. Professor associado, integrante do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH-USP

2. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH-USP

3. Sobre este conceito, ver OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 405-421, ago. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 jul. 2017.

Esta forma de organização da produção capitalista em redes globais de células produtivas pressiona por desregulamentações normativas, particularmente, no fluxo de capitais entre países e das relações de trabalho.

Desta forma, impõe-se uma precarização e fragmentação do mundo do trabalho, destruindo o ambiente em que a classe proletária se veja como classe, possa se estabelecer como um segmento social que ocupa determinado lugar social. Outro problema é que esta nova estratégia sócio-política do capital esvazia a chamada esfera pública política, subordinando tudo a este gerenciamento que se dá acima dos espaços normativos dos Estados-Nação. A dimensão da esfera pública política se aproxima, então, ao que Adorno e Horkheimer chamavam de “sociedade administrada” em que a disputa política se reduz a capacidade ou competência de gerenciamento de processos que estão dados e consolidados.<sup>4</sup> Por esta razão, que instituições clássicas de representação ideológica do modelo de esfera pública liberal, como o jornalismo e os partidos políticos estão em crise. O jornalismo transitou da narrativa do esclarecimento para do entretenimento e a narrativa assertiva assumiu o lugar do desvelamento factual. Os partidos políticos submeteram as narrativas programáticas às regras do marketing político. Por isto, os meios de comunicação de massa se transformaram no que Otávio Ianni chama de “príncipe eletrônico”, criando um cenário próprio e, a partir daí, estabelecendo as competências narrativas para construir a hegemonia.

Entretanto, as contradições do capitalismo permanecem. A concentração de riquezas, cada vez maior, as crises cíclicas do capitalismo, o descompasso do desenvolvimento das forças produtivas e os meios de produção não só continuam, mas se acentuam. O que a sociedade da Ação Direta do Capital causa é um *deslocamento* destas contradições para outras esferas.

Tem-se, principalmente, um deslocamento no campo dos conflitos de classe. A precarização e a fragmentação do mundo do trabalho não acaba com os antagonismos de classe, ao contrário, os acentua. Entretanto, eles não são tão visíveis nas relações de trabalho *stricto-sensu* mas nas condições de sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que o aumento exponencial da produtividade possibilitado por estes novos paradigmas e o esvaziamento da esfera pública política possibilita um rebaixamento mais intenso do valor da mão de obra (chegando ao limite da superexploração, de uma remuneração abaixo do necessário para a sua reprodução). Desta forma, os problemas sociais, como a ausência de moradia, de condições dignas de vida, retirada de direitos sociais,

---

4. Ver ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

entre outros, aparecem como uma das principais manifestações desta intensificação dos antagonismos de classe.

Articulado com este primeiro deslocamento, temos que a hierarquização dos territórios em função da divisão do trabalho gera estas paisagens extremamente heterogêneas nas cidades, em que nichos ultrassofisticados convivem com grandes oceanos de miserabilidade. A ação direta do capital atua, desta forma, nesta configuração dos territórios, pressionando e constrangendo, inclusive, poderes públicos locais.

Esta situação, articulada com singularidades históricas relacionadas com a questão da posse da terra no Brasil e o processo de urbanização ocorrido no país principalmente a partir dos anos 1960 com a industrialização intensiva realizada sob um governo ditatorial, fez com que este *deslocamento* das contradições de classe se direcionasse principalmente para os movimentos de moradia.

Desta forma, a luta por moradia nas grandes cidades se transformou na expressão mais visível da agudização das contradições de classe no capitalismo brasileiro e, por esta razão, os movimentos de moradia tem ocupado posição central na visibilização dos conflitos sociais. A cidade de São Paulo é uma localidade em que este processo ocorre com grande relevância.

#### A OCUPAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A historiografia colonial brasileira tem proposto através de diversos estudos que a formação da cidade de São Paulo foi resultante dos territórios indígenas e do avanço da colonização portuguesa para o sertão da Capitania de São Vicente. Para tanto, venceram a Serra do Mar, graças aos caminhos das diversas etnias autóctones, que chegavam ao litoral e reingressavam no sertão. Além dos caminhos, os portugueses utilizaram os rios como potencial meio de transporte, utilizando todo o conhecimento dos autóctones, especialmente os da etnia Guaianá, mais próximas aos colonizadores. De acordo com Pasquale Petrone (1995), após o estabelecimento de feitorias no litoral, a marcha lusitana procurou estabelecer aldeamentos e aldeias para ocupar o território e para a escravização indígena. Sendo assim, o início da colonização já estabelecia a concentração de terras, através do sistema de sesmarias, que garantia a um donatário grandes parcelas de territórios. No princípio, o estabelecimento da monocultura açucareira não foi bem-sucedida, e São Paulo tornou-se um espaço de trânsito, sobretudo após a descoberta das minas de ouro em Goiás. “Até o primeiro quartel do século XVIII, mesmo precariamente, os caminhos

existentes entre São Paulo e outras vilas exerceram suas funções de estabelecer comunicação e intercâmbio entre outros núcleos.” (MENDES, 2008, pg. 13)

Em fins do século XVIII a cidade de São Paulo iniciava uma mudança, ainda lenta, no espaço da cidade. O espaço público fora remodelado, os locais de trabalho das lavadeiras, dos ambulantes e locais de animais são organizados, ocorreram o arruamento dos becos, a remodelagem dos caminhos, apesar das chácaras ainda serem comuns na cidade. (DEAECTO, 2008, pg. 36). A partir da economia cafeeira, a cidade foi se urbanizando. Seu sistema viário foi modificado, linhas férreas foram se expandindo, o transporte público crescendo, a necessidade de saneamento básico também fora aumentando. Ainda de acordo com Deaecto (2008, pg. 45), “se afirmamos anteriormente que o progresso econômico do estado contribuiu para o embelezamento da capital e para o fomento de suas casas comerciais, também é verdade que o comércio impôs aos habitantes um novo ritmo de vida”.

Contudo, os projetos de remodelação da cidade de São Paulo tiveram como alvo a expulsão dos pobres das áreas centrais. Importante notar que o fim do modo de produção escravista não incluiu as populações negras na sociedade. Tampouco, lhes deram o direito à propriedade. A Lei de terras de 1850 foi instrumento importante para manter o modelo de grandes latifúndios, ou seja, grandes extensões de terra nas mãos de poucos. E os negros escravizados que saíram das fazendas após o fim do sistema, também sofreram na cidade. Graças aos projetos de remodelação, que tinham como foco afastar as populações negras, mestiças, sobretudo, pobres da cidade. Além da modificação do espaço, havia uma ideologia higienista, que identificava na pobreza todo o tipo de doença, desordem e incivilidade. A pobreza era identificada com os locais insalubres, as doenças contagiosas, os odores ruins, a doença no corpo físico e social. (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013)

Portanto, para uma compreensão do modo como ocorreram as mudanças na paisagem e urbanização de São Paulo naquele momento, é importante a análise da questão social à luz do pensamento exógeno. Ou seja, reside nos hábitos e experiências estrangeiras a fonte de inspiração da nossa modernidade. E é assim que se fará o disciplinamento e tratamento da pobreza, num modelo de cidade que nega sua identidade, seu curso natural, sua beleza associada aos trópicos, e se privilegiam formas que escondem a realidade social. (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, pg. 216).

O afastamento das populações pobres da região central da cidade ainda é um assunto corrente. Haja vista, as últimas ações da prefeitura de São Paulo na região da Luz, ocupada por muitos pobres, que moram em pensões e cortiços, mas trabalham no centro. O projeto “Nova Luz” tem sido o objetivo das administrações municipais no intuito de “requalificar” essa área. A série de ações violentas por parte da polícia militar na rua Helvétia e imediações, conhecida pejorativamente como “Cracolândia”, demonstram que esse tema é atual. Os projetos de requalificação de áreas com potencial para investimento têm demonstrado a longa duração da ideia de que a cidade não deve ser habitada pelas camadas trabalhadoras. Glória da Anunciação Alves dissertou:

... nome da requalificação, projetar estratégias, que ainda que no discurso se coloquem em nome do bem social, tendem a favorecer grupos privilegiados economicamente, buscando afastar a população que, na mesma visão, “desqualifica” o local. É nesse sentido, da mudança do uso social que se faz nas áreas centrais, que podemos afirmar que existe, sim, uma estratégia de repulsão das camadas populacionais de mais baixa renda. (ALVES, 2011, pg. 116).

Boa parte da classe trabalhadora, que trabalha no centro e que não possui condições de residir nessa área tem se engajado nos movimentos sociais de moradia e sem teto, que se espalham pela cidade. Como foi percebido, a luta pelo direito de morar nas regiões centrais é de longa data.

#### OS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO E OS CONFLITOS URBANOS

A produção acadêmica sobre movimentos sociais tem sido profícua nos últimos anos. Uma série de publicações, artigos e eventos tem discutido o papel dos movimentos sociais na sociedade brasileira. Contudo, apesar de ser um tema que tem sido discutido, as fontes históricas e os estudos sobre elas ainda tem sido rarefeito. Em grande parte, pela dificuldade em registrar o cotidiano dos movimentos sociais, que é composto por uma enorme complexidade de pessoas com diferentes origens geográficas, ideologias, faixa etária, entre outros. Em sua maioria, os movimentos sociais não são institucionalizados, o que também dificulta a produção de documentação, matéria – prima do trabalho do historiador. Desse modo, os trabalhos que estudam e sistematizam a

memória dos militantes dos movimentos sociais, realizam uma dupla função: sistematizam a memória da base do movimento social e também se caracterizam como registro importante para outras análises críticas posteriores. Justamente pela dificuldade de sistematização da memória dos movimentos sociais, posto que há uma diversidade de movimentos, tentaremos realizar uma breve exegese dos movimentos sociais de moradia e sem –teto em São Paulo. Para compreender os movimentos sociais de moradia e sem – teto é necessário compreender a forma como o território está estruturado. Uma das questões estruturais foi a longa duração do modo de produção escravista e suas consequências, como a exclusão dos povos autóctones e negros das possibilidades mínimas de integração na sociedade capitalista. Tais como acesso ao mercado de trabalho e o direito à propriedade. Com a agudização da produção industrial na década de 40 houve um consequente êxodo rural para as grandes cidades, que juntamente com a crise de produção ocasionada pela segunda guerra mundial gerou a falta de investimentos na produção de habitações (tanto pelo Estado como pela iniciativa privada)uma conjuntura que unia a agudização da produção industrial, o consequente êxodo rural para as grandes cidades, a crise de produção ocasionada pela segunda guerra mundial e a falta de investimentos na produção de habitações (tanto pelo Estado como pela iniciativa privada). Os capitais que seriam investidos na produção de habitação e na produção capitalista do espaço, foram desviados para o financiamento da produção industrial. A Lei do Inquilinato de 1942 proporcionou a força necessária para o desvio desses capitais para a industrialização. Além de “obrigar” a atração desses investimentos na montagem do parque industrial brasileiro, reduziu a atratividade de um setor social não produtivo representado pelos rentistas que viviam da exploração do espaço. (BONDUKI, 2011, pg. 227). Somados a falta de investimento privado no setor imobiliário estava a modernização das cidades, grandes projetos de remodelação, que privilegiam as formas arquiteturais como as edificações, que facilitam a ampliação dos lucros, devido a expansão do espaço negociado.

Havia, assim, um movimento contraditório: aceleração de arranha céus na área central, destinados a investidores ou a setores de renda mais alta, e queda na edificação de outros tipos de prédios para o mercado de produção residencial, devido ao congelamento dos aluguéis. (BONDUKI, 2011, pg. 251).



Nesse cenário de escassez de produção de casas populares e da produção de moradias direcionadas às classes hegemônicas, vão se proliferando os cortiços. Nessas habitações precárias, apesar da Lei de Inquilinato, que congelava os aluguéis, os donos utilizaram uma série de estratégias para aumentar os valores dos aluguéis, expulsando os moradores. “A maioria das artimanhas para burlar o espírito da lei passava pela ameaça verbal ou física de despejo por sua solicitação legal, pois era desesperadora para o inquilino a possibilidade de ficar sem moradia que ocupava.” (BONDUKI, 2011, pg. 254).

Nesse processo de escassez de moradias para a classe trabalhadora e a constante ameaça dos donos dos imóveis, começaram a surgir os primeiros movimentos de luta dos cortiços.

A luta por moradia deve ser compreendida no bojo da luta dos trabalhadores. Haja vista, que, o problema da concentração de terra no Brasil exclui a maioria da população do direito à propriedade. Desse modo, no período da ditadura, em que a perseguição aos sindicatos e outras associações de luta dos trabalhadores se intensificava, a luta por moradia se tornou um outro eixo.

De acordo com Manoel Del Rio, militante da FLM – Frente de Luta por Moradia,

O movimento de moradia ganhou um impulso depois de 1984, 85 e 86. Em 1988 houve ocupações em diversas zonas da cidade. De terra, foi em tudo que foi lugar. E nós com aquela crise econômica, estava muito difícil trabalhar na fábrica. Uma ..., muito desemprego e qualquer movimentação que o trabalhador fazia, o patrão mandava embora. Então vamos adotar a moradia. Na moradia o operário vai se organizar e o patrão não vai se incomodar. Era difícil organizar uma reunião. Ou eles virem para uma reunião. Quem estava empregado estava quietinho, como um sapo debaixo do pé do boi, esperando ele tirar o pé. Tinha até boletim da época né. Íamos às fabricas convocá-los para a luta de moradia. Mas em geral o movimento ia nos bairros.

Atualmente, são inúmeros os movimentos de moradia em ação na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo.

## MOVIMENTOS DE MORADIA E SEM TETO EM SÃO PAULO E NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Mensurar a quantidade de movimentos sociais de moradia e sem teto que atuaram e continuam atuando na cidade de São Paulo e RMGSP constitui-se em uma tarefa difícil devido à grande quantidade de ações e também da falta de informações precisas de cada ação coletiva. A divisão entre movimentos de moradia e sem teto é uma proposta metodológica de Edson Miagusko, autor da obra “Movimentos de Moradia e Movimentos Sem teto”. De acordo com Miagusko, os movimentos sociais ligados à habitação podem ser divididos em duas fases: a dos movimentos de moradia, que indicam a luta de trabalhadores pelo direito de ter uma propriedade, de poder morar em um cortiço sem os abusos do proprietário, e acesso a melhores condições salariais para morar mais próximo do trabalho. A medida que a ditadura aumentava a repressão às ações coletivas sindicais, a luta se difundia para outras searas, como a luta por moradia. É importante notar que no início do século XX os trabalhadores moravam em vilas operárias, próximas ao ambiente de trabalho. Porém, antes de ser considerada um direito, a Vila Operária era uma forma de controle da vida do trabalhador, posto que, dependia da empresa para o salário e a moradia. Com o fim das Vilas operárias, a partir do encarecimento do espaço urbano, a classe trabalhadora foi expulsa para as áreas da periferia. A partir da década de 90 alguns movimentos de moradia, que englobavam uma série de lutas da classe trabalhadora, passaram a se denominar movimentos sem teto.

A categoria sem teto foi acionada substituindo a definição “movimentos de moradia”, enunciando a nomeação “sem”, o que significava um movimento que definia sua identidade pela ausência de um direito ou de um bem. A assimilação da nomeação “sem teto” assinala como nos anos 1990 foram marcados pela retração das políticas públicas de caráter universalizante e pelo encolhimento do campo dos direitos ou sua flexibilização. (MIAGUSKO, 2012, pg. 22).

Foi a partir da década de 90, com a greve dos Petroleiros de 1995, que a criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado e da esfera jurídica ganhou mais vulto. Nesse processo, os movimentos de moradia e sem teto também passaram a dialogar com as políticas públicas ou com a gestão pública (MIAGUSKO, 2012, pg. 23). Sendo assim, o perfil dos movimentos pós anos 90, de

acordo com Miagusko, é diferente dos movimentos de moradia da década de 80. As ações políticas, as demandas, a relação com o Estado e as necessidades da base são outras. Uma possível inferência dessa mudança pode ser explicada pela estrutura da economia política brasileira. Na década de 70 em plena ditadura militar e crescimento econômico, a classe trabalhadora industrial estava em seu apogeu. Resultante disso está na organização do Partido dos Trabalhadores – PT como alternativa da esquerda. Há também um intenso êxodo rural, que aumenta a população das cidades, uma urbanização dilacerante, que continua a excluir a classe trabalhadora dos equipamentos da cidade – escola, hospitais, transportes. No campo, O Brasil rural dá lugar a um Brasil agrário, industrializado, que mantém formas de exploração da classe trabalhadora. A partir da noção dessa demanda, nasceu o MST – Movimento dos trabalhadores sem-terra, que luta pelo direito à propriedade da classe trabalhadora.

Na cidade de São Paulo, os movimentos de luta por moradia podem ser representados pela UMM – União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, que articula movimentos sociais pelas bandeiras da reforma urbana, direito à moradia e autogestão.<sup>5</sup>

Alguns desses movimentos se organizaram coletivamente, caso da FLM – Frente de Luta por Moradia, que engloba mais de dez movimentos, como o Movimento Sem Teto do Centro – MSTC, Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Formaesp), Fórum de Mutirões, Associação de Mutirões, Movimento Quintais e Cortiços da Região da Mooca, Movimento Terra de Nossa Gente e por quatro grupos que se uniram no Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (14 de janeiro, Grupo da Água Rasa, Grupo Colorado e Setor 8, todos da zona leste), Movimento de Moradia da Zona Norte e o Movimento Centro-Norte. A FLM tem como bandeira a ocupação de prédios abandonados com problemas de legalização ou dívidas com a União, para reivindicar políticas públicas de moradia. Nasceu das iniciativas de autogestão com os mutirões, nos governos Jânio Quadros e Mário Covas (entre 1984 e 1988). Finalmente, no governo Luiza Erundina, que se mostrou aberto aos movimentos sociais, as experiências de autogestão e mutirões foram adotadas pela prefeitura.<sup>6</sup> As ocupações da FLM têm se concentrado na luta pelo direito de morar no centro da cidade, onde há maior infraestrutura e próxima às áreas de trabalho. Outra questão importante, é que as últimas ocupações têm se realizado em áreas construídas, ação coletiva diferente de outro grande movimento de moradia e sem teto, o MTST – Movimento dos Trabalhadores sem teto.

---

5. Definição retirada do web site da UMM – [www.sp.unmp.org.br](http://www.sp.unmp.org.br)

6. Informações retiradas do site da FLM <http://www.portalfm.com.br/luta-historico/>

Formado a partir do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, possui base de luta e políticas independentes. Um dos diferenciais é não localizar a luta em uma perspectiva territorialista, mas reivindicar o direito à moradia, à reforma urbana, questionando a estrutura das cidades.

A ideia é criar um “cinturão de lutas” na Grande São Paulo, a partir da noção de latifúndios urbanos, fez com que o movimento priorizasse grandes ocupações de terra, à semelhança dos movimentos de moradia que deram origem à União dos Movimentos de Moradia – UMM em 1988. (MIAGUSKO, 2012, pg.261).

O MTST tem realizado ocupações em terrenos com problemas de regularização, os chamados “latifúndios urbanos”, em que os militantes ocupam, formando núcleos de moradia com barracas. O MTST não realiza ocupações em prédios, e tem se dedicado à luta nas cidades da RMGSP.

Tanto nas ocupações nos prédios abandonados, como nos terrenos, a base de luta é composta, de acordo com as pesquisas de campo, por famílias da classe trabalhadora. Muitas vezes lideradas por mulheres, com muitas crianças e idosos. Fato que deslegitima a ação violenta do Estado, através da polícia, nas reintegrações de posse. Justamente, pela menor quantidade de homens, o uso de armas não letais, tropa de choque e outros aparatos, são totalmente desnecessários.

Assim os movimentos de moradia e sem teto, apesar de uma efetiva participação política, a partir da presença em fóruns públicos, conselhos e espaços institucionais, na capacidade de negociação política com os poderes políticos, conselhos e em espaços institucionais, na capacidade de negociação política com os poderes públicos, oscilam num pendulo entre a criminalização e gestão. (MIAGUSKO, 2012, pg. 23).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os movimentos de moradia e sem teto na cidade de São Paulo deve refletir sobre a situação da classe trabalhadora. Primeiro, porque como foi exposto, a base militante desses movimentos sociais está intimamente ligada aos trabalhadores da cidade de São Paulo. Em sua maioria, excluídos

das possibilidades de moradia digna e acesso às condições mínimas de sobrevivência como hospitais, escolas, boa alimentação, cultura, entre outros. No entanto, as condições dessa classe foram sendo modificadas de acordo com as mudanças no modo de regulação do capitalismo. Outras questões, como a exclusão social, sobretudo de negros, indígenas e mestiços, que no Brasil, tem se mantido apesar das mudanças conjunturais.

Infere-se que a classe trabalhadora não deva ser estudada de forma homogênea, como se as condições de vida e da economia das capitais brasileiras fossem as mesmas. Para tanto, os estudos de Milton Santos na obra “Por uma economia política da cidade” são importantes para pontuar as diferenças dos empregos fabris e do tipo de indústria que ocorre na cidade de São Paulo. No capítulo “Involução metropolitana e economia segmentada: O caso de São Paulo”, Santos dissertou sobre como a metrópole consegue se manter, mesmo com enormes bolsões de pobreza e com uma população em contínuo crescimento e, conseqüentemente, dificuldade. O êxodo rural provocado pela modernização do meio agrário atraiu uma série de trabalhadores as grandes metrópoles, como São Paulo. Para Santos, a cidade “não explode” porque o crescimento industrial conseguiu suportar a mão de obra que chega à capital. Outra questão, é a convivência de um setor fabril diferenças de estrutura. Por exemplo, indústrias com plantas tecnológicas, como a automobilística, que exigem trabalhadores preparados e um meio técnico modernizado (grandes redes de fibra ótica, rede de transportes) convivem com setor fabril médio e pequeno. Esse setor exige menos conhecimento e preparação do trabalhador, incluindo os recém-chegados, e também exigem menor preparação do espaço. Essas indústrias não possuem uma planta modernizada e robotizada, e a mão de obra possui menor preparação. Os bens produzidos também são mais baratos.

Essas grandes cidades abrigam, todavia, as mais diversas gamas de trabalho, podendo até acolher assalariados com ganhos mais baixos do que nas áreas não metropolitanas e não urbanas consideradas “pobres”: são exatamente essas grandes cidades que detém o maior poder de atração sobre os pobres dos campos e de outras cidades, parcela cada vez mais significativa da força de trabalho nacional utilizada nas metrópoles como mão de obra barata. (SANTOS, 2012, pg. 90)

A economia urbana de São Paulo é constituída, de acordo com Santos, com um setor e mão de obra muito diversificadas. Porém, as indústrias com alto grau de modernização estão em menor número, apesar de empregarem mais pes-

soas por planta. As plantas fabris de médio e pequeno porte, estão em maior número e empregam menos trabalhadores por planta, mas em seu conjunto são um grande atrativo à mão de obra não especializada. Nessas indústrias de médio e pequeno porte as condições de trabalho são precárias, e há menor remuneração. Para Santos, a produção dessas indústrias alimenta a classe trabalhadora que a mesma emprega. Ou seja, produtos mais baratos, com menor qualidade. E até produtos artesanais, ou “piratas”, que por terem preços convidativos alimentam essa economia. Para comprovar sua tese, Santos fez uso de dados econômicos sobre a indústria.

Levar em conta dados demográficos e dados econômicos sem consideração para com as situações diferentes de poder – dos indivíduos e das empresas- é fazer tábula rasa das diferenças realmente existentes e confundir, em uma média impossível, a multiplicidade de relações que mantém com a cidade. (SANTOS, 2012, pg. 103)

Santos nos apresenta uma metodologia de análise da classe trabalhadora, com base na observação da diversidade do setor fabril e do espaço. Posto que, os espaços com maior desenvolvimento – redes de transporte, cabeamento de fibra ótica, acesso à hospitais, escolas, em suma, com maior investimento de capital – recebem os setores de ponta com a classe trabalhadora melhor remunerada. O oposto ocorre nas periferias, em que as condições do setor fabril, de serviços e do espaço oferecem menor possibilidade ao trabalhador. Na atual fase da regulação flexível, em que há uma importante mudança no setor fabril, especialmente nas transnacionais, a condição de precariedade do trabalhador se intensifica. De acordo com dados do Dieese na pesquisa de emprego e desemprego - PED, a indústria de transformação sofreu 60% de perdas em postos de trabalho nos anos de 2015 e 2016. Além de forte contração dos salários e retração dos demais setores como o de serviços. Porém, a indústria continua a empregar mais que o setor de serviços. Atestando que o setor fabril continua a alimentar a economia segmentada de São Paulo. Desse modo, a classe trabalhadora, cujos salários são pequenos para aquisição de moradia, ou mesmo o financiamento, engrossam as filas dos movimentos sociais de moradia e sem teto, na esperança de que as políticas públicas – como o Minha Casa, Minha Vida - apesar dos problemas, possam retornar.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- ALVES, Anunciação Glória da. *A requalificação dos centros Urbanos*. Estud. av. vol.25 no.71 São Paulo Jan./Apr. 2011.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, FAPESP, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midori. A rua Florêncio de Abreu: Espaço e História. In: R. Glezer; M. Silva; L. Secco; Deaecto, Marisa M.. (Org.). São Paulo: Espaço e História. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1, p. 30-45.
- MENDES, Denise. In: R. Glezer; M. Silva; L. Secco; Deaecto, Marisa M.. (Org.). São Paulo: Espaço e História. São Paulo: LCTE, 2008, v. 1
- MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e Sem-Teto de São Paulo: as experiências no contexto do desmanche*. São Paulo, SP: Alameda, 2012.
- OLIVEIRA, Dennis de. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 405-421, ago. 2015
- OLIVEIRA SOBRINHO, Soares. *Revista Sociologias*. v. 15, n. 32 (2013) *São Paulo e a ideologia higienista entre o século XIX e XX: a utopia da civilidade*
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, SP: Edusp, 1995.
- SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo, SP: Edusp, 2012.

# TEORIAS DELIBERATIVAS NA LITERATURA INTERNACIONAL E OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO

FABRÍCIO MURIANA ARÊA LIMA<sup>1</sup>

ANA PAULA FRACALANZA<sup>2</sup>

URSULA DIAS PERES<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos considerar alguns dos principais arcabouços teóricos de pesquisadores que discutiram a questão da participação política nos Estados Unidos. Nosso caminho argumentativo reconstitui a trajetória desenvolvida por Lima (2017), que buscou sintetizar o que foi elaborado pelo participacionismo e a teoria deliberativa nos Estados Unidos.

## PARTICIPAÇÃO, INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS E TEORIA DELIBERATIVA NOS EUA

A nostalgia por participação efetiva continua a assombrar as modernas democracias, nas quais - como Kelsen (1988: 35) foi forçado a conceder - ‘direitos políticos’ - a saber, liberdade - são reduzidos ao essencial e simples direito a votar. (Przeworski, 2010, p. 111).

Neste capítulo, tentaremos recompor setores do debate internacional, partindo dos teóricos que avançaram na consideração da participação como parte do sistema político dentro da teoria democrática. Posteriormente, buscaremos re-

---

1. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH/USP.

2. Professora Associada do Curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política e Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), fracalan@usp.br.

3. Professora Dra do Curso de Gestão de Políticas Públicas e dos Programas de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e de Mudança Social e Participação Política da EACH/USP, uperes@usp.br.



compor também a teorização sobre a participação e, por fim, apresentaremos o desenvolvimento contemporâneo do debate sobre a teoria deliberacionista, que parece ocupar o lugar que já foi dos teóricos da participação na literatura internacional. Todo este esforço tem o intuito de circunscrever diversas leituras sobre a ideia de *efetividade* de alguns papéis da participação, fundamental para aqueles que estudam o tema.

A citação que abre este capítulo é de Adam Przeworski em *Democracy and the limits of Self-Government* (2010). Ela dá conta de um ideário que permeia as discussões da teoria democrática acerca da efetividade e de alguns dos paradoxos gerados pelo voto. O autor vai argumentar que a maneira como se estruturam as eleições faz com que o voto não seja eficaz como instrumento individual de intervenção no governo representativo. Para o autor, o autogoverno coletivo somente é atingido não quando cada votante tem influência causal no resultado final, mas quando a escolha coletiva é o resultado de vontades individuais agregadas. Para Przeworski, há problemas próprios de sistemas democráticos, tais como: nem todas as opções concebíveis ou exequíveis se tornam opções votáveis; o número de opções é necessariamente limitado e a chance da plataforma mais votada se distanciar de vários eleitores é grande; além disso, partidos tendem a ter plataformas similares. Para finalizar o argumento, o autor conclui que eleitores individuais terminam não tendo nenhuma opção, pois os partidos e plataformas tendem a buscar o eleitor médio.

No que tange o debate específico sobre participação, há dois trechos que podemos destacar da reflexão de Przeworski. O primeiro é exatamente o citado. A nostalgia da participação efetiva “assombra” as modernas democracias, de onde podemos concluir que se trata de uma espécie de fantasma. A finada participação efetiva talvez advenha do tipo de democracia que nasce (e talvez morra) na Grécia antiga. Ora, se há uma diferença substancial entre sociedades modernas e a *pólis* grega é a quantidade exponencialmente maior de população que faz parte dos sistemas políticos. Para Przeworski, necessariamente o processo democrático passa por agregação, que é também uma das características do processo representativo.

Como foi argumentado no parágrafo anterior, para o autor “igualdade e efetividade são incompatíveis”, já que individualmente o votante tem o mínimo de agência causal no resultado. No entanto, o lado crítico e revelador do argumento é justamente quando ele conclui que “desigualdade e efetividade não são [incompatíveis]” (PRZEWORSKI, 2010).

Vemos nessa segunda parte, que o argumento de Przeworski aproxima a ideia de participação da ideia de desigualdade. Se somente o voto entrega a igualda-

de total em democracias, então todo tipo de participação efetiva parece buscar uma mudança nessa equação. O autor vai rememorar vários autores que na história da teoria democrática concluem que voto é autorização e que pouco ou nada deve haver de influência de quem vota nos governos eleitos. Também ele próprio vai considerar que a política do dia-a-dia não é feita somente do voto. Pressuposto básico da ideia de participação: desigualdade. Mesmo que a participação busque resolver desigualdades estruturais (econômicas, raciais, de gênero ou qualquer outro exemplo), aquele que busca participação também tentará fazer com que o poder aja de forma desigual de acordo com suas vontades (e não somente a vontade expressa no voto).

Argumento que se aproxima ao exposto será encontrado também em *Voice and Inequality*, de Verba, Schlozman e Brady (1995). Já na segunda página da introdução ao livro, os autores argumentam que seu estudo é sobre “o processo que amplifica a voz de alguns cidadãos e emudece a de outros” (p. 2, tradução nossa). Aqui nos deparamos com literatura de base empírica, mas cujos pressupostos de análise claramente apontam para uma desigualdade *a priori* do processo de participação. Para que alguns tenham voz, é necessário que outros fiquem mudos, quase como um *trade-off*. De alguma forma, neste trecho estamos lidando com as condições de possibilidade da participação (trabalho que será reiterado por Verba, Schlozman e Burns em *The private roots of public action*, de 2001, com maior foco nas análises de igualdade e gênero), ou seja, não se trata ainda da substância, do conteúdo da participação, mas ao buscar processos participativos, talvez eles por si provoquem desequilíbrios à democracia - aprofundando-a ou tornando-a menos “democrática”.

Cabe considerar que a perspectiva de Verba *et al* (1995) é distinta da de Przeworski. Os primeiros estão buscando saber o papel da participação em “comunicar informação sobre preferências e necessidades dos cidadãos para os formuladores das políticas públicas, o que cria pressão para que dêem atenção ao que estão dizendo” (p. 12, tradução nossa). Neste enquadramento de análise, é natural que as vozes sejam vistas como espécies de grãos de areia numa ampulheta. Somente um grão pode cair de cada vez, e enquanto esse não cai, o próximo não pode seguir seu caminho (metáfora para ser escutado). Não por acaso, as condições de possibilidade para esse discurso contam muito: onde se formam os grupos de ação política? Em que relação com o poder público? A partir de quais premissas morais? E em que tipo de arranjo institucional?

A reflexão dos autores necessariamente nos leva à pergunta sobre exatamente o que representam quando participam. Ora, se é sabido que a maior parte das populações de democracias é politicamente inativa para além de qualquer esforço que não seja o voto, é possível produzir processos participativos nos

quais essa população inativa esteja representada? Ao longo da argumentação de Verba *et al.*, parece-nos claro que a única garantia que pode haver num processo participativo é a do direito igualitário de participação. Interessa menos se os efeitos da participação são representativos de toda a população - visto que mesmo através do voto haverá desigualdade de importâncias e efetividade - e mais se o processo participativo é garantidor de um direito de participar mais igualitário. Verba *et al.* (pg. 15) tentam responder à pergunta “por que as pessoas não participam em política?”: porque não podem, porque não querem ou porque sequer foram mobilizadas. Dessas três dimensões, retiramos que é necessário garantir o direito para os que não podem, talvez seja necessário demonstrar resultados da participação aos que não querem (ou talvez estes realmente nunca queiram) e quanto aos que não foram informados, há uma *dimensão de publicidade e mobilização* que deve ser avaliada em processos participativos. Temos, portanto, até aqui, para pensar efetividade: 1) avaliação de perdas e ganhos, 2) garantia de direito de participar com a devida 3) publicidade e 4) demonstração da consequência da participação - o que pode depender mais da percepção sobre processos do passado do que do processo presente.

Mais um ponto que devemos destacar no enquadramento de análise da participação por meio da voz de quem participa é que, Verba *et al.* (1995) podem analisar a eficácia de ativismos, quando o resultado a ser medido é *quanto de voz os ativistas têm, se são ouvidos e se atraem a atenção de responsáveis por desenvolver e implementar políticas*. Como veremos nos textos finais desta análise, Jane Mansbridge também vai se preocupar com a compreensão dos tipos de participação fora das instituições políticas na teoria deliberacionista. Interessa aos primeiros identificar condições de possibilidade e à última verificar como as instituições e inovações democráticas são modificadas por movimentos das ruas e de fora das instituições.

Cronologicamente, se retomarmos os caminhos de desenvolvimento das teorias sobre participação contemporâneas, um denominador comum seguramente será o texto de Carole Pateman de 1970. *Participation and Democratic Theory* apresenta logo no título que o intuito da ampliação da participação para a autora se relacionava com uma disputa em relação aos pressupostos normativos apresentados por Schumpeter sobre o que seriam Estados democráticos ideais.

Recent discussions of the theory of democracy have been obscured by the myth of the ‘classical doctrine of democracy’ propagated so successfully by Schumpeter. The failure to re-examine the notion of a ‘classical’ theory

lias prevented a proper understanding of the arguments of (some of) the earlier theorists democracy about the central role of participation in the theory of democracy; prevented it even on the part of writers who wished to defend a participatory theory of democracy. (PATEMAN, 1970, p. 103).

Ou seja, Pateman vai formular sua teoria a partir do diálogo com alguns dos autores clássicos da Ciência Política, como Schumpeter, Dahl, Cole e Rousseau, mas o que, em relação a uma busca pela ideia de efetividade, podemos carregar desta obra de Pateman é sobretudo seu esforço por apresentar a dimensão pedagógica da participação. O argumento é relativamente simples: há sim muita discussão política que acontece entre eleições e quanto mais os cidadãos se aproximam da vida política, mais aprendem sobre noções de eficácia da política, atores no jogo, possibilidades e limites. Nesse sentido, a participação ganharia um *caráter pedagógico*.

Cabe considerar que o modelo sugerido por Pateman para que os processos participativos integrassem o cotidiano das pessoas passava pela sugestão da criação de instâncias organizativas em fábricas, aproximando o universo do trabalho fabril de um cotidiano da política. Como pudemos verificar posteriormente, esse modelo tinha um caráter altamente normativo daquilo que a participação deveria ser - visto que a participação vinculada ao trabalho nas fábricas nunca se concretizou - e esse caráter vai influenciar muito na teoria subsequente, inclusive no Brasil. É inegável que existe uma dimensão pedagógica em participar, e isto pode ser considerado na formulação do processo. No entanto, onde e como a participação acontece não depende de como a teoria a veja. Devemos, portanto, salientar que o ideário de Pateman na década de 1970 guarda algo de proximidade com o papel das tecnologias atuais, isto porque parte dos processos participativos, seja para sua publicidade ou para a manifestação de vontades, passa hoje por mecanismos *online*, acessíveis por qualquer dispositivo conectado à rede. Obviamente, quando tratamos desse tipo de participação, estamos pressupondo que o cidadão pode se informar sobre os processos participativos no ambiente de trabalho e inclusive sugerir e votar durante o intervalo entre uma tarefa e outra do trabalho. Para Pateman, esse ambiente de trabalho era a fábrica. Nesse sentido, a dimensão de proximidade entre o mundo do trabalho e a vida política talvez seja, por este lado, uma virtude e não uma ingenuidade do pensamento de Pateman.

É interessante constatar o período histórico em que o texto de Pateman foi elaborado. Sobretudo para autores que escrevem nos Estados Unidos, entre as décadas de 1960 e 1970, qualquer formulação sobre o aprofundamento da democracia

tem de desviar de uma ideia de participação que se assemelhe a soviéticas, por razões de guerra fria. Nesse sentido, encontramos em Arnstein (1969) argumentos que se assemelham aos de Pateman no que tange à crítica aos tipos de participação, mas apontando para um ideário de participação que poderia compor um contraponto ao sistema representativo. Para ela, existe um tipo de participação simbólica, à qual se pode recorrer sem no entanto esperar um resultado concreto imediato, mas que pode balizar as decisões dos representantes nos anos entre as eleições. Há também uma crítica inicial a burocracias, as quais, para a autora, agiam contra os potenciais de aumento da participação.

A crítica de Arnstein quanto às possibilidades de apropriação ou de cooptação de quem participa antecipa o debate contemporâneo sobre o discurso dos atores que não participam. Talvez não consigamos “subir a escada” com Arnstein quanto à sua escala de participação, que vai da participação-terapia/manipulação até o controle cidadão, porque os textos posteriores e os achados empíricos demonstram que parte deste caminho apresenta *trade-offs*, ou seja, não é linear: para ter um, não podemos ter o outro avanço. O importante papel de autoras como Pateman e Arnstein está justamente naquilo que não se efetivou empiricamente, a saber, a proposição crítica aos ideais de democracia representativa, incluindo a participação política no centro do debate - mesmo que de forma distinta do que se encontrava na realidade - ao menos constatava a possibilidade da participação como via de redistribuição de poder. Não seria um exagero comentar que a miopia empírica apresentava uma potência teórica de igual proporção.

Se avançamos 13 anos no debate, veremos que parte das novas formulações do campo passavam exatamente por encontrar a medida de uma teoria que conseguisse propor a participação com um grau mais alto de interferência nas democracias representativas. Este importante passo daria condição para que os estudos empíricos pudessem começar a analisar o que passou a existir como representação extraparlamentar. Em Barber (1984) e Mansbridge (1983) vemos uma tentativa de encontrar diretrizes para que um Estado sobrecarregado possa distribuir poder e meios materiais para novos grupos e novas agendas que se impunham. Também Hirst (1994) vai propor um modelo explicativo calcado no papel do associativismo, antevendo parte do debate sobre a qualidade das associações da sociedade civil e os efeitos da participação, além de tentar buscar uma via que trouxesse mais relevância à escala local. Guarda-se do período, ao menos no que tange à ideia de efetividade, a noção geral de Mansbridge de *unitary democracy*, em que os conflitos não sejam resolvidos tão somente por meio de votações majoritárias, as quais têm alto custo e escondem inúmeras nuances de minorias que podem

ser usadas para formular políticas públicas. Cabe salientar que a crítica de Mansbridge nesse momento foca nos limites da democracia representativa, mas apresenta algo que se conectaria com essa estrutura de democracias representativas de forma a torná-la mais eficaz e conseqüentemente mais democrática. Ora, estamos nos aproximando da ideia posterior de deliberação, e necessariamente da análise da qualidade dessa deliberação. Seguindo a cronologia, mais à frente retomaremos essa ideia.

Somente nos textos de autores da última década do século XX e primeira do século XXI começaremos a encontrar os parâmetros de uma teoria que leve em conta menos o que a participação deveria ser, e mais os efeitos diretos da implementação de instâncias participativas. Quando retomamos debates antecipados no início deste capítulo, em Plotke (1997) encontramos a crítica aos esforços da teoria participativa anterior à contraposição entre representação e participação. Ao tomar a participação como uma forma específica de representação, Plotke não terá problemas em afirmar que se devem aumentar as práticas representativas, e isso seria aumentar conseqüentemente as possibilidades de participação. No coração dessa afirmativa, existe uma desmistificação da ideia de que democracia direta seria a simplificação da representação. Para o autor, agregam-se camadas de representação que na verdade tornam a democracia ainda mais complexa:

When democratic movements win, however, politics as a whole tends to become more complex. Direct personal domination is replaced by procedures that rely on more general and abstract relations among political agents. Democratic successes expand the number of voices in conversations about what to do and thereby make decisions more complicated. (PLOTKE, 1997, p. 24).

Essa virada conceitual faz com que desloquemos a discussão e passemos a considerar o jogo representativo (e o papel da participação nesse jogo) como central para qualquer análise de efetividade. Para Plotke, o oposto de representação é exclusão e o oposto de participação é abstenção. Vejamos nos processos participativos, ou ao menos naqueles onde há claramente etapas representativas, se *há processos de exclusão*. Dentro do processo participativo - ou ao menos dentro daquilo que se convencionou denominar processo participativo - deve-se observar se ele não toma por abstenção os cidadãos que não souberam ou não tiveram o direito de participar. Com esses marcos anotados, podemos seguir aos próximos autores.

Em texto de 2006, no capítulo que leva o título de *New forms of Democracy? Reform and transformation of Democratic Institutions*, Dalton, Scarrow e Cain, farão um esforço de conceituação de novas instituições democráticas que justamente vão cumprir o papel de aumentar a intensidade da discussão política entre eleições. Em lugar da centralidade da democracia representativa, os autores apontam uma determinada tendência à democracia de *advocacy* (ou *advocacy democracy*), em que a transparência e a *accountability* passarão a ser conceitos balizadores de determinadas instituições políticas. Os autores chegam a afirmar que estaríamos em meio a uma segunda onda de reformas democráticas, de igual ou maior proporção que a adoção do sufrágio para homens livres e mulheres, as reformas que se deram no início do século XX. A aposta dos autores sobre a segunda onda democrática é na diminuição de intermediários, embora não haja um projeto em todo o texto de retirada da representação. Desta proposta, interessa-nos a possibilidade de exacerbar a transparência e aumentar a *accountability*, para que como efeito colateral os cidadãos participem mais da formulação das políticas e não sejam somente convidados a votar nas eleições.

Dos textos a que recorremos, aquele que parece enfrentar mais diretamente as dificuldades da incorporação das virtudes e os desafios da participação é o de Warren (2003). Da literatura encontrada, ele é o primeiro a salientar que a teoria democrática deve prever a dinâmica de eleições concomitante a processos participativos, mas que os arranjos institucionais em cada país podem produzir contradições, o que pode gerar problemas se o intuito é melhorar os resultados da democracia como um todo. Variáveis como a globalização e a super complexidade dos sistemas políticos influenciam no papel do Estado como ator coletivo, mas nem sempre este seria o *melhor* ator coletivo. Deste contexto derivariam algumas oportunidades de participação e de pluralização da representação. É especialmente interessante verificar a perspectiva de crítica ao papel do Estado a partir do campo de pesquisa de um país em que boa parte das instituições participativas foram criadas pelo próprio Estado, como é o caso do Brasil. O movimento do autor vai no sentido de demonstrar que a participação pode ocupar frestas e, no debate nacional, não seria exagerado argumentar que a participação ligada ao Estado cumpre esse papel de ocupar as fissuras, de alguma maneira expandindo o papel do Estado. Desta seleção dos argumentos de Warren, podemos salientar o caráter de apresentação de novas agendas, efeitos colaterais de sociedades complexas que demandam tipos de representação que não somente se sobrepõem, como muitas vezes sequer têm um nome. Avaliar a inclusividade e abertura a novas agendas também é avaliar a efetividade da participação.

O último movimento que procuraremos minimamente reconstituir é aquele de literatura mais recente, a virada deliberacionista. Trata-se de textos cujos autores imprimiram diferentes graus de esforços empíricos e teóricos, mas que nesta descrição, ao menos nos textos analisados, mostra um caminho indutivo de análise de novas instituições democráticas - por vezes denominadas como inovações democráticas - em direção a uma nova reformulação da teoria democrática. Em Fung (2004), somos apresentados aos parâmetros normativos/analíticos de *Empowered Participative Governness* (EPG). O caminho, que vai dos casos à teoria, passa pela apresentação de distintos contextos, nos quais os autores afirmam que lógicas de EPG foram empregadas. A inovação está no fato de que há uma seletiva busca por mecanismos que já estejam em uso e que tenham resultados mensuráveis e comparáveis com aquelas regiões onde estes mecanismos não foram empregados. O caminho da argumentação vai de uma descrição muito minuciosa da gestão compartilhada de alguns programas de policiamento e urbanismo em Chicago no ano de 2002, até uma teorização com base em quatro casos (o de Chicago incluído) de realidades muito distintas em que foram empregados parâmetros e mecanismos de EPG. Não há uma descrição de como devem ser precisamente as estruturas de EPG, mas há um processo indutivo de explicação a partir dos casos que para o autor influenciaram positivamente a política pública. O grau de generalização a que se chega por meio da teoria apresentada tende a ser o menor possível. Os autores criam categorias, escalas e tipificações - assumidamente influenciados (embora em chave bastante crítica) pelo texto de Arnstein já mencionado, mas partindo dos casos e não predizendo como deve ser a participação. O caráter mais prescritivo dos textos versa sobre a implementação de políticas públicas e sobre o conjunto de possibilidades criadas pelas inovações apresentadas. Já a teorização está limitada pela quantidade de casos que servem de exemplo. Embora analise poucos casos, Fung será minucioso na tentativa de produzir esquemas visuais de possíveis resultados das arenas de deliberação, considerando que algumas escolhas impedem que se tenha todos os resultados virtuosos possíveis: a lógica de *trade-offs*.

Em Fung, teremos clareza de que é intrinsecamente necessário à melhoria dos processos deliberativos que as inovações democráticas não sigam uma única regra - como acontece com instituições representativas clássicas - mas que o desenho das instituições cumpra a necessidade que se almeja: melhoria ou reformulação de política pública, discussão de novas ideias, aumento da eficiência dos gestores, formulação de novas leis; enfim, existem inúmeros lugares em que a deliberação pode influenciar no processo, e para cada lugar podem haver arranjos institucionais diferentes, que coloquem em maior ou menor



evidência os técnicos, a burocracia, a opinião pública, os representantes eleitos e outros atores do processo. Isto sempre com algum custo e com aumento da complexidade do processo democrático.

O segundo grande movimento da atual literatura deliberacionista terá início com Gooding e Dryzek (2008). Os autores vão salientar o uso de mini-públicos como maneira de produzir um processo representativo de pequena escala, mas que seja uma amostra estatística da população. Aqui encontramos um movimento no sentido de tentar superar o problema causado pela agregação, a saber, o custo de um processo eleitoral e a impossibilidade de saber ao mesmo tempo muita informação de uma elevada quantidade de pessoas. Novamente encontramos um tipo de literatura de prescrição sobre como apresentar alternativas de aprofundamento da democracia.

O último e maior movimento teórico virá com Parkinson e Mansbridge (2012), como vemos pela sequência de citações:

Conversely, an institution that looks deliberatively exemplary on its own, such as a well-designed minipublic, can look less beneficial in a systemic perspective when it displaces other useful deliberative institutions, such as partisan or social movement bodies. (PARKINSON e MANSBRIDGE, 2012, p. 03).

Com os autores, somos apresentados a uma abordagem sistêmica da ideia de deliberação. O esforço é claro desde o princípio: todo o sistema deliberativo deve ser avaliado quando buscamos efeitos de instituições criadas para aprofundar a democracia.

In a good deliberative system, persuasion that raises relevant considerations should replace suppression, oppression, and thoughtless neglect. Normatively, a systemic approach means that the system should be judged as a whole in addition to the parts being judged independently. We need to ask not only what good deliberation would be both in general and in particular settings, but also what a good deliberative system would entail. (idem, pág. 05).

Quando os autores comentam do sistema como um todo, há uma novidade na consideração daquilo que está fora do Estado. Há uma longa argumentação

sobre o papel de manifestações e repertórios de movimentos sociais como fomentadores de discussões que antes não conseguiam adentrar as instituições representativas. Esse dado nos revela que a abordagem sistêmica quer dar conta de absolutamente todos os atores e instituições que interferem em um espírito do tempo das discussões políticas. “We take the state and its legislatures as the ultimate decision-makers in a polity, but not as the centre to which everything is aimed in the polity’s deliberative system. (ibidem, pág.10). Para Parkinson e Mansbridge, um sistema deliberativo tem funções éticas, epistêmicas e de inclusão que podem ser avaliadas para compreender quanto contribuem tanto para a melhora substantiva da deliberação, quanto para conformação de políticas que sejam advindas dessa melhora. O enquadramento (*template*) dessa avaliação não está no projeto do texto dos autores, mesmo assim é possível verificar um amplo esforço de sair dos casos específicos e partir para uma teoria que dê conta do todo da democracia.

#### O QUE SE PODE CONCLUIR

O que se pode concluir ao cabo de uma breve análise da trajetória da literatura internacional analisada é que novas questões são propostas no período recente: qual é o jogo de forças entre a participação e a tradicional representação? Que tipo de representação caracteriza os ambientes onde acontece a participação política? De que forma ela incide em outras instâncias democráticas e no sistema político como um todo?

Estas questões nos são bastante familiares e se colocam ao analisar as Instituições Participativas no Brasil. Também a ideia de interação socioestatal ou, em chave recentíssima, mútua constituição, ganha vigor nos estudos brasileiros, quando nos Estados Unidos essa ideia está presente no tipo de análise que encontramos nos escritos de Sidney Verba de *Voice and Equality*. O que parece ser desafio à literatura brasileira não está tão distante da dificuldade de Parkinson e Mansbridge: se aqui é difícil conectar causalidade e/ou correlação entre manifestações e IPs, lá não se pode fazer grandes afirmações sobre a influência da teoria deliberativa no todo da democracia. Ambas experiências, no entanto, já identificaram seus vazios teóricos. A agenda de traduções analíticas segue aberta e quanto mais for possível olhar para a literatura internacional, tanto mais nossas inovações democráticas podem viajar o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ARNSTEIN, S. R. "A Ladder of Citizen Participation" in JAIP, Vol. 35, No. 4, July, p. 216-224. 1969,
- BARBER, B. R. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press. 2003 [1984].
- BURNS, N. SCHLOZMAN, L. K. VERBA, S. *The Private Roots of Public Action: Gender, Equality, and Political Participation*. Harvard Colege 2001.
- CAIN, B. E.; DALTON, R. J.; SCARROW, S. E. (orgs.). 2006. *Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies*. Ney York, Oxford.
- COHEN, J. "Procedure and substance in deliberative democracy". In: DANS, M. J. B.; REHG, W. (Dir. publ.). *Deliberative democracy*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- FUNG, A. and WRIGHT, E.O., 2003, "Thinking About Empowered Participatory Governance", in A. Fung and E.O. Wright (eds), *Deepening Democracy: Institutional Innovation in Empowered Participatory Governance*. London: Verso
- FUNG, A. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Princeton: Princeton University Press. 2004.
- FUNG, A. "Varieties of participation in complex governance" in *Public Administration Review*, Vol. 66, special issue: Collaborative Public Management, December, 66-75. 2006.
- GOODIN, R. E. *Innovating Democracy: Democratic Theory and Practice after the Deliberative Turn*. New York: Oxford University Press 2008. "2. Making Use of minipublics" (com John S Dryzek); "3. When does deliberation begin" (com Simon J Niemeyer).
- HIRST, P. *Associative democracy: new forms of economic and social governance*. Boston: MIT Press, 1994.
- LIMA, F. M. A. *Algumas condições de possibilidade de efetividade da participação na revisão do Plano Diretor paulistano*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mudança Social e Participação Política da EACH – USP. São Paulo, 2017.
- MANSBRIDGE, J. *Beyond Adversary Democracy*. Chicago: University of Chicago Press. 1983.

PARKINSON, J. e MANSBRIDGE, J. (eds.). *Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge University Press 2012.

PATEMAN, C. . *Participation and democratic theory*. London: Cambridge University Press. 1993 [1970].

PLOTKE, D. "Representation is democracy". *Constellations*, v. 4, n. 1, p. 19-34. 1997

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the limits of Self Government*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in the Theory of Democracy. 2010.

ROVER, O. J. "O Orçamento Participativo de Chapecó e sua dimensão rural". In: AVRITZER, L. NAVARRO, Z. (Org.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

SPADA, P. 2014. "The Diffusion of Participatory Governance Innovations: A Panel Data Analysis of the Adoption and Survival of Participatory Budgeting in Brazil." In *Policy Studies Journal* 2014 n° 12. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Paolo\\_Spada3/publication/273774248\\_The\\_Diffusion\\_of\\_Participatory\\_Governance\\_Innovations\\_A\\_Panel\\_Data\\_Analysis\\_of\\_the\\_Adoption\\_and\\_Survival\\_of\\_Participatory\\_Budgeting\\_in\\_Brazil/links/550c9a710cf2ac2905a46207.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Paolo_Spada3/publication/273774248_The_Diffusion_of_Participatory_Governance_Innovations_A_Panel_Data_Analysis_of_the_Adoption_and_Survival_of_Participatory_Budgeting_in_Brazil/links/550c9a710cf2ac2905a46207.pdf) Acessado em 25 de julho de 2017.

VERBA, S. SCHLOZMAN, K. e BRADY, E. H. *Voice and Equality – Civic voluntarism in American politics*. London: Cambridge University Press. 1995.

WARREN, M. E. "What Can Democratic Participation Mean Today?". *Political Theory*, Vol. 30, No. 5 Oct., pp. 677-701. 2002.

\_\_\_\_\_. "A second transformation of democracy?". In CAIN, B. E.; DALTON, R. J.; SCARROW, S. E. (orgs.). 2006. *Democracy transformed? Expanding political opportunities in advanced industrial democracies*. New York, Oxford University Press, pp 223-248. 2003.

# ATOS DE CIDADANIA: ATUAÇÃO POLÍTICA DOS IMIGRANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO<sup>1</sup>

GIOVANNA DE OLIVEIRA KANAS<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, por décadas a vida da população imigrante foi regulada pelo Estatuto do Estrangeiro, instrumento legal afastado de uma gramática de direitos que refletia as preocupações do governo militar no contexto da Guerra Fria e subordinava o tema das migrações à perspectiva da segurança nacional. Texto incoerente com a Constituição e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos proibia qualquer atividade considerada política, impedia os estrangeiros de organizar, criar ou manter associação ou entidades de caráter político e organizar ou participar de desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza (BRASIL, 2013). A necessidade de mudança foi debatida durante anos por acadêmicos, grupos de imigrantes ou grupos ligados à temática migratória e entidades de defesa dos Direitos Humanos. Em maio de 2017 foi sancionada com vetos a nova Lei de Migração que substituiu o Estatuto do Estrangeiro na regulação das migrações internacionais (BRASIL, 2017). Entre os avanços da nova Lei está a garantia do direito de associação para fins lícitos e expressão política.

No período anterior à recente Lei de Migração, o não reconhecimento dos imigrantes como cidadãos e cidadãs de direitos políticos não conseguiu impedir que grupos de imigrantes se organizassem e reivindicassem seus direitos, como pode ser exemplificado com ações ocorridas no município de São Paulo e que resultaram em ganhos para a população imigrante. Tais ações podem ser consideradas “atos de cidadania” e são relativas ao processo de reconhecimento de si como cidadão ou cidadã, mesmo quando tal condição não é reconheci-

---

1. Orientadora do Programa de Mudança Social e Participação Política

2. Mestranda do Programa de Mudança Social e Participação Política

da legalmente (ISIN; NIELSEN, 2008). Partindo das inquietações provocadas pela pesquisa de mestrado intitulada *Cidadania, Nacionalidade e Migrações Internacionais: Análise da Atuação dos Imigrantes do Conselho Participativo do Município de São Paulo*<sup>3</sup>, apresentamos neste capítulo alguns eventos ocorridos no período compreendido entre 2013 e 2016 que dizem respeito à atuação política e luta por direitos dos imigrantes na cidade de São Paulo e ilustram a concepção da cidadania como prática.

#### LIMITAÇÕES DA ATUAÇÃO POLÍTICA E A CIDADANIA COMO PRÁTICA

A garantia do direito de expressão e associação prevista na recente Lei da Migração é considerada um avanço, mas não significa que o Brasil reconheceu os imigrantes como sujeitos políticos plenos, uma vez que estes permanecem excluídos da forma mais icônica de nosso sistema político representativo: o voto. O segundo parágrafo do Artigo 14 da Constituição Cidadã de 1988 limita claramente a expressão política dos imigrantes quando estabelece que “não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros” (BRASIL, 1988). Não obstante a importância de todas as formas de participação política, a negação do direito ao voto tem especial relevância, uma vez que o sufrágio é uma das manifestações primárias da democracia e núcleo fundamental da conquista e manutenção de outros direitos. Em termos práticos, imigrantes que compartilham com os nacionais a vida em comunidade e são afetados pelo processo político brasileiro não são representados pelas instituições políticas que, de muitas formas, legislam sobre o contexto e espaços em que esses grupos habitam, ocupam e atuam. A obtenção e ampliação de direitos políticos envolve a necessidade de debate em espaços institucionais aos quais imigrantes não têm acesso, exatamente por não terem garantidos os seus direitos políticos, o que demonstra um paradoxo das democracias ocidentais (FREEMAN, 2004).

A presença de indivíduos sem direitos políticos em sistemas democráticos questiona um dos principais alicerces da democracia, o sufrágio universal, uma vez que “põe em xeque o pressuposto democrático de que todos que vivem sob um determinado conjunto de leis e são afetados por elas deveriam estar envolvidos, de alguma forma, na sua elaboração” (REIS, 2007, p.18). Da mesma forma, a participação política é instrumento de luta para a conquista de outros direitos, além de afetar subjetivamente a integração dos imigrantes uma vez que “na ausência de igualdade formal e do compartilhamento de di-

---

3. Dissertação desenvolvida no Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

reitos políticos, os imigrantes serão sempre parte do ‘outro’ e, portanto, estarão sempre sujeitos à perda de direito e até mesmo a expulsão” (REIS, 2007, p. 20).

As mudanças constitucionais necessárias para a garantia de direitos políticos para imigrantes envolvem questões fundamentais sobre concepções de nação e distribuição de direitos, pois ao legislar sobre quem tem direito de participar do processo político em democracias liberais, são debatidas diferentes perspectivas sobre o que é a nação e quem dela faz parte. Como as sociedades não são homogêneas e a política não é fruto de uma entidade abstrata, o Estado-nação é sustentado por atores com interesses e perspectivas próprias e a definição de quais são os sujeitos da ação política envolve embates também políticos. Para Reis (2004), uma das formas de exclusão é a limitação dos direitos políticos acordadas pelos cidadãos nas democracias modernas.

Assim, um ponto central nas discussões sobre cidadania é o fato de que a cidadania possui uma dimensão excludente na medida em que opera afirmando a existência de indivíduos com e sem direitos. “O próprio discurso da cidadania é histórica e teoricamente baseado numa distinção entre um fora e um dentro.” (MEZZADRA, 2012, p.77). Nyers (2015) traz as preocupações de autores que afirmam que as lutas de migrantes por integração a um contexto jurídico pode vir a legitimar as estruturas excludentes da cidadania. Este tipo de reflexão é especialmente importante ao considerarmos a disparidade de direitos que ocorre em diversos países entre imigrantes documentados, não documentados e refugiados.

Para Mezzadra, se faz necessário uma conceituação de cidadania que permita a compreensão das lutas dos indivíduos que embora não sejam formalmente reconhecidos cidadãos, contribuem para transformações do conceito de cidadania. Dessa forma, o autor argumenta que os imigrantes agem como cidadãos e são efetivamente cidadãos se utilizarmos uma concepção de cidadania como uma “instituição em fluxo” (MEZZADRA, 2012, p. 74).

A cidadania como processo, como construção contínua, pode ser exemplificada em acontecimentos relativos à temática dos direitos dos imigrantes, como o movimento dos “sans papiers” na França ocorrido entre 1996 e 1997. O movimento teve início com a ocupação de uma igreja em Paris por 300 africanos e espalhou-se por várias regiões da França. Oriundos de países como Mali, Mauritânia e Senegal, muitos imigrantes ingressaram na França como trabalhadores temporários e tiveram sua permanência dificultada por leis restritivas, levados à condição de clandestinidade. Com o movimento saíram da invisibilidade, passaram a ser conhecidos, suscitaram discussões e tornaram públicas suas reivindicações. Balibar (1997, p.1) considera que os franceses

devem aos imigrantes uma nova perspectiva de cidadania “por terem recriado a cidadania entre nós, uma vez que esta não é uma instituição nem um status, mas uma prática coletiva”. Isin e Nielsen (2008) chamam a atenção para o que nomeiam “atos de cidadania”, ações afirmativas da condição cidadã realizadas por imigrantes, que questionam as barreiras legais impostas pelo Estado. Nyers (2015, p.25) explica os atos de cidadania como “paradoxos nos quais indivíduos constituem a si mesmos como sujeitos políticos, cidadãos, antes de serem legalmente ou discursivamente reconhecidos como tais pelas autoridades estatais”. Dessa forma, Isin (2009) enfatiza a dimensão militante da cidadania, do direito a reivindicar direitos, alegando que a história da cidadania é também uma história de resistência e luta pelo reconhecimento de quem deve estar incluído. Os atos de cidadania são processos de subjetificação, nos quais os excluídos contestam os termos de sua exclusão, politizando suas identidades.

#### ATUAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES IMIGRANTES EM SÃO PAULO

A presença histórica na cidade de São Paulo de imigrantes internacionais é um dos fatores que contribuiu para a existência de grupos organizados e manifestações ligadas à temática da migração. Na cidade há registros de fluxos migratórios desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX. A partir de 1980 o perfil dos imigrantes foi alterado, o Brasil passou a fazer parte da rota migratória de imigrantes oriundos de outros países do cone sul, com destaque para a crescente imigração boliviana, motivada pela crise do setor mineiro e pelos altos índices de inflação e desemprego na Bolívia. Muitos imigrantes bolivianos que antes se dirigiam para cidades de fronteira passaram a ter como destino a cidade São Paulo, concentrando-se especialmente na região do bairro do Bom Retiro, conhecida pela produção têxtil. Fixaram-se no bairro para trabalhar e morar em oficinas de confecção de roupas, por vezes em condições precárias de trabalho e condições insalubres de moradia. Na migração intrarregional e particularmente no caso boliviano é relevante a crescente feminização, 46% do fluxo atual de imigrantes bolivianos corresponde a mulheres (IPPDH-MERCOSUR; OIM, 2017). As migrações sul-sul também foram ampliadas, com destaque para o aumento e diversificação da migração oriunda de países africanos. Destaca-se ainda a migração haitiana intensificada devido ao terremoto ocorrido no país em 2010 (SÃO PAULO, 2015).

Estão presentes no município nacionais de outros países e continentes como o africano e asiático, particularmente da China e Coreia do Sul, bem como da América Latina e Caribe (SÃO PAULO, 2015), existem também imigrantes



que chegaram em fluxos migratórios anteriores, como portugueses e japoneses. Segundo o censo do IBGE em 2010 o número de migrantes internacionais correspondia a 1,3%, da população da cidade de São Paulo, cerca de 151.029 pessoas<sup>4</sup>. Estima-se que o número seja maior, pois muitos imigrantes encontram-se indocumentados.

Entre as muitas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes internacionais, especialmente os mais pobres, citamos o preconceito, barreiras de comunicação e dificuldades de acesso aos direitos sociais. Os imigrantes não documentados são mais vulneráveis, pois o acesso aos direitos sociais tem estreita relação com a possibilidade de regularização migratória. A vulnerabilidade da irregularidade migratória pode potencializar a submissão ao trabalho em condições precárias, principalmente em casos de migrantes recém chegados, embora o trabalho precário seja enfrentado também pelos migrantes documentados, já que a regularidade não garante condições de igualdade no mercado de trabalho (IPPDH-MERCOSUR; OIM, 2017).

Os imigrantes, assim como os nacionais, enfrentam dificuldades de acesso à moradia digna, educação e saúde pública de qualidade. Contudo, para os primeiros estas dificuldades são acrescidas de práticas discriminatórias e ausência de sensibilidade com a diversidade cultural. No que diz respeito à moradia, a vulnerabilidade dos migrantes não documentados, a insegurança socioeconômica e o trabalho informal tornam o direito a moradia um desafio em São Paulo, levando muitos a habitações precárias conseguidas via mercado imobiliário informal (IPPDH-MERCOSUR; OIM, 2017).

Quanto ao acesso à saúde, a Constituição garante o acesso universal às todas as ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema de Único de Saúde (SUS), independente da condição de documentação. Na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2015 foram encontrados 39.474 cadastros de imigrantes no Cartão Nacional de Saúde. Dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos indicam que no período de 2012 a 2014, o município registrou 3% de nascimentos de mães não nacionais, as mulheres também responderam por mais de 60% das internações de imigrantes (SÃO PAULO, 2015). Mas, a falta de políticas públicas voltadas para a atenção à saúde da população imigrante resulta em uma assistência provida por profissionais despreparados para considerar a dimensão cultural. Assim, ainda que os serviços de saúde pública sejam acessados por imigrantes, a assistência muitas vezes é marcada pela xenofobia, preconceito e incompreensão das práticas de saúde dos diferentes grupos de imigrantes atendidos nos serviços do SUS (CASTRO et al, 2015).

---

4. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000847310412202315727483985.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

No Brasil e particularmente na cidade de São Paulo, apesar da limitação legal e de suas conseqüências objetivas e simbólicas é possível encontrar exemplos de mobilização e participação política dos imigrantes. Em São Paulo, como sinalizado em mapeamento feito pela Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), em 2016 foram identificados 83 grupos que tratam da temática imigrante, relacionados a 29 nacionalidades/regiões ou públicos-alvo específicos, indicando que a necessidade de incluir pautas e perspectivas dos migrantes em debates amplos resultou em formas de organização que superam as limitações impostas pela legislação.

Com a finalidade de exemplificar os atos de cidadania que possibilitaram a visibilidade das demandas dos grupos imigrantes e a inserção da temática migratória na política pública municipal, apresentamos algumas experiências de atuação política de imigrantes em São Paulo entre 2013 e 2016, organizadas em dois eixos: o primeiro diz respeito às ações não inseridas na estrutura do poder público municipal e o segundo aborda ações ligadas ao poder público municipal.

#### ATUAÇÃO POLÍTICA DE IMIGRANTES NÃO INSERIDAS NA ESTRUTURA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Neste eixo apresentamos algumas ações desenvolvidas por imigrantes que ocorreram em ambientes não institucionalizados de interlocução com o poder público.

##### - Marcha dos Imigrantes

A Marcha ocorre anualmente em São Paulo como desdobramento do I Fórum Social Mundial das Migrações, que aconteceu em 2005 em Porto Alegre. Desde então reúne organizações e pessoas de diversas nacionalidades, com bandeiras comuns como o fim da discriminação e da xenofobia, acesso à justiça e às políticas públicas. Destacamos que a 5ª Marcha dos Imigrantes teve como tema “Por Nenhum Direito a Menos – voto já” em busca da mudança da Constituição Federal e do Estatuto do Estrangeiro para que os imigrantes pudessem participar da vida política do país<sup>5</sup>.

A Marcha dos Imigrantes realizada em 2013 teve como tema “Por uma nova lei de migração justa e humana, para o fim da discriminação”. A 8ª Marcha se intitulava “Basta de Violência”, o tema inspirou a criação do Bloco das Mulheres Imigrantes e estimulou a discussão sobre desigualdades de gênero e a união

---

5. Disponível em: <[http://www.boliviacultural.com.br/ver\\_noticias.php?id=886](http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=886)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

das migrantes contra a violência sofrida pelas mulheres em todo o mundo<sup>6</sup>. O Bloco é articulado pela Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas, constituída por coletivos e mulheres ativistas. A 9ª Marcha exigia “Fronteiras livres! Não à discriminação”. A 10ª Marcha realizada em 2016 focou na “Dignidade para os imigrantes no mundo”.

A Marcha dos Imigrantes tem sido uma experiência de expressão política protagonizada por imigrantes, levando suas demandas e perspectivas para debate no espaço público e dá visibilidade à temática migração na cidade e no país.

#### MOBILIZAÇÕES EM TORNO DO CASO DE BRAYAN CAPCHA.

O menino boliviano Brayan Yanarico Capcha, de 5 anos, foi morto durante um assalto na casa de seus tios, no Bairro de São Mateus na Zona Leste de São Paulo, na madrugada de 28 de junho de 2013. A tragédia mobilizou quatro grandes atos, descritos pelos próprios participantes como autônomos, com proeminente participação da comunidade boliviana. Tiveram papel importante nas mobilizações as organizações econômicas de imigrantes como a Associação gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento (ligada aos comerciantes da Praça Kantuta), a Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra e culturais, como a Associação Bolívia Cultural. Também estiveram envolvidas nas mobilizações organizações brasileiras como o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI). Apesar disso, a adesão dos brasileiros às manifestações foi restrita. A estima negativa atribuída aos moradores pobres de periferias e os preconceitos com os bolivianos colaborou para que o caso fosse interpretado como mais uma fatalidade (LEÃO; DEMANT, 2016).

As manifestações resultaram em duas audiências públicas sobre a situação dos migrantes na cidade e no estado, uma na Câmara Municipal de São Paulo, outra na Assembléia Legislativa de São Paulo. Entre os resultados das manifestações está a promoção da inserção da população imigrante no sistema bancário, realizada pela Coordenação de Políticas de Migrantes. Embora não tenha sido uma reivindicação direta do movimento, a tragédia acelerou os acordos para facilitar a abertura de contas bancárias para migrantes, uma vez que sem acesso aos bancos os migrantes precisam guardar seu dinheiro em casa, tornando-se alvos de assaltos mais facilmente. Em um estudo minucioso do caso, Leão

---

6. Disponível em: <<http://migramundo.com/8a-marcha-dos-imigrantes-diversas-nacionalidades-mes-mas-reivindicacoes/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

e Demant (2016) demonstram como os movimentos de migrantes, de forma semelhante aos movimentos sociais nacionais, precisam usar laços comunitários e organizações existentes para articular repertórios de atividade política com poder de contestação, utilizando enquadramentos que promovem a identificação para a sua causa, no caso a segurança urbana, a fim de transformar os períodos de ativismo em respostas dos governantes.

### *VII Fórum Social Mundial das Migrações*

Em julho de 2016 foi realizado em São Paulo o VII Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) com o tema “Migrantes: construindo alternativas frente à desordem e à crise global do capital”. O Fórum é um dos resultados do Fórum Social Mundial originado em Porto Alegre em 2001. Os eixos temáticos do VII FSMM foram seis: A crise do sistema capitalista e as consequências para as migrações; Resistências e alternativas desde os sujeitos migrantes; Migração, gênero e corpo; **Migração, os direitos da mãe natureza, o clima e as disputas Norte-Sul**; Direitos humanos, moradia, trabalho decente, participação política e movimentos sociais; e **Direito à cidade, inclusão social e cidadania de imigrantes**.

Parte da organização do evento foi constituída por um Comitê Internacional que conta com a representação brasileira do Grito dos Excluídos Continental; Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras; Serviço Pastoral dos Migrantes e a Associação Internacional Scalabriniana de Serviço aos Migrantes. Ademais, foi articulado um Comitê Local, composto por organizações interessadas em participar da organização do evento. Por fim, a Secretaria Operativa, responsável pela viabilização do Fórum, foi desempenhada pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Serviço Pastoral do Migrante, Grito dos Excluídos, Rede Scalabriniana e a Rede Paz sem Fronteiras<sup>7</sup>. A Prefeitura de São Paulo apoiou o evento, o que foi importante para sua realização. No primeiro dia do Fórum foi sancionada a Lei que institui a Política Municipal para a População Imigrante (SÃO PAULO, 2016a). A Lei fez de São Paulo a primeira cidade do Brasil que garante legalmente os direitos dos migrantes. Dentre as ações previstas estão o combate à xenofobia e ao racismo, adoção de medidas para regularização migratória, institucionalização do Centro de Referência de Apoio aos Imigrantes (CRAI) e criação do Conselho

---

7. Disponível em: <http://migramundo.com/abertos-os-trabalhos-para-o-vii-forum-social-mundial-de-migracoes/>. Acesso em 5 jun. 2017.

Municipal de Imigrantes, com o objetivo de monitorar e avaliar a implantação e implementação das ações relativas à nova política.

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE IMIGRANTES INSERIDAS NA ESTRUTURA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

### *Coordenação de Políticas para Migrantes*

A partir da criação da Coordenação de Políticas para Migrantes, no início de 2013, a Prefeitura de São Paulo buscou promover diálogos diretos entre o poder público e a população migrante. Esses diálogos se fundamentavam na percepção de que “a inserção da população migrante na vida política da cidade é essencial para sua integração na sociedade enquanto sujeitos, ainda que a legislação brasileira imponha vedações à sua participação” (SÃO PAULO, 2016b, p.8). As primeiras experiências de contato entre a população migrante e o poder público municipal tiveram por objetivo apresentar a Secretaria Municipal de Direito Humanos e Cidadania e estabelecer um diálogo inicial para a elaboração de políticas públicas voltadas para a inclusão social. Nomeados como #Dialogosp/Migrantes foram realizados dois encontros, #DialogoSP-DH/Migrantes e #DialogoSPDH/Migrantes&Cultura, com a presença de movimentos sociais, coletivos, comunidades imigrantes, refugiados, brasileiros e representantes do poder público, totalizando a participação de cerca de 900 pessoas. A iniciativa buscou aproximar o poder público dos próprios imigrantes, que antes necessitavam da mediação de organizações não governamentais.

### *1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes*

No final de 2013 foi celebrada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes – Somos Tod@s Migrantes. A Conferência foi articulada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em conjunto com outras 13 secretarias municipais e 14 entidades da sociedade civil. As organizações da sociedade civil participantes foram indicadas pelo Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Imigrantes no Brasil (FSDHIIBr) e pela REDE Interinstitucional em Prol do Imigrante, com presença de organizações de protagonismo imigrante.

As etapas preparatórias da Conferência contaram com 426 participantes. A Conferência teve 269 participantes de 28 nacionalidades. A relação de cre-

denciados por continente foi de 187 (70%) americanos 49 (18%) africanos, 9 (8%) europeus, 2 (0,74%) asiáticos e 8% não declarados. A 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes teve caráter consultivo e discutiu quais deveriam ser as prioridades da política pública municipal para migrante. As discussões se realizaram em 04 grupos divididos por eixo temático: Promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos; Promoção do trabalho decente; Inclusão social e reconhecimento cultural; Legislação federal e política nacional para as migrações. Foram eleitos 50 delegados e 16 suplentes para a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR). O documento final contou com duas propostas relacionadas aos direitos políticos: “apoiar a PEC 347/2013: proposta de emenda constitucional para direito ao voto e direito a candidaturas nos processos políticos para todas(os) as(os) imigrantes” e “aquisição do direito a votar e ser votado para imigrantes com dois anos (ou mais) de direito à residência permanente, reconhecimento pleno dos direitos políticos de imigrantes, com direito a votar, ser votado, e organizar-se em sindicatos” (SÃO PAULO, 2014a).

### *Eleição para o Conselho Participativo Municipal*

O Conselho Participativo Municipal (CPM) é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo poder público municipal como instância de representação da população (SÃO PAULO, 2013a). Seu objetivo é ampliar a participação popular no processo decisório do município e atribuir maior transparência ao trabalho das subprefeituras, nomeadas Prefeituras Regionais a partir de 2017. É um órgão consultivo, cabendo aos conselheiros auxiliar no processo de planejamento, fiscalizar a utilização de recursos públicos e sugerir políticas voltadas à sua região. A participação dos imigrantes no Conselho foi prevista no Decreto nº 54.645, de 29 de novembro de 2013, que estipulou uma cadeiras extraordinárias para Conselheiros Imigrantes nas subprefeituras com maior presença de imigrantes (SÃO PAULO, 2013b). No total foram 20 cadeiras para imigrantes em 19 subprefeituras, sendo a subprefeitura da Sé a única a contar com 2 vagas. Os Conselheiros Imigrantes são eleitos pelo voto de imigrantes. Nas primeiras eleições em março de 2014, 1.710 imigrantes votaram (SÃO PAULO, 2014b). No dia das primeiras eleições para Conselheiros Imigrantes foi lançada a campanha permanente “Aqui Vivo, aqui voto”, liderada pelo Fórum Social pelos Direitos e Integração dos Imigrantes no Brasil,

composto por diversas entidades que trabalham com migrações e outras organizações brasileiras<sup>8</sup>.

A principal crítica é que o Conselho é consultivo e, logo, pouco empoderado. Outra crítica consiste no fato que o Conselho é pouco conhecido e tem pouca estrutura, o que contribui para fraca capacidade de mobilização das comunidades (PENTEADO; DESENZI; LIMA, 2014). Quanto aos imigrantes, sua presença no Conselho é um marco por garantir pela primeira vez no Brasil o direito à candidatura e voto para os imigrantes. Esta é uma experiência recente, o Conselho é um espaço em construção, que precisa da apropriação da população e das comunidades migrantes para sua consolidação e efetividade (IPPDH-MERCOSUR; OIM, 2017, p.119).

Aqui voltamos à Nyers (2015) para quem os atos de cidadania são promovidos por sujeitos que ao se reconhecerem como cidadãos realizam ações e conseguem afirmar sua cidadania. Os eventos relatados acima indicam como os atos de cidadania promovidos pelos imigrantes possibilitaram a inclusão de suas demandas na agenda pública municipal, resultando, por exemplo, na aprovação de uma lei que estabeleceu a política para população imigrante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre cidadania imigrante reconhece que a cidadania é um conceito excludente, já que historicamente operou classificando sujeitos com e sem direitos. Por outro lado, a análise dos exemplos de atuação política de imigrantes em países em que não eram considerados como sujeitos políticos, faz emergir a cidadania enquanto exercício, que não precisa da permissão da autoridade de um Estado. Os eventos relatados neste texto exemplificam cidadania como construção, para além do estatuto legal.

São exemplos de participação política autônoma de migrantes na cidade de São Paulo a realização da Marcha dos Imigrantes, as mobilizações por ocasião da morte de Brayan Capcha e a concretização do VII Fórum Social Mundial da Migração. Nas três experiências os imigrantes desenvolveram uma ação coletiva, baseada na solidariedade e rompendo com os limites impostos pelo sistema. Considerando que a legislação brasileira proibia os imigrantes de qualquer

---

8. O lema “Aqui vivo, aqui voto” já havia sido usado em manifestações de migrantes pelo direito ao voto em 2012, na conjuntura das eleições municipais, quando dezenas de manifestantes latino-americanos posicionaram uma urna simbólica na Rua Coimbra. Disponível em: < <http://oestrangeiro.org/2012/10/26/2575/>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

manifestação e associação política, tais manifestações ganham um significado mais amplo, de contestação dessa proibição. Já o Fórum Social Mundial da Migração pode ser considerado a materialização de um processo transnacional, articulando movimentos sociais que advogam pela causa migrante de todo o mundo. Ao sediar o Fórum, a cidade de São Paulo afirma seu aspecto transnacional, comum à muitas outras grandes cidades do mundo. Para Glick e Schiller (2012) o reconhecimento da transnacionalidade das cidades possibilita dar viabilidade para as demandas pelo direito à cidade daqueles que são varridos pela reestruturação urbana e pode contribuir para criticar um mundo de desigualdades econômicas e fortalecer as lutas globais por justiça social.

As mobilizações dos imigrantes abriram caminhos para interlocução entre os movimentos imigrantes e o poder público municipal, reconhecendo-os como sujeitos políticos e pautando sua inclusão nas políticas públicas, com resultados legais, como a aprovação de lei municipal que instituiu a Política Municipal para População Imigrante. Da mesma forma, a representação de imigrantes no Conselho Participativo Municipal é simbólica ao contestar o impedimento de voto e garantir pela primeira vez aos imigrantes a candidatura e voto no Brasil. A presença de imigrantes no Conselho colabora para sua integração nos debates políticos da cidade, dando voz às suas demandas e perspectivas.

Como expressado neste texto, ainda que sejam muitas as formas de participação política, a ausência de direito ao voto para migrantes tem implicações para a democracia do país receptor, uma vez que desestabiliza o conceito de sufrágio universal ao criar parcelas da população não representadas em suas instituições. Quanto às comunidades migrantes, impossibilita uma integração plena e contribui para que os migrantes sejam sempre parte do “outro”. Dessa forma, para que o Brasil avance na construção de uma política migratória coerente com objetivos de integração se faz necessário que os avanços alcançados com a aprovação da Lei de Migração sejam transformados em ações e que sejam realizadas mudanças constitucionais para que os migrantes que residem no país tenham assegurado o direito ao voto.

## REFERÊNCIAS

BALIBAR, É. *What we owe to the Sans-papiers*. 1997. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0313/balibar/en>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 5 jun. 2017.



BRASIL. *Estatuto do Estrangeiro: regulamentação e legislação correlata*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017: Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25 mai. 2017.

CASTRO, C. M., OLIVEIRA, R. C., CUSTODIO, M. C. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, e59-e74, 2015. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17563/13406>. Acesso em: 30 jul. 2017.

FREEMAN, G. Immigrant incorporation in Western democracies. *International Migration Review*, New York, v. 38, n.3. p.945-969, 2004.

ISIN, E; NIELSEN, G. *Acts of Citizenship*. London: Zed Books, 2008.

IPPDH-MERCOSUR; OIM. *Migrantes Regionais na Cidade de São Paulo: direitos sociais e políticas públicas*. Argentina. 2017. Disponível em: [www.ippdh.mercosur.int/pt-br/direitos-sociais-e-politicas-publicas-para-migrantes-regionais-na-cidade-de-sao-paulo](http://www.ippdh.mercosur.int/pt-br/direitos-sociais-e-politicas-publicas-para-migrantes-regionais-na-cidade-de-sao-paulo). Acesso em: 5 jun. 2017.

LEAO, A. V.; DEMANT, P. R.. Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: Os casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha, *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v.31, n.91, p.2-20, 2016. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n91/0102-6909-rbcsoc-3191022016.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n91/0102-6909-rbcsoc-3191022016.pdf). Acesso em: 31 jul. 2017.

MEZZADRA, S. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. *Eco-pós, Revista do Programa de Pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ*, v. 15, n. 2, 2012.

NYERS, P. *Migrant Citizenships and Autonomous Mobilities: Migration, Mobility, & Displacement*. Victoria, Canada: The Centre for Asia-Pacific Initiatives University of Victoria, 2015.

PENTEADO, C. L.; LIMA, L. S.; DESENZI, T. H. Caminhos da Participação Cidadã em São Paulo: um estudo do Conselho Participativo Municipal. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 2, n. 3, p.73-112, 2014.

REIS, R. R. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paul, v. 19, n. 55, 2004.

REIS, R. R. *Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 2007.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.156, de 1 de agosto de 2013. Dispõe sobre a criação, composição e atribuições do Conselho Participativo Muni-

cipal em cada Subprefeitura. *Diário Oficial da Cidade*, São Paulo, SP, 2 ago. 2013a.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 54.645, de 29 de novembro de 2013. Cria a cadeira do Conselheiro Extraordinário nos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da cidade nesses colegiados. *Diário Oficial da Cidade*, São Paulo, SP, 30 nov. 2013b.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Documento Final da 1ª Conferência Municipal de Políticas Para Imigrantes de São Paulo*; São Paulo, SP. 2014a. Disponível em: <[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/migrantes/publicacoes](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/publicacoes)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). *Imigrantes eleitos nas primeiras eleições do Conselho Participativo Municipal*. SP. 2014b. Disponível em: <[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/migrantes/programas\\_e\\_projetos](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/programas_e_projetos)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação. Aguiar B S, Neves H, Lira M T A M. *Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo*. Boletim CEInfo Análise, Ano X, nº 13, Dezembro 2015. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2015.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.478 de 8 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. *Diário Oficial da Cidade*, São Paulo, SP, 9 jul. 2016a.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. *Balanço Coordenação de Políticas para Migrantes 2013-2016*. São Paulo, 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/9dQA7n>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

TYLER, I. Designed to Fail: A Biopolitics of British Citizenship. *Citizenship Studies*, v. 14, n.1, p 61-74, 2010.

# COMUNICAÇÃO DE RISCOS NOS MUNICÍPIOS DO VALE HISTÓRICO PAULISTA. EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ADAPTAÇÃO E REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES EM ÁREAS URBANAS

SÍLVIA ZANIRATO<sup>1</sup>, FRANCISCA VIANA<sup>2</sup>, GUILHERME RANIERI<sup>3</sup>,  
NATHALIA OGURA<sup>4</sup>, BRUNO LIMA<sup>5</sup>, MARCELO MISATO<sup>6</sup> FILIPE VIEIRA OLIVEIRA<sup>7</sup>

## INTRODUÇÃO

As Mudanças Climáticas Globais anunciadas pelas Nações Unidas e embasadas em estudos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC se apresentam cada vez mais como certezas e são objeto de inúmeros meios de difusão: televisivos, digitais, impressos, orais, chegando até mesmo a se converter em assunto de interesse da Igreja Católica, conforme a Encíclica *Laudato Si*, de junho de 2015.

Os efeitos delas decorrentes se apresentam como desafios ao meio ambiente, à sociedade e à economia e seus enfrentamentos conclamam a participação dos governos nacionais, estaduais e municipais para ações em instâncias diferenciadas, do local ao supranacional. Essas ações são em prol da mitigação e da adaptação. Para a mitigação, pela redução das emissões de gases do efeito estufa por meio de políticas indutoras do desenvolvimento de tecnologias mais limpas e de utilização de energias renováveis; para a adaptação, por meio de ações em setores como agricultura, recursos hídricos, biodiversidade, economia, saúde e cidades e por medidas que visem a gerar e disseminar o conhecimento sobre o assunto (Thomas et al, 2004; Gibson, 2006; IPCC, 2007 e IPCC, 2014).

---

1. Professora do curso de Gestão Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política e em Ciência Ambiental, todos da Universidade de São Paulo.

2. Aluna do curso de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo.

3. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

4. Aluna do curso de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo.

5. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

6. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

7. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

As ações devem considerar diversas perspectivas do conhecimento, uma vez que há multicausalidades e multiplicidades de relações entre as atividades humanas e as alterações climáticas. Por isso, este assunto também está no escopo das ciências sociais.

A participação das ciências sociais amplia as possibilidades de êxito nas estratégias de enfrentamento, pois os saberes sociais podem ser decisivos no processo de adaptação, sobretudo quanto às formas políticas de enfrentar as mudanças em curso (Stern, Fineberg, 1996; Pulido, 2001; Powell e Leiss, 2005; Blanco Wells e Fuenzalida, 2013).

Conforme constatam os especialistas do IPCC (2014), são inúmeras as dificuldades de enfrentamento e essas tendem a ser mais difíceis em países pobres, que contam com menos recursos para promover adaptações. Segundo o IPCC, são previstos que “os impactos das mudanças climáticas exacerbem a pobreza na maioria dos países em desenvolvimento e se criem novos focos de pobreza em países onde cresça a desigualdade, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento” (IPCC, 2014, p. 75). Nessa linha de entendimento argumentam que os riscos “se amplificam para as pessoas que carecem de infraestruturas e serviços essenciais ou vivem em moradias de má qualidade e em zonas expostas” (Idem, p. 18).

O Brasil, e em particular a região Sudeste (incluindo o Estado de São Paulo), estarão sujeitos, com grande probabilidade, às alterações climáticas, com mudanças que estão sendo caracterizadas em várias escalas temporais e com diferentes resoluções espaciais. As projeções do Modelo Brasileiro de Sistema Terrestre indicam para o Sudeste, até 2040,

aumento relativamente baixo de temperatura entre 0,5° e 1° C, com um aumento de 5% a 10% das chuvas. Em meados do século (2041-2070) estariam mantidas as tendências de aumento gradual de 1,5o a 2° C na temperatura e de aumento de 15% a 20% das chuvas, sendo que essas tendências seriam acentuadas ainda mais no final do século (2071-2100), com padrões de clima entre 2,5° e 3° C mais quente e entre 25% a 30% mais chuvoso (Ambrizzi e Araújo, 2013, p. 22).

Isso fica ainda mais complicado quando se trata de municípios de pequeno porte e pobres, que têm menos condições de enfrentar os perigos anunciados.

Essas questões norteiam o presente texto, que objetiva tratar das ações necessárias para a adaptação aos riscos dos efeitos das mudanças climáticas globais em imóveis tornados patrimônio cultural, situados nos municípios do Vale Histórico Paulista. Busca-se tanto apresentar a vulnerabilidade presente nas edificações, quanto os riscos de que essa vulnerabilidade se amplie em um futuro próximo diante dos cenários climáticos. Também se discutem meios de comunicar aos formuladores de políticas públicas dos municípios e à população que neles vivem que riscos são esses e em pensar em que medida é possível caminhar em direção à formulação de um plano de adaptação. Para tal, é considerada a multidimensionalidade presente na gestão dos riscos, e a necessidade de definir prioridades de ações interventivas, de forma a diminuir a vulnerabilidade constatada.

#### A VULNERABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DO VALE HISTÓRICO PAULISTA

Os riscos que podem afetar o patrimônio cultural do Vale foram identificados no processo de pesquisa “Patrimônio Cultural do Vale Histórico Paulista: análise da vulnerabilidade às mudanças climáticas”, desenvolvido entre 2012/2014 e financiado pela *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP* (2011/51016-9), em convênio com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo/Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat.

O Vale em questão está situado na Serra da Bocaina, numa faixa de morros entre as Serras da Mantiqueira e do Mar, no nordeste do Estado de São Paulo, na macrorregião administrativa do Vale do Paraíba. Ele compreende os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

Esses municípios guardam um rico patrimônio cultural edificado, oriundo do período cafeeiro, quando a região prosperava com a riqueza obtida da comercialização do café. As marcas materiais do período são vistas pelas ruas centrais das pequenas cidades e nas sedes das fazendas na zona rural, quase todas feitas com o uso da mão de obra escrava. Esse conjunto edificado é moradia para parte da população e chega a representar, em alguns dos municípios, mais de 20% do total de habitações. Parte dessas rugosidades foram consideradas pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural do país e do Estado de São Paulo, um legado cultural a ser protegido.

Todos os municípios desse Vale são considerados de alta vulnerabilidade (exposição e susceptibilidade) às mudanças climáticas, em face a maiores médias de precipitação (e, portanto, de umidade relativa do ar) e maior intensidade de raios (Alves e Ojima, 2008). As chuvas tendem a concentrar-se nos meses de verão, quando ocorrem os eventos de maior intensidade, em resposta a atuação de frentes frias, cuja frequência é responsável pelas variações nas precipitações anuais (Coelho Netto & Santos 1979). Os sítios urbanos do Vale encontram-se em zonas escarpadas e com declividade elevada. Essa configuração favorece a ocorrência de movimentos de massa, que têm na chuva um dos principais vetores. Eles também estão sujeitos às corredeiras, que ocorrem quando as intensas chuvas que ocorrem na região acabam transportando material para pontos muito afastados de sua localização original, o que também agrava a vulnerabilidade, já que pode afetar pontos distantes do local de ocorrência da chuva.

Conforme dados da AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e a COHIDRO Consultoria, Estudos e Projetos Ltda, do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – PIRH, a maioria dos municípios registra histórico de escorregamento de massa e/ou inundação (CEIVAP, 2013).

Em se tratando da exposição de imóveis, a vulnerabilidade se apresenta em relação às condições geológicas da área, ao comportamento geodinâmico dos solos e à topografia, e pode ser agravada se forem acrescentados componentes como a antiguidade e grau de conservação das construções, as técnicas construtivas empregadas e o material utilizado nas edificações. Esses são fatores condicionantes que incidem diretamente no grau de exposição de imóveis aos riscos.

Não está longe a lembrança do desastre ocorrido em São Luís do Paraitinga, também no Vale do Paraíba, que teve grande parte de seu centro histórico destruído em janeiro de 2010, quando mais de 100 edificações foram atingidas e 10 delas desabaram após intensas chuvas e elevação do rio Paraitinga. As construções erguidas com taipa de pilão (barro compactado e misturado com cal ou fibras vegetais) absorveram água e perderam firmeza, o que levou a colapsos estruturais (Kawasaki et al, 2012).

Em posse dessas informações, coordenamos os trabalhos de uma equipe do Laboratório do Grupo de Estudos Climáticos do DCA-IAG-USP, vinculada ao Projeto Fapesp/Condephaat, que elaborou estudos sobre os cenários climáticos para a região. A análise apresentou duas abordagens: uma observacional, cuja base consistiu em dados meteorológicos coletados em estações espalhadas pelo Vale do Paraíba, e uma numérica, que se fundou em simulações reali-

zadas com o modelo regional climático RegCM3. O clima futuro (2070-2100) foi estudado por meio dos resultados das simulações numéricas do modelo regional RecCM3, utilizando condições iniciais e de fronteira, fornecidas pelos modelos globais HadCM3 e ECHAM5.

Os modelos simularam para o futuro um aumento médio de 3°C, nas temperaturas máxima e mínima e uma leve diminuição da umidade relativa, bem como aumento da precipitação nos períodos de primavera e incertezas em relação aos períodos em que podem ocorrer chuvas intensas. Os riscos de inundações e enchentes, além da intensidade e persistência da chuva, dependem também dos usos do solo (Relatório Fapesp-2011/51016-9).

O modo como foi a ocupação do solo nesses municípios ao longo da história explica também esses riscos. Outrora Mata Atlântica, a região teve suas florestas devastadas para o cultivo da cana, depois para o café e atualmente para pastos para a pecuária leiteira. Isso resultou em morros descobertos, com encostas que escorregam de tempos em tempos diante do acúmulo de água e de falta de barreiras naturais de contenção. As construções, tanto na zona urbana quanto na rural, ficam expostas aos perigos de deslizamento e soterramento. Para complicar, como foram feitas acompanhando os corpos d'água, os quais eram fundamentais para a lavagem do café e abastecimento, não é incomum que sofram com cheias de rios e inundações. A região registra episódios frequentes de subida das águas que invadem as construções (Kawasaki et al, 2012). Essas condições afetam o patrimônio, cuja vulnerabilidade depende ainda do estado atual das edificações.

Para melhor avaliar essa condição, foram inventariados 195 imóveis do período cafeeiro, parte deles já tombados pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* - IPHAN e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat, como patrimônio. O inventário permitiu saber onde eles se encontram, seus estados de conservação, quem e como os ocupa, seus usos sociais, suas tipologias construtivas, os materiais e métodos empregados nas construções, a vulnerabilidade que já existe e as que podem aparecer ou serem agravadas.

As técnicas construtivas mais comuns são o embasamento em pedra seca e estruturas que usam argila e madeira. Há predominância do adobe e taipa de pilão nas construções de médio ou grande porte, e do pau-a-pique em divisórias internas ou em construções de pequeno porte. As edificações são em grande parte térreas, havendo também sobrados e conjugações de partes assobradadas e parte térrea, acompanhando a inclinação do terreno.

Nas casas rurais; há construções que foram feitas aplainando o topo de morro e sem proteção das encostas, tornando-as sujeitas, em situação de chuvas intensas, a erosões, escorregamentos, desprendimento de blocos de solo ou rocha de um maciço e corrida de massa. Há imóveis que, pelas necessidades de acesso à água para os serviços domésticos e para a lavagem dos grãos de café, se situam próximos a córregos. Essa condição se vê também nos núcleos urbanos de Bananal e Queluz, onde há rios a cortar as cidades.

Boa parte das edificações é ocupada por moradores de baixo poder aquisitivo e sem condições de realizar as intervenções necessárias de manutenção. Há imóveis que sofrem com infestação de cupins no madeiramento, em particular nos barrotes, pisos, tetos e aberturas; outros têm as paredes úmidas e apresentam rachaduras e perda de reboco por escorregamento de telhas que favorecem ao gotejamento; há paredes que expõem a estrutura de pau-a-pique pela queda da alvenaria, sem contar a grande quantidade de edificações que sofreram reparação com materiais contemporâneos, não condizentes com o que suas estruturas originariamente comportavam, e que agora empregam tijolos, revestimentos a base de cimento e pintura com produtos químicos como o acrílico; reparos que tendem a comprometer e não a reforçar a estrutura do imóvel.

Nos núcleos urbanos de Areias, São José do Barreiro e Bananal, o casario edificado lado a lado, muitas vezes com telhado contínuo, dificulta o combate ao cupim e o controle do escorregamento de telhas. A situação piora quando há imóveis abandonados nesse conjunto, que acabam por espalhar os perigos para os edifícios contíguos. Esse quadro não é diferente na zona rural, haja vista que encontramos casarões, como a sede da Fazenda Santa Carlota, em Areias, que corre o risco de ter desabados o forro e toda a estrutura da cobertura pela quantidade de cupim em seu madeiramento.

Em conclusão, há ameaças presentes em boa parte dos imóveis do período cafeeiro nos municípios do Vale Histórico Paulista e essas podem ser agravadas pelo aumento médio da temperatura, que pode contribuir ao maior ressecamento de materiais e resultar em danos físicos nos elementos de proteção, favorecendo a penetração de água pelos telhados, paredes e pelo solo, ao crescimento das colônias de insetos; pelo aumento da precipitação, que pode levar a inundações e infiltração de água pelas paredes e pelo solo, contribuindo para a perda do reboco e exposição das estruturas a umidade e queda e que pode também transportar sais para a argila das paredes e favorecer à erosão.

A propensão das edificações aos riscos atuais e aos previstos em face às alterações futuras do clima no Vale Histórico tornam necessário a ação dos diferentes atores sociais e instituições envolvidos com o patrimônio para reduzir



as ameaças identificadas. A menos que se formule, com urgência, ações de proteção e conservação, grande parte dessa arquitetura estará perdida.

## A COMUNICAÇÃO DOS RISCOS

Concluídos os estudos em 2014, a preocupação passou a ser a de comunicar aos gestores públicos e à população local os resultados da pesquisa e de trabalhar no sentido de delinear diretrizes de políticas públicas para a contenção dos riscos identificados. Essas políticas devem ser pensadas nos limites das possibilidades das intervenções, pautadas na realidade dos municípios e dizem respeito às medidas de adaptação para evitar tragédias.

Partimos do princípio de que cabe ao poder público a formulação e a implementação de ações adaptativas, mas que, para isso, ele precisa ser incitado. As ações implicam em arranjos institucionais e devem ser pensadas nos limites das possibilidades das intervenções, pautadas na realidade de escassez de recursos dos municípios.

Sabemos que as formas de incidências dos impactos são complexas, entrelaçadas com várias questões, como o tipo de ocupação do solo, as condições de habitação, a capacidade de organização social, a condição financeira dos municípios. Essas questões, para serem compreendidas e encaminhadas à solução, requerem um enfoque que abranja diferentes setores, vinculando os impactos sociais e ambientais com as atividades econômicas e as ações políticas. Quanto maior for a intersectorialidade, maior potencial preventivo haverá.

A forma como os riscos são apresentados à comunidade afetada é fundamental, pois é a partir dela que se pode empoderar os agentes sociais com informações e formas de enfrentar os riscos de maneira mais ativa. A comunicação qualificada é um ponto fundamental para a prevenção e para a adaptação.

Ela deve considerar os contextos sociais do risco, em que medida esses contextos influenciam na avaliação e sempre contar com a participação social. Não se trata, portanto, de apenas de informar a população, mas também de formá-la. Ela é uma prática participativa, “que parte do pressuposto de que aquelas pessoas afetadas pelas decisões devem estar envolvidas no processo de sugestões e escolhas de alternativas” (Di Giulio, 2012, p. 248/249).

Não é incomum que a sociedade mais ampla associe as mudanças climáticas com fenômenos distantes de sua realidade local, como o degelo, o aumento do nível do mar. Poucas vezes o tema aparece associado com aspectos da vida cotidiana.

(Idem, p. 7) e não se apercebe que elas poderão acarretar uma série de problemas decorrentes do aumento das ondas de calor, de furacões, secas e de chuvas, com impactos na saúde humana (IPCC, 2007, 2014, Leiserowitz, 2005), em áreas urbanas (Ribeiro, 2010, Ribeiro, 2008, e no patrimônio edificado (Zanirato e Ribeiro, 2014). “As atitudes dos indivíduos em face às mudanças climáticas são de sentimento de incapacidade pessoal” (Oltra et al, 2009, p. 5/6).

Para que o risco não se converta em tragédia, há que ser gerido e essa gestão requer a participação da sociedade. A participação social favorece ao planejamento consensualizado, ao desenvolvimento de políticas participativas e à configuração de um sistema de governança.

#### A COMUNICAÇÃO DOS RISCOS NO VALE HISTÓRICO PAULISTA E A FORMULAÇÃO DE UM PLANO DE CONTINGÊNCIA

Temos clareza de que a divulgação da pesquisa em termos científicos não é suficiente para o convencimento dos políticos e o despertar de suas sensibilidades para as ações adaptativas. A inação dos tomadores de decisão frente aos riscos não pode ser descartada, seja pela insuficiência de informação, ou por estratégias inadequadas de comunicação. A comunicação implica em confiança e credibilidade (Moreno e Peres, 2011). Para que ela seja efetiva e produza resultados é importante que seja “calcada na promoção de um diálogo sensível às necessidades da comunidade que vivencia situações de riscos, na integração do público no processo de gerenciamento do risco e no estabelecimento de uma relação de confiança entre público, pesquisadores e autoridades” (Di Giulio et al, 2013, p. 53).

Com base nessas considerações desenvolvemos um plano de comunicação, com eixos distintos, que incluem:

1. o tema Mudanças Climáticas Globais;
2. o registro histórico de desastres da região: inundações, deslizamentos, vendavais, desmoronamentos;
3. os cenários projetados para o futuro;
4. as vulnerabilidades atuais e as futuras dos imóveis que compõem o patrimônio cultural dos municípios;
5. a situação socioeconômica do Vale, com ênfase nas condições de habitação;
6. as políticas incidentes sobre os riscos identificados;

7. a formação de uma rede de atores;
8. as diferentes escalas de níveis de responsabilidade: local, estadual, nacional;
9. a importância de uma agenda política de ações de adaptação face aos eventos anunciados;

A preocupação de trabalhar com os gestores públicos, de expor a esses agentes os problemas detectados de modo mais preciso possível e que favoreça sensibilizá-los politicamente, na expectativa de que haja, por suas partes, pressões para a adaptação necessária. A política envolve princípios e valores de difícil consenso, pois significa escolhas, prioridades. A prioridade, por sua vez, só pode ser definida mediante critérios como magnitude, transcendência, vulnerabilidade e custos necessários para o enfrentamento do risco. A possibilidade de adoção de políticas de adaptação requer focar o público a ser atendido, apresentar os perigos já existentes, os cenários futuros e “buscar no próprio devir e no pacto social urbano, as respostas para cada caso” (Ojima E Marandola, 2010, p. 23).

Assim, elaboramos oficinas que consideram, para a concepção e a construção da agenda de interesses coletivos, cinco fatores:

1. a capacidade organizativa da população, ciente de que ela, melhor do que ninguém, é quem pode proteger seu patrimônio;
2. as políticas públicas de mudanças climáticas;
3. a apreensão dos riscos pela comunidade local;
4. a especificidade da urbanização local, a pouca capacidade de arrecadação financeira dos municípios do Vale e as dificuldades de investimento em ações contingências, o que demanda ações e responsabilidades compartilhadas nas diferentes escalas de governo: local, estadual e federal;
5. as funções que o patrimônio assume nas localidades analisadas, o que nos leva a investir para que a população se reconheça nos bens patrimoniais que hoje são suas moradias e locais de geração de renda e que devem ser mantidos por esses motivos e também pelas histórias e memórias neles circunscritas.

Esses fatores, em conjunto, expressam a multidimensionalidade que envolve a comunicação e a gestão dos riscos.

Como método empregamos a pesquisa-ação, ou seja “uma forma de pesquisa social com fundamento empírico, concebida e realizada com íntima associação de uma ação ou solução de um problema coletivo, na qual os pesquisadores e os participantes da situação estão envolvidos cooperativamente (Thiollent, 2004, May, 2004). É uma metodologia na qual o pesquisador não apenas descreve o que está observando, mas tenta alterar e modificar seu campo de estudo. A pesquisa-ação conta com estratégias específicas, entre as quais, oficinas.

As oficinas seguem as experiências de comunicação de riscos tratadas por Bostrom, Morgan, Fischhoff e Read (1994); O'Connor, Bord e Fisher (1999); Leiserowitz, (2005), e Spink (2003). São estratégias facilitadoras da troca dialógica e da construção de sentidos. As seguintes temáticas foram contempladas nas oficinas:

1. Comunicação dos resultados da pesquisa anterior;
2. Percepção de Riscos e Redução de Perdas. Avaliação empírica do que as pessoas já conhecem, e fornecimento de novas informações numa perspectiva mais crítica;
3. A situação político/financeira de cada município e a intersetorialidade das ações para redução de danos;
4. A viabilidade política das ações. Construção de uma árvore de problemas onde são discutidas as causas geradoras dos riscos, o risco em si e as consequências ou efeitos deles decorrentes; identificados e priorizados os problemas, as barreiras e obstáculos mais significativos que dificultam a implementação das medidas.
5. Diretrizes e formulação de objetivos para reduzir os riscos identificados. Construção de uma árvore de propostas de solução dos problemas identificados.
6. Viabilidade de desencadeamento dos objetivos. As facilidades e dificuldades de ordem política, técnico operacional e financeira e as possibilidades de potencializar as facilidades e superar as dificuldades.
7. Formulação de um plano de ação. Estratégias, compromissos e prazos para resolução de problemas que estão na escala local e identificação, responsabilização e encaminhamento dos problemas aos responsáveis por ações de outras escalas (estadual e federal).

As oficinas foram ministradas pela equipe do projeto em dois municípios: Areias e Bananal. Em Areias foram reunidos representantes de Areias, Queluz, Silveiras e São José do Barreiro e, em Bananal, dos municípios de Arapeí e

Bananal. Os convites foram dirigidos aos gestores e equipes técnicas de Secretarias Municipais nas áreas relacionadas com a habitação, cultura, turismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico. O convite se estendeu ainda aos representantes dos governos estadual e federal que atuam na esfera do patrimônio na região, do Ministério Público, aos integrantes de instituições de ensino e religiosas.

Foram em média 23 pessoas que participaram, destes, a maioria ligada ao serviço público, dentre eles, um representante do IPHAN, bem como proprietários de imóveis tombados.

No primeiro dia a ênfase foi quanto à compreensão do significado das mudanças climáticas e de seus efeitos no Brasil e na região em análise. Para tanto foi apresentada aos participantes a seguinte questão: O que sabem sobre mudanças climáticas? Como isso pode afetar o Brasil? Como pode afetar a cidade de vocês?

As respostas foram variadas, indo desde o comprometimento da camada de Ozônio, à mudanças no regime de chuvas, aumento do calor e secas à modernização e industrialização. Em relação à possibilidade do Brasil ser afetado as respostas consideram possível a perda de recursos da fauna e da flora o comprometimento da agricultura e do espaço urbano. Especificamente para os municípios do Vale Histórico foram considerados a afetação dos recursos naturais, da agricultura, do meio urbano e que possa causar doenças.

Feita a síntese das respostas dos participantes, na sequência foi apresentada a pesquisa realizada pela equipe sobre as mudanças climáticas e destacado os cenários que se avizinham para os municípios, qual sejam: possibilidades de aumento de 3°C graus das temperaturas máxima e mínima, aumento dos ventos e variação do regime de chuvas.

No segundo dia, o objetivo foi discutir o que se entende por patrimônio. Com esse propósito foram apresentados sentidos sobre o conceito a partir da percepção dos participantes. A metodologia empregada foi a do Mapa Falante.

Embora tenha havido a predominância do patrimônio edificado, os resultados indicaram que a noção de patrimônio é ampla e não se restringe à concepção do antigo, histórico e estético, mas que ele é também moradia, comércio, escolas, ou seja, tem usos sociais.

Finalizando a discussão, foi apresentado o resultado do inventário do patrimônio realizado no vale histórico e explicado que a pesquisa teve como enfoque o patrimônio edificado, mas que os rios, as montanhas e mesmo o conhecimento tradicional associado ao imaterial podem ser considerados patrimônio. Foi

também enfatizado que o patrimônio, nos municípios ali reunidos, é moradia, é local de geração de emprego e renda.

No terceiro dia, buscou-se trazer a compreensão das ameaças que o patrimônio local está sujeito hoje e que podem se intensificar diante dos cenários climáticos projetados para a região. Com essa preocupação, foi apresentada aos participantes a pergunta: O que pode estar ameaçando o patrimônio do município de vocês hoje?

As considerações foram levadas a uma árvore de problemas, na qual os participantes marcaram os problemas que percebem: as cheias dos rios, a perda de nascentes, o deslizamento de encostas; a poluição dos rios, os cortes de talude, erosão. Para o patrimônio edificado foram apontados problemas de infiltração, rachadura, incêndios, proliferação de insetos. Ao final, foram considerados os problemas de manutenção, as dificuldades de restauração, a condição econômica do proprietário, o desleixo, a falta de fiscalização e de políticas públicas de conscientização, ações de reparo dos danos feitas de forma inadequada. A oficina contou ainda com a exposição de fotografias que efetuamos na pesquisa de 2014 e que destacaram alguns dos danos presentes no patrimônio edificado e que podem se agravar em função dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais.

O 4º dia teve como objetivo formular diretrizes para a elaboração de um plano de adaptação aos riscos constatados. As ações foram direcionadas no sentido de unir esforços pensando em um plano comum para adaptação aos riscos. A ação objetivou tratar das responsabilidades de cada uma das esferas de atuação: individual, municipal, estadual, federal. Com essa intenção, foram apresentadas as seguintes perguntas:

O que pode ser feito para conter as ameaças percebidas no patrimônio do município? De quem é a responsabilidade de ação? O que é prioritário?

A Metodologia foi a da construção de uma matriz participativa da qual constaram os problemas identificados, as soluções, as responsabilidades, as incumbências diferenciadas em relação aos imóveis tombados, o tempo desejável de execução e as prioridades. Para tanto, trabalhou-se simultaneamente com a árvore de problemas e a árvore de soluções.

As conclusões mostraram medidas de curto, médio e longo prazo e as prioridades. Para curto prazo foi considerada a urgência de nomeação de um conselho gestor consultivo do patrimônio cultural do município. Como responsabilidade do poder público local foram indicados o deslocamento das festas que são muito ruidosas e que levam a trepidação das paredes dos imóveis; o

desvio do trânsito de veículos pesados da via principal da cidade, onde se encontram os principais imóveis. As prioridades foram a nomeação do Conselho do Patrimônio, a dedetização dos imóveis que contém colônias de cupim e a recomposição da cobertura dos topos de morro e da mata ciliar.

Para médio prazo foram apontadas a importância da nomeação de um conselho gestor regional do patrimônio cultural; o enfrentamento dos problemas de drenagem urbana já apontados pelo Plano de Saneamento Básico do município; a pressão junto ao Condephaat para flexibilização das normas de restauro que viabilizem intervenções em imóveis que pedem urgência para sua manutenção.

Para longo prazo, a desapropriação dos imóveis vazios mediante aplicação dos instrumentos urbanísticos e disponibilização dos imóveis para usos sociais diversificados.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, podemos dizer que as ações foram muito produtivas. Por outro lado, não podemos ignorar que não é nada fácil lidar com as dinâmicas próprias de pequenas cidades, na qual se percebem de forma clara os interesses políticos, os jogos de poder, a vontade de agradar os responsáveis pela aplicação das oficinas e que pode, não necessariamente, incorrer em ações no sentido de fazer valer o acordado. Não foram poucos os entraves que sentimos como, por exemplo, a raridade da permanência dos gestores municipais nas oficinas, a difícil assiduidade dos participantes que se intercalavam em dias de presença, o entendimento de que a responsabilidade para a tomada de decisões deve ficar restrita à Secretaria de Cultura.

Pode ser percebido que, ainda que tenha havido a afirmativa da existência de múltiplos patrimônios, o que sobressai é o patrimônio edificado, monumental, expressão das elites que fizeram história nos municípios. Também se destacaram entendimentos de que o patrimônio precisa necessariamente se articular com o turismo e gerar renda. Em geral, prevaleceu uma constante crítica aos órgãos de proteção do patrimônio, considerados ausentes e inflexíveis em suas determinações sobre o que pode ou não se pode fazer com o bem tombado.

Em relação aos encaminhamentos finais apresentados para curto, médio e longo prazos, entendemos que há ações que podem ser efetivadas e que se encontram na esfera do governo municipal, como o investimento em drenagem urbana, uma necessidade nos locais, pois são cidades erguidas em vales

encaixados entre morros, com altas declividades e sujeitas a escorregamento de massa das encostas. Também são núcleos urbanos constituídos em volta de rios e ribeirões, que sofrem inundações deflagradas por chuvas fortes e rápidas e /ou chuvas de longa duração. A não existência de drenagem urbana ou a precariedade desta, quando existente, é um condicionante desses processos. A comunicação de riscos pode ser um instrumento de participação social que encaminhe à tomada de decisões que apontem para a instalação ou renovação, quando existente, da drenagem urbana. A execução dessa estrutura é viável, ainda que custosa, e implica em escolha e prioridade política. Também como competência das municipalidades está uma medida menos custosa e urgente que é a de combate ao cupim, presente na maior parte das edificações do período cafeeiro.

Medidas de outra competência institucional também foram apresentadas, em particular as que são da alçada do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT. Uma delas é a flexibilização das exigências burocráticas quanto às possibilidades de intervenções mais urgentes nos imóveis, como reparos nos telhados, nas paredes, no piso, nas aberturas. A outra é a ampliação dos usos do patrimônio edificado dos municípios, pois parte dele está sem ocupação e em condições de risco agravadas também por esse motivo. Destacamos os usos sociais que podem se dar de forma articulada com a política habitacional e urbana e com o emprego dos instrumentos urbanísticos definidos pelo Estatuto da Cidade e, ainda, com a criação de condições especiais de financiamento a imóveis privados, uma prerrogativa que o CONDEPHAAT poderia perseguir.

Enfim, como primeira experiência de comunicação dos riscos das mudanças climáticas e de seus potenciais efeitos ao patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista e de formulação de uma agenda de enfrentamento, consideramos que os resultados foram positivos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. da F. e OJIMA, R. Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas nas Áreas Urbanas do Estado de São Paulo: Mudança no Regime de Chuvas e Características Socioeconômicas e Demográficas da População. *IV Encontro Nacional da Anppas*, junho de 2008 - Brasília - DF.

BLANCO WELLS, G. e FUENZALIDA, M. I. La construcción de agendas científicas sobre cambio climático y as influencia en la territorialización de



políticas públicas: reflexiones a partir del caso chileno. In Postigo, Julio et al. *Cambio climático, movimientos sociales y políticas públicas. Una vinculación necesaria*. Santiago de Chile: ICAKL, janeiro de 2013.

BOSTROM, A.; MORGAN, M. G.r; FISCHHOFF, B. and READ, D. What Do People Know About Global Climate Change? *Risk Analysis*, Vol. 14, No. 6, 1994.

CEIVAP – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Caderno de Ações. Área de Atuação do CBH-PS. Anexo 1 do Relatório Contratual R-10.b 2007. Disponível em <http://www.ceivap.org.br/planobacia.php>, acesso em junho de 2016.

COELHO NETTO, A. L. & SANTOS, A. A. M. Análise de frequência das chuvas no Maciço de Tijuca, RJ. *Revista Brasileira de Hidrologia e Recursos Hídricos*, 2, p. 3-18, 1979.

DI GIULIO, G. M. *Risco, ambiente e saúde: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas*. São Paulo: Annablume, 2012. 390 p.

DI GIULIO, G. M.; FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro and FERREIRA, Lúcia da Costa. Avaliação, comunicação e percepção de riscos associados a desastres naturais: uma contribuição aos estudos ambientais. *Ciencia e Cultura* 2013, vol.65, n.4 pp. 51-53. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252013000400018&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000400018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em fevereiro de 2016.

IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change: the physical science basis* (summary for policymakers). Gênova: IPCC Secretariat, 18 p, 2007.

IPCC - *Cambio climático 2014: Impactos, adaptación y vulnerabilidad. Resúmenes, preguntas frecuentes y recuadros multicapítulos. Contribución del Grupo de trabajo II al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático* [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea y L.L. White (eds.)]. Organización Meteorológica Mundial, Ginebra (Suiza), 2014, 200 págs.

KAWASAKI, B C, BRITO JUNIOR I. de, LEIRAS A. e YOSHIZAKI H. T. Y. Logística de resposta a desastres: o caso das chuvas no Vale do Paraíba Paulista em janeiro de 2010. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Bento Gonçalves, RS, 2012.

LEISEROWITZ, A. Communicating the Risks of Global Warming: American Risk Perceptions, Affective Images and Interpretive Communities. Creating a climate for change. *Communicating climate change – facilitating social change*. Moser/Dilling (eds.), 2005.

MAY, T. Pesquisa Social. *Questões, métodos e processos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MORENO, A. R. y PERES, F. El estado del arte de la comunicación de riesgos en la región de América latina. *Revista de Comunicación y Salud*. Vol.1, nº 1, pp. 52-68, 2011.

O'CONNOR, R. E.; BORD, R. J and FISHER, An. Risk Perceptions, General Environmental Beliefs and Willingness to Address Climate Change. *Risk Analysis*, Vol. 19, No. 3, 1999.

OJIMA, R. e MARANDOLA JR, E. Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 18, dezembro de 2010.

OLTRA, C. SOLÀ, R, SALA, R, PRADOS, A, GAMERO, N. Cambio climático: percepciones y discursos públicos. Prismasocial - *Revista de Ciencias Sociales*, Nº 2, junio 2009.

POWELL, D.; LEISS, W. Um diagnóstico das falhas de Comunicação sobre Riscos. In: Massarani, L.; Turney, Jon; Castro Moreira, Ildeu de. (orgs). *Terra Incógnita – a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

PULIDO, N. Evaluación transversal de políticas públicas. Gestión de la participación ciudadana. *La Reinención de la Política y la Ciudadanía*. Instituto Internacional de Gobernabilidad, Barcelona, 2001.

RELATÓRIO FAPESP (2011/51016-9). Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais, - 2014.

RELATÓRIO CNPq (444344/2015-2). Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais, - 2017.

RIBEIRO, W. C. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XIV, p. 65, 2010.

RIBEIRO, W C. Impactos das *mudanças climáticas em cidades* no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, CGEE, n. 27, 2008.

SPINK, M. J. P. Ao sabor dos riscos: reflexões sobre a dialogia e a co-construção de sentidos. In M. J. P. Spink, *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*, pp. 295-324, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

STERN, P. FINEBERG, H. Understanding Risk – informing decision in a democratic society. Whashington: National Academy Press, 1996.

THIOLLENT M. Metodologia da pesquisa-ação. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ZANIRATO, S. H. e RIBEIRO, W. C. Mudanças climáticas e risco ao patrimônio cultural em Ouro Preto - Brasil. *Confins - revue franco-brésilienne de géographie*, v. 21, p. 1-20, 2014.

ZANIRATO, S. H.; RAMIRES, J. Z. S.; AMICCI, A. G; ZULIMAR, M. R; RIBEIRO, W. C. Sentidos do risco: interpretações teóricas. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785, 25 de mayo de 2008.

# TRANSVERSALIDADE NA PRÁTICA EM POLÍTICA PÚBLICA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA EM SÃO PAULO

MICHELLE BORGES MIRANDA<sup>1</sup>

JORGE MACHADO<sup>2</sup>

*“E aí nós reunimos várias áreas de governo para o atendimento dessa população (...) Na educação nós temos o quê? O que nós identificamos era EJA<sup>3</sup>, então nós fomos falar com a EJA. Na saúde o que a gente precisava? Da imunoterapia. Nós fomos tratar com o serviço especializado da Atenção Básica que pudesse absorver isso e por aí foi. Então a gente reuniu os serviços públicos já existentes (...) Eu fui pactuar esses fluxos, Secretaria a Secretaria, porque nós pensamos em construir o Programa de baixo para cima e não de cima para baixo. (Symmy Larrat, ex-Coordenadora do programa TransCidadania).*

## INTRODUÇÃO

É um grande desafio responder à complexidade de problemas que afligem grupos historicamente discriminados como mulheres, pessoas negras, portadores de deficiência, idosos, indígenas, LGBTQIA<sup>4</sup>, e – como foco deste trabalho – transexuais e travestis. É necessário um olhar multi e transdisciplinar para conseguir uma melhor resposta às demandas desses grupos tomados como exemplo.

Lidar com a complexidade da realidade social é um desafio à cultura do insulamento burocrático que ainda aflige a gestão pública. Isso que gera ineficiência e inclusive insensibilidade no atendimento a demandas sociais. Outro problema é falta de participação da população-alvo da política que lhe afetará. Os que sentem na pele um problema social, podem contribuir decisivamente na construção de políticas para saná-lo.

---

1. Mestranda em Mudança social e participação política na EACH/USP.

2. Professor livre docente do curso Gestão de Políticas Públicas na EACH/USP.

3. EJA – Educação de Jovens e Adultos.

4. LGBTQIA: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, Intersexos e Ageneros.

Nesse sentido, o Programa TransCidadania surge como um excelente exemplo de intersetorialidade com agenciamento da própria comunidade afetada pela política. Criado pela Prefeitura de São Paulo em 29 de janeiro de 2015 e administrado pela Coordenação de Políticas LGBT (CPLGBT) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o TransCidadania funciona como um programa de reinserção social e promoção da cidadania para pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

Neste texto, descrevemos a implementação do programa e analisamos as inovações que ele traz. Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa qualitativa e exploratória mais ampla de dissertação mestrado, realizada entre março de 2015 e dezembro de 2016, na sede do programa TransCidadania. Isso inclui o acompanhamento de atividades realizadas (observação participante) pelo programa com os participantes, análise de documentos oficiais da prefeitura e do programa e entrevistas com gestores, equipe técnica e participantes do TransCidadania.

Por permitir uma visão mais multifacetada, a transversalidade mostra-se como uma alternativa viável como conceito e ferramenta para tratar de problemas complexos. É isso que apontam vários estudos no Brasil e no exterior, em diversas áreas como saúde pública, inovação tecnológica, segurança pública, atenção à refugiados, combate às drogas e educação (Silva, 2011; Serra, 2004, Cooke, 2011; Shannon & Schmidt, 2002; Lock & Mckee, 2005; Harris, E; Wise, M; Hawe, P; Finlay, P; Nutbeam, 1995; Jaafar, Suhaili *et al.* 2007; Public Health Agency of Canada, 2007; Solar, Valentine *et al.* 2009; Torgersen, Giæver & Stigen 2007; Rudolph, Caplan *et al.*, 2013, Natalino, 2009). No Brasil, elas foram aplicadas com êxito em políticas públicas sociais no âmbito federal em questões da mulher, igualdade racial e combate à pobreza. Na cidade de São Paulo também foi aplicada à inclusão de pessoas com deficiência, para imigrantes, LGBTQIA e em transparência e controle social. Embora, não seja exatamente uma novidade, exemplos de transversalidade constituem espécies de ilhas em meio ao oceano da administração pública.

A transversalidade nas políticas públicas promove a interação e diálogo entre departamentos, secretarias e ministérios, onde se avaliam demandas, conhecimentos, recursos e técnicas disponíveis em cada setor ou órgão que possam ser mobilizadas para a realização de ações conjuntas de modo a alcançar um resultado mais abrangente e efetivo. Assim, diferentes atores, cada qual com dentro da sua especialidade, mobilizam seus recursos sobre um objetivo comum. Com isso surgem novas formas de cooperação de atores públicos, frequentemente envolvendo também atores sociais.

## POR QUE TRATAR SOBRE TRANSVERSALIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANS\*?

As pessoas trans\*<sup>5</sup> sofrem com a dificuldade de terem sua identidade reconhecida nas mais diversas sociedades ocidentais e orientais. Pessoas trans\* ainda são tipificadas como doentes de acordo com a Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso torna a luta por políticas públicas para esses setores do movimento ainda mais difícil, pela resistência de gestores em e investir em políticas para essa população “invisível” (Bento & Pelucio, 2012: 569).

O desenvolvimento de uma política passa não apenas pela esforço na construir da transversalidade - com toda a resistência cultural da administração pública -, como em também no reconhecimento da diferença, onde preconceito é um grande desafio a ser vencido. Por outro lado, executar uma política transversal para pessoas trans\*, pode ser uma atrativo quando se trata de modernização e desenvolvimento de novas práticas no campo das políticas públicas que incluem ações de visibilização e inclusão de grupos historicamente desamparados pelo Estado.

De acordo com Macedo (2008: 1163), quando falamos de transversalidade para políticas de gênero e raça, encontra-se resistência entre gestores, principalmente no que tange a compreender a relevância do tema, ou em como transformar os conceitos teóricos em prática cotidiana, incorporando-as na agenda da gestão e administração. O Transcidadania surgiu da necessidade de transformar a visão tradicional de política pública, dentro de um modelo de gestão que levasse os serviços públicos a quem os necessitava. Segundo Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania:

“Quando a gente começou a pensar o Transcidadania, eu ainda nem estava em São Paulo, mas eu participei de algumas discussões, primeiro que foi uma encomenda do prefeito. Então, ele realmente tem a ver com o modelo de gestão que a gente queria aplicar na cidade, que era um modelo de gestão que tratasse, pela primeira vez, de pessoas que nunca foram recebidas pelo serviço público na cidade de São Paulo e pessoas trans\* era um desse público, além de LGBT, então essa foi uma encomenda do prefeito.” (Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania).

---

5. De acordo com o dicionário de Leticia Lanz, o termo Trans\* com asterístico refere-se a todo sujeito que tem a identidade de gênero não reconhecida dentro da lógica binária homem-mulher (Lanz, 2016).

Cabe dizer que embora existam políticas transversais para mulheres, as pessoas trans\* não se encaixam no conceito de “mulher” - ou de seu “oposto”, “homem”. A população trans\* é tão ou mais vulnerável que as mulheres e tem frequentemente seus direitos como cidadãs negados. Pode-se afirmar que a violência que estão submetidas nega-lhes o próprio direito de expressar-se livremente enquanto ser que ousa romper a lógica binária da sociedade. Essa população compartilha experiências semelhantes, como bem sintetiza Bento: transexuais e travestis frequentemente são “expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais”, além de ter que entrar na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo” (Bento, 2011: 549).

A vulnerabilidade social que as travestis estão expostas deriva também da ausência de políticas públicas que atendam suas demandas básicas como acesso à educação, saúde pública, registro de nome social e ao mercado de trabalho. Embora cada grupo tenha suas singularidades, a realidade de negação de direitos e violência é comum entre travestis e mulheres e homens transexuais. Segundo o relatório *Transrespect versus Transphobia* referente a 2014-15 da Transgender Europe<sup>6</sup>, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans\* no mundo. Esses dados, entretanto, estão longe de refletir a realidade – que é bem mais assustadora. Se consideramos levantamentos não-oficiais, como o que o Grupo Gay da Bahia faz com dados da imprensa, os números são bem maiores maiores devido à não tipificação de casos como homofobia, transfobia e lesbofobia pela polícia (Facchini, 2016: 34).

#### TRANSVERSALIDADE EM POLÍTICAS TRANS\*: A PRÁTICA DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA

O TransCidadania é um programa social desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo durante gestão do Prefeito Fernando Haddad. Criado pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, foi realizado a partir de parcerias entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE).

O programa fez parte das metas do Plano de Governo Haddad “Um tempo novo para São Paulo” (2013-2016), fazendo parte do capítulo “Direito à Diversidade Sexual”. Este por sua vez, estava associado ao Plano Municipal de

6. O Transgender Europe é uma rede internacional de diversas organizações de pessoas transgêneras, que visam combinar ações e combater a discriminação por transfobia. <http://tgeu.org/> link para relatório [http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT\\_research-report\\_ES\\_.pdf](http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report_ES_.pdf)

Combate à Homofobia, elaborado entre 2008 e 2011 durante as conferências municipais LGBT.

O plano de governo da Prefeitura de São Paulo de 2012 previa ações para a população LGBT nas áreas da saúde, educação, segurança, cultura, nome social, criação de Centros de Referência e Combate à Homofobia – com advogados, psicólogos e assistentes sociais. Além disso, previu equipar a Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) de recursos humanos e orçamentários, entre outras ações.

O programa TransCidadania promove ações educativas como curso de direitos humanos e cidadania, educação formal, apoio e assistência psico-social, além de acompanhamento jurídico e hormonal para aquelas que assim desejarem. A implementação do programa, revela a aplicação da transversalidade na prática, através do envolvimento de diversos órgãos da administração em áreas que se relacionam diretamente as necessidades da população trans.

Cada ciclo do programa TransCidadania foi desenhado para ter uma duração de dois anos. Esse é o prazo máximo de permanência de cada turma inserida no programa. Nesse período as participantes de beneficiam da parceria com o Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), que visa a transferência de renda através de uma bolsa salário. Em contrapartida as participantes do programa cumprem uma carga horária específica de dedicação exclusiva às atividades do programa TransCidadania.

De acordo com a ex-coordenadora do programa Symmy Larrat, o desenho do programa foi resultado de articulações que envolveram servidores técnicos, militantes partidários, ativistas, pesquisadores e pessoas ligadas ao movimento LGBT, bem como os resultados dos subsídios das discussões realizadas nas Conferências Municipais LGBT.

O fato do TransCidadania ter sido um dos principais programas da gestão Haddad, facilitou a articulação entre as secretarias municipais necessárias para que TransCidadania pudesse assumir um caráter e política transversal. O arranjo envolveu, além das já citadas, as secretarias da Saúde, Educação, de Políticas para Mulheres e de Assistência e Desenvolvimento Social.

Foram distribuídas entre as secretarias a execução das ações já previstas em leis municipais e federais, como o oferecimento de tratamento hormonal para pessoas transexuais, o respeito ao uso do nome social nas escolas municipais. Também houve ações inter-secretarias como a criação de uma unidade de atendimento exclusivo para tratamento hormonal; criação da Casa Florescer,



de acolhida para mulheres transexuais e travestis; a formação de equipe técnica multidisciplinar para acompanhar diretamente as beneficiárias do programa, além do apoio especializado às escolas em que as participantes do programa eram matriculadas.

Apesar disso, houve setores administrativos que precisaram ser sensibilizados para desfazer eventuais resistências ao programa.

“a construção deste processo de sensibilização foi gradual e encontrou resistências para a constituição das parcerias. Foram necessários nesses casos que a equipe do Programa insistisse no estabelecimento de contato e encontros com os profissionais (...) para que estes fossem ouvidos, e a proposta do Programa fosse apresentada, assim como as formas de trabalho em relação ao acompanhamento. O objetivo desses encontros foi contribuir para a desconstrução de perspectivas discriminatórias e fragmentadas, presentes na lógica setorial. (CPLGBT , 2016)

A participação da sociedade civil organizada foi outro aspecto fundamental para as ações do programa. A organização civil Kononia, entidade ecumênica de serviços que esteve durante todo o processo de implementação do programa, auxiliou nos cursos de formação cidadã, articulando outros grupos sociais para auxiliar no desenvolvimento do programa. Entre eles, o Grupo de Estudos de Direitos e Sexualidade, da Faculdade de Direito da USP (GEDS), o Centro de Dança de São Paulo, a UNEAFRO e o Grupo Lampeoa.

A transversalidade que caracterizou o programa se diferencia da pura intersectorialidade ou multisetorialidade, por estar relacionada com o cumprimento das ações específicas que cada ator executa dentro de um conjunto mais amplo de objetivos. Nesse sentido, conforme Serra (2004: 2), a transversalidade não se reduz a mera formalidade burocrática de inclusão de diversos setores.

As diretrizes do programa evidenciam os quatro pilares sob os quais o Trans-Cidadania, inicialmente se desenvolveu: redistribuição de renda mediante a capacitação escolar e profissional, ações de enfrentamento do preconceito e discriminação contra Transexuais no uso do nome social, capacitação dos servidores públicos e a promover a formação cidadã para o exercício da cidadania. O decreto municipal nº 55.874 que o criou já previa as responsabilidades das secretarias e parcerias envolvidas. Coube à SMDHC a competência da SMDHC coordenar o programa:

1. acompanhar e avaliar, em articulação com as demais Secretarias Municipais, a implementação do Programa;
2. encaminhar e auxiliar os beneficiários do Programa na adesão a outros programas e ações públicos e na obtenção de outros benefícios a que possam fazer jus;
3. referenciar equipamentos municipais, em especial das redes de saúde, assistência social e de apoio à mulher, para atendimento e acolhimento de pessoas travestis e transexuais;
4. prestar apoio técnico e financeiro à execução das atividades previstas no Programa.

O decreto de instauração contemplou leis, portarias e decretos que já previam ações referentes a garantia de direitos de travestis e transexuais, além de trazer ao âmbito municipal ações, como a responsabilidade da rede municipal de saúde em atender a Portaria no 2.803 de 19 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que prevê que os equipamentos municipais de saúde devem ofertar a terapia hormonal pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O decreto de criação do programa previu a responsabilidade de celebrar convênios e parcerias para os participantes do TransCidadania, dentro do Programa Operação Trabalho (POT). Sobre responsabilidade da SMDTE, o POT promove aos participantes do programa capacitação profissional para reinserção ao mercado de trabalho.

O decreto de criação do programa também estabeleceu a inclusão nos censos de classificações quanto à orientação sexual e à identidade de gênero. Tal medida tem grande importância para subsidiar o desenho de políticas públicas que atendam à população trans\*. O decreto ainda prevê que todas as unidades da administração municipal, direta e indireta, que prestem atendimento ao público fixem placas contra a discriminação ao uso do nome social.

Por meio das atribuições do decreto, coube a Coordenadoria de Política LGBT solicitar a Secretaria Municipal de Educação (SME) o efetivo cumprimento da inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados pela administração pública. Com isso, as pessoas trans\* passaram a ser tratadas pelos seus nomes sociais em todas as escolas do município. Essa medida promove a prevenção contra atos discriminatórios com foco na orientação sexual e identidade de gênero no ambiente escolar, que se associam à evasão escolar.

O programa buscou não determinar de maneira unilateral qual escola as participantes do programa seriam matriculadas. Antes, levou em consideração a preferência de localização, considerando a região que as pessoas trans residiam. As escolas que receberam as participantes foram beneficiadas com cursos de capacitação em humanização, direitos civis e abordagem sobre vida cotidiana das travestis e transexuais. Isso proporcionou aos professores e funcionários ferramentas para que pudessem acolher as participantes, evitando situações de estranheza e hostilidade. Esse foi um passo essencial para o sucesso do programa, uma vez que a discriminação e violência dentro das escolas são duas das principais causas do acentuado abandono escolar de travestis e transexuais. Para as participantes, foram oferecidos tratamento psicossocial e pedagógico nas escolas, de modo a apoiá-las em suas dificuldades.

Diferentemente de outros programas da SMDHC, o programa TransCidadania, durante os dois primeiros anos (2015 – 2016), teve uma Coordenação específica para o desenvolvimento do programa composto por uma coordenadora, uma auxiliar de coordenação, uma assistente administrativa, além da equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, pedagogas, psicólogas e advogados. A coordenação em particular, tinha também a missão de articular as parcerias que proporcionam auxílio nas demandas levantadas pelo programa transcidadania.

A articulação entre a gestão do programa, secretarias, OSCs na estruturação, no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento do programa, contribuiu para que o mesmo assumisse um caráter autenticamente transetorial e multidisciplinar.

“A gente construiu. Fazia de uma forma, se reunia, não deu certo, vamos mudar, agora vai ser desse jeito, a gente veio construindo isso”. (Millena Wanzeller, ex-auxiliar de coordenação do programa TransCidadania).

“A discussão de casos é feita pelas trabalhadoras psicóloga, assistente social e pedagoga, que levam alguns casos para serem discutidos na reunião geral, onde as decisões são tomadas coletivamente. As profissionais validam e reconhecem a importância da equipe multidisciplinar para os processos de trabalho. Sobre o trabalho multidisciplinar, pra mim é fantástico. Tem entraves? Óbvio. São teorias, são metodologias que são muito distintas. Mas é isso, o que nos enriquece é o trabalho multidisciplinar, é um complementando o outro” (Cíntia Spíndola, ex-assistente social do programa TransCidadania).

“Essa coisa do coletivo, vamos decidir juntos, vamos fazer juntos, dá muito trabalho, mas quando sai o resultado, é outro. O trabalho é construído coletivamente, ele não é construído individualmente” (Gabriela Oliveira, ex-assistente social do Programa TransCidadania).

Os gestores do TransCidadania destacaram que o arranjo transsetorial e multidisciplinar envolvendo profissionais de funções e órgãos diferentes foram fundamentais para o programa.

Pese sua inovação, quer seja por olhar para uma população invisível, quer seja pela forma que foi desenhado e executado, pairam muitas incertezas sobre o próprio futuro do programa, face a situação de vulnerabilidade que vivem as pessoas trans\* e os desafios que ainda precisam ser superados.

Você é travesti, você tá em situação de vulnerabilidade, é uma coisa assim, que não tem (Pausa para respiração) ... Umas em mais e outras em menos... Eu estou nesse espaço, mas quando o TransCidadania acabar eu volto pra esquina, igual a todas elas. Até que ponto eu sou menos vulnerável que elas? (Symmy Larrat, ex-coordenadora do programa TransCidadania).

Cabe dizer que o desde que o programa foi criado atendeu a 221 pessoas trans\*. Isso corresponde a uma parcela ainda muito pequena da população trans\* em situação de vulnerabilidade. No entanto, o programa tem uma grande importância por ter sido o primeiro – possivelmente no mundo – a conseguir fazer uma abordagem tão multifacetária dos problemas que afligem às pessoas trans\*.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E SUPERAÇÕES

A complexidade da realidade social desafia modelos de gestão de políticas públicas tradicionais para atender demandas da sociedade. No caso das populações que vivem cotidianamente em situações de vulnerabilidade e risco, a eficiência da ação do estado pode determinar inclusive a vida e morte de pessoas. Problemas complexos exigem uma ação igualmente complexa do governo, que envolva a colaboração e compartilhamento de recursos e habilidades.

Buscamos nesse texto, não apenas apresentar como se deu o TransCidadania na prática, mas também refletir sobre um novo modelo de gestão de políticas públicas.

Este programa só foi possível devido um conjunto de ações articuladas numa conjuntura política onde as pautas de pessoas trans\* ganharam mais visibilidade, embora as soluções e ações ainda caminhem a passos mais lentos que a urgência da demanda. Nesse conjunto de ações, os princípios da transversalidade se deram desde a decisão do chefe do executivo municipal que o programa TransCidadania fosse parte fundamental do seu programa de gestão. Igualmente importante foi a criação da nova Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que teve como objetivo principal mudar as formas de gestão e participação social e para isso colocou a frente uma equipe especializada que compartilhava de uma mesma visão de horizontalidade, transversalidade e participação social. A sensibilização por parte da equipe responsável por coordenar a ação e principalmente para garantir seu funcionamento com as parcerias desenvolvidas com a sociedade civil é outro elemento a ser destacado.

Como vimos, a transversalidade foi importante na fase de formulação e de implementação do programa, mas além disso o comprometimento político da gestão municipal foi igualmente fundamental. O estabelecimento e o investimento de recursos em um programa com tais características, demanda um contexto político progressista, que venha acolher a importância de discutir gênero e os direitos a ele associados de forma madura e honesta.

Deste modo, é nítido que o TransCidadania se tornou um programa inovador por ir além de promover o debate de gênero e cidadania e agir de forma concreta na inclusão social a partir dos problemas enfrentados no dia-a-dia da população trans\*.

Então assim, muitas meninas saíram da rua, muitas conseguiram alugar um quarto-sala, um banheirinho, muitas puderam ter um pouco mais de dignidade, muitas puderam escolher a rua ou o trabalho e o estudo. Então dizer que não é importante, que não foi importante, é uma grande mentira. É importante, principalmente pra quem passou séculos e décadas, e décadas sem ser vista, achando que o único lugar da gente é rua, camisinha e gel. (Aline Marques, Ex-aluna da turma de 2015 - 2016)

## REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (2016). Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm) (visitado em 30 de julho de 2017).

Bandeira, L. (2005) Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPAL, SPM.

Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19 (2), 549.

Bento, B.; Pelúcio, L. (2016). Vivências trans: desafios, dissidências e conformações. *Estudos Feministas*, 20(2), pp. 485-488.

\_\_\_\_\_. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 20(2), pp. 569-581.

Cooke, Philip (2012). Relatedness, Transversality and Public Policy in Innovative Regions, *European Planning Studies*, Vol. 20, Iss. 11.

Coordenadoria de Políticas LGBT (2016). Transcidadania: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. Dez, 2016. São Paulo. SP

Facchini, R. (2016) Diversidade sexual e de gênero e violência: situando reflexões e pesquisas, 12/2016, "Gênero e diversidade sexual: percursos e reflexões na construção de um observatório LGBT", Capítulo, ed. 1. Salvador: Editora Pontocom, pp.27-42.

Harris, E; Wise, M; Hawe, P; Finlay, P; Nutbeam, D (1995) Working together: intersectoral action for health. Australian Government Publishing Service, Canberra.

Jaafar, S; Suhaili, M. R.; Mohd, Noh K.; Ehsan, F.Z.; Lee, F.S. (2007) Malaysia: Primary health care key to intersectoral action for health and equity. World Health Organization and Public Health Agency of Canada. Disponível em: <https://goo.gl/fvHbQ4> (visitado em 30 de julho de 2017).

Lanz, L. (2006). Dicionário de Gênero. Curitiba: Transgente.

Lock, K., & McKee, M. (2005). Health impact assessment: assessing opportunities and barriers to intersectoral health improvement in an expanded European Union. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 59(5), 356-360.

Macedo, M. dos S. (2008) Políticas sociais e diversidade: o desafio de transversalizar gênero e raça. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, V. 17, p. 1155-1165, jan/mar.

Natalino, M. A (2009). Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. In: BRASIL. Secr. de Assuntos Estratégicos da Pres. da República. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, vol. 3. Brasília: IPEA, 2009.

Public Health Agency of Canada (2007) Crossing sectors: experiences in intersectoral action, public policy and health. Public Health Agency of Canada, Ottawa.

Rudolph, L. B., Caplan, J., Mitchell, C., Ben-Moshe, K., & Dillon, L. (2013). *Health in All Policies: improving health through intersectoral collaboration*. Institute of Medicine of the National Academies.

Prefeitura de São Paulo. (2016) Balanço Programa TransCidadania. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, julho de 2016.

\_\_\_\_\_. (2004) Decreto, No 44.484, de 10 de março de 2004. 10 de março de 2004, 451o da fundação de São Paulo. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de março de 2004.

\_\_\_\_\_. (2015) Decreto, No 55.874, de 29 de Janeiro de 2015. 462o da fundação de São Paulo. Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. (2015) Deliberação Conselho Municipal de Educação CME nº 08/15 – DOC 29/01/15 - Dispõe sobre a inclusão e uso de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das unidades. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/22172.pdf> (p. 107-8) (visitado em 30 de julho de 2017).

\_\_\_\_\_. Deliberação Conselho Estadual de Educação (CEE) No 125/2014 (2014). Inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/2WnExA> (visitado em 30 de julho de 2017).

Serra, A. (2005). La gestión transversal. Expectativas y resultados. *Revista del clad Reforma y Democracia*, (32), junho, Caracas.

Shannon, M. A., & Schmidt, C. H. (2002). Theoretical approaches to understanding intersectoral policy integration. *Cross-Sectoral Policy Impacts on Forests*, 46, 15-26.

Silva, T. D. (2011, setembro). Gestão da Transversalidade em Políticas Públicas. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35.

Solar, O; Valentine, N; Albrech, D; Rice, M. (2009) Moving forward to Equity in Health: what kind of intersectoral action is needed? An approach to an intersectoral typology. In: 7th Global Conference For Health Promotion, Nairobi, Kenya

Torgersen, TP; Giæver, Ø; Stigen, O.T. (2007) Developing an intersectoral national strategy to reduce social inequalities in health—the Norwegian case. World Health Organization. Disponível em: [http://www.who.int/social\\_determinants/resources/isa\\_national\\_strategy\\_nor.pdf](http://www.who.int/social_determinants/resources/isa_national_strategy_nor.pdf) (visitado em 30 de julho de 2017).



# MUDANÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: APROXIMAÇÕES PÓS-CRÍTICAS E PÓS-ESTRUTURALISTAS<sup>1</sup>

HELENA C. P. O. MORITA E ELIZABETE FRANCO CRUZ

## INTRODUÇÃO

A ideia de mudança social figura nos discursos políticos e acadêmicos de maneira frequente. No entanto, sua evocação agrega uma diversidade de interpretações e sentidos os quais se associam ao desenvolver de parte das principais searas de pensamento no âmbito das Ciências Sociais. Em paralelo, nota-se, como problematizaremos ao longo deste texto, uma intersecção entre a ideia de educar a população e a intenção de promover, a partir da educação, determinados tipos de mudança social. Neste âmbito, o eixo de conexão entre a mudança social e a educação se cristaliza no currículo em associação à demanda de formar cidadãos. Em outras palavras, a tarefa de educar para a cidadania atribuída à educação se mescla a um ideal de sociedade o qual seria alcançado mediante a formação de cidadãos adequados e munidos dos saberes e habilidades necessárias ao modelo de sociedade desejado. Neste contexto, este artigo propõe problematizar o discurso de formação para a cidadania visando à transformação da sociedade.

Assim, considerando o objetivo acima enunciado e o espaço deste texto, organizamos este artigo de maneira que haja uma breve apresentação das noções que se cristalizaram ao longo do desenvolvimento das Ciências Sociais acerca do tema da mudança social. Nesta seção, apresentaremos o pensamento direcional e o cíclico, os quais, segundo Piotr Sztompka (2005) se estabeleceram como as duas grandes vertentes de entendimento das transformações sociais. Em seguida, promovemos o encontro entre estes modelos de compreensão da mudança social com as discussões sobre o currículo para demonstrar como a Educação foi

---

1. Este texto é produto do trabalho de pesquisa realizado na elaboração da dissertação “Mudança social, cidadania e educação: conversas com professoras e professores do Ensino Básico em São Paulo”, apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo em 2016.

instrumentalizada, sobretudo sob a demanda de educar para a cidadania, para promover mudanças sociais que estivessem em acordo com os modelos de sociedade vigentes a cada momento histórico. Por fim, buscamos problematizar as noções de mudança social, currículo e cidadania de modo a desnaturalizá-las a partir de um referencial teórico pós-crítico e pós-estruturalista<sup>2</sup>.

#### SOBRE A NOÇÃO DE MUDANÇA SOCIAL

No campo da Sociologia, a noção de mudança social se apresenta como um processo que culmina na “*transformação do conjunto das relações sociais*” (VIANA, 2006 p. 132). Giddens (2012) afirma a mudança social como um marco que insere na História a percepção de uma descontinuidade manifestada como alteração não efêmera no engendramento social. A identificação de um processo de mudança envolveria, neste âmbito, constatar a relevância de eventos que ocorrem e reorganizam instituições e relações de poder.

Na tradição sociológica, de acordo com Sztompka (2005), os processos de mudança social têm sido pensados a partir de duas grandes vertentes interpretativas. A primeira, denominada **direcional**, compreende a mudança social como um processo de aperfeiçoamento contínuo, como um desenvolver linear, inexorável e finito de potencialidades latentes as quais culminariam em uma sociedade evoluída. A segunda, nomeada **cíclica**, coteja a ideia de recorrências, de oscilações que conduziriam a sociedade a um eterno retorno a situações e conjunturas sociais já vivenciadas.

Em ambas, a intencionalidade do processo de mudança não está sob o controle absoluto dos indivíduos. Em outras palavras, em nenhum dos dois entendimentos acima citados, a sociedade mudaria por força exclusiva dos agentes sociais. No entanto, a ação dos movimentos sociais e das ações políticas não é considerada nula; admite-se que os variados atores sociais interfiram no curso dos acontecimentos, muito embora os resultados de suas ações não se manifestem exatamente conforme planejado.

---

2. A filosofia pós-estruturalista procura desfazer pares de normalidade-anormalidade; padrão-desvio, desta forma, colabora no processo de problematização e desnaturalização de conceitos, assim, questiona o monopólio do saber científico sobre as outras formas de saber, assume que a verdade é uma produção discursiva contingente e pertinente às relações de poder que se estabelecem na sociedade. Os estudos pós-críticos em educação se beneficiam do pensamento pós-estruturalista para pensar a educação como uma ferramenta social cuja ação deve se projetar sobre todas as formas de desigualdade, seja social, de gênero, étnica, etária, regional etc..

Em relação à perspectiva direcional da mudança social, ressalte-se que a teorização acerca desta noção se forma em um ambiente de intensas transformações sociais as quais se subscrevem como parte do processo de construção da modernidade industrial e do esvaecimento do mundo feudal na Europa. Assim, os pensadores preocupados com este processo de transformação se devotaram a dois problemas: o primeiro se traduz na tentativa de compreender como a sociedade teria alcançado a modernidade industrial; o segundo se refere à constatação dos conflitos pertinentes ao modelo social formatado sob a égide do capitalismo industrial (VIANA, 2006). No primeiro grupo, inserem-se nomes como Auguste Comte, Herbert Spencer e Emile Durkheim, os quais buscaram compreender a mudança da sociedade sob a perspectiva do evolucionismo. O segundo se constitui a partir do legado teórico e político reunido no campo do materialismo dialético.

Na concepção evolucionista sobre a mudança social, há uma analogia entre a sociedade e um organismo visto como uma unidade funcional formada por partes singulares e responsáveis por atividades específicas, porém completamente integradas e solidárias entre si. Nesta percepção, também há a noção de um tempo linear durante o qual as sociedades se transformam no despertar de potencialidades latentes. Neste escopo, as forças propulsoras das mudanças situam-se na própria sociedade e desabrocham espontaneamente, isto é, de forma não intencional, como se fossem parte de um processo de desenvolvimento natural, necessário, previsível e ordenado rumo aos estágios mais avançados. Os estudos sobre a mudança social assim caracterizada trabalham com a possibilidade teórica de compreensão do processo em sua totalidade, isto porque a evolução é vista como uma sucessão lógica de etapas pelas quais todos os grupos sociais irão passar rumo ao seu aperfeiçoamento máximo, compreendido dentro desta esfera em sinóníma com a modernidade industrial. No âmbito das teorias evolucionistas, portanto, mudança é evolução, evolução é progresso e o ponto culminante desta trajetória é o alcance da modernidade industrial tal qual sucedeu com os países desenvolvidos do mundo ocidental (JOHNSON, 1997).<sup>3</sup>

Em resumo, no entendimento evolucionista, havendo um tipo adequado de povo – secular, urbano, disciplinado, instruído – se processaria, espontaneamente, a transformação social direcionada para o alcance do que se considerava o seu auge: a modernidade industrial tal qual ocorrera nos países capitalistas desenvolvidos do ocidente.

---

3. Note-se que o desenrolar da história no continente europeu serviu, no âmbito da teoria evolucionista, como parâmetro de mensuração de desenvolvimento social, sendo, desta forma, os países capitalistas europeus os representantes do auge do processo de desenvolvimento, enquanto todos os demais seriam postulantes à mesma trajetória.

No entanto, paralelamente ao desenvolvimento do pensamento evolucionista sobre a mudança social, consolida-se o campo interpretativo do materialismo dialético, o qual, segundo Sztompka (2005), também presta tributo a um entendimento direcional da mudança social por aventar um caráter finalístico para o curso da história, divergindo em relação aos evolucionistas ao apresentar a sociedade moderna capitalista como uma etapa que antecede um momento de maior aperfeiçoamento social: o comunismo.

Este pensamento é oriundo da obra de Karl Marx (1818-1883) e de Friedrich Engels (1820-1895), os quais se dedicaram a compreender as relações de trabalho no capitalismo e a maneira como a concentração de riqueza e o empobrecimento dos trabalhadores criam uma sociedade cindida pelo antagonismo pertinente ao conflito entre aqueles que detêm a posse dos meios de produção em contraposição àqueles cuja sobrevivência só seria possível mediante a venda de sua força de trabalho. Desenha-se, desta maneira, uma relação de exploração, a qual é a responsável por fazer transparecer a contradição capital-trabalho, cerne da teoria marxista sobre a mudança social (QUINTANEIRO, 2009).

Nesta perspectiva teórica, as forças de produção poderiam sofrer mudanças – sobretudo técnicas – que interfeririam no pacto colaborativo entre forças e relações de produção. Assim, membros da sociedade associados ao antigo regime de relações de produção seriam substituídos por novos membros, os quais estariam aptos ao desenvolvimento das novas relações de produção. Este processo gera conflitos e é compreendido por Marx como um período revolucionário (ABBAGNANO, 2014).

O materialismo dialético, portanto, consolida-se como uma teoria da mudança social que prevê a criação de sínteses estabelecidas a partir das tensões que se formam no âmbito das contradições intrínsecas ao modo de produzir e organizar as relações de trabalho no capitalismo (JOHNSON, 1997).

Embora o materialismo dialético se assemelhe ao evolucionismo no sentido de considerar a mudança social como um processo direcional e inevitável a ser vivenciado por todas as sociedades, ele contribuiu para trazer o debate sobre a possibilidade de uma mudança na qual haja, pelo menos em parte, maior protagonismo popular e contribuiu ainda para tensionar e visibilizar as injustiças sociais ligadas ao capitalismo.

Por outro lado, materialismo dialético e evolucionismo se assemelham quando defendem a existência de um caminho único e pré-determinado a ser trilhado pelas sociedades. Neste entendimento, ambas se apresentam como metanarrativas, ou seja, como explicações universalizantes e racionais que procuram compreender a sociedade e pressupõe antever o rumo dos eventos. Ao mesmo

tempo, as duas perspectivas tomam os acontecimentos europeus ocorridos no transcorrer da consolidação da modernidade industrial como paradigma de compreensão válido aos mais variados grupos sociais existentes no mundo (SZTOMPKA, 2005). Evidentemente, estas formas de análise social influenciaram pensadores ao redor do mundo e, assim, difundiram-se esforços acadêmicos e políticos empreendidos por países em suposto atraso na direção de emular as condições sociais, políticas e econômicas vivenciadas pelos países considerados desenvolvidos (VILLAS BÔAS, 2006).

No início do século XX, com menor destaque do que o pensamento direcional sobre a mudança social, foi desenvolvida uma forma diferente de analisar as transformações sociais. Marcados pelo pessimismo próprio do período em ocorreram as duas grandes guerras mundiais, vários pensadores se lançaram no questionamento da ideia de progresso inexorável, de aperfeiçoamento contínuo da sociedade e, assim, passaram a aventar a possibilidade de oscilações e recorrências no curso da história. Estes são agrupados como aqueles que entendem a mudança social como um movimento cíclico que comporta retrocessos seguidos por avanços e novos retrocessos (SZTOMPKA, 2005). Neste campo, Oswald Spengler (1880-1936) desenvolve uma análise em que as sociedades seriam entes cuja existência teria um começo, um auge e um fim. Nomeando-as como civilizações, afirma que cada sociedade, antes de seu declínio e desaparecimento, produziria um legado a ser incorporado por novas civilizações. Pitirim Sorokim (1889-1968), por sua vez, aponta as manifestações culturais do início do século XX como sinais da decadência do mundo ocidental (SZTOMPKA, 2005).

Por fim, todas as teorias aqui estudadas apresentam modelos interpretativos que transfiguram a mudança social como um processo universalista, isto é, compreendido em uma escala macrossociológica. Em paralelo, todas têm em comum o fato de terem sido inspiradas em acontecimentos europeus e terem sido tomadas como parâmetros para o resto do mundo, sobretudo por expressarem um caráter racional, isto é, foram formuladas sob a chancela do pensamento científico que lhes concedeu o atributo de verdade. Desta maneira, perpetuaram-se como balizas para pensadores que se voltavam aos problemas de seus grupos sociais. Tais teorias, portanto, apoiam-se na credibilidade que a ciência lhes confere para arrogar a si a prerrogativa do deslindamento da complexidade social de modo a torná-la compreensível, controlável e previsível.

A discussão sobre a mudança social se fez como uma reflexão acerca da sociedade moderna, organizada sob a forma de um Estado-nação o qual se caracteriza pela formalização das relações entre governantes e governados a partir da ideia de cidadania. Nesta acepção, o indivíduo membro da sociedade se tornaria detentor de direitos e deveres no âmbito da sua relação com o Estado e com os demais membros da sociedade (GIDDENS, 2012). Assim, o debate sobre a mudança social implica o ente cidadão como agente e alvo das transformações sociais, à medida que caberia ao cidadão e ao Estado atuarem mediante prerrogativas oportunamente cedidas em função do lugar ocupado por estes entes no pacto de formação da sociedade moderna. Entretanto, as diferentes perspectivas sobre a maneira como a sociedade se modifica se projetam sobre o que é esperado dos indivíduos. Em outras palavras, para cada paradigma de sociedade se estabelece um arquétipo de cidadão ideal. A educação, neste contexto, destaca-se como um dos instrumentos colocados em ação para que se formem os cidadãos adequados a cada modelo de mudança social, fato que podemos observar na análise das teorias do currículo.

Segundo Silva (2007), a noção de currículo desponta nos anos 1920, nos EUA como uma tentativa de criar um método por meio do qual fosse possível racionalizar resultados educacionais. Nesta concepção e, a partir dessa demanda, a educação se materializa como um processo de moldagem que deveria ocorrer de maneira eficaz, calcada em pressupostos científicos que permitissem alcançar metas específicas. Este modelo, denominado “tradicional”, buscou, segundo crítica realizada por Michael Apple (2006), incutir determinados valores nas massas e, desta forma, criar uma cosmovisão, um entendimento de mundo que se afina com um modelo de sociedade em que as pessoas, em posse de suas capacidades e graças à segurança e igualdade pertinentes ao pacto de formação do Estado, cooperam, trabalham e prosperam, o que resulta na evolução do conjunto da sociedade. Neste contexto, a educação teria como função formar um cidadão disciplinado, capaz de cumprir seus deveres e de obedecer à ordem e estima-la junto aos valores cívicos. Este projeto associa-se ao modelo evolucionista da mudança social, segundo o qual seria preciso haver uma sociedade formada por pessoas racionais, urbanas, ordeiras, seculares e voltadas ao trabalho as quais, assim formatadas, colaborariam – mediante a ordem, a liberdade e a igualdade garantidos pelo Estado – para o seu progresso pessoal e, por consequência, nacional.

No entanto, a tríade formada pelo pensamento evolucionista, o currículo tradicional e a ideia da existência de um cidadão livre e racional encontrou crítica e oposição entre pensadores influenciados pelo materialismo dialético. Eles demonstram que a noção de cidadania e os ideais de igualdade e liberdade que ela comporta, terminariam por sublimar o caráter assimétrico das relações entre trabalhadores e proprietários, isto é, a desigualdade pertinente ao modo capitalista de produção se eclipsaria sob a legalidade que institui o Estado e cria a noção de igualdade entre os entes sociais. Assim, de maneira a formular objeções à tese da igualdade entre cidadãos, denuncia-se, a partir de uma análise marxista, a seletividade de absorção das demandas sociais por parte do Estado, afirmando-se que este estaria predominantemente voltado aos interesses dos proprietários em detrimento dos trabalhadores. Neste sentido, o Estado moderno, teria legitimado a divisão social do trabalho e, concomitantemente, ocultado, sob a legalidade das relações trabalhistas, a parcela não paga ao operário sob a forma de mais-valia (SADER, 2014).

Neste entendimento, a Educação não poderia se prestar a tornar perene a fé no Estado, no civismo e na concepção liberal de cidadania e sociedade. Demanda-se, a partir do questionamento deste modelo de sociedade, que a Educação se volte a produzir cidadãos críticos e prontos para questionar a ordem social, tendo em vista a produção de mudanças. Neste âmbito, Tomaz Tadeu da Silva (2007) propõe analisar o legado marxista na educação como parte das teorias críticas do currículo, as quais se consubstanciaram no ambiente contestatório dos anos 1960/70 para colocar em questão os pressupostos das teorias tradicionais, contribuindo para questionar o caráter neutro, científico e racional da educação.

A aceção crítica do currículo se molda no campo da desconfiança, do questionamento e da desnaturalização, promovendo a crítica social, a observação das injustiças e a denúncia das desigualdades. Busca, por conseguinte, apresentar as fissuras existentes no pacto de formação da democracia liberal e entende como estratégica a conscientização da população, sobretudo em relação aos diferentes papéis exercidos por cada um dos cidadãos no âmbito de uma sociedade entendida sob a ótica da luta de classes. Ao mesmo tempo, denuncia o modelo tradicional de educação como um instrumento de manutenção de privilégios, à medida que se presta a propagar um modelo cultural hegemônico forjado nos valores burgueses ocidentais. Assim, demonstra que o currículo escolar é resultado de uma seletividade artificial e ideológica de informações e, portanto, demanda sua transformação de maneira a possibilitar uma leitura crítica da realidade social, a partir da qual se formariam cidadãos cientes de sua condição e engajados na superação dos conflitos sociais.

## MUDANÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: ATRAVESSAMENTOS PÓS-CRÍTICOS E PÓS-ESTRUTURALISTAS

Os pensamentos sobre mudança social, cidadania e currículo apresentados até este momento convergem ao se apresentarem como teorias racionais e científicas voltadas ao entendimento do mundo. Desta forma, apoiam-se na possibilidade de desvendamento da complexidade social, tendo por objetivo torná-la apreensível, previsível e controlável. No entanto, se atravessarmos estes pontos de vista com as contribuições prestadas pelos estudos pós-estruturalistas e pós-críticos, teremos a oportunidade de reavaliar e problematizar paradigmas sociais até então naturalizados.

De início, é pertinente que se questione a noção de ‘teoria’. Este termo, amplamente difundido no mundo acadêmico e no senso comum, unge os discursos expressados sob a chancela do que conhecemos como ciência de uma conotação de neutralidade, objetividade e verdade. Sua emanção faz parecer que certos enunciados, certos entendimentos sempre existiram em um plano metafísico, aguardando por seu descobrimento. No âmbito social, portanto, quando se admite que o que conhecemos como teoria é o fruto imaculado do esforço do método científico cujo engenho é capaz de desvelar verdades, ocultam-se as relações de poder que se estabelecem de modo que essas ‘teorias’ emergem. A este respeito, o campo pós-crítico nos propõe como horizonte de análise a premissa de que teorias são discursos (SILVA, 2007) cujo acontecimento ocorre mediante a interdição de temas, a aquisição de permissões e procedimentos que terminam por controlar e determinar o que se produz como verdade (FOUCAULT, 2013). Assim, o que se aceita como a teoria sobre a mudança social, o currículo ou sobre modelos de cidadania, antes de serem produtos da formulação neutra e racional da ciência, são parte de redes de poder e de saber que se articulam e, assim, produzem fatos e sujeitos contingentes. Desta forma, no lugar de aceitar a existência pura e natural de ideias sobre como seria uma sociedade transformada e de como seriam os cidadãos e a educação a eles destinada, propomos analisar as relações que se estabelecem e que produzem consensos sobre estes fenômenos (VEYNE, 1998).

Outro aspecto relevante a ser questionado e problematizado é a onipresença da figura do ‘ser racional’ como agente das transformações sociais e membro eleito de uma hipotética sociedade ideal. Forjado no pensamento liberal, este arquétipo de indivíduo seria, como descrito anteriormente, alguém ilustrado, educado, coerente, capaz de negociar com seus pares e, por meio do consenso, agir de maneira orientada para o progresso social. Em adição, no escopo da



crítica marxista ao pensamento liberal, este indivíduo pode se consubstanciar no ser crítico e ativo que irá desvelar injustiças sociais e trabalhar coletivamente para a superação dos antagonismos de classe. Nos dois casos, o processo educativo se colocaria de maneira central para munir as pessoas dos conhecimentos e habilidades necessárias para que se tornem úteis aos propósitos destes modelos interpretativos de sociedade.

No entanto, a centralidade do que se chama de racionalidade – como mola propulsora da mudança social – configura-se como aliada da necessidade de controle e ordenação do mundo a partir de uma determinada lógica a qual promete libertar a humanidade da angústia de estar à mercê das forças da natureza e solucionar problemas sociais como a desigualdade. Todavia, ao mesmo tempo, a eleição de um tipo específico de lógica permite a consolidação de uma cosmovisão em que a ciência moderna prescinde os conhecimentos tradicionais; em que a máquina substitui a natureza; em que a razão sobrepuja a emoção; em que o trabalho é condição para a fruição da vida. Nesta cosmovisão, o que importa é a ordem que resulta da atuação dos seres que agem balizados pelo que se convencionou racionalidade, para evitar a instalação do caos. Contudo, a despeito do incessante esforço ordenador, racionalizador e classificatório empreendido pela sociedade, não cessam de surgir situações e formas de existências não previstas, inclassificáveis e absolutamente refratárias ao enquadramento as quais são relegadas ao patamar da anormalidade e se tornam a imagem do medo, da ameaça, do caos, isto é, daquilo que precisa ser corrigido e evitado (BAUMAN, 1999).

Paralelamente, o binômio “racionalidade-ordem” se consolida em associação com a noção de continuidade, de linearidade e de causalidade, neste entendimento, fatos e/ou objetos muito distantes entre si poderiam ser explicados como elos de uma única corrente (NICOLESCU, 1999). A ideia de tempo linear constitui-se, portanto, em conjunto com a noção de ordem, de progresso, de razão, de método, como cerne do ideário sobre a mudança social no pensamento moderno, no entanto, como estabelecer um ponto de origem e um ponto final para a história? Não seria esta lógica linear do tempo articulada com a ideia de evolução constante responsável por deslocar as preocupações e ações sociais em direção a um futuro hipotético inalcançável como o horizonte?

A crítica ao suposto caráter finalístico da evolução social apoia-se no pressuposto de que a história é uma narrativa, um acontecimento discursivo. Isto não quer dizer que a história seja uma retórica absolutamente controlada pelos interesses daqueles que detêm o monopólio da sua interpretação, mas quer dizer que, além daquilo que ela produz como verdade, há uma série de outras informações cuja existência foi omitida. Desta maneira, os fatos que temos

como parte de nossa história estão ligados a um sem-número de outros cuja existência nos escapa. Assim, há de se considerar omissões e exclusões realizadas no processo de formulação dos sistemas de verdades sobre o passado histórico, donde se abre espaço para o questionamento do caráter supostamente totalitário, neutro e coerente dos fatos apresentados. A este respeito, Foucault (2005) ressalta que as coletâneas de obras, fatos e acontecimentos são arbitrárias à medida que expressam o resultado das disputas que se estabeleceram naquele campo discursivo.

Em uma aceção não linear e direcional do tempo, os fatos, os eventos, as narrativas históricas, os acontecimentos discursivos surgem no âmago de relações, portanto, não permanecem como elos de uma corrente, mas sim se colocando ao lado novas irrupções, inserindo-se como parte de antigos conceitos e conhecimentos, isto é, formando um amálgama cujos efeitos se fazem perceber em todas as dimensões do tempo. Desta maneira, acontecimentos discursivos contemporâneos revisitam e reformulam o passado. Da mesma forma, noções elaboradas no passado são parte de noções recém-elaboradas. Logo, no lugar de uma linha na qual cada acontecimento ocupa uma posição singular, durante um tempo determinado, a concepção não linear e não direcional do tempo se demonstra fluida, incontrolável, inassimilável em sua totalidade. Nela, os eventos não se encadeiam de forma causal, isto é, de modo que o passado tenha causado o presente e o presente se torne o causador do futuro; ao contrário disso, há inter-relação recíproca e constante entre todos os instantes do tempo (WILLIANS, 2013).

Este entendimento do tempo sob a concepção de contestação de sua linearidade coloca em questão a possibilidade de planejamento do futuro e da preparação educacional de indivíduos úteis a este fim. Defende-se, por conseguinte, que os tempos que se seguirão ao presente estarão sempre atravessados por novas e imprevisíveis relações. Nestas relações futuras, novos objetos se produzirão e novas necessidades surgirão. Isto não quer dizer, entretanto, que o que se faz hoje não ressoe no amanhã, tampouco, poder-se-ia afirmar a possibilidade de controlar o amanhã por meio do hoje (VEYNE, 1998).

A partir desses entendimentos, vislumbra-se a potência da observação crítica do cotidiano não no sentido de procurar por verdades ocultas ou de fundar novas normas universais, mas no sentido de trazer à consciência o emaranhado de relações de poder que formam o tecido social. Para isso, é preciso colocar em questão os atuais modos de agir, de pensar. É necessário e estratégico não perder a perspectiva da realidade como emanção de um discurso que não determina os indivíduos, nem é determinado por eles. Portanto, no lugar de criar o futuro, como pressupõe o pensamento moderno sobre a mudança

social e a ideia de educação para a cidadania, o pensamento pós-crítico propõe problematizar cotidianamente o que está normalizado, colocar em questão o que é tido como verdade, rever modos de ser e agir (CALOMENI, 2011).

Diante disso, ressaltamos a importância de se pensar o indivíduo como um sujeito que não existe a priori da sociedade, pensado como alguém que se constitui enredado por relações sociais dinâmicas, como produto e produtor de jogos de poder e verdade cuja articulação cria, à maneira de um caleidoscópio, novos e constantes significados para a existência. O sujeito membro da sociedade, portanto, não é unitário, não é completamente livre, tampouco se encontra em estágio de completa e permanente dominação (DEACON & PARKER, 2011). Eles estariam em constante processo de perfazimento, dissolvidos em seu contexto, sem serem determinados, nem determinadores absolutos (REVEL, 2005).

O sujeito, portanto, não age em total autonomia. Não é o senhor das circunstâncias, não cria seu destino, tampouco está sujeito a uma sina inexorável, não sendo, assim, produtor exclusivo da história nem vítima indefesa das circunstâncias. Neste sentido, suas necessidades não são completamente previsíveis, o que torna frágil a ideia de estabelecer um rol de direitos e deveres pertinentes à categoria universal de cidadão, assim como se torna questionável a ideia de criação de um modelo fixo e universal de educação que tenha por princípio sujeitar as diversas formas de existência em nome da criação de um tipo de ser que seja útil a um modelo hipotético de sociedade, sobretudo porque, como indicado, os acontecimentos sociais extrapolam as possibilidades de compreensão, previsão e enquadramento elaboradas pelo conhecimento.

Em paralelo, a ideia de controle da realidade pelo ser racional e de criação de um futuro enquadrado nas expectativas de mudança social também pode ser problematizada a partir dos pensamentos de Foucault sobre o poder, tendo em vista que, quando se supõe uma articulação social, objetivando a transformação da sociedade ou de aspectos dela, supõe-se também a existência de algum tipo de poder que subsidie a ação dos indivíduos. No entanto, segundo a concepção foucaultiana, o poder não tem uma existência natural, concreta, essencial, universal e imutável. Não há “o” poder; há práticas, relações, interações que perpassam a sociedade de maneira constante, porém sempre contingentes. Significa dizer que não há um poder inabalável e atemporal que possa ser disputado, conquistado e controlado por um grupo em detrimento de outros. O poder se configura como um vasto tecido composto por todas as relações sociais que atravessam diferentes tempos e espaços, de modo que não há indivíduo desprovido de poder, não há posse absoluta de poder, não há centro e periferia nas relações de poder (MACHADO, 2013). Assim, pen-

sar na promoção de mudanças sociais provocadas pelos cidadãos envolve ter em mente a não existência de um poder total, o que implica a não existência de um poder nulo. Sob esta perspectiva, pensar a mudança social promovida pelos agentes da sociedade corresponde a acatar a impossibilidade do poder total de transformação e, ao mesmo tempo, a impossibilidade da absoluta não interferência no rumo dos acontecimentos. Diante disso, como agir? Foucault assinala que sempre há espaços para resistência, que sempre há brechas por onde se pode operar mudanças, não necessariamente mudanças em nível macro, mas também em nível micro (BRANCO, 2011).

Explorar ações em nível micro significa abandonar as metanarrativas e questionar a ótica totalizadora que defende que as mudanças sociais devam ocorrer de maneira universal e idêntica, mesmo diante da diversidade de arranjos sociais e necessidades apresentados ao redor do mundo e ao longo do tempo.

No escopo do pensamento pós-crítico, considera-se a potência contida na eliminação das hierarquias entre as lutas e na dissolução dos limites criados pelas ideologias (WILLIANS, 2013), os quais dotariam de maior visibilidade demandas que, por muito tempo, estiveram ofuscadas pela questão econômica – seja na perspectiva da modernização ou da luta de classes. Deste modo, colocam-se no campo de interesse a questão do gênero, da sexualidade, da etnicidade, das pautas referentes a diferentes grupos étnicos, das questões ligadas ao multiculturalismo, entre muitas outras que poderão ser plotadas no mapa – sempre em aberto – do terreno das disputas (PARAÍSO, 2012).

A diversidade de pautas, portanto, alinha-se à ideia de explorar as microescalas, tendo em vista a impossibilidade de controle absoluto do devir. Neste sentido, em vez de buscar “a” mudança social, é preciso estar atento para as diáclases que dão acesso às oportunidades que se engendram de forma contingente e, nestas conjunturas, agir de modo a promover variados tipos de mudança na sociedade. Contudo, para perceber estas brechas e definir modos de ação, é imprescindível que se adote uma atitude que possibilite uma análise constante do cotidiano. Também requer o desvendamento das condições que convergiram a ponto naturalizar comportamentos, de normatizar a vida, de promover práticas de sujeição (SEIXAS, 2011). Para tanto, é necessário, inclusive, questionar a noção moderna de cidadania, já que ela termina por criar um entendimento de que o poder político se exerce dos cidadãos em direção ao Estado e do Estado em direção aos cidadãos, como em um modelo linear e bidirecional sustentado pela necessidade do estabelecimento de uma hierarquia entre estas duas categorias. Ao mesmo tempo, convém repensar o papel da educação, sobretudo ao que se refere à criação de um currículo adequado a formação para a cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da educação, a defesa da formação para a cidadania assume a existência de uma cidadania pré-formatada, universal e atemporal conquistada mediante a assimilação de um rol de intenções prescritas sob a forma de um currículo. Entretanto, como destacado ao longo deste texto, o currículo não se apresenta como um produto neutro do engenho científico voltado à evolução social, tampouco como o instrumento messiânico da libertação, mas como um espaço de disputa constante onde se colocam em ação formações discursivas que criam sujeitos e jogos de verdade (SILVA, 2010). A potência de desconstruir o currículo como expressão de uma verdade natural é a abertura para oportunidades de criação, de subversão de determinadas visões de mundo que criam normalizações, que criam a diferença. Portanto, é uma possibilidade de intervenção política em um mundo que não se constitui como um depósito de conteúdos fixos, essenciais e naturais.

O currículo pós-crítico se associa a múltiplas dimensões do social para defender a diversidade e a não hierarquização das culturas, isto tendo em vista o entendimento de que a existência do diferente, do anormal, do irracional e do atrasado nada mais é do que o produto de um discurso que cria todas essas diferenças. Deste modo, alinha-se aos esforços pós-colonialistas quando reivindica a inclusão das manifestações culturais e sociais de grupos que foram marginalizados pela tradição europeia. Em adição, preocupa-se com as relações de gênero e com a desconstrução da ideia de essência e fixidez das identidades da mesma maneira em que nas questões étnico-raciais preconiza a elucidação das relações de poder que se serviram da suposta neutralidade do biológico para atribuir a determinados grupos de seres humanos a identidade da submissão. Em complemento, questiona a racionalidade moderna a partir dos passivos moldados no interior das empresas capitalistas e das grandes estruturas governamentais burocráticas, assim, põe em questão a noção de progresso e a centralidade de um arquétipo de ser racional no processo de ação social (SILVA, 2007).

Em síntese, propõe-se pensar em que medida uma educação e um currículo estruturado em torno da normalização da conduta, da naturalização de relações sociais e da aniquilação da diversidade produz sujeitos capazes de agir eticamente e posicionarem-se em uma sociedade fluida e contingente. Neste ponto, o campo teórico em que este trabalho se situa aponta para possibilidade de pensarmos uma estética da existência em que se valorize o encontro con-

sigo e com o outro, tendo em vista o fato de as relações cotidianas exigirem concessões, negociações e arguições (LEITE, 2010).

Por fim, sugerimos como pista a perseguição de modos de luta e rebeldia que permitam a indignação sem que se eleja “o” mal; que permitam insurgências que não se desenvolvam capturadas a totalitarismos; que se valham das brechas e oportunidades apresentadas de modo conveniente àqueles cuja vida é precária. Em suma, espreitamos e desejamos elaborar uma existência cujo destino não descreva uma caminhada aprisionada no início-meio-fim das trajetórias lineares cujo ponto de chegada é paradoxalmente fixo, visível e inalcançável. Ao contrário, propomos construir uma caminhada em que o caminhante se permita provisório nas paisagens pelas quais transita e em que a vastidão do que se vê não seja motivo de angústia, estímulo para eliminação de possibilidades e criação de classificações, mas sim que sejam possibilidades a serem contempladas e passeadas com o vagar dos andarilhos que reinventam suas jornadas de modo aberto às contingências, tendo em vista que, como nos alertou Caetano Veloso, “tudo é perigoso, tudo é divino, maravilhoso”.

#### REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRANCO, G. C. Os nexos entre subjetividade e política. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CALOMENI, T. C. B. A Intempestividade da filosofia: a tarefa filosófica de pensar o presente. In: RESENDE, H. **Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 153-170.

DEACON, R & PARKER, B. Educação como sujeição e como recusa. In: SILVA, T. T. (Org.). **O Sujeito da Educação: Estudos foucaultianos**. 8 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011. p. 97-110.

FOUCAULT, M. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, M. B. (org.). **Arqueologia das Ciências e His-**

**tória dos Sistemas de Pensamento.** [Ditos e Escritos vol. 2] Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005. 2ªEd. p. 82-118.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JOHNSON, A. **Dicionário de Sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEITE, Lidiane; ARAGAO, Elizabeth Maria Andrade. O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 543-556, Dez. 2010. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922010000900007&lng=en&nr-m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000900007&lng=en&nr-m=iso). Acesso 22. ago. 2015.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 27 ed. São Paulo: Graal, 2013. p. 7-34.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade.** São Paulo: Triom, 1999.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de Pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E. & PARAÍSO, M. A (orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

QUINTANEIRO, T. et. al. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.

SADER, E. **Estado e política em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SEIXAS, R. L. R. Uma ontologia crítica da racionalidade política na atualidade. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Foucault: filosofia e política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 333-347.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.** 1ª ed. 4ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da Mudança Social.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 239-285.

VIANA, N. **Introdução à Sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VILLAS BÔAS, Gláucia. **Mudança provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.



# A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ENSINAR ALUNOS COM TEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL

ELIANE CANDIDA PEREIRA

MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES

## INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é pauta recursiva nas discussões sobre as necessidades da educação escolar, bem como nas políticas implementadas ao longo dos anos no Brasil, entre elas, as orientações aos Sistemas de Ensino para o desenvolvimento da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008).

A participação dos alunos com TEA em turmas regulares foi um tema recorrente no contexto das pesquisas, conforme constataram Nunes, Azevedo e Schimidt (2013). Tanto as orientações específicas para a implementação das políticas educacionais voltadas a esses sujeitos (BRASIL, 2013), quanto as pesquisas acadêmicas apontaram para a necessidade da formação de professores voltada ao trabalho pedagógico com os alunos com TEA nas turmas regulares, entretanto, as discussões sobre os processos formativos dos quais participam e suas repercussões na organização das práticas pedagógicas não seguiram o mesmo volume de produções.

Nesse contexto social, o presente texto é a síntese de uma pesquisa cujo objetivo é compreender os sentidos pessoais constituídos por professores de alunos com TEA em processos formativos e sua relação com a organização das práticas pedagógicas. A fundamentação teórica da pesquisa é o enfoque histórico-cultural que considera que o *sentido pessoal* está relacionado ao *significado social* e à *atividade* realizada pelos sujeitos.

De acordo com Leontiev (1983), significado social e sentido pessoal constituem a consciência humana, sendo que o significado social é uma elaboração historicamente constituída pelo conjunto da humanidade, assim como

o sentido pessoal sempre se constitui na relação com um conteúdo que foi elaborado socialmente, ou seja, em relação ao significado social. Isso ocorre nos processos que organizam e determinam as ações humanas, identificados como atividades, e estão submetidos às condições da realidade em que se vive. A macroestrutura de uma atividade humana se dá por um fluxo constituído pelos motivos que a impelem, bem como pelas ações e pelas operações para se atingirem os objetivos a ela relacionados. Nessa relação entre o motivo da atividade e as finalidades das ações desenvolvidas é que, segundo o autor, constitui-se o sentido pessoal.

No âmbito da educação escolar, Bernardes (2009) considera que a atividade pedagógica, entendida como a unidade dialética entre a atividade do professor, a atividade de ensino, e a atividade dos alunos, a atividade de estudo, é o que atribui significado e sentido às ações de ensino e aprendizagem executadas por ambos. No campo da formação de professores, Assali (2014) identifica a atividade formativa como uma particularidade da atividade pedagógica.

Na especificidade desta pesquisa, o objeto de estudo é a atribuição de sentido pessoal à atividade formativa, por parte dos professores de alunos com autismo, e as possíveis implicações na atividade pedagógica. A unidade entre o significado social e o sentido pessoal da atividade do professor nas ações de formação e de ensino relaciona-se ao que Saviani (2003, p. 13) conceitua como trabalho educativo: “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Tal fato nos leva à necessidade de compreender o movimento de atribuição de sentidos pessoais constituídos nos processos formativos e sua relação com a organização das práticas dos professores frente aos alunos que apresentam formas peculiares de interação e comunicação social, tais como os sujeitos com diagnóstico de TEA.

#### ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para compreender a constituição de sentidos pessoais por professores em atividades formativas realizou-se um estudo de campo com ações de acompanhamento ao processo vivido e consulta a documentos relacionados. O estudo ocorreu em uma unidade escolar de atendimento ao Ensino Fundamental com o maior número de alunos com TEA de uma rede municipal da Região Metropolitana de São Paulo, onde estavam previstas discussões formativas sobre educação inclusiva, tendo entre os temas as questões do ensino aos autistas.

A pesquisa de campo contemplou as seguintes ações:

- Reuniões com a diretora e as coordenadoras pedagógicas da unidade escolar para discussões sobre as ações formativas previstas no Projeto Político-Pedagógico de 2014;
- Definição dos participantes da pesquisa: convite aos professores de alunos com autismo dessa escola, sendo que quatro professoras aceitaram participar;
- Consulta a documentos referentes às formações das quais estas participaram;
- Duas entrevistas semiestruturadas com as quatro professoras, organizadas em duplas, ocorrendo uma no início e outra ao final da formação em 2014. Na última entrevista indicou-se também que compartilhassem situações de ensino organizadas por elas;
- Uma entrevista semiestruturada individual com as professoras sobre suas trajetórias profissionais.

Por fim, para a compreensão do fenômeno em sua totalidade, buscaram-se informações sobre a organização da educação inclusiva no sistema educacional no qual está inserida a escola onde ocorreu a pesquisa e sobre a constituição da conceituação de autismo na sociedade, a fim de tornar possível a discussão das inter-relações vividas no sistema.<sup>1</sup>

Considerando elementos da estrutura da atividade (Leontiev, 1983), buscou-se compreender a relação entre as condições estabelecidas para ações e operações do processo formativo e o sentido pessoal constituído pelas professoras, definindo-se como eixos de análise: a) as condições das formações; b) o sentido pessoal das formações; c) as ações formativas geradoras de motivos, procurando-se identificar e analisar os movimentos de transformação, ainda que parciais, vividos pelas professoras.

#### ANÁLISE DOS SENTIDOS PESSOAIS E DAS SUAS RELAÇÕES COM A PARTICULARIDADE

Pode-se afirmar que uma circunstância atual foi historicamente tecida, ainda que não diretamente na experiência individual do sujeito, sendo que ele dela se apropria por meio dos significados sociais mediados nas relações interpes-

1. Para ter acesso à tais informações ler a dissertação de mestrado *Os Processos Formativos de alunos com Transtorno de Espectro Autista: contribuições da teoria histórico-cultural*, disponível em: <link:[https://docs.wixstatic.com/ugd/dcac6b\\_703e173eb7b04e289fdc1dc8026c9383.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/dcac6b_703e173eb7b04e289fdc1dc8026c9383.pdf)>.

soais. Essa premissa, no entanto, não remete a uma concepção reducionista, em que sujeitos reproduziriam simplesmente o que apreendem do mundo. Há que se compreender que são múltiplas as condições concretas que compõem essa realidade e que sua constituição se dá em constante movimento dialético. A mesma realidade carrega em si a possibilidade de novas relações serem estabelecidas pelos sujeitos em atividades, pelas quais ocorre o desenvolvimento da consciência, em um movimento que envolve transformar e transforma-se.

Entre as condições concretas em que ocorreram as formações observa-se que até o final de 2009 mantiveram-se escolas de Educação Especial como substitutivas ao Ensino Fundamental na rede municipal de ensino em que ocorreu a pesquisa, tendo início, então, um processo de transição. As quatro professoras que aceitaram participar da pesquisa em 2014, identificadas como Célia, Micaela, Lara e Valéria<sup>2</sup>, atuavam há, no máximo, três anos nessa rede municipal de ensino, portanto, todas ingressaram no mesmo período da implantação das mudanças na organização da Educação Especial. Todas participaram da formação proposta nas Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) da unidade escolar em 2014 e essa foi a primeira situação formativa sobre a educação escolar das crianças autistas em seus percursos profissionais. Duas delas, Micaela e Valéria, tiveram também ações esporádicas de acompanhamento específico pela coordenação pedagógica, bem como frequentaram um curso externo sobre a educação de autistas ofertado pela secretaria de educação, por meio de contratação de uma assessoria, no segundo semestre de 2014.

Das doze horas de discussão sobre questões relacionadas à educação inclusiva realizadas na escola, uma média de quatro horas foram dedicadas às discussões envolvendo crianças com diagnóstico de autismo. As coordenadoras pedagógicas da escola apresentaram como objetivos específicos da formação: conhecer as principais características do TEA e discutir princípios para a organização da prática pedagógica. Indicaram que a cada encontro os professores fizessem a leitura prévia de um texto, observando-se uma mescla de referenciais teóricos envolvendo aportes da psicanálise, da psicologia histórico-cultural e da neuropsicologia. As discussões voltaram-se a anunciar que há diferentes abordagens explicativas para o transtorno e ao que se observa no cotidiano dos alunos com TEA em relação à: desenvolvimento da linguagem, psicomotricidade, brincadeira, relação com objetos e aprendizagem de conteúdos escolares, aspectos estes apresentados em um dos textos estudados com a abordagem de referencial psicanalítico.

2. As professoras participantes foram consultadas sobre quais nomes gostariam que fossem adotados para identificá-las ao longo da explanação sobre a pesquisa; no entanto, não desejaram escolhê-los, procedendo-se, então, uma escolha aleatória para cumprimento do combinado inicial, sendo identificadas como Célia, Micaela, Lara e Valéria.

Além dos momentos de HTPC ocorreram eventualmente ações de acompanhamento às ações pedagógicas no âmbito da unidade escolar constituídas por discussões da professora sobre especificidades vividas no processo de ensino e aprendizagem com a coordenação pedagógica e, ou, profissionais da equipe técnica da Secretaria da Educação, em reuniões na escola sem uma periodicidade definida. De maneira geral, versaram sobre as dificuldades relatadas pela professora em situações do cotidiano, buscando-se conjuntamente alternativas para a organização do ensino.

De acordo com os registros referentes ao curso externo sobre autismo ofertado pela secretaria de educação do município, foram organizados seis encontros no segundo semestre de 2014, do qual participaram duas das quatro professoras envolvidas na pesquisa. Nota-se, pelos registros consultados, que as discussões ocorreram a partir da caracterização do autismo sob o referencial psicanalítico para que as professoras estabelecessem relações com o que observavam em seus alunos e que a temática de cada encontro foi abordada a partir de uma contextualização histórica.

Na análise do conjunto dos dados obtidos constatou-se que os estudos teóricos não foram diretamente relacionados pelas professoras aos motivos que as levam ao processo de formação, revelando uma concepção de formação de professores constituída historicamente e a uma suposta dicotomia entre teoria e prática impregnada em nossa sociedade. Na formação ocorrida no âmbito escolar, a ação de trocas de experiências entre professores, que tinha uma finalidade específica no processo formativo propostos pelas coordenadoras pedagógicas, perdeu a relação com o motivo gerador da atividade formativa, adquirindo para as professoras o status de motivo da própria formação. Ressaltaram, nesse movimento, a importância de pertencerem a uma coletividade de estudo.

Sobre os conteúdos abordados nas formações, frente ao ecletismo de referenciais teóricos discutidos e o curto tempo de discussões, não se instituiu um movimento de análise sobre aproximações e contradições de tais referências. Considerando a afirmação de Leontiev (2014, p. 72) que “para que uma ação surja, é necessário que o seu objetivo (seu propósito direto) seja percebido em relação com o motivo da atividade do qual ele faz parte”, ressalta-se que as coordenadoras pedagógicas da escola não discutiram os objetivos e as escolhas realizadas com os participantes.

A escolha do material de estudo no processo formativo também passa pela definição de uma concepção de desenvolvimento humano e de atividade pedagógica. Mesmo que alguns dos textos escolhidos contemplassem conceitos que

poderiam contribuir para a discussão sobre a educação inclusiva voltada para as possibilidades do desenvolvimento humano com o propósito de superar determinismos biologizantes, a mescla de referenciais teóricos de raízes distintas sem aprofundamento das discussões por si só não forneceu elementos suficientes para a articulação dos significados sociais envolvidos. O tempo escasso como uma condição objetiva da formação acabou por reforçar tal condição.

No entanto, analisar as condições estabelecidas no processo formativo dos professores de alunos com TEA, perscrutando os nexos causais e tentando ir além da descrição, exigiu-nos também buscar em seu movimento sinais que indicam a possibilidade de superação dos impasses vividos e as transformações que surgem no seu desenvolvimento, levando-nos ao que pode vir a ser. Observou-se que ocorreram transformações, ainda que parciais, na organização do ensino por duas das quatro professoras participantes, bem como ocorreram mudanças em suas ideias iniciais sobre o autismo. Perguntamo-nos o que diferenciou as condições vividas por essas duas professoras das demais. Constatamos que, além das HTPCs, ambas tiveram a oportunidade de participar das ações de acompanhamento às ações pedagógicas ocorridas no âmbito escolar e do curso externo sobre autismo oferecido pela Secretaria de Educação, apresentando em suas falas articulações entre as três situações. Portanto, somente quando tomado como um conjunto de ações, envolvendo a escola como locus da formação e também a oportunidade de participação em grupos externos, é que se configurou um movimento no processo de constituição de sentidos pessoais relacionados à educação escolar dos alunos com TEA para as professoras Valéria e Micaela, ainda que permeado por contradições. Considera-se que, para a potencialização das transformações na atividade pedagógica, foi preciso iniciar um processo de superação de significados sociais sobre o autismo constituídos historicamente, ao mesmo tempo em que viveram discussões sobre as ações de suas próprias ações pedagógicas desenvolvidas com as respectivas turmas.

Para ilustrar, destacam-se os comentários da professora Valéria que inicialmente se referia ao aluno abordando os limites no processo de ensino e aprendizagem justificados pelos padrões comportamentais. Observou-se que, com a constituição do conhecimento prático-teórico, ela começou a analisar as situações vividas com o aluno, tais como: [...] *percebi que como ele não tem a fala e não consegue se comunicar com a gente, muito dessa agressividade era por conta da comunicação. Como ele não conseguia se comunicar, ele começava a se agredir. Assim, pensamos numa forma de se comunicar, a rotina tinha que ser mais estruturada e começamos usando objetos referência [...]. A partir daí, percebi que dava, porque até então achava que era impossível, não via muita*

*solução, mas quando eu criei alguns objetivos pequenos funcionou.* (Transcrição de trechos da entrevista ocorrida na pesquisa).

A possibilidade de comunicação com a criança com diagnóstico de autismo que não utiliza a linguagem verbal, destacada em algumas das discussões vivenciadas pelas professoras, adquiriu sentido para a professora Valéria ao ver resultados de suas próprias ações pedagógicas, levando-a a compreender que havia uma forma diferenciada de desenvolvimento, mas não um impeditivo. “Percebi que dava”, disse ela.

Conforme seu relato, a professora Valéria passou a adotar ações e procedimentos com a turma para viabilizar um processo de comunicação do aluno com TEA. Ao compartilhar o vídeo de uma atividade em sala na entrevista, Valéria comentou: “*Viu como ele estava acompanhando a história?! Foi uma surpresa para todo mundo! Resolvi incluir encenações no projeto Quem Conta um Conto para que ele participasse*”.

Valéria instituiu nesse movimento a definição de conteúdos e os modos de abordá-lo de forma que também fosse acessível ao aluno com diagnóstico de autismo, assumindo a sua tarefa de organização do ensino

Segundo Leontiev (1983), uma atividade é impelida por um motivo relacionado a uma necessidade, e se desenvolve por meio de ações e operações em condições objetivas. Assim, a necessidade da reorganização das práticas pedagógicas em turmas que envolviam crianças com autismo teria gerado o motivo para o desenvolvimento de ações e operações voltadas à ampliação ou ao aprofundamento do conhecimento sobre essa realidade, com o entendimento inicial por parte das professoras de que a melhor ação para tal seria a troca de experiência entre os pares. O saber cotidiano, a troca entre professores e o apoio de outros profissionais ocuparam inicialmente um lugar na estrutura da atividade que Leontiev (1983) chama de hierarquicamente superior, ou seja, nas condições objetivas das formações ocorridas o motivo original pode ter funcionado, conforme explica Leontiev, como motivo-estímulo, apenas como propulsor de ação, mas não relacionado às ações vividas e às suas finalidades. Ao mesmo tempo, na organização das práticas pedagógicas evidenciou-se a possibilidade da busca intencional de avanços no desenvolvimento da linguagem do aluno, reafirmando ou a modificando as escolhas na organização do ensino com a avaliação das aprendizagens ocorridas. Esse movimento articulado aos estudos e as discussões coletivas possibilitaram mudanças, ainda que parciais, para as duas professoras.

Conforme Bernardes (2006), não é qualquer conteúdo, nem qualquer ação que promove as apropriações que possibilitam as transformações dos sujeitos en-

volvidos na atividade. Pressupõe-se que, para tal, as ações na organização do ensino devam estar vinculadas à finalidade da humanização dos indivíduos por meio da apropriação do conhecimento. Parece-nos que a aproximação da professora Valéria a essa finalidade se deu ao organizar intencionalmente situações comunicativas envolvendo o aluno com autismo, ou seja, deu-se na articulação das suas práticas.

Destacar que a prática da professora está implicada no movimento de alteração do sentido pessoal atribuído à sua própria atividade não corresponde às afirmativas dos vieses explicativos para a formação do “professor reflexivo”, como um dos possíveis significados para a formação de professores. Requer ir além. Pressupõe-se que o seu movimento prático, articuladamente com as elaborações, a partir de alguns conteúdos e discussões nas ações formativas, favoreceram que a professora Valéria desenvolvesse uma nova forma de conceber o aluno e, dialeticamente, desenvolvesse novos motivos organizadores do ensino, de forma a trilhar caminhos para o desenvolvimento da comunicação, inicialmente inconcebíveis para ela.

A professora Micaela viveu processos semelhantes. Entende-se que Valéria e Micaela viveram um processo de identificação da lógica que direcionava a organização do ensino por elas, desvelando incoerências que existiam entre as primeiras ações que elas mesmas desenvolveram em suas ações pedagógicas com as suas respectivas turmas em 2014 e as discussões sobre a perspectiva da educação inclusiva, demonstrando tentativas para superá-las. Nesse movimento, as professoras se aproximaram de um novo significado do ensino em relação aos alunos com TEA, no sentido de buscar meios para que progressivamente tivessem acesso aos mesmos objetos da cultura que os demais em suas respectivas turmas.

Desvelar suas próprias contradições requer a tomada de consciência sobre significados que, quase que “espontaneamente”, estão impregnados nas ações realizadas. O conhecimento científico assume uma função importante para esse movimento, possibilitando a ampliação da compreensão sobre si, sobre o outro e sobre a própria atividade, “[...] subsidiados por uma concepção que unifique teoria e prática e que tenha relação de diálogo (não de cooptação), com os conhecimentos científicos já elaborados, mas de modo a superá-los qualitativamente”, conforme aponta Silva (2015, p. 124).

Para a análise da situação, cabe ainda recuperar o que Leontiev (1983, 2014) chama de “motivos apenas compreensíveis” e “motivos realmente eficazes”. Propõe o autor que os motivos que inicialmente são conhecidos, mas que ainda não são, de fato, mobilizadores da atividade do sujeito, podem se tornar



motivos eficazes em certas condições. Leontiev defende que é assim que os novos motivos surgem e, por consequência, surgem novos tipos de atividade. Assim, completa: “como ocorre a transformação do motivo? A questão pode ser respondida simplesmente. É uma questão de o resultado da ação ser mais significativo, em certas condições, que o motivo que realmente a induziu.”, como indica Leontiev (2014, p. 70). A atividade das professoras foi afirmada e reconduzida quando conseguiram, de fato, analisar a atividade dos sujeitos que tinham diante de si.

### CONSIDERAÇÕES PARA O DEVIR

A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo nos permite defender que os processos formativos podem promover transformações nas práticas pedagógicas quando ocorre a ressignificação da finalidade do ensino envolvendo alunos com TEA pela mediação da concepção de desenvolvimento humano e da compreensão do papel da constituição da linguagem nesse processo. Tais ações devem articular a organização do ensino, o conhecimento teórico e a constituição de uma coletividade de estudo.

Observou-se que as professoras não tiveram anteriormente um histórico de participação em discussões sobre a escolarização de sujeitos com autismo e viveram pouca prática de ensino para tais alunos. Sem esse histórico, o processo de elaboração sobre os conteúdos discutidos foram tidos como aproximações iniciais. Tais aproximações se objetivaram quando no movimento de organização de ensino desvelaram-se possibilidades de desenvolvimento desses sujeitos nas situações comunicativas.

A partir da realidade estudada pressupõe-se que a aproximação dos professores ao movimento prático-teórico teria sido aprofundada se tivessem vivido a oportunidade de ressignificar a atividade de ensino voltando-se à perspectiva do desenvolvimento do gênero humano, de forma a organizarem intencionalmente a busca das capacidades intelectuais e das operações do pensamento por esses sujeitos com peculiaridades nas interações e comunicação social no contexto escolar, por meio do conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Permitimo-nos aqui aventar que se essa professora tivesse a oportunidade de discutir as teses de Vigotski<sup>3</sup> (2000), ao tratar os conceitos de normal e anor-

---

3. A escrita do nome desse autor pode aparecer de formas diferentes em obras e citações publicadas. Neste texto utilizou-se a grafia Vigotski, excetuando-se em citações e referências, quando foram empregadas as formas como aparecem nas respectivas obras.

mal, bem como do papel da educação em proporcionar instrumentos de compensação, agregaria significativas contribuições para novas elaborações em seu processo de captura das peculiaridades do comportamento do aluno em sua possibilidade de expansão. Considerando que Vigotski e Luria (1996) ressaltaram a linguagem como instrumento constituído de signos estabelecidos sócio-historicamente com a finalidade de os seres humanos se comunicarem e que tal estrutura provoca o desenvolvimento de outras funções psíquicas, o aprofundamento dessa discussão seria de fundamental importância para a professora às voltas com o ensino de um aluno que justamente requer mecanismos compensatórios em relação a esse aspecto. Como defendem os autores que o desenvolvimento compensatório ocorre mais facilmente quando se torna possível o uso de signos, o aprofundamento sobre como os processos de significação ocorrem na comunicação humana também lhe possibilitaria outras análises sobre a condição do aluno autista na sua turma, sobre a constituição dos conceitos e a criação de novos patamares nas funções psíquicas superiores.

Também na perspectiva dos conhecimentos sobre desenvolvimento humano, Bernardes (2006, p. 314) defende que, para o estabelecimento de mediações simbólicas na atividade de ensino pelo professor, é fundamental a compreensão da “constituição dos diferentes tipos de linguagem (externa – oral e escrita, egocêntrica e interna) e do pensamento presente no processo de internalização e no movimento dialógico do conceito”. Entendemos, portanto, que tais mediações teóricas constituíram problematizações intrigantes para as discussões do TEA e possibilitariam, às professoras, ressignificações que teriam impacto na organização das suas ações pedagógicas.

Desta forma, a pesquisa revelou a necessidade de outras discussões envolvendo conteúdos específicos organizados pela Psicologia Histórico-Cultural que sustentariam e aprofundariam a compreensão dos professores a respeito do papel da educação escolar para alunos com TEA.

## REFERÊNCIAS

ASSALI, Sandra Aparecida Santana. **A formação continuada de professores: um estudo sobre as condições concretas da jornada especial integral de formação.** 2014. 188p. Dissertação (Mestrado em Mudanças Sociais e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica: contribuições do enfoque histórico-cultural para o ensino e**

aprendizagem. 2006. 330p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Ensino e aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação . **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso: 02.03. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 24 / 2013**: Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília: MEC/SECADI/DPEE, 2013. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/gruposdepesquisa/notatnican024orientaoaossistemasdeensinoparaaimplement.pdf>>. Acesso: 24.04. 2013.

LEONTIEV, Alex N. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Ciudad de la Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1983.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, Lev. Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 13. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 59-83.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico de; SCHIMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 557-572, nov. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/10178>>. Acesso: 01.12.2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, Rafael Iglesias Menezes da. **Sobre psicologia e ideologia na obra de L.S. Vigotski**. 2015. 130p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015.

VYGOTSKI, L. S. História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. 2. ed. Madrid: Visor, 2000. v. III.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A.R. A Criança e seu comportamento. In: \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a História do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap. 3, p. 151-237.

# A INVESTIGAÇÃO BASEADA NAS ARTES OU O ARTS BASED RESEARCH COMO ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

WESLEY FERNANDEZ,

RENATA FRAZÃO MATSUO

MARÍLIA VELARDI

## INTRODUÇÃO

Quando eu olho para uma obra de arte ela me observa. A sua autonomia é algo assombroso! A vida que se mostra naquela obra, seja ela um quadro, uma escultura, outra obra visual, cinestésica, uma instalação, um poema, uma peça teatral, uma coreografia, uma obra musical, uma performance... ela está ali, posta... construída pelos processos que são decididos pelos artistas, ainda que efêmeras podem ter duração imensurável. Autônomas, entregues à apreciação, ao contato, ou à fruição elas podem, então ser interpretadas pelos artistas, mediadores, criadores e espectadores.

A complexa trama que envolve a criação e a execução de uma obra de arte passa pelas tomadas de decisão e pelos usos de técnicas e processos próprios dos artistas. Passa pelas tomadas de decisão que podem ou não estar relacionadas àquela arte em particular. Passa pela erudição, pela espontaneidade, pelos processos de aprendizagem, pela obediência às regras e normas, pela sua negação...

Assim é com o trabalho artesanal. A sua utilidade aqui também é um fato. Talvez isso lhe retire a autonomia (?), mas os seus processos também são singulares. Cultura, herança, ancestralidade também estão em jogo aqui.

O que há de tão complexo nesses processos? O que faz as obras e os artesanatos serem tão duráveis ou nos causarem tantas sensações e impressões? O que faz uma obra de arte ser uma entidade, autônoma e inesgotável? O que permite a sua interpretação, reinterpretação em diferentes contextos? O que faz a utilidade de um artesanato ser tão perene, ao mesmo tempo em que ele é depositário de ancestralidade, histórias de vida e de culturas?

Pensar sobre isso tem levado pesquisadores de diversos campos a olharem profundamente para os processos de criação, elaboração e apresentações artísticas, bem como para processos ancestrais de confecção e transmissão de técnicas artesanais. O que esses pesquisadores têm percebido é que os complexos processos vividos por artesãos e artistas podem conduzir à tomada de consciência sobre processos de investigação noutras áreas do saber.

Jackson Pollock colocava as enormes telas de algodão no solo ou nas paredes. Latas de tintas abertas e os diversos objetos a disposição estavam ali, todos dispostos. Um respingo. One: Nº 31, 1950. Começo. Dizia, o pintor, que precisava ver-se imerso na obra em composição - sentir-se ali. Gotejamentos, pouco a pouco. Distanciamento. Paradas, trocas de materiais. Respingos. Verdadeiros fractais, estudados por cientistas e matemáticos mundo afora.

Olivier Messiaen. Músico. Ornitológo. Correu o mundo gravando os cantos de pássaros exóticos. Toda essa pesquisa foi matéria prima para compor as suas obras. Sinfonia Turangalila. Aqui, além dos pássaros a sua religiosidade foi material e matéria para essa monumental obra sinfônica.

Mestre Fida, herdeiro da cultura do Quilombo do Timbó. Seus homens cataventos são uma herança: ainda moleque ganhou um brinquedo catavento. Cresceu com o catavento na memória. Sozinho fez o seu. Madeira. Só pau. Sem rosto primeiro, com rosto depois. A gente não nasce aprendido... a gente faz e o outro olha e faz também. Por isso é que a gente tem que fazer bem feito.

Pensemos bem. O que aconteceria se, por um instante, nos apoiássemos na lógica do Mestre Tida ou de Messiaen para fazermos pesquisa? Podemos ouvir a voz de Norman Denzin, inspirado pela Sociologia de Wright Mills e pela poesia indígena norte-americana a dizer: inventem epistemologias. O que, imediatamente nos traz, como uma rede de memórias, as vozes de Boaventura Sousa Santos: epistemicídios. Mataram as nossas teorias ou práxis do conhecimento. Não há como apagar, mas há como resgatar.

Existem duas abordagens gerais dominantes dentro do amplo paradigma das Investigações Baseadas nas Artes. Na primeira, uma ou mais das artes são utilizados como ferramentas para estudar um problema. Geralmente esses problemas ou questionamentos são de ordem social ou do âmbito escolar. Em ambos, os processos em artes podem ser utilizados para: a captação de dados, para análise, para apresentar resultados, ou então para vários destes propósitos. Na segunda abordagem, a pesquisa é uma investigação sobre as artes em si. Uma tentativa de compreender e descrever as complexas camadas de significado dentro de uma obra de arte ou uma forma de arte. Claro que, em alguns casos, a pesquisa pode envolver a combinação de ambas as abordagens.

Para experimentarmos o uso das Investigações Baseadas nas Artes é preciso estarmos abertas e abertos à compreensão de que, ao invés de vermos a investigação como um procedimento linear onde o caminho a ser percorrido já foi previamente traçado, o processo é modificado pela interação direta da investigadora e do investigador, pelos seus julgamentos, impressões, estados de ânimo. Mudanças de direções e sentidos. Sullivan destacou, em 2006, que o pesquisador pode e deve usar atos de investigação interativo e reflexivo pelo qual a visão imaginativa é construída a partir de uma prática criativa e crítica do ambiente em que ele está. De forma geral as artes podem ser um importante instrumento para os pesquisadores e as pesquisadoras. Uma foto, música, expressão corporal ou qualquer outra forma de arte diz mais a respeito de si do que muitas vezes em uma entrevista, por exemplo.

Nosso exercício no grupo de Estudo em Corpo e Arte da EACH-USP tem sido encontrar as bases epistemológicas e procedimentos inspiradores para as nossas pesquisas no campo no fazer artístico e artesanal. Somos inspirados pelos fazeres de artistas e artesãos na construção de lógicas investigativas que permitem, por um lado, que os processos artísticos sejam mediadores de experiências no campo e, por outro que os percursos do artista nos conduzam às epistemologias que ordenem o nosso pensamento e a ações da investigação.

#### A NOSSA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida durante a preparação corporal de cantores líricos do Núcleo Universitário de Ópera (NUO-ÓperaLab) que é reconhecido no Brasil pelo treinamento corporal que realiza com os seus artistas para a orientação do trabalho teatral para o qual o método de educação somática proposto por Moshe Feldenkrais é utilizado como base da preparação corporal. Ao longo dos anos esta prática tem sido considerada pelos artistas como um meio de conseguir formas de expressão pelo movimento e usos das ações corporais de maneira harmônica e orgânica. Essa prática tem servido para estimular a criação de partituras corporais usadas na organização das ações cênicas (como os deslocamentos e usos do espaço pessoal e cênico e a organização das ações físicas e do corpo das personagens).

Os processos de preparação são artísticos em si. Muitas vezes, ainda que não referenciados à obra que será encenada, aquilo que ocorre na sala de ensaio traz uma poética viva. Muitas vezes nós fotografamos as cenas que se formam

nos processos de descoberta dos movimentos corporais, das partituras corporais, das cenas e dos diálogos ou estudos das canções.

Durante a preparação para a montagem da ópera *O Burguês Nobre* (*Le Bourgeois Gentilhomme*) de Molière e Lully nós fotografamos essas imagens poéticas e vimos ali movimentos expressivos completos, mesmo na execução de ações simples e sem virtuosismo, que são característicos das lições de Consciência do Movimento, uma das técnicas propostas por Moshe Feldenkrais. Sublimes momentos, onde, como afirmou Monforte (1997), repousam desejos de memória. Para nós o registro memorístico, para quem viveu o movimento e deixou-se fotografar, reconhecimento ou conhecimento e formação de memória visual que se somará à uma memória cinestésica. São imagens poéticas e artísticas que não se limitam às palavras, que poderiam traduzir sentimentos e características. Quando imprimimos todas as fotos observamos que temos em mãos um discurso visual: é possível compreender o movimento expressivo usando a Investigação Baseada nas Artes, organizada no processo artístico, mediada por processos artísticos e artesanais?

As fotos foram feitas com a utilização do aparelho celular Iphone 5 e Câmera Sony NX-5. A intenção foi capturar os movimentos e por isso o obturador da câmera esteve aberto por mais tempo para obter esse resultado. Obtivemos 111 fotos e todas foram tratadas no software “Fotos” do Windows 8. Assim, as fotos deixaram de ser coloridas e passaram a ser Pretas e Brancas (PB). Resolvemos seguir por esse caminho para que as fotos ficassem com menos interferências para que os participantes da investigação fossem levados a focar a atenção no movimento, já que a ideia foi a de “colorir” os movimentos, das fotos nas ações corporais que seriam provocadas pela observação das imagens e pela organização das partituras corporais. Isso seria conseguido com a atribuição de qualidades ao movimento da foto no momento da sua reprodução, ou seja, trazer qualidades distintas – diferentes fluências, espaços, pesos e tempos) com a ajuda das palavras/frases no momento seguinte. Ao observarem as fotos, os participantes associaram-nas às palavras/frases foram colhidas no mesmo período em que as fotos foram realizadas. Essas palavras/frases são frutos das sensações que os participantes tiveram durante o processo de preparação corporal com o uso da Educação Somática e do Método Feldenkrais. Para apresentação dessas frases, recortadas e sem referência a quem as proferiu, nós escolhemos fontes diferentes para cada palavra/frase com o intuito de gerar a sensação de escritas diferentes. Além disso, foram recortados em tiras para facilitar a manipulação desse material pelos participantes. Fotos/imagens e frases estiveram à disposição dos participantes no primeiro encontro. A ideia foi construir um painel... a r t e s a n a l m e n t e.

*Síntese do 1º encontro*

Este encontro foi marcado pelas apresentações iniciais. Explicamos para o grupo a estrutura do trabalho deixando claro que eles e elas seriam autores e autoras do trabalho. Os caminhos a serem percorridos seriam compartilhados e nunca impostos.

Disponibilizamos todas as fotos impressas e o computador com as fotos, em preto e branco, para que eles fizessem suas escolhas por motivos pessoais. A princípio buscaram conjuntos de fotos, mas, em seguida abandonaram essa ideia momentaneamente. Natalia escolheu seu conjunto de fotos a partir de uma que ela disse achar bonita. Eliane escolheu por conta de uma perspectiva: o chão. Pedro escolheu as fotos de forma arbitrária. André recorreu às lembranças das lições que ele fez. Isis diz que escolheu fotos diferentes entre si. Renata fala da escolha de uma foto que desencadeou a escolha das outras, porém foi a única que disponibilizou ou organizou as fotos de **forma circular**, como uma partitura sem fim.

Natalia organiza as fotos de **modo linear**, por motivos próprios. Ela explica:  
- Na verdade eu escolhi a primeira porque eu achei bonita e as outras vieram a partir dela. Na foto e quatro mãos se encontrando; e ai depois eu fui vendo outras mãos..., fui gostando de como elas podiam fazer movimentos menores, mas, que fossem igualmente específicos, que não fossem feitos com o corpo todo. Fui por esse caminho. **Estética - o belo. Possibilidade de ação singular.**

Eliane foi a única que não retirou as fotos de onde elas estavam para fazer uma organização própria. Ela escolheu olhou e foi para outro espaço na sala experimentar os movimentos e organiza-los. Em seguida pedimos para que ela sinalizasse suas escolhas e ela o fez.

- Primeiro porque a perspectiva é o chão, que na realidade o que é o chão pode ser a parede, dependendo do ângulo que você olhe. E o tronco, apesar de ser onde toda ação começa, eu acho legal essa questão da extremidade, as mãos e os pés, e o quanto isso fica desproporcional com o resto do corpo dependendo de como você olha, foi por ai. **Estética - o quadro, a imagem na perspectiva. Possibilidade de ação não convencional**

Pedro organizou as fotos de três linhas para duas linhas não contínuas. Parece que ele está **buscando uma ordem** que lhe parece natural. Nas palavras dele:  
- A escolha das fotos foi uma questão puramente arbitrária: porque eu gostei



delas! (Neste momento ele volta a olhar para as fotos e continua) - de certa forma, elas me causaram um impacto e um desafio de tentar reproduzi-las e depois a sequência a partir de ângulos não convencionais. Então são as mesmas “figuras” (o sinal de aspas foi feito por ele no momento em que falava figuras) só que, por exemplo, sentado onde você normalmente não sentaria, ou deitado onde você não deitaria e assim vai. **Estética – o quadro, a imagem na perspectiva. Possibilidade de ação não convencional.**

André organizou as fotos lado a lado, com espaços bastante parecidos quase que de forma precisa. Ele explica:

- Eu escolhi as fotos porque essas imagens me lembraram de quando eu fiz algumas dessas lições, alguns desses movimentos. E eu escolhi porque são lições que foram prazerosas foram sensações que eu gosto e eu gostaria de tentar reproduzir isso. **Memória de prazer, satisfação. Possibilidade de recriação de sensações prazerosas.**

Renata iniciou com uma organização, linear, mas que se tornou circular como mostra a foto. Ela fala:

- Eu comecei ao partir de uma foto estática, a sequência de fotos foi buscando justamente a questão do movimento pelo equilíbrio, pelo balanço do corpo, fazendo essa **sequência circular e voltando** à posição estática. Então, a lógica é de uma foto estática e das outras compondo o movimento; pensei mesmo numa sequência em diferentes ângulos, que me permitiram que, olhando cada foto eu me depararia com um movimento diferente, mas, ela faz uma sequência, pra mim, do mesmo movimento. Escolhi desse modo, pois não importa por qual posição eu comece, eu conseguirei executar uma sequência, pois ela é um recorte de um mesmo movimento, dá pra começar esse movimento buscando no equilíbrio do corpo.

#### ORGANIZAÇÃO RACIONAL: BUSCA DA LÓGICA PARA A SEQUÊNCIA

Em seguida eles se organizaram de forma circular para apresentarem e ensinarem uns aos outros suas partituras corporais pessoais, as quais denominamos partituras corporais cruas, pois ainda não houvera a soma das palavras/frases o que traria qualidades de movimentos distintas mediante a escolha das palavras/frases modificando novamente o que era coletivo em único.

Natalia, Pedro, Isis, Renata, André e Eliane apresentaram individualmente sua partitura corporal crua sem música. Este encontro terminou sem que todos

soubessem uns as partituras corporais pessoais cruas dos outros. Esta etapa foi o momento em que os participantes criaram suas partituras corporais a partir das fotos e da memorização de sua partitura particular. Ela é uma célula coreográfica, que mais tarde se junta às outras células formando uma partitura corporal grupal, ou seja, a soma de todas as partituras que cada um criou.

### *Síntese do 2º encontro*

Na primeira parte percebemos que as sensações que eles relataram quando da execução de suas partituras corporais cruas são muito próximas daquelas que anotamos durante o processo de captura das imagens durante as lições de Feldenkrais. Elas se aproximam por conta do resultado que elas proporcionam que é a **escuta interior** e o estímulo à **propriocepção**, embora as atividades sejam diferentes. A escuta interior e a propriocepção estão apoiadas na direção da Educação Somática, ou seja, promover a capacidade de explorar a experiência de mudança e de aquisição de novo repertório motor prioritariamente pelo estímulo às sensações que os movimentos provocam, de tornar-se consciente das múltiplas possibilidades de escolha do movimento.

Terminamos o aprendizado das partituras corporais individuais cruas e iniciamos o estudo da partitura corporal coletiva crua. Neste processo destaca-se a fala da Natalia, no momento em que ela pede para que os colegas narrem o caminho percorrido no momento da autoria das partituras corporais cruas individuais. Por fim, propusemos as escolhas das frases/palavras e o exercício de produzir uma possível música. Este exercício foi feito de modo a improvisar a musicalidade das palavras enquanto a Renata também improvisava ao violoncelo.

### *Síntese do 3º Encontro*

Começamos com a primeira fase com uma atividade corporal simbólica de “derreter-se”. Os participantes relataram prazer ao realizar essa atividade. Por vezes a perda do controle sobre os movimentos, a espontaneidade, a descoberta, a liberdade, o relaxamento, a fluidez além da consciência no momento. Eles relataram qualidades associadas às formas que o corpo foi assumindo durante as explorações de espaço e movimentos: redondo e espiral, por exemplo. Natalia trouxe a imagem de uma lupa e explicou que é como se ela tivesse a sensação corporal aumentada de modo a perceber cada movimento que produzia, bem como as transferências de peso, deslocamento e fluência.

O segundo momento, a atividade “vidro que quebra”. Os participantes revelaram mais dificuldade, pelo fato de que deixar-se quebrar não é um movimento natural, orgânico. Natalia trouxe uma imagem de uma boneca de plástico, daquele tipo que só movimenta os braços, as pernas e a cabeça o que demonstrou uma dificuldade em movimentar o tronco e perceber-se organicamente na ação. Outro ponto importante apontado por André e por Isis foi a ligação das descobertas dos movimentos do corpo com a música, quando eles dizem que essa atividade os remeteu à: “vários *staccatos* e um grande *legato*”, encontrando assim, alguma fluência nesse conjunto de movimentos “truncados”. Isso lhes permitiu maior percepção das articulações enquanto realizavam os movimentos.

Após essas práticas pedimos que os participantes recuperassem as palavras/frases que eles haviam escolhido e acrescentassem à partitura corporal coletiva dando-lhes outras qualidades. Ao terminar este estudo eles expressaram suas sensações em palavras como: descoberta de novas qualidades do mesmo movimento, existem outras possibilidades que possibilidades partiram da prática. André diz que ele enxerga uma dramaturgia: “não é uma dramaturgia lógica, uma vez que não tem começo meio e fim, mas percebo um encadeamento de ideias, de histórias que vão sendo propostas pelo corpo na sua relação com as palavras gerando quase que micro-cenas que vão se formando”. Nesse momento ele completa dizendo que não sabe se é a palavra quem dá essa possibilidade ou se isso se dá ao contrário; na verdade parece-lhe que elas chegam juntas. Para Isis a junção da palavra trouxe alguns sentimentos, e agora não é mais o “movimento pelo movimento”. Pedro elucida que os movimentos têm cores e que a coreografia está colorida. Eles refletem sobre o processo e se dizem não conseguir acreditar em como tudo surgiu: fotos-palavras-coreografia!

Com o intuito de termos uma marcação externa de tempo que não alterasse as qualidades de movimento encontradas pelos participantes, nós resolvemos fazer a coreografia com um metrônomo marcando o ritmo. Eles discutem sobre a prática e como se sentiram. Dizem, por exemplo, da ocupação do espaço e todas as possibilidades que podem surgir mediante a disposição de olhar pra si e para o grupo. Depois disso o grupo decidiu fazer um estudo com a música que foi gravada no encontro passado sobrepondo a música com as frases ditas ao vivo.

Finalizamos o encontro com a proposta de apresentar o resultado final para um grupo de pessoas. Assim, semanas depois nós demos início ao último encontro que foi assistido do começo ao fim pelos convidados: diretor, coreógrafa, estagiários e preparadora corporal. Os participantes pedem para **repassar a coreografia mentalmente** antes de fazer a apresentação propriamente dita.

Após realizarem a apresentação solicitamos que os participantes falassem sobre experiência de realizar a apresentação para os convidados. Todos respondem dizendo terem gostado. Porém, as opiniões divergem em relação as pessoas assistindo, ou seja, alguns dizem não terem se importado com a presença de uma plateia, já outros disseram que aquilo foi um fator. Outros participantes defenderam que a primeira vez que eles apresentaram trouxe a sensação de: “estrela”, “espontaneidade”, “frescor”. Isis disse que ter pessoas assistindo é sempre um fator extasiante e Pedro completou dizendo que ele acredita isso foi possível, pois todos se sentem confiantes com o que estão fazendo. Ao concordarem concorda inicia-se uma discussão coletiva em torno da sincronia que houve durante a apresentação, além do fato de alguns expressarem que estavam mais racionais em cena no sentido de se deixarem levar menos pelo movimento. Para exemplificar a sincronia em alguns momentos e em outros momentos não Isis diz “te encontro na barra dupla” e o Pedro completa ou na “fermata”.

A preparadora corporal levantou uma questão aos participantes querendo discutir quando um movimento pertence ao artista que está em cena e quando ele não lhe pertence. A discussão se instaura: se o professor ensinou o movimento e este possui uma técnica específica, então este movimento não pertence ao artista. Por outro lado, quando o movimento é construído junto a ele lhes pertence. Logo a discussão segue um rumo da compreensão do processo realizado e ao narrarem o processo do trabalho os participantes descobrem que a forma de apropriação do movimento faz a diferença. Assim, todo movimento é do artista que está na cena e que independente da pedagogia usada pelo professor o aluno ou o artista deve se apropriar do movimento a seu modo com o intuito, de no caso desse trabalho, que os movimentos pareçam naturais. Os participantes concluem que o ambiente criado para este trabalho foi muito favorável para esse tipo de apropriação.

O diretor pergunta sobre o processo da trilha musical que acompanhou a coreografia. Os participantes explicam como foi o processo: nós escolhemos as frases e modificamos a qualidade de movimento da partitura corporal grupal crua. Em seguida, fizemos a gravação da trilha sentados no chão. Uma nova pergunta: em algum momento a trilha conduziu vocês? Novamente o grupo se divide nas opiniões alguns acham que a trilha não conduziu outros acham que sim, às vezes. Todos têm a oportunidade de se expressar e ao fazerem isso alguns mudam de opinião. Paulo comenta que percebeu que as falas ao vivo eram muito parecidas com as da gravação e questiona por que os participantes, sendo cantores, não cantaram nada, com exceção do André e do Wesley. Eles respondem dizendo que existiam alguns momentos mais entoados, mas que foi uma opção tudo soar mais falado.

Outras perguntas e reflexões buscaram entender “se a palavra deu o tom do movimento e/ou se foi ao contrário”. Todos concordaram que um elemento influenciou o outro, porém, a palavra durante o processo ajudou a inspirar o movimento. Mas, no momento da apresentação a palavra é incorporada ao todo. Por fim, “a palavra sai cuspidada pelo movimento”. E nos lembramos, e falamos sobre o fato de que “há quase 100 anos o espetacular pedagogo teatral e encenador russo Meyerhold chegou a essa mesma conclusão”.

Em meio a estes pensamentos Pedro declarou ter um *insight*, dizendo que havia passado por uma experiência no seu último dia de aula de dublagem, curso que estava concluindo naqueles dias. O diretor da cena que ele estava dublando pediu para que ele gravasse várias vezes, pois ainda soava artificial, faltava-lhe a intenção. Após várias repetições Pedro explicou que começou a fazer os pequenos movimentos que o ator na cena fazia, mas, de forma natural sem pensar muito no que fazia. Ao término desta gravação ele foi muito elogiado pelo diretor, que afirmou que com aquela dublagem o ator da cena parecia falar português. Pedro concluiu dizendo que entendeu o que é dublar, pois os movimentos interferem na fala e isso fez a diferença na cena que eu gravei, concluiu ele.

Eliane fez uma pergunta para o público: vocês sentiram alguma emoção ao assistir nossa apresentação? Sim, em uníssono. Foi possível perceber uma homogeneidade entre o grupo e a trilha: resultado consistente, homogêneo e orgânico. O diretor termina dizendo que gostaria de fazer a iluminação, todos concordam que isso ajudaria a compor a cena e conclui dizendo que do ponto de vista estético estava ótimo com qualidade de movimentação e de relação movimento palavra muito grande. O movimento e a palavra com um sentido.

Finalizamos aqui. Não porque o que temos a dizer se encerra, mas porque aqui narramos uma experiência de criação artística que gerou processos de reflexão e tomadas de consciência sobre o papel do corpo e da preparação corporal do ator e do cantor para a cena e para a performance. Será que eles poderiam trazer para o discurso as mesmas conclusões às quais chegaram participando de um processo vivo? Proporcionar a experiência artística não foi determinante para a tomada de consciência daquilo que é produzido, conquistado, “performado” pela preparação corporal?

As artes nos tocaram. Inspiraram-nos à feitura das imagens, nos tomaram, ajudando a problematizar algo que nos parece crucial no processo daquele campo. Criamos estratégias e conversamos sobre elas. Concluímos que a experiência artística mediada por processos artísticos permite reflexões sensíveis, profundas, revelam o escondido e inacessível. Mediam. Outros autores também sabem disso. Em diversos campos.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. São Paulo: Vozes, 2002
- BOLSANELLO, DÉBORA P. Em pleno corpo: Educação Somática movimento e saúde. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- DENZIN, NORMAN K; LINCOLN, YVONA S. at all - O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. São Paulo: Artmed Bookman, 2010
- GREENWOOD, JANINKA. Arts-Based Research: Weaving Magic and Meaning. *International journal of education & the arts*. University of Canterbury, New Zealand v. 13, i. 1 (2012)
- International feldenkrais federation*. Disponível em: <http://feldenkrais-method.org/en/biography>. Acessado em: 12/09/2014.
- LABAN, RUDOLF. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
- MEYERHOLD, V. Do teatro. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- MOMMENSOHN, M; PETRELLA, P. Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento. São Paulo: Summus, 2006.
- MONFORTE, L. G. Fotografia pensante. São Paulo: Senac, 1997.
- NOVAES, S.C.; BARBOSA, A.; CUNHA, E.B.; FERRARI, F.; SZTUTMAN, R.; HIKIJI, R.S.G. (Orgs). Escrituras da imagem. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2004.
- Núcleo universitário de ópera. Disponível em: <http://nucleodeopera.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>. Acessado em: 24/09/2014.
- RIBEIRO, D. P. Investigação baseada nas artes: caminhos de metáfora e escrita performativa. PERFORMA '11 – *Encontros de Investigação em Performance Universidade de Aveiro* (2011).
- SALGADO, R. Imagem escrita. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SULLIVAN, GRAEME. Research Acts in Art Practice. *Studies in art education*. Columbia University, Columbia v. 48 (2006)
- VELARDI, MARÍLIA. O corpo na ópera: alguns apontamentos. *Sala preta*. v. 11, n. 1 (2011).

# CONTRIBUIÇÕES DE DISSERTAÇÕES DO MESTRADO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

EDEGAR LUIS TOMAZZONI

## INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa as contribuições de cinco dissertações do Mestrado em Mudança Social e Participação Política para a teoria do desenvolvimento socioeconômico. As dissertações foram orientadas por este autor e defendidas entre 2015 e 2017. Para contextualização analítica das pesquisas, apresenta-se abordagem conceitual de desenvolvimento, desde o sentido econômico ou socioeconômico. O conceito é abrangente e interdisciplinar, pois contempla os campos humanístico, cultural, político e ambiental. Sem aprofundar as diferentes dimensões conceituais, os significados de desenvolvimento socioeconômico convergem para o conceito essencial e fundamental da inclusão social, do bem estar e da qualidade de vida do indivíduo em sociedade.

Nessa perspectiva, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e instituído pela ONU, em 1993, ampliou a análise sobre a situação social das pessoas. No artigo 55 de sua Carta, a ONU estabelece que as Nações Unidas “favorecerão níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social e a solução dos problemas internacionais, econômicos, sociais, de saúde e relacionados”. A prioridade é a proteção aos mais vulneráveis e oprimidos, com base no progresso social dos povos, na liberdade e nas condições de vida dignas (PNUD, 2017).

O IDH desdobrou-se em outros indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O coeficiente de Gini é

outro índice para mensurar a distribuição de renda e a desigualdade em vários campos, como educação, saúde e tecnologia.

As desigualdades sociais e a precarização das condições de vida das populações de muitos países, inclusive, dos desenvolvidos, têm preocupado até os intelectuais neoliberais, defensores da ideologia do crescimento econômico. Michael Porter (2017) criou o Índice de Progresso Social (IPS). Além de 54 indicadores, satisfação de necessidades básicas, condições de bem-estar e oportunidades são as três dimensões básicas do IPS (Progresso Social Brasil, 2017).

Liberdade de escolha, participação cívica e democracia são fatores fundamentais do desenvolvimento socioeconômico, que incorpora referenciais antropológicos, sociológicos e filosóficos, inerentes às razões e aos fundamentos da justiça e da equidade social. Por um lado, para erradicação das privações e satisfação das necessidades de sobrevivência, as pessoas devem dispor de meios técnicos e institucionais adequados. Por outro lado, o suprimento dessas necessidades é fundamental para que as pessoas tenham condições de atuar, desempenhando sua função de agentes políticos da mudança social para conquista do desenvolvimento socioeconômico. A superação das privações possibilita o exercício das liberdades instrumentais, conceito criado pelo autor Amartya Sen (2000), que aplicou a ideia de segurança às categorias das liberdades, desde o sentido fundamental de proteção contra a violência, até o sentido mais pleno da garantia de direitos individuais e coletivos.

John Rawls (1997), em sua obra, *Teoria da Justiça*, destacou as dimensões fundamentais da liberdade: “política (o direito de votar e de ocupar um cargo público); de expressão e de reunião; de consciência e de pensamento; a proteção contra a opressão psicológica e a agressão física; o direito à propriedade privada e à proteção contra a detenção arbitrária, de acordo com o conceito do estado de direito” (Rawls, 1997, p. 65).

Quaisquer que sejam os indicadores de conquista do desenvolvimento, destaca-se a consolidação das instituições como asseguradoras de direitos e deveres (North, 1994). Os valores morais e os padrões culturais estabelecem comportamentos, e os paradigmas jurídicos determinam a eficácia das instituições, cujo princípio central é a democracia. A análise de North (1994) transcende a visão de mercado, priorizando a função institucional na garantia dos direitos de propriedade.

São as instituições, políticas, jurídicas, culturais, sociais e econômicas, que formam a estrutura de incentivos da sociedade. O desempenho torna-se decorrência das instituições e dos estímulos à iniciativa e à eficiência. Além da redução da incerteza e da segurança político-democrática, as instituições pro-



porcionam confiança e estabilidade aos agentes da atividade econômica, tanto no sentido de produção industrial quanto no sentido de garantia de acesso a bens e serviços pela população.

Define-se, portanto, a inclusão social como sentimento de conquistas e de realizações materiais, emocionais e psicológicas. Manifestações de identidades étnico-culturais, participação política, expressões artísticas e fruição de entretenimento e lazer são algumas das mais importantes formas de inclusão social, cuja convergência é fundamental para a mudança social virtuosa e para a conquista do desenvolvimento socioeconômico. Atualmente, ainda que a pobreza assale muitos povos, questiona-se o conceito de desenvolvimento socioeconômico como superação de privações para a sobrevivência, comparativamente a outros períodos históricos como a Idade Média, pois a tecnologia já teria proporcionado as superações da fome, da morte e da guerra. O processo contemporâneo de conquista do desenvolvimento socioeconômico define-se pela incessante busca da felicidade (Harari, 2016).

As cinco dissertações destacadas neste capítulo contribuem para o arcabouço teórico do desenvolvimento por várias razões e em vários aspectos. A dissertação de Ligia Chicareli Kawata (2015), “Voluntariado e Participação Política: O Caso da Ong Teto”, representa uma das práticas mais relevantes da humanização da sociedade contemporânea, que é a solidariedade. O objetivo da dissertação de Carine Botelho Previatti (2016) foi analisar os conflitos das mudanças socioespaciais, ocasionadas na comunidade Vila Autódromo, no bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, com a realização dos Jogos Olímpicos 2016.

Com base em processos formais e materiais históricos derivados da forma mercadoria e da luta de classes no estado capitalista, Thymon Rocha Santana (2016) faz uma análise crítica do instituto da função social da propriedade. Em “Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania”, a questão central de Ana Paula Vieira Freire (2017), para sintetizar e entender uma série de problemas da condição social de discriminações étnicas e de gênero, é: “Por que a mulher discriminada trabalha com economia solidária?”. O objetivo da pesquisa de Ana Paula Rosa Rodrigues (2017) é analisar as novas formas de diálogo entre o Museu e a sociedade, com a justificativa de que a instituição museológica exerce função social, em razão de proporcionar bem estar, por meio do acesso ao lazer cultural.

O estudo de Kawata (2015) visa a entender o processo cíclico de formação da consciência política dos voluntários por essa ação coletiva de mudança social, que contribui para uma cultura política mais participativa. O procedimento de pesquisa de campo consistiu em entrevistas, cujas questões fundamentaram-se nas dimensões sociais, psicológicas e na consciência política dos voluntários.

Ao atuar na solução de problemas habitacionais, a ONG Teto contribui para reduzir a extrema pobreza, por meio da atuação voluntária de milhares de jovens universitários. O movimento comunitário iniciou-se no Chile, em 1997. A “Orden Religiosa de la Compañia de Jesus”, de Santiago, criou a “Fundación un Techo para Chile”. No Brasil, a “Associação um Teto para o Meu País”, ou a ONG Teto, foi criada em 2008 e não é diretamente vinculada à Igreja. Sua manutenção provém de campanhas de doações e de taxas de inscrições de voluntários. Gol Linhas Aéreas, Casas Bahia, Telefônica Vivo, Gerdaul e Votorantim estão entre as empresas doadoras.

A autora argumenta que o objetivo da participação política é manter ou mudar a estrutura, os valores e as relações de poder ou o *status quo* do Estado ou de uma classe, por meio da atuação solidária e decisões sobre a vida coletiva. Em razão de teoricamente completo, flexível e dinâmico, o modelo destacado por Kawata (2015) é o Analítico da Consciência Política, de Salvador Sandoval (2001). Vivência e visão de mundo são processos contínuos dessa consciência. O modelo estrutura-se em dimensões que vão desde identidade coletiva (pertencimento), até metas de ações coletivas.

A autora constatou que o potencial de formação política dos voluntários, pelas vivências nos assentamentos precários, ainda não é adequadamente valorizado, em razão das dificuldades de conscientização crítica, e a ONG Teto caracteriza-se pela cultura caritativa e assistencialista. Para Kawata (2015), entre os obstáculos estão a falta de posicionamento político da ONG, a falta de orientação política aos voluntários, a ausência de questionamentos mais profundos sobre os problemas que buscam solucionar e também ao desencontro entre o discurso de erradicação da pobreza e as ações propostas.

## SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA COMUNIDADE DA VILA AUTÓDROMO (BARRA DA TIJUCA) COM A REALIZAÇÃO DA OLIMPÍADA RIO 2016

As pesquisas de campo da dissertação de Previatti (2016) consistiram em investigação teórico-documental de documentos normativos e jurídicos do processo de remoção da Vila Autódromo desde 1993 (Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ), de documentos fotográficos e de mapas; aplicação de questionários qualitativos e entrevistas com moradores e líderes comunitários.

Com base no argumento de que algumas políticas sociais equivocam-se ao reiterar que o espaço é sujeito, não produto social, uma das conclusões do estudo de Previatti (2016, p. 256) foi que “é evidente que a remoção da Vila Autódromo não se enquadra nas diretrizes propostas pela ONU, ou por qualquer outro órgão, plano ou ação alternativa que tenha sido construído ao longo de todos esses anos de luta pela permanência desses moradores em sua comunidade”. Apesar de as indenizações terem favorecido várias famílias, os laços comunitários foram desfeitos; as amizades cultivadas por anos e o convívio social entre vizinhos, amigos e, até mesmo, familiares, foram abalados.

Essas conclusões são decorrências das análises dialéticas dos conflitos entre a população e os grupos corporativos parceiros do poder público no processo de construção da estrutura do megaevento Olimpíada Rio 2016. A problemática questionou as remoções que afetaram a vida das pessoas, mudando sua história e quem se beneficiaria com a remoção da Vila Autódromo.

Uma das abordagens da fundamentação teórica é o estudo da produção do espaço no âmbito da economia política, de Lefebvre (2008), com base no materialismo dialético. A cidade é lugar em que se reproduz a vida humana, onde se realizam os cotidianos da criação das famílias e dos encontros sociais e afetivos. É nesse contexto de sociabilidade capitalista que se gera o conflito da permanência das pessoas, manifestado na luta entre a apropriação e o uso do espaço para a vida e a reprodução do espaço como valor material e como riqueza.

Esse conflito torna-se agudo e violento. Na lógica desse sistema capitalista, predominam os interesses hegemônicos de alguns proprietários. Na escolha dos fragmentos do espaço das cidades para desocupação com a intermediação do Estado, priorizam-se os investimentos lucrativos, conforme se verifica nas realizações dos grandes eventos, em que as alianças corporativas garantem a circulação do capital. Para Previatti (2016), a autonomia do Estado é relativizada, e aceita-se a ideia de que as megaconstruções são legítimas para realizar um megaevento. As cidades tornam-se o próprio negócio e não o lugar do

negócio, pois as obras de infraestrutura privilegiam algumas parcelas da terra, aumentando seu potencial de valorização mercantil.

Os Jogos Olímpicos são administrados como uma empresa, como megaeventos estratégicos de marketing, que geram lucros, por meio do poder de sua marca. Com a implantação de Planos Estratégicos e a realização dos Jogos Olímpicos, a cidade do Rio manteve seu processo histórico de expulsão dos “indesejáveis” dos fragmentos de expansão urbana para locais periféricos. Com as mudanças em prol do megaevento Olimpíada, e com a transformação da cidade do Rio de Janeiro em mercadoria no cenário global, ainda que em contexto participativos e democráticos, as condições da vida socioeconômica dos moradores da Vila Autódromo mostram que os Jogos Olímpicos geraram um “deslegado” social.

#### TEORIA CRÍTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO URBANA DO ESPAÇO PELO ESTADO CAPITALISTA

Com o argumento de que as análises dos direitos sociais são juridicamente limitadas, Santana (2016) faz uma análise crítica da função social da propriedade. Para ele, na perspectiva histórica, a forma mercadoria e a luta de classes no Estado capitalista são os contextos da origem dos processos formais e materiais dessa função, e as fundamentações positivista e determinista impendem os avanços metodológicos nesse campo. Em razão disso, a proposta da dissertação é inovar com uma abordagem multidisciplinar da complexidade do tema.

As políticas e os direitos sociais no Estado capitalista contemporâneo são temáticas introdutórias da discussão, com base na Teoria da Derivação e na Teoria Relacional. Essas perspectivas são críticas às concepções do Estado como instrumento de poder (instrumental) e decorrente da vontade popular (contratualista liberal), cuja premissa é manter o sistema estatal capitalista.

Com ênfase na afirmação de que a forma política constitui o tecido das relações sociais, Santana (2016) analisa as relações do direito e da lei com as formas estruturais (jurídica, política e dos direitos sociais) do Estado capitalista. Por meio da aplicação analítica dessas perspectivas à realidade, verifica-se que a evolução da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser entendida pela lei, mas pelas dinâmicas do processo histórico. A discussão sobre o conceito da funcionalização da propriedade mostra que seu sentido ideológico

manteve-se bem definido, apresentando variações na execução, mas nunca adquiriu conteúdo efetivamente social.

Santana (2017, p. 82) argumenta que “é na forma do estado capitalista que se encontram as justificativas da não efetivação do princípio, porque a função social da propriedade não é meramente um direito, mas uma estrutura complexa inserida na forma estatal capitalista”. A conclusão da análise, pela metodologia de pesquisa bibliográfica e documental de caráter analítico e qualitativo, foi a não aplicabilidade da função social da propriedade. Ainda que seja um princípio constitucional, em razão de sua vinculação às formas sociais capitalistas, a função social da propriedade dificilmente pode ser entendida como instrumento garantidor de direitos. Santana (2017, p. 82) conclama: “não devem existir espaços para retrocessos, mas a pressão constante, para que os direitos sociais estejam sempre nos limites do interesse do capital”.

#### TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO E CONQUISTA DE CIDADANIA PELAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Freire (2017) reitera as limitações e as privações das mulheres de baixa renda no acesso ao ensino e ao trabalho, situação que se agrava entre as mulheres negras. A hipótese é que a dificuldade de ingresso dessa mulher no mercado de trabalho formal, em razão da maternidade, do preconceito, da dupla jornada imposta pelas tarefas familiares, que implica a busca de trabalho informal e flexível (com autonomia, humanização e organização) constitui um novo movimento social. O objetivo do trabalho é entender as condições de vida das mulheres que trabalham com economia solidária e que assumem mudanças de atitudes em relação a empregos domésticos, a empregos assalariados, ou a pequenos negócios individuais.

A essência da economia solidária é a propriedade coletiva, em que todos os trabalhadores são sócios e responsáveis pela gestão da empresa, que se diferencia do padrão capitalista e se assemelha ao modelo cooperativista. Os princípios são a adesão livre, a democracia, a socialização de responsabilidade, de riscos e de benefícios e a cooperação em detrimento do lucro. Por meio da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), o governo federal apoia programas de treinamento e incubadoras de empresas.

As iniciativas de organizações de atividades em sistema de economia solidária são movimentos importantes que questionam o sistema capitalista e que, se organizadas em rede, potencializam a horizontalidade, em contraposição à

globalização hegemônica, pela lógica da agregação de experiências e do desenvolvimento local humano e socioeconômico.

Os procedimentos de pesquisa de campo foram entrevistas com mulheres integrantes de cooperativas e que trabalham na economia solidária. Entre as entrevistadas, estão: duas integrantes da Cooperativa de Costura Osasco, originada do Programa Osasco Solidária; uma das líderes do grupo da empresa MCG Eventos e Buffet, em Santo André (SP); e uma das líderes da comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada da Ilha do Cardoso (Cananéia), no estado de São Paulo. Dados na internet sobre a Secretaria de Economia Solidária complementaram a investigação.

Os principais aspectos positivos identificados na atuação desses grupos foram: geração de renda; busca de escolaridade e formação; cidadania e envolvimento político; solidariedade e articulação em rede. Atividades tradicionalmente femininas; falta de estabilidade, de crédito e de capital; complexidade da legislação e afazeres familiares são fatores que dificultam a atividade. Entre as mudanças, verificam-se avanços na conquista de nova forma de sobrevivência, com mais autonomia, por meio de união para soluções de problemas comuns e da afirmação da cidadania na relação com a sociedade e com o estado.

#### A INSTITUIÇÃO MUSEU E A SUA FUNÇÃO SOCIAL EM DIÁLOGO COM O LAZER CULTURAL

A característica metodológica predominante da pesquisa de Rodrigues (2017) é a revisão bibliográfica, com aportes de análise de documentos oficiais e estatutos, como os disponibilizados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), fotografias e vídeos promocionais. Rodrigues (2017) argumenta que, durante muitos anos, o potencial de atração dos museus adquiriu os estigmas de lugar de 'velharia', espaço elitizado e templo de monotonia. As mudanças da sociedade implicaram novas estratégias de gestão dos Museus, que motivaram as pessoas a frequentá-los como espaços de lazer cultural, contribuindo para a função social dessas instituições.

A análise da trajetória dos museus contextualiza-se nos paradigmas do conhecimento científico. Algumas das referências são os autores da filosofia da ciência, como Thomas Kuhn (2003), Karl Popper (2011), Paul Feyerabend (1977), Edgar Morin (2000), Boaventura de Sousa Santos (2006) e Rubem Alves (1981). Por um lado, o Museu passou por mudanças, de acordo com os no-

vos paradigmas. Por outro lado, como expoente cultural de uma determinada sociedade, o Museu contribuiu para a quebra de paradigmas.

O primeiro paradigma é o Greco Romano, cujas características são a divindade, o mítico e a retórica-discursivo (Século IV a. C.). Com base no mistério e no sobrenatural, o mito era a resposta para questionamentos da realidade. No segundo paradigma, o Judaico Cristão (Século IV- XIV), a religião sucedeu o mito, e consolidou-se a crença no Deus único. Com a doutrina de São Tomás de Aquino, a Igreja conquistou a hegemonia do saber e tornou-se guardiã das artes, pregando o despojamento e recebendo doações de bens. Com o enfraquecimento dos Museus, notabilizou-se o colecionismo de objetos de reis e de papas.

O terceiro paradigma, também conhecido como Científico Moderno, ou da Ciência Racional (Século XV- XX), define-se pelo questionamento crítico da ideologia divina. Das grandes navegações ao Renascimento, formaram-se as galerias palacianas e os gabinetes de curiosidades (com fósseis e plantas exóticas). O quarto paradigma, da Pós-Modernidade, é a fase de questionamento crítico da ciência, em que o conhecimento não é absoluto, mas transitório. Os Museus são patrimônios coletivos dos povos e, entre suas funções, está a de proporcionar lazer cultural à sociedade.

A função social dos Museus nasceu com a Museologia. A criação do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), em 1976, é um de seus marcos referenciais. Com o aprofundamento das discussões sobre o objeto de estudo, a Museologia se renovou e se converteu na Nova Museologia. A função social do Museu justifica-se pela necessidade de formação pessoal inspiradora e criativa em contexto urbano-industrial consumista e alienante. Nesse sentido, na condição de patrimônio cultural material e imaterial, o Museu deve proporcionar satisfação e bem estar à comunidade em que está inserido.

#### ANALOGIAS ENTRE OS ESTUDOS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Uma das finalidades do destaque a essas abordagens sucintas das cinco pesquisas é propor que se pense sobre as analogias entre as dissertações, além da implícita contextualização no campo do desenvolvimento socioeconômico, temática central deste capítulo. Se as temáticas, os objetos, os casos, os contextos, ou as situações de estudos são diferentes, pode-se questionar que aspectos análogos caracterizam essas dissertações, no próprio sentido de suas contribuições para a teoria do desenvolvimento socioeconômico.

Ainda que nem todas as fundamentações conceituais sobre o desenvolvimento socioeconômico contemplem diretamente os problemas das dissertações, os dramas e as aflições dos diversos grupos sociais representam a contradição de a humanidade ter conquistado conhecimentos e avanços tecnológicos que poderiam solucionar estas e outras situações de precarização da dignidade humana. Enquanto muitos têm acesso ao consumo supérfluo, ou podem exercer o consumismo, ainda que seu poder aquisitivo tenha sido conquistado de forma eticamente aceitável pelos padrões e regras institucionais da sociedade capitalista, muitos vivem à margem do acesso à moradia, às oportunidades de trabalho, de renda e ao lazer. Esses problemas sociais têm impactos significativos sobre o desenvolvimento socioeconômico e humano, em razão da evidente exclusão social das pessoas, condição que as submete a um círculo vicioso de limitação de sua segurança material e emocional, culminando na privação de seu bem estar e de sua qualidade de vida.

Com base na teoria institucional de North (1994), questiona-se a efetiva atuação do estado na justiça social e na implementação de políticas que promovam a igualdade e reduzam as disparidades. O que se verifica, no caso da comunidade da Vila Autódromo, seria a desvirtuação institucional do estado democrático de direito. Ainda que, no final do conflito, cujas consequências foram um “deslegado” social, aquela comunidade tenha encontrado condições razoáveis de preservação de seu direito de propriedade, é evidente que o poder público privilegiou os interesses mais poderosos do sistema capitalista. Foi, porém, pela ação organizada e livre dos próprios atores comunitários que se criou a força institucional competente e responsável, para reivindicação da segurança da posse da propriedade no espaço urbano da cidade que priorizou as obras do megaevento Olimpíada 2016.

Verifica-se que a análise de Santana (2016) aplica-se ao problema da dissertação de Previatti (2016), em razão da fragilidade do instituto da função social da propriedade no Brasil. Essa análise fundamenta-se na teoria da justiça de Rawls (2000), pois a propriedade é uma das condições essenciais do desenvolvimento socioeconômico.

Mobilização e participação cívica para proporcionar moradia a pessoas sem-teto são valores institucionais evidentes no estudo de Kawata (2015), em razão da atuação espontânea de jovens universitários, no movimento voluntário da ONG Teto. Mesmo que seu caráter seja meramente caritativo e desprovido de maior consciência política, o voluntariado proporciona retornos e benefícios inestimáveis ao desenvolvimento socioeconômico, em razão da cooperação, da socialização de competências, do compartilhamento de tempo e de recursos.



Constata-se que, se o estado não cumpre sua função de proporcionar estabilidade, são os próprios cidadãos que, no estado democrático de direito, se organizam e empreendem ações em benefício dos excluídos. Tanto o conceito de instituições assume dimensão ainda maior do que a profundidade que justifica sua origem quanto o conceito de voluntariado tem significado mais abrangente do que o ato da solidariedade.

No sistema da economia solidária, verifica-se a criação de oportunidades de trabalho e renda, com a superação de condições adversas, pela iniciativa e determinação de mulheres que sofrem limitações e exclusões impostas pela própria condição cultural de gênero, conforme esclarece a dissertação de Freire (2017). Essas limitações são atenuadas pelo apoio das entidades sociais públicas, confirmando a relevância da presença do estado no cumprimento de sua função institucional.

A importância do acesso à educação é inerente às situações das mulheres que poderiam conquistar avanços ainda maiores, ou tornar os grupos de economia solidária mais estáveis e produtivos, tanto no sentido mercadológico quanto no sentido humanístico, para mudanças de mentalidades. Também na perspectiva educacional, as escolas e as universidades são responsáveis pela aplicação virtuosa e multiplicadora dos conhecimentos, conforme mostra o estudo de Oliveira (2017), que contextualiza os museus nos paradigmas científicos, propondo o intercâmbio dinâmico entre lazer, cultura e educação. Inspirados no estudo de Oliveira (2017), a razão e o fundamento dos paradigmas científicos é o desenvolvimento socioeconômico.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisam privações ou limitações sociais, caracterizadas pelos contextos materiais ou reais que descrevem, como o caso da falta de habitação, objeto de análise de Kawata (2015), que é diretamente ligado à questão do direito de propriedade, também enfatizada na pesquisa de Previatti (2016) sobre a remoção da comunidade da Vila Autódromo. Na mesma perspectiva, Santana (2016) discute a eficácia do instituto jurídico da função social da propriedade e a responsabilidade do poder público no seu cumprimento. Freire (2017) analisa a economia solidária como oportunidade de trabalho e renda para as mulheres marginalizadas ou discriminadas pela condição de gênero ou de origem étnica. Oliveira (2017) dedica-se a elucidar as contribuições da instituição

museu para o lazer por meio da atividade cultural como dinâmica educativa para o bem estar social.

A precarização, a instabilidade ou a insegurança do meio de vida das pessoas são fatores de ameaça à sua própria sobrevivência. Não é possível considerar que uma sociedade seja desenvolvida enquanto grupos sociais são excluídos dos acessos à educação, às oportunidades de trabalho de renda, à propriedade e à habitação. Se o estado é ineficiente no cumprimento de suas funções e responsabilidades institucionais de elaboração e aplicação de políticas públicas adequadas e na disponibilização democrática de serviços básicos aos cidadãos, agravam-se as disparidades sociais.

Os estudos destacados neste capítulo representam desafios e avanços na solução de problemas que ainda afligem vários segmentos da sociedade brasileira. Por um lado, persistem as desigualdades e a exclusão social em muitos aspectos, por outro lado, as dissertações mostram exemplos importantes de conquistas de melhores condições de bem estar por grupos que se mobilizam para a conquista de melhores padrões de qualidade de vida. Essa mobilização, muitas vezes, é em protesto contra injustiças do poder público, cujos gestores são tendenciosos na priorização de interesses dos grupos dominantes. O objetivo da teoria do desenvolvimento é exatamente contribuir para soluções desses problemas, com a vantagem da liberdade de expressão pela estabilidade institucional do estado democrático de direito.

Para a ONU, desenvolvimento são condições humanamente dignas de sobrevivência. Teóricos contemporâneos argumentam que a humanidade teria superado a fase da sobrevivência, predominando a nova fase da busca da felicidade. Uma sociedade somente pode ser considerada em condições de buscar a felicidade se não houver pessoas sem-teto, comunidades ameaçadas de desapropriação, descumprimento dos princípios institucionais de garantia da propriedade e da segurança protetora, ao mesmo tempo em que seja proporcionado acesso igualitário às oportunidades de trabalho e às atividades de lazer cultural, em intercâmbio com as dinâmicas educacionais politicamente emancipadoras.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Ana Paula Vieira. *Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KAWATA, Lúgia Chicareli. *Voluntariado e participação política: o caso da ONG Teto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2015.

NORTH, Douglas Cecil. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

OLIVEIRA, Ana Paula Rosa. *A instituição museu e a sua função social em diálogo com o lazer cultural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Recuperado de < <http://www.br.undp.org/>>.

PREVIATTI, Carine Botelho. *Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca - RJ: comunidade da Vila Autódromo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

PROGRESSO SOCIAL BRASIL. Recuperado de: <<http://www.progressosocial.org.br/sobre-nosotros/>>

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THYMON, Brian Rocha Santana. *Função Social da Propriedade: espaço urbano e forma jurídica como estruturas da (não) efetivação do direito no Estado capitalista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

# REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO<sup>1</sup>

MARCO JOSÉ DOMENICI MAIDA<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O projeto democrático e neoliberal comandado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no final do século XX, somado às políticas sociais implantadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuados pela Presidenta Dilma Rousseff, no início do século XXI, geraram crescimento econômico, aumento da autoestima do brasileiro e aumento de qualidade de vida dos mais pobres. Em 2014, o Brasil sediou o Campeonato Mundial de Futebol e, em 2016, os Jogos Olímpicos. Estes eventos corroboraram para ampliar a visibilidade internacional do país, favorecendo sua imagem como defensor de compromissos socioambientais<sup>1</sup>. O Brasil iniciou o século XXI, integrando o grupo das nações que se tornaram conhecidas como países emergentes<sup>2</sup>, contribuindo para a visibilidade da grandeza da participação do hemisfério sul no desenvolvimento sustentável de uma sociedade globalizada.

No entanto, a história do Brasil não foi sempre feita de avanços econômicos e democráticos, passando, durante o século XX, por dois períodos ditatoriais - de 1937 a 1945, o getulismo e de 1964 a 1985, a ditadura civil-militar. Para os objetivos dessa nossa discussão, nos concentraremos no período da ditadura militar de 64 a 85, que significaram anos de brutalidade orquestrada pelo Estado com tortura indiscriminada, censura do pensamento e supressão de direitos civis.

Entretanto, a organização dos movimentos sociais, que se fortaleceram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, teve participação expressiva na der-

---

1. Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação (FEUSP) - Professora Doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH-USP, Pesquisadora Credenciada no PROMUSPP

2. Psicólogo, Psicodramatista, Mestrando no PROMUSPP – EACH-USP

rocada do regime militar a partir da emergência de ações coletivas que lutavam e demandavam por direitos negados pelo governo autoritário.

Imediatamente posterior à saída dos militares, houve o processo de reconstrução da democracia, conhecido como período de redemocratização.

A partir do fim do ano de 1985, o país inicia um processo de abertura política por meio da Assembleia Nacional Constituinte, da promulgação da nova Constituição Federal e, finalmente, realizando eleições gerais e diretas para a presidência da república.

Foi um período de efervescência política e social, que parecia favorável a consistentes mudanças sociais e ao fortalecimento das instituições democráticas. Naquele contexto, com a emergência de novos atores sociais (Gohn, 2013), como líderes comunitários e sindicais e militantes de diversos setores, o clima de reconstrução permitia acreditar no avanço de políticas públicas que efetivariam direitos e levariam o país a uma condição de maior justiça social, que rompesse com os modelos colonial e escravocrata que marcaram o passado do país.

Um dos eixos de destaque dessa movimentação auspiciosa deu-se no campo da proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Campo emblemático por garantir, pela primeira vez na história do país, direitos civis e individuais a cada brasileiro entre 0 e dezoito anos de idade, reconhecendo-os como cidadãos e sujeitos de direitos. Emblemático também por evidenciar, nas tensões observadas ao longo do processo de implementação de políticas públicas garantidoras desses direitos, quão pesado é o ranço colonialista de nosso país (Martins, 1994).

Para avançar nessa discussão, entendemos ser necessário retomar alguns dos principais momentos da construção da política pública nacional voltada à criança<sup>3</sup>. Num segundo momento, serão abordados os anos da ditadura civil-militar e seus impactos na proteção da criança brasileira. Em seguida, serão analisadas as características do processo de abertura política do Brasil. E, finalmente, serão apresentadas as considerações que demonstram se houve impactos positivos ou negativos do processo de redemocratização na política pública voltada aos direitos humanos da criança brasileira.

#### PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO À PROTEÇÃO DA CRIANÇA NO BRASIL

A Lei do Ventre Livre (1871) foi o primeiro dispositivo legal protetivo à criança brasileira. Instituiu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da data

de sua promulgação e permitia à mãe escravizada criar seu filho ou filha até os 7 anos de idade. Findado o período de proteção, o dono daquela pessoa negra escravizada podia receber uma indenização do Estado e enviar a criança para um orfanato ou mantê-la como escravo ou escrava até completar os seus 21 anos, quando seria definitivamente alforriada. Portanto, embora livre legalmente, a efetivação de sua liberdade só se daria na idade adulta.

Em 1927, tendo passado o turbilhão da Primeira Grande Guerra Mundial, o jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos redige, na Capital do Rio de Janeiro, o Código de Menores. É considerado o primeiro diploma legal que define parâmetros para se legislar de forma diferenciada entre os adultos e as crianças consideradas normais e as pessoas com até 18 anos de idade que estivessem abandonadas ou fossem delinquentes. Em outras palavras, a lei se inclina sobre os filhos dos pobres e os filhos bastardos de uma sociedade moralista, que são definidos como “menores em situação irregular” e que deveriam ser regenerados por uma educação reformadora oferecida pelo Estado em grandes instituições.

Em 1940, é aprovado o Código Penal Brasileiro que diz, em seu Art. 23: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. Neste caso, continuaria valendo o que estava previsto no “Código Mello Mattos”<sup>4</sup>.

Na esteira da doutrina adotada pelo Código Mello Mattos, o Estado Novo Brasileiro, em 1942, criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) com o objetivo de atender dois tipos de adolescentes: o delinquente e o carente ou abandonado. Órgão diretamente ligado ao Ministério da Justiça, o SAM possuía orientação político pedagógica correcional-repressiva. Os delinquentes eram enviados para reformatórios ou casas de correção e os carentes ou abandonados, para patronatos agrícolas ou escolas de aprendizagem de ofícios urbanos. Em ambos os casos, tratavam-se de medidas de internação, com as mesmas características físicas e administrativas dos presídios para adultos.

Em 1946, a quarta Constituição Federal do Brasil foi promulgada e tornou possível o retorno da convivência entre instituições democráticas independentes, do pluripartidarismo, do direito à greve, da liberdade sindical e da eleição para presidente.

No município de João Pessoa, em 1950, foi instalado o primeiro escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (*UNICEF*), iniciando seus trabalhos com aporte de recursos e tecnologia<sup>5</sup>. Os anos 50 trouxeram, para o Brasil, algumas esperanças de avanço nas políticas públicas voltadas à justiça social e à participação democrática, o que veremos na sequência.

Tomemos o comentário<sup>3</sup> de Marilena Chauí (2007) sobre redemocratização:

Processos de redemocratização a rigor não têm data para começar e terminar, como sabemos. Fazem-se sem separações rígidas entre um “antes” e um “depois”, e são seguramente particularizados pelas condições concretas em que transcorrem. Justamente por isso, creio ser válido, e mesmo útil, aceitar uma distinção conceitual entre redemocratização e democratização, ou seja, admitir que a recuperação de um status anterior de vida democrática somente se efetiva quando se casa com a abertura de um ciclo superior de construção democrática. A destruição de uma ditadura, a rigor, só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada. (Chauí e Nogueira, 2007).

Diante desta consideração, identificamos a existência de duas fases de redemocratização no Brasil do século XX. As “condições concretas” (Chauí e Nogueira, 2007) para delimitar o início e o fim do primeiro processo de redemocratização são a deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 1945, e o golpe militar de 1964. O segundo período de redemocratização veremos mais adiante.

Como já vimos, a promulgação de uma nova Constituição Federal do Brasil, em 1946, criou as bases para a implementação da ordem democrática no país. Politicamente, a situação de eleições livres propiciou a criação de partidos que representassem diferentes interesses. Surgiram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), que figurava no mesmo campo político do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Neste período, também conhecido como a Quarta República Brasileira ou República Populista, ocuparam a cadeira presidencial Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzili (1961) e João Goulart (1961-1964).

---

3. O artigo acessado eletronicamente é resultado da transcrição da fala de Marilena Chauí no Primeiro Seminário em comemoração aos 30 anos do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 26 de abril de 2006.

Do ponto de vista dos direitos humanos, a abertura política dos anos 50, propiciou a instalação do primeiro escritório do *UNICEF*, aportando recursos e tecnologia<sup>4</sup> para que fosse possível a realização de ações concretas direcionadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente e o início de um processo de mobilização da sociedade civil em torno destes direitos.

Os anos sessenta prometiam uma virada à esquerda na política brasileira. Depois de ter sido eleito duas vezes consecutivas como vice-presidente, em 1955 com Juscelino Kubitschek e, em 1960, com Jânio Quadros, João Belchior Marques Goulart (Jango) tornou-se presidente em 1961. Ao verificar as condições alarmantes em que se encontrava a educação brasileira<sup>5</sup>, apresentou o Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, que fora aprovado por decreto do Conselho de Ministros.

Em outubro de 1962, foi homologado o 1º Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação. O Plano criou o Fundo Nacional de Educação e previu a aplicação de 12% da receita de impostos da União à sua constituição. Também previa a alfabetização, até 1970, de todas as crianças, adolescentes e jovens entre sete e 23 anos. Para fazer frente a essa meta, o ministério elaborou o Plano Trienal de Educação, que deveria constar do planejamento geral do governo para o período de 1963 a 1965 e definiu o método Paulo Freire como sendo pilar estrutural da ação. Na área da cultura, Jango obteve a adesão dos serviços de teatro, cinema, rádio e televisão aos programas de educação do Ministério, e apoiou as caravanas da cultura, que levavam atividades culturais e educativas a diversas regiões do país. O Brasil estava criando contornos de uma futura nação democrática e socialista.

---

4. “Em 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, em João Pessoa, PB. O primeiro acordo assinado com o governo brasileiro representava um gasto anual de US\$470 mil, destinados a iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante no Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. (...) Nos 10 primeiros anos de Brasil, a prioridade do UNICEF era a sobrevivência de crianças e adolescentes. Campanhas de vacinação e nutrição foram lideradas pelo UNICEF, que capacitava médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para a atenção a gestante”. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9489.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.html). Acesso em: 04 nov. 2016.

5. Com relação ao ensino primário, apenas 46% das crianças de sete a 11 anos estavam matriculadas, sendo que, desse total, a metade estava cursando a primeira série, apenas 21,4% alcançavam a segunda, 19,3% a terceira e 14,1% a quarta. Com relação ao ensino médio, cuja regulamentação era considerada centralizada e inadequada às necessidades do desenvolvimento nacional, apenas nove de cada cem jovens teriam acesso a escolas desse nível.” disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios\\_e\\_rumos\\_da\\_politica\\_educacional](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional). Acesso em: 23 abril 2017.



Em 1964, os militares tomaram o poder no Brasil, sendo apoiados pelos Estados Unidos da América<sup>6</sup> em uma campanha aberta contra a antiga União Soviética.

O poder executivo, por meio de Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos e Decretos-Leis governou consultando, prioritariamente, as forças armadas para o bem da nação, assegurando os brasileiros de que não haveria uma invasão comunista. Para isso, utilizou métodos rigorosos de vigilância ideológica, cassando os direitos políticos e civis da população e de legisladores que fossem simpáticos ao que ocorria no leste da Europa e em Cuba.

Arraigava-se o cunho protecionista do governo e o entendimento geral de que os mais pobres e suas crianças deveriam ser protegidas pelo Estado. No dia 1 de dezembro de 1964, por meio da Lei nº 4.513 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor que incorporou o patrimônio e as atribuições do SAM.

Em 1979, foi aprovado o Código de Menores, discricionariamente destinado à criança abandonada e ao adolescente infrator, mantendo a doutrina da situação irregular, que aplicava a medida de internação, seja para a correção de seu mau comportamento, seja para a promoção de uma educação que o integrasse, futuramente, à sociedade. O que diferenciou esta lei daquela de 1927 foi o destaque dado ao tema da adoção, pois normatizou a possibilidade de estrangeiros não domiciliados no Brasil levarem crianças para seus países de origem.

#### Início da reação democrática

Muito embora os métodos de censura, vigilância ideológica, prisões, torturas e assassinatos comandados pelos militares fossem rigorosos, durante os 20 anos de ditadura, grupos independentes e clandestinos seguiram trabalhando pela defesa de direitos civis em consonância com o crescimento e a consolidação do movimento internacional voltado à proteção dos direitos humanos.

Conforme salienta Ghon (2013):

Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil foi dado pela noção de autonomia. Tratava de organizar-se, independentemente, do Estado. Era um discurso estratégico. A democracia direta e participativa era tida como modelo ideal. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava, também, um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante. Naquele período, novos atores entraram em cena, principal-

mente os movimentos sociais populares, reivindicatórios, apoiados por alas da teologia da libertação (de várias igrejas, especialmente católicos e luteranos), entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) etc. O principal polo de identificação dos diferentes atores era dado pela reivindicação de mais liberdade e justiça social. (Gohn, 2013, p.302)

No início da década de 60, o Concílio II do Vaticano<sup>7</sup>, expressa a necessidade da humanidade preocupar-se com a educação das crianças e dos adolescentes, direito fundamental preconizado pelo artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

Em 1977, na cidade de São Paulo, cria-se a Pastoral do Menor tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. Na mesma década de 70, o Padre Bruno Sechi, no Estado do Pará, iniciou o movimento de promoção dos direitos da criança e do adolescente que serviu de modelo para todos os grupos que trabalhavam com crianças e adolescentes mais pobres. O processo de mobilização em torno da educação de rua teve como um de seus resultados a organização do Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua (MNMRR), que desempenhou papel importante nas movimentações sociais na década de 80.

Em 1978, foi organizado o Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro por Iramaya Queiróz Benjamin que teve dois filhos jovens presos, torturados e exilados. Em seguida, organizou-se o comitê na cidade de São Paulo e a Campanha Nacional da Anistia foi lançada com o lema “anistia geral e irrestrita”. No mês de novembro do mesmo ano, ocorreu o 1º Congresso Nacional pela Anistia em São Paulo. “Pressionados” por esta movimentação social, os militares aprovaram em 28 de agosto de 1979, a lei nº 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia<sup>8</sup>. A sociedade brasileira recebeu com alegria a notícia de que artistas, intelectuais, estudantes e políticos poderiam voltar de seus exílios, mas é importante perceber como os militares se aproveitaram da movimentação social daquela época para incluir, na mesma lei, a anistia aos torturadores militares e civis.

## SEGUNDA REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

Podemos demarcar o início do segundo período brasileiro de redemocratização no ano de 1985, quando a presidência da república volta a ser ocupada por

um civil, muito embora tenha ocorrido por voto indireto. A partir deste ano, a sociedade começa a se organizar na tentativa de eliminar definitivamente os abusos praticados pelos militares.

Em 1986, ocorreram eleições gerais para governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. O grupo composto por estes dois últimos representantes do povo tornaram-se os responsáveis pela redação da nova Carta Magna. Movimentos populares, grupos de especialistas e a mobilização de comunidades eclesiais ganharam corpo e tornaram-se forças políticas importantes que influenciariam decisivamente o conteúdo da nova Constituição.

Foi promulgada, em 1988, a 7ª Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”, inaugurando o maior período democrático da história republicana do país. Seu processo de elaboração contagiou a sociedade com a esperança de um futuro melhor e uma sociedade mais justa. A proposta de reorganização social, nela contida, afirmava a importância da democracia, trazendo o instituto da participação popular direta ou por meio de organizações não governamentais em muitos de seus artigos. Foram regulamentados Conselhos de Política, que se espalharam por todos os estados e municípios brasileiros<sup>9</sup>.

Setores da sociedade mais preocupados com os direitos da criança e do adolescente realizaram forte pressão para que constasse, na Constituição de 88, um artigo que referisse explicitamente a questão da infância como direito. O paradigma da criança como sujeito de direitos estava sendo discutida no grupo criado pela ONU, em 1979, para a redação de uma Convenção sobre o Direito da Criança. Mais do que um artigo, os movimentos populares, aliados a comunidades epistêmicas conseguiram todo um Capítulo, que trata da família, da criança e do adolescente, dentro do texto constitucional. Mais recentemente, foram incluídos artigos relacionados aos direitos dos jovens e dos idosos neste mesmo capítulo.

Diante da nova regra geral, far-se-ia mister a produção de uma legislação condizente com os artigos 226º a 230º da Constituição, pois aquele Código de Menores, que operava dentro da lógica da situação irregular, não responderia aos anseios da sociedade ávida de encontrar soluções plausíveis para o trabalho realizado com crianças e adolescentes, até então, excluídos do processo civilizatório.

Os debates que ocorriam nos fóruns organizados pela sociedade civil sobre os direitos das crianças e adolescentes, mesmo antes da promulgação da Carta Magna, tornaram possível, simultaneamente, a redação e apresentação de propostas que se tornaram projetos de lei tramitando no Congresso Nacional. Em

08 de novembro de 1989, foi publicada uma portaria assinada pelo Ministro da Justiça José Saulo Pereira Ramos, constituindo a comissão que teve como objetivo analisar e oferecer sugestões, no prazo de 90 dias, aos projetos de lei em curso no Congresso Nacional, que visavam substituir o Código de Menores<sup>10</sup>.

O ano de 1989 foi um período de inúmeras reuniões e seminários, nos quais juristas, religiosos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais que militavam pelos direitos das crianças discutiram o texto final da lei juntamente com pessoas do povo convidadas a participar deste processo de construção coletiva.

Em 1990, foi promulgada a Lei federal nº 8.069, mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sabe-se, que o ECA é legislação das mais pertinentes e completas no campo da infância e juventude. É uma lei em pleno processo de difícil implantação, pois reflete uma nova ordem social a partir da transição paradigmática que propõe a substituição da “doutrina da situação irregular” para a “doutrina da proteção integral”<sup>11</sup>.

A partir do ECA e da regulamentação dos Conselhos de Políticas e do Conselho Tutelar - órgão autônomo existente em todo município brasileiro para defender os direitos violados de toda criança e adolescente – foi colocada em prática uma política de defesa e promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente sem precedente na história do Brasil. A legislação voltada para a promoção e defesa dos direitos foi ampliada. O número de pessoas diretamente envolvidas dentro do Sistema de Garantia dos Direitos cresceu muito. Considerando que em cada município brasileiro há 5 conselheiros tutelares, temos, aproximadamente, 27.000 pessoas diretamente dedicadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Considerando que a média de conselheiros membros dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente são 5 representantes do governo e 5 representantes da sociedade civil, temos mais 55.000 pessoas diretamente preocupadas com a promoção e controle das políticas municipais de atendimento à criança e ao adolescente. Sem contar o número de juizes, defensores públicos, promotores de justiça, todos especializados na área do direito da criança e do adolescente.

Além dos conselhos e dos órgãos criados a partir da promulgação do ECA, foram realizadas, até o ano de 2016, dez Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente com a presença de jovens, adolescentes e crianças eleitas nas respectivas Conferências Estaduais e Municipais, formando um movimento institucionalizado de participação direta nas decisões do Estado.

De acordo com o relatório “A Situação das Crianças do Mundo – uma chance justa para toda criança” (tradução nossa) publicado pelo UNICEF em junho

de 2016, entre 2003 e 2012, as taxas de matrícula escolar, no Brasil, para jovens de 15 anos aumentaram de 65% para 78%. Ressalta, ainda, que os sucessos do sistema educacional brasileiro são resultados de múltiplas reformas, dentre elas o estabelecimento de um órgão independente de avaliação que torna as escolas de alta performance mais autônomas, enquanto as de menor desempenho recebem suporte para melhorar seus padrões. O Brasil aumentou o orçamento para a educação, que atingiu 6,3% do PIB em 2012.

Já o relatório “Níveis e Tendências da Mortalidade Infantil”, publicado em 2015 por um conjunto de Instituições de peso internacional (UNICEF, Organização Mundial de Saúde - OMS, Banco Mundial e Departamento da ONU para Questões Econômicas e Sociais - UNDESA), diz que o Brasil foi um dos 62 países que alcançaram a meta de redução da mortalidade infantil, estipulada pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio dos Objetivos do Milênio. A meta apontava para a diminuição em dois terços no índice. De 1990 a 2015, o Brasil reduziu em 73% a mortalidade infantil. Em 25 anos, de 61 mortes para cada mil crianças menores de cinco anos, o número passou para 16 mortes. Essa redução foi o resultado do Programa de transferência de renda (Bolsa Família), da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na atenção primária de saúde, na melhoria de atendimento à gestantes e recém-nascidos e assistência comunitária<sup>6</sup>. Com relação ao trabalho infantil, sabemos que o Brasil reduziu o índice em 73,6%. De 1992 a 2013, o número de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando no país passou de 5,4 milhões para 1,3 milhões de pessoas.

E, finalmente, foram elaborados Planos Decenais de temas específicos relacionados à convivência familiar e comunitária, à aplicação de medidas socioeducativas à adolescentes em conflito com a lei e ao trabalho infantil que estão sendo adaptados pelos estados e municípios brasileiros às suas realidades, gerando políticas de longo prazo de implantação com avaliação e monitoramento.

Conforme afirma a Professora Maria Lucia Rizzoto (2016),

o golpe parlamentar e judiciário ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, que afastou em definitivo a presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, marca de forma indelével a sociedade brasileira, ameaça a democracia e deixa uma sombra espessa de incertezas sobre as classes que vivem do trabalho e que reivindicaram, nesses anos, a garantia de direitos sociais fundamentais. (RIZZOTTO, 2016)

---

6. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/onu-brasil-cumpre-meta-de-reducao-da-mortalidade-infantil>. Acesso em 20 de julho de 2017.

Após o golpe de 2016, o cenário político e social diante da mudança radical da política de Estado que vinha sendo implantada nestes anos de democratização do Brasil causa apreensão. O congelamento, por 20 anos, dos gastos públicos - incluindo educação e saúde - e as reformas aprovadas “à toque de caixa” pelo Congresso Nacional e Senado da República com o apoio do Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, retirando direitos dos trabalhadores, terras dos indígenas, redemarcando áreas de proteção ambiental, entre outros desmandos ultraliberais, apontam para um Estado mínimo à mercê do mercado, que, como em qualquer lugar do mundo, tende a aumentar o fosso socioeconômico entre as classes dominantes e os mais pobres.

É neste ambiente temeroso que nos encontramos, lutando contra o avanço mundial do liberalismo econômico promovido à revelia da maioria da população, diminuindo a capacidade de participação democrática e, consequentemente, impondo um sistema de dominação de classes que antagoniza com o Estado de Direito que vinha sendo construído desde o final da década de 80 no Brasil.

## CONCLUSÃO

A partir do levantamento dos principais acontecimentos históricos ocorridos antes, durante e depois da ditadura militar brasileira, percebe-se que a principal e mais importante mudança ocorrida na sociedade brasileira no século XX foi a aprovação da chamada “constituição cidadã” em 1988. Nela estão contidos os pressupostos essenciais para a manutenção da democracia participativa. Não menos importante foi o processo de discussão dos movimentos sociais em conjunto com diversos especialistas e militantes que produziram o texto do capítulo VII da Constituição Federal, que acabou gerando a necessidade de se pensar na adequação da legislação especial que regia a questão dos menores de 18 anos de idade na sociedade brasileira. Este foi o momento mais importante da política pública dirigida à criança brasileira que culminou na redação e aprovação do estatuto da Criança e do adolescente.

Podemos afirmar que o clima positivo, de afirmação dos direitos civis e humanos em que se encontravam os poderes legislativo e executivo em 1990 e a liberdade de reunião e articulação dos movimentos sociais foram decisivos para que uma nova lei revogasse o Código de Menores e, com ele, a doutrina da situação irregular.

Embora guarde o mérito de ter sido uma primeira legislação voltada para crianças e adolescentes brasileiros, o Código Mello Mattos de 1927 possuía forte tendência discriminatória, delegando poder absoluto ao Juiz de Menor, que marcava, como a um animal marcado a ferro, para sempre, um adolescente como delinquente.

Àquela época os estudos da psicologia social, da análise do discurso, da semântica, não estavam avançados ao ponto que evoluiu 50 anos mais tarde. Não se refletia sobre a brutalidade do efeito de poderia causar um estereótipo social. Nomear um adolescente como delinquente e trancafiá-lo em uma instituição para que fosse transformado em uma pessoa “normal” junto de dezenas de outros “delinquentes” parecia fazer sentido à época. Podia parecer uma saída viável de correção de comportamentos, mas, hoje, sabe-se que esta ideia estava embebida por uma decisão inequívoca de “separar o joio do trigo”, de retirar a laranja podre da cesta, para não estragar as outras. Os desajustados deveriam deixar de incomodar os que estavam convivendo pacificamente nas cidades e não deveriam contaminar as crianças brancas, polidas e ao dispor da elite econômica e política brasileira que se consolidava. Um exemplo claro desta tendência higienista vigente até o final do século XX, era a forma como o Código de Menores de 1979 via a retirada da criança “errada” do Brasil como solução do problema, resolvendo, na forma da lei, sobre a possibilidade de adoção por estrangeiro não residente no país. E assim, milhares de pais e mães pobres viram seus filhos sendo levados para outros países, simplesmente porque não tinham condições materiais de criá-los.

Finalmente, a legislação de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apesar das dificuldades que encontra para ser plenamente efetivada, mais de 25 anos após sua promulgação, não apenas normatizou o fato das crianças e dos adolescentes serem sujeitos portadores de direitos civis e inalienáveis, como o fez por meio do reconhecimento de sua condição peculiar de desenvolvimento, para os quais o país deve assumir, com prioridade absoluta, políticas que atendam as condições para seu pleno desenvolvimento. Assim, apesar das tentativas de retrocesso, podemos considerar, pelo exposto acima, que o Brasil vem avançando em políticas, regulamentações e organização social que operam para garantir o preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Magna do Brasil e no ECA.

Aquele Brasil higienista do século passado não existe mais. A política de proteção aos direitos humanos da criança e do adolescente brasileiros está consolidada no nosso país. São estas crianças e adolescentes que estão ocupando escolas, exigindo respeito e mostrando como o mundo pode ser melhor. Nos cabe apenas ouvi-los e nos ocupar em auxiliá-los a conquistar todos os seus direitos.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena e NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/05.pdf>. Acesso em: 11 jun 2017.

CORRÊA, Luiz Felipe de (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **O cenário depois do golpe**. Saúde debate, Rio de Janeiro, v.40, n. 110, p.5-6, Sept. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042016000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000300005&lng=en&nrm=iso)>. doi.org/10.1590/0103-1104201611000. Acesso em: 20 de Julho de 2017.

FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. **Doutrina e legislação: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-03022010-153752. Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

GHON, Maria da Glória. **Desafios dos Movimentos Sociais hoje no Brasil**. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

GRANDINO, Patrícia Junqueira. **O Educador de Rua e suas Práticas Educativas**. 135f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

UNICEF. **The State of The World's Children – a fair chance for every child**, 2016. Isbn: 978-92-806-4838-6.

## NOTAS DOS AUTORES

1 Em 17/12/2015, foi inaugurado o Museu do Amanhã na Praça Mauá da cidade do Rio de Janeiro, onde uma exposição permanente indica ao visitante os riscos que a humanidade corre, se mantiver o modelo de desenvolvimento econômico global vigente neste início de século. O espetáculo de abertura dos Jogos Olímpicos no Estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, em 05/08/2016, encantou por sua grandiosidade e foco nas questões relacionadas à proteção do meio ambiente e ao respeito à diversidade de gênero e raça. O legado concreto des-



tes jogos será uma floresta, cujas árvores foram semeadas durante a cerimônia de abertura pelos 10 mil atletas oriundos de 206 países. Em 12/09/2016, o Brasil ratificou o acordo de Paris, se comprometendo a reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 37% até 2025, com indicativo de redução de 43% até 2030 – ambos em comparação aos níveis de 2005. Este acordo pretende garantir que a temperatura do planeta não suba 2 graus até 2100, o que tornaria a vida no Planeta bastante comprometida.

2 Conforme afirmou Javier Santiago, em 2008, analisando a crise econômica que abalou o mundo: “Há 50 anos, as economias da OCDE concentravam 75% do PIB mundial. Agora sua parcela se aproxima de apenas 55% do PIB mundial. A maior parte do crescimento mundial destes últimos anos se situa nas economias emergentes (...) O que estamos vivendo é uma mudança de época e de paradigma que se assemelha a uma grande transformação, para parafrasear o economista búlgaro Karl Polanyi. Os equilíbrios e as riquezas dos países estão se redesenhando a grande velocidade com a emergência de novos países, através da China, Índia, Brasil, México, África do Sul e Rússia, para mencionar as economias de ponta, que emergem a partir daquelas que até anteontem eram denominados como países em desenvolvimento”. (Santiago, J. “O Centro e a periferia”. *Valor*, 11/04/2008, p. A15).

3 Nos documentos internacionais utiliza-se apenas a palavra criança para designar a pessoa humana de zero até 18 anos de idade. Foi uma das inovações do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 2º, definir a criança como sendo a pessoa até 12 anos de idade e o adolescente aquela entre 12 e 18 anos. As legislações anteriores definiam toda pessoa com até 18 anos de idade como “menores”.

4 Vejamos um pouco do Código Mello Mattos, para compreendermos sua função social à época: “Art. 203. A Escola Quinze de Novembro é destinada á preservação dos menores abandonados do sexo masculino. Art. 204. Haverá uma escola de reforma destinada a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, de mais de 14 anos e menos de 18, que forem julgados pelo juiz de menores e por este mandados internar. Art. 205. A Escola de Reforma será constituída por pavilhões proximos, mas independentes, abrigando cada qual tres turmas de internado, constituída cada uma por numero não superior a 20 menores, para uma lotação de 200 delinquentes. Haverá tambem pavilhões divididos em compartimentos, destinados á observação dos menores, á sua entrada no estabelecimento, e á punição dos indisciplinados.”

5 “Em 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, em João Pessoa, PB. O primeiro acordo assinado com o governo brasileiro representava um gasto anual de US\$470 mil, destinados a iniciativas de proteção à saúde da criança e da gestante no Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. (...) Nos 10 primeiros anos de Brasil, a prioridade do UNICEF era a sobrevivência de crianças e adolescentes. Campanhas de vacinação e nutrição foram lideradas pelo UNICEF, que **capacitava** médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde.

de para a **atenção a gestante**”. Disponível em [http://www.unicef.org/brazil/pt/overview\\_9489.html](http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.html). Acessado em 4 de novembro de 2016.

6 Para saber mais sobre o financiamento estadunidense ao Golpe de 1964, ler FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. Doutrina e legislação: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.8.2009.tde-03022010-153752. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

7 “De igual modo, o sagrado Concílio declara que as, crianças e os adolescentes têm direito de serem estimulados a estimar rectamente os valores morais e a abraçá-los pessoalmente, bem como a conhecer e a amar Deus mais perfeitamente. Por isso, pede insistentemente a todos os que governam os povos ou orientam a educação, para que providenciem que a juventude nunca seja privada deste sagrado direito. Exorta, porém, os filhos da Igreja a que colaborem generosamente em todo o campo da educação, sobretudo com a intenção de que se possam estender o mais depressa possível a todos e em toda a parte os justos benefícios da educação e da instrução” *Gravissimum educationis*, (1961), disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_gravissimum-educationis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html). Acessado em 02 de novembro de 2016.

8 “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.”

9 “Os Conselhos de políticas públicas são instâncias relativamente recentes. A origem da interação da sociedade e do Estado na gestão de políticas públicas pode ser identificada em 1981, quando se realizou a primeira experiência de gestão compartilhada, por meio do Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária (CONASP), composto por representantes da sociedade civil e do Estado.” Fonte: Maria Diogenilda de Almeida Vilela – Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados, Brasília, 2005.

10 A Comissão foi presidida pelo Dr. João Benedicto de Azevedo Marques, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e integrada pelos seguintes membros: Dr. João Gilberto Lucas Coelho, representante do Conselho Federal da OAB; Dr. Edson Seda de Moraes, representante da FUNABEM; Dr. Antônio Fernando do Amaral e Silva, Juiz de Direito de Blumenau (SC); Dr. Jurandir Roberto Marçura, Promotor de Justiça de São Paulo; Dr. Wilson Barreira, Juiz de Menores de São Paulo; Dr. Liborne Siqueira, Juiz de Menores do Rio de Janeiro; e Irmã Maria do Rosário Leite Cintra, representante da CNBB. A Comissão foi assessorada pela Dra. Cláudia Lima Marques, assessora do Ministro da Justiça e secretariada pela

Dra. Maria Josefina Becker, subsecretária de classificação indicativa da Secretaria dos Direitos da Cidadania. Fonte: Diário Oficial da União de 09 de novembro de 1989, seção II., página 5800.

11 “O Estatuto constitui um marco e um divisor de águas no enfrentamento da questão da infância e juventude: a passagem da doutrina da situação irregular, por si só excludente e discriminatória, para a doutrina da proteção integral, do reconhecimento e do compromisso com a prioridade na garantia dos direitos das pessoas em condições especiais de desenvolvimento, todas aquelas com idade entre zero e dezoito anos.” (Grandino, 1999)

# JOGANDO COM AS RUAS: SOBRE O FUTEBOL DE CLASSE DA OFICINA DO CHÁ DO PADRE E DO COROTE & MOLOTOV.

JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES<sup>1</sup>

MARCUS GONZALEZ<sup>2</sup>

RAFAEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO<sup>3</sup>

VALÉRIA AROEIRA GARCIA<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

[...] entre centenas ou mesmo milhares de pessoas que vivem nas ruas da região central da cidade de São Paulo encontramos o Amaral, homem, brasileiro, negro, pobre, com aproximadamente 40 anos, pouco se conhece sobre o seu passado. Sabemos que ele adotou esse codinome em razão de sua grande paixão pelo futebol e, também, por sua semelhança e grande admiração por um ex-futebolista de mesmo nome que atuou como volante em diversos times brasileiros e internacionais. Sempre vestindo meiões até os joelhos, calção e camisa de algum time de futebol, torna-se fácil identificar Amaral perambulando pelas ruas do centro da cidade. E no cotidiano da rua, entre as diferentes dificuldades e mazelas que assolam aqueles que se encontram nesta situação, pode-se notar em Amaral a presença de algum transtorno emocional e/ou mental que o faz, às vezes, intolerante e bastante agressivo sempre que questionado ou contrariado. Porém, apesar disso, ou, justamente por isso, ele tenha chegado na *Oficina de futebol do Chá do Padre* que, além de lhe possibilitar novas aprendizagens, também lhe permitiu o convívio que, com o passar do tempo, se transformou em vínculo afetivo com os educadores da oficina e com os outros jogadores participantes

1. Professora do Programa de Pós-graduação Mudança Social e Participação Política - EACH/USP.
2. Psicólogo, educador social do Núcleo de Convivência da Sé e estudante especial do Programa de Pós-graduação Mudança Social e Participação Política – Promuspp - EACH/USP.
3. Frei da Ordem dos Frades Menores de São Paulo, educador do SEFRAS e estudante especial do Programa de Pós-graduação Mudança Social e Participação Política – Promuspp - EACH/USP.
4. Supervisora de Ensino na Secretaria Municipal de Educação de Campinas e professora convidada do Programa de Pós-graduação Mudança Social e Participação Política – Promuspp - EACH/USP.

que vivem exatamente nas mesmas condições que ele. Mas entre todos os frequentadores pode-se dizer que Amaral tem algo que o difere dos demais.... Para a surpresa de todos lá na oficina e, apesar de sua condição emocional/mental, logo na primeira vez com a bola nos pés, Amaral surpreendeu a todos: trata-se de um verdadeiro craque! O seu espírito esportivo e sua notável desenvoltura durante as partidas deixaram a maioria dos participantes boquiabertos diante de tamanha agilidade na realização dos passes, nos dribles, na finalização de jogadas e por seu senso de organização e visão em campo. Na verdade, o cara bate um bôlão. Amaral arma jogadas, define estratégias de ataque e defesa, respeita, pede respeito aos adversários e é muito respeitado. E foi de partida em partida e, a partir do convívio solidário e da camaradagem presente nesses amistosos, como no futebol de várzea, que Amaral passou, aos poucos, a participar e se integrar em outras atividades propostas pelo Chá do Padre, em especial, a *Oficina de direitos fundamentais e exercício de cidadania*, na qual ele tem também se mostrado bastante engajado e habilidoso. E, como no futebol, nessa oficina, Amaral tem procurado acertar os passes, marcar seus gols e sair vitorioso nesse disputado campeonato contra a invisibilidade onde os direitos sociais mais básicos estão submetidos as regras do senhor mercado financeiro responsável pela definição de quem serão os titulares, dos que permanecerão no banco de reserva e daqueles que serão os resignados expectadores de tão desumana partida. (Gonzalez, educador social, 2017).

Em busca de saber mais sobre as particularidades do morar nas ruas e, também, do cotidiano de quem vive nelas, um censo foi realizado entre os anos 2007 e 2008 para investigar as condições de vida dessas pessoas. Encomendado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, a pesquisa que identificou em 71 cidades brasileiras aproximadamente 31.922 pessoas vivendo na rua<sup>5</sup>. Diferentemente de outros levantamentos anteriormente elaborados em diferentes estados brasileiros sobre essa população que, em geral, só os quantificam por sexo, idade e origem, o propósito desse censo foi o de conhecer, em detalhes, o perfil e dia-a-dia de parcela dos entrevistados, cerca de 10% deles, através do desenvolvimento de metodologia capaz de levantar dados e revelar os diferentes aspectos e peculiaridades da vida nas ruas.

Segundo Cunha e Rodrigues (2009), o objetivo principal dessa pesquisa foi o de coletar dados que pudessem, após a sua publicação, subsidiar o poder

---

5. Ver: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)

público no processo de elaboração de “estratégias e políticas específicas”, colaborando também com a redução do preconceito existente em torno da *rua-lização* a partir da disponibilização para a sociedade de informações corretas e consistentes a respeito das circunstâncias que levam esses indivíduos para a situação de rua e das dificuldades que os impedem de sair dela.

De maneira geral, os debates envolvendo as questões sobre os principais motivos que fazem com que as pessoas tenham como única alternativa o viver pelas ruas, são repletos de fantasias, de preconceitos de todo o tipo, de “achismos” por parte do senso comum e mesmo por parte da gestão pública que, por muitas vezes responsabilizam exclusivamente a pessoa por estar nessa condição, desconsiderando o totalmente a inexistência de políticas públicas nesse setor e as adversidades impostas pelo contexto social e econômico que os levaram para tal situação. (Rodrigues, 2015).

E no que se refere ao cenário de exclusão social presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, que fez das ruas local e única alternativa para a moradia e sobrevivência de muitos, Antunes (2000) esclarece que, com a ampliação da crise estrutural do capital financeiro, novas formas de compensação do ciclo de produção baseadas na “intensificação da exploração da força de trabalho” se estabeleceram gerando instabilidade e, conseqüentemente, a diminuição de postos de trabalho, que colaborou com o aumento do desemprego e crescimento da informalidade, fatores esses que, em seu conjunto, de certa forma, contribuíram para a formação de um exército de trabalhadores que passaram a viver à margem do trabalho, da proteção social e mesmo da sociedade.

Mas para além da falta de oportunidades de trabalho, da renda, do conforto de uma casa, da ausência de bem-estar social, de práticas culturais proporcionada no âmbito da esfera familiar ou da comunidade, sabe-se que as pessoas que vivem em situação de rua, enfrentam a carência material e afetiva, todos os tipos de mazelas e violências e, principalmente, rejeição do poder público e de parte das pessoas que transitam pelas grandes cidades. Nesse sentido, o estudo de Valencio afirma que

(...) pessoas em situação de rua vivenciam inúmeras dificuldades. A mais evidente delas, a sua territorialização precária. A vulnerabilidade locacional sujeita o grupo às diversas dimensões de desamparo: desconforto face às intempéries; insalubridade; insegurança frente aos estabelecidos que lhes dirigem olhares de desconfiança. (Valencio, 2008, p.558).

E é nesse contexto de exclusão e de extrema vulnerabilidade que a população de rua cresceu nas últimas décadas e, mesmo assim, continuou invisível aos olhos do estado e de cidadãos que utilizam a rua para diferentes fins e não como recurso de moradia (Nakagawa, 2016). Sobre essa questão, a da invisibilidade do morador de rua, particularmente, a pesquisa de De Lucca, publicada no ano 2007 e intitulada: *A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*, nos reportou ao recente episódio envolvendo as truculentas ações higienistas<sup>6</sup>, promovidas pela Prefeitura da cidade de São Paulo, em maio desse ano, contra a população de rua que vive no bairro da Luz<sup>7</sup>.

Pode-se observar nas ações da gestão da cidade no ano de 2007 citadas pelo autor, a ausência de conhecimento, de empatia e solidariedade por parte do poder público e que essas ações se repetem ainda hoje, em 2017, entre os gestores públicos responsáveis por essa questão na cidade de São Paulo. Mas, sobre a inabilidade da gestão pública em 2007, De Lucca relata que, naquele período, o município:

(...) parece ter abandonado progressivamente a meta de reformar ou “reinsere” a população de rua e, em lugar disso, passou a se preocupar, mais e mais, em supervisionar suas vidas para que não atrapalhem ou transmitam insegurança à paisagem do Centro. Trata-se de gerir a população de rua de modo que sua aleatoriedade não atrapalhe o andamento das práticas na cidade. A reinserção parece ter se tornado uma questão no mínimo secundária, sendo que aquilo que salta em primeiro plano é justamente a produção de uma paisagem urbana supostamente protegida. Com isso, tentam assegurar o espaço da rua contra possíveis transgressões numa luta minúscula e diária contra todas as pequenas incivildades, infrações, distúrbios e infortúnios que possam ser vistos como “incubadores” do perigo, do risco social e da decadência moral. (De Lucca, 2007, p. 227).

Na mesma perspectiva de De Lucca, o estudo publicado por Nakagawa, em 2016, aborda esse tema, mas o amplia fazendo uma análise sobre papel do município de São Paulo no que se refere a produção e circulação de riquezas, e, ao mesmo tempo, como a ausência de políticas específicas contribui para o

---

6. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/doria-se-destruiu-na-cracolandia>

7. Ver: <http://exame.abril.com.br/brasil/por-que-mp-e-defensoria-sao-contracao-de-doria-na-cracolandia/>

processo de manutenção da pobreza. Com base nos dados levantados sobre esse cenário a autora revela que:

A taxa de desemprego na região metropolitana era de 16,8% em abril de 2016 (PED/SEADE/DIEESE). Em 2010 existem 355.756 domicílios subnormais – cerca de 10% dos domicílios da cidade (PMSP, SMDU, Dinfo, Infocidade: 2010). Em 2015 identificou-se 1.677 favelas (PMSP, SMDU, Dinfo, Infocidade: 2015), 42.924 unidades de habitação em casa de cômodos (pensões) ou cortiço ou “cabeça de porco” – Cortiço/Ocupação (PMSP, SMDU, Dinfo, Infocidade: 2015b). Destarte, é desigual e segregadora, com indicadores de desenvolvimento humano distintos em seus 96 distritos e nos seus 18.953 setores censitários. Como em outras localidades, tem como um dos segmentos sociais mais vulneráveis a população em situação de rua. (Nakagawa, 2016, p.8).

E prosseguindo a sua análise sobre os fatores e a emergência dessa questão nas grandes cidades, a autora ainda relata que:

Nas principais metrópoles mundiais identificamos este fenômeno. Consequentemente, as diferentes trajetórias e histórias de vida da população em situação de rua traz relevância às condições urbanas e socioeconômicas como fator de incidência. Usar logradouros e espaços públicos não previstos como moradia não é um fenômeno novo, mas as atuais estruturas sociais e condições materiais de reprodução são marcos definidores da situação de rua como conhecemos hoje. (Nakagawa, 2016, p.8).

Como a autora, reconhecemos que a questão da moradia de rua não é privilégio da cidade de São Paulo e que o movimento de segregação e discriminação, vindos de diferentes setores da sociedade, ainda é mais forte que a busca por caminhos que garantam os direitos sociais mais básicos ou a solução desse problema. Mas se para a gestão pública a invisibilidade ainda é a melhor saída para essa questão, sabe-se que, na mesma cidade que se mostra hostil para aqueles que estão à margem da lógica do consumo, ao mesmo tempo encontramos focos de solidariedade, de empatia e diferentes movimentos de resistência que desejam a reconfiguração da cidade em uma mais sensível, pois, entende-se que “é nos espaços públicos que a vida urbana, e tudo o que a diferencia de



outros tipos de existência coletiva, alcança a sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos”. (Bauman, 2009, p. 70).

E é a esperança de Bauman que nos inspira e também nos chama a atenção para o fato que, apesar de seus conflitos, a cidade está repleta de contradições e, talvez, de possibilidades de restauração do convívio, da civilidade, das relações cidadinas, da valorização da diversidade presente, por exemplo, que podem ser percebidas em propostas singelas como a do *futebol de classe*, apresentado a seguir, e que tem se mostrado uma interessante oportunidade de reestabelecimento de vínculos para algumas pessoas que estão em situação de rua e que tentam pensar em outras possibilidades de relação com a cidade e com as pessoas que vivem nela.

#### JOGANDO E SE SOLIDARIZANDO...

Sabe-se que o futebol é um esporte popular e muito praticado no Brasil. Seja na periferia ou em áreas privilegiadas das grandes metrópoles, por maior que seja a oferta e diversidade de atividades de lazer, o futebol ainda tem centralidade e é considerado uma “atividade de enorme importância social”. (Gastaldo, 2002).

O autor afirma que aqui o futebol “pode ser considerado como uma das manifestações culturais mais importantes da cultura brasileira” e não é à toa que o Brasil se tornou reconhecido mundialmente como “o país do futebol” e que o termo “pátria de chuteiras” foi cunhado para revelar o amor dos brasileiros por esse esporte e, ainda, que o “ser brasileiro” pode ser manifestado dentro de um estádio de futebol (Gastaldo, 2002, p.23).

Em geral, na execução e desenrolar de uma partida de futebol, os conflitos e pequenas desavenças são minimizadas, pois o futebol bem jogado só acontece, de fato e, com qualidade, se as duas equipes, na base da camaradagem, acertarem as diferenças.

No que se refere a dinâmica da partida, Da Mata (1982) a explica como “drama da vida” e, para isso, recorre aos conceitos de ritual e de drama social para análise, justificando que nela, pode-se observar “questões estruturais e hierárquicas da nossa sociedade”, aproximando o futebol de outras práticas culturais ritualizadas como o “carnaval e as religiões afro-brasileiras” também, segundo o autor, estão impregnadas de paixão e entusiasmo. Ele ainda afirma que a cultura do futebol brasileiro tem especificidades que o faz diferente do que é

praticado, se comparado, por exemplo, com a América do Norte e Europa. No texto intitulado, *Futebol: ópio do povo x drama de justiça social*, Da Mata afirma que o futebol do Brasil:

(...) além de ser um esporte, é também uma máquina de socialização de pessoas, um sistema altamente complexo de comunicação de valores essenciais e um domínio onde se tem a garantia da continuidade e da permanência cultural e ideológica enquanto grupo inclusivo. (Da Mata, 1982, p.60)

Considerando a capacidade de socialização do futebol e, apesar, da indigesta lembrança da participação do Brasil na Copa do Mundo de Futebol de 2014, as glórias da primeira taça até o título de pentacampeão, ainda reúnem, entusiasma e apaixonam jogadores pelas várzeas, pelos clubes e torcedores brasileiros nos estádios. E é sobre o futebol popular, o que une, o que é motivo de alegria, de encontro e possibilidade de prática socializadora que relataremos a seguir.

#### O FUTEBOL DE CLASSE: SOBRE A OFICINA DO CHÁ DO PADRE E O COROTE & MOLOTOV.

Como dito anteriormente, a população, em situação de rua, vive os mais diversos tipos de exclusão, inclusive o distanciamento das práticas e atividades relacionadas com o esporte e lazer. O centro velho da cidade de São Paulo é um dos locais com maior concentração dessa população e, por vezes, podem-se presenciar situações constrangedoras como, por exemplo, a negação do direito a cidade - que é um direito de todos - e não apenas àqueles inseridos no sistema capitalista de produção e consumo. Sabe-se que diariamente, a população em situação de rua sofre agressões, humilhações e imposições para que abandonem o centro da cidade e migrem para as periferias.

Em um movimento contrário e, visando dialogar com a população de rua, estratégias de cuidado, para além da oferta de alimentação, vestuário, atendimento psicológico e de saúde, na região central da cidade de São Paulo, são oferecidas atividades lúdico-pedagógicas, recreativas e esportivas no Serviço Franciscano de acolhida, escuta e partilha de problemas da população de rua.

Trata-se do *SEFRAS<sup>8</sup> Pop Rua*, popularmente conhecido como o “Chá do Padre”, por servir diariamente, todo final de tarde, o chá e o pão aos moradores de rua.

Entre os diversos serviços e atividades desenvolvidas pelo SEFRAS (uma organização vinculada à Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, criada no ano de 2002, com sede no centro da cidade de São Paulo e, desde 2016, conveniada com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), é ofertada uma oficina de futebol organizada com o objetivo de atender a população em situação de rua, frequentadora ou não dos serviços de assistência social no Núcleo de Convivência Sé. A oficina de futebol é desenvolvida em uma quadra poliesportiva emprestada por parceiros, o Sindicato dos Bancários de SP, localizada na rua Tabatinguera, 192, e em uma quadra pública ao lado da câmara municipal, ambas no centro da cidade de São Paulo. A escolha dos dois locais se deve, justamente, a proximidade do núcleo de convivência e da população que está em situação de rua na região central.

A oficina acontece semanalmente, nas sextas-feiras, das 09h00 às 11h00, e são sempre desenvolvidas por educadores sociais do núcleo de convivência da Sé, psicólogos, assistentes sociais para que seja feito o acompanhamento das dificuldades e/ou necessidades de cada um dos participantes. Para as partidas são convidados, os bancários e outros colaboradores do sindicato à participação na oficina. Acredita-se que através de atividades esportivas, da promoção de campeonatos, os participantes podem começar a estabelecer e/ou recuperar o processo de responsabilização por si próprio, pelo coletivo e mesmo pela organização das atividades. De maneira geral a partir desse envolvimento o participante começa a destinar algum tempo de seu dia para realização dessa e de outras atividades oferecidas pelo Sefras.

Entende-se que durante o período em que o participante se ocupa com a oficina de futebol, ele se afasta temporariamente da sua rotina e de paliativos comuns entre parcela dos moradores de rua, como, por exemplo, as drogas lícitas e ilícitas.

Considera-se importante ressaltar que não se trata de utilizar o futebol para reafirmar a lógica do é que conhecido como “pão e circo”, mas como Freire (2007), entende-se na Oficina de futebol do Chá do Padre, que a emancipação da pessoa começa a partir de um processo: o de tornar-se autor consciente e protagonista de sua própria história.

---

8 O SEFRAS Pop Rua que está localizado na rua Riachuelo, área central da cidade de São Paulo, ver detalhes em: <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/pop-rua-cha-do-padre/>

Já no caso do futebol, enquanto prática socializadora presente no Corote & Molotov Futebol de Classe<sup>9</sup>, faz necessário esclarecer a origem de seu nome e de sua criação. Corote é o nome de uma bebida alcoólica, a “pinga”, tradicionalmente consumida pelos moradores de rua pelo seu baixo custo. Já Molotov é uma espécie de bomba caseira utilizada por muitos ativistas e militantes em protesto em diversos países. O nome Corote & Molotov, enquadra-se no que seus fundadores compreendem e denominaram como o *Futebol de Classe*, fazendo uma analogia a própria condição da luta de classes, que se perpetua e a divisão da sociedade entre opressores e oprimidos. (Iasi, 2007).

A criação desse time de futebol de várzea aconteceu em 2016, a partir da ideia de reunir pessoas que moram nas ruas da cidade e militantes – na maioria representantes de movimentos sociais ou coletivos autônomos – que compreendem a rua como espaço privilegiado de expressão e reivindicação e não como única opção de moradia. Vale lembrar, também, que os nomes contemplam, simbolicamente, estes dois grupos que fazem parte de um mesmo movimento reivindicatório: a população de rua (Corote) e os militantes e educadores sociais que trabalham com os moradores de rua (Molotov) mas que, nesse processo de integração, nas partidas, se mesclam se tornando todos um tanto de Corote e outro tanto de Molotov.

Posto isso, a proposta do Corote & Molotov foi a de criar um espaço no futebol da várzea paulista justamente para quem geralmente é excluído de todos os setores da sociedade, inclusive as práticas culturais relacionadas ao lazer, e mostrar que a prática deste esporte, para além do “espetáculo e mercadoria” que se tornou, pode atingir essas pessoas, por oferecer possibilidades de socialização e, conseqüentemente, de estabelecimento de vínculos, condição essencial para trabalhar com aqueles que escolheram, ou por diferentes situações acabaram por morar/viver nas ruas enfrentando as diversas problemáticas que implicam o morar nelas. Trata-se de um esforço que visa atenuar os mais diversos preconceitos e formas de opressão que incidem sobre essa população já bastante fragilizada. (Arruda, 2014).

Em geral, nos encontros que acontecem mensalmente, por exemplo, são organizados antes do início dos jogos grupos de discussão sobre homofobia, machismo e racismo, para que estes preconceitos sejam esclarecidos ou, minimamente, amenizados ou nem entrem em campo com os jogadores. Também participam destes grupos simpatizantes e/ou convidados que possuam bagagem em relação aos temas sobre a redução de danos e responsabilização sobre a condição física e mental necessária para participar dos jogos.

---

9 Ver: <http://www.melcoelho.com/corote--molotov.html>

Pode-se afirmar que, para além da prática esportiva, a inclusão é um dos princípios fundamentais do time, pois existe uma política interna entre organizadores e todos aqueles que desejam jogar, da não importância ou necessidade de conhecimentos prévios sobre futebol ou habilidades específicas ou especiais para se entrar em campo. No Corote & Molotov todos são bem-vindos e jogam.

Assim sendo, nos treinos a ênfase está na partilha, na camaradagem, nas aprendizagens e na valorização do grupo e não na disputa ou promoção do melhor ou busca de um grande vencedor. O bater bola em um movimento fraterno é o que interessa.

Sabe-se que o futebol profissional se tornou uma das mais valiosas mercadorias, uma grande expressão do modo de produção capitalista e do neoliberalismo atual que fomenta grandes investimentos de capital financeiro, realiza transações milionárias e torna o futebol mercadoria e espetáculo muito rentável. (Mosko, 2011) e (Proni, 1998).

Contrários a essa perspectiva, o Corote & Molotov tem como propósito principal demonstrar que o futebol não deve ser propriedade apenas de quem pode pagar pelo caro espetáculo/mercadoria que ele se tornou, mas que ele, na várzea, pode ainda ser uma prática de todos os que o apreciam e o admiram, incluindo os mais pobres e excluídos. Portanto, vale dizer, que esse time se coloca em um cenário de contra (resistência) ao que propõe o futebol moderno.

Uma das portas para ingresso no Corote & Molotov é a oficina de futebol que acontece semanalmente no Chá do Padre. O time é composto por participantes, inclusive os facilitadores da oficina, que também jogam nesse time, pois as propostas são muito semelhantes. Em geral, durante o desenvolvimento das oficinas, o facilitador de futebol apresenta a proposta do Corote e Molotov e abre um convite aos que tiverem interesse de participar aos finais de semana e quiserem, através do futebol de classe, fazer parte de um time onde todos são de iguais.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa *Rua: aprendendo a contar, encomendada pelo Ministério de Desenvolvimento Social*, entre os principais resultados, mostrou que a grande maioria da população de rua, “cerca de 95% dos entrevistados, não participa de qualquer movimento social ou atividades de associativismo”. Ainda segundo os dados levantados somente 2,9% declararam participar de alguma atividade

e nos relatos destacaram-se as iniciativas de movimentos religiosos (31, 3% e movimentos populares”. (Pesquisa Nacional sobre população de rua, 2009).

De certa forma isso pode ser notado nas iniciativas da Oficina de futebol do Chá do Padre e do Cortote & Molotov que nos mostra o esforço de educadores sociais no oferecimento de uma prática cultural popular de maneira não imposta, respeitando as diferenças, a vontade e as experiências de cada um.

Em contextos como os que acabamos de referenciar acima, e que não se encerram aqui, em relação às ações que vem se destacando no cenário nacional e, particularmente, na cidade de São Paulo, chamamos atenção ao que se refere à atuação dos educadores sociais que trabalham com os moradores de rua.

Sabe-se que desde à atuação das Comunidades Eclesiais de Base (Martins e Vésio, 2007) muitos são as ações realizadas por diferentes atores que vêm se ocupando das relações com àqueles, que por diferentes motivos estão vivendo/morando nas ruas. Atualmente, muitas ONGs, Associações, Instituições acabam por contratar educadores sociais para fazer a intermediação e relacionamento com os moradores de rua.

Sabe-se que no Brasil, a chamada educação de rua se relaciona com a trajetória da educação social, e muito do que atualmente consideramos como educação social, teve como espaço de militância e campo de lutas, a educação de rua.

Por não possuir uma intencionalidade prévia, e por considerarmos como um campo de possibilidades, o campo da educação não formal pode abarcar diferentes ações relacionadas aos moradores de rua, considerando aqui tanto as ações que respeitam as escolhas dos moradores de rua, como tantas outras que tentam “enquadrar”, “reinsere”, socializar os moradores de rua, como se estes estivessem fora...

Por fim, a pergunta que nos cabe fazer é até quando o fora é dentro, e vice-versa. A prática do futebol relatada nesse texto, da Oficina do Chá do Padre e Corote & Molotov nos apresenta opções de dentro que fortalecem os desejos, as escolhas, as opções de pessoas para além da situação de rua, que socializam, se solidarizam, se integram, e respeitam as singularidades, os talentos e expressões que fortalecem os indivíduos que as vivenciam e/ou as escolhem.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: 3. Ed., Boitempo, 2000.
- ARRUDA, A. M. A vida nas ruas: Aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2014.
- BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009. Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (org). Rua: Aprendendo a Contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- DA MATTA, Roberto (org.). Universo do Futebol. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.
- DA MATTA, Roberto. Futebol: ópio do povo x drama de justiça social. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 1, 4, p. 54-60, nov. 1982.
- DE LUCCA, D. A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GASTALDO, E. Pátria, chuteiras e propaganda. São Paulo: Annablume; Ed. Unisinos, 2002.
- IASI, M. L. O Conceito e o “não-conceito” de classes em Marx. In: Ensaios sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARTINS, M.; VÉSSIO, M. CEBs e educação: desafios, lutas e conquistas. Revista de Ciências da Educação. Revista de Ciências da Educação, 2007.
- MOSKO, J. C.; MOSKO, J. F. Cultura de massa, espetáculo e o jogador de futebol. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

NAKAGAWA, C. T. Vulnerabilidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil: mitos e especificidades. XXI Congreso Internacional sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, Chile, pp.8-11, nov. 2016.

PRONI, M. W. Esporte-espetáculo e futebol-empresa. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

RODRIGUES, I. de S. A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SARTORI, J.; GRANADO, K.; SANO, L. Pessoas em situação de rua no Município de São Carlos-SP: subsídios à reflexão participativa em torno das possibilidades de superação de dimensões econômicas e extra econômicas de vulnerabilidade. In: Simpósio nacional população em situação de rua. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SILVA, J. R. F. A Igreja dos excluídos: vida e morte do povo que mora na rua. São Paulo: FTD, 1988.

VALENCIO, N. L. da S.; Et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dez, 2008.



# AS CONTRADIÇÕES DE UMA NAÇÃO SUBDESENVOLVIDA, O BRASIL DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A ESPETACULARIZAÇÃO DA FAVELA<sup>1</sup>

MARCO BETTINE<sup>2</sup>

DIEGO GUTIERREZ<sup>3</sup>

BILLY GRAEFF<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

Os pesquisadores brasileiros de distintas áreas do conhecimento tiveram (e têm) muitas nuances para analisar o Brasil dos megaeventos, foram escritos textos sobre – viabilidade, protestos, gentrificação, financiamento, legado, acreditamos que o mundo acadêmico tem se debruçado com afinco sobre estes acontecimentos e daqui por diante necessitaremos de estudos multidisciplinares que demonstrem com seriedade e distanciamento, se de fato um país com problemas radicais em áreas como saúde, educação, saneamento básico, segurança, fome, moradia e emprego (com direitos), deve fazer um esforço hercúleo para sediar os megaeventos esportivos.

Feito esta pequena introdução, gostaríamos de apresentar onde este trabalho se encaixa neste espectro de possibilidades que os megaeventos propiciam como um *locus* de contradições no capitalismo avançado.

Este texto busca evidenciar ao leitor a imagem das comunidades desassistidas, termo favela em português e *slum* em inglês, no Rio de Janeiro, construídas pela mídia internacional durante os Jogos Olímpicos de 2016. Para isso analisamos 86 reportagens de 13 veículos de mídia estrangeiros (BBC, The Guardian, Daily Mail, CNN, New York Times, Le Monde, Le Figaro, El Pais, El

---

1. Este capítulo sistematiza alguns dos resultados de pesquisa realizada entre 2015 a 2017 com auxílio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Projeto Regular), a quem agradeço.

2. Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo.

3. Mestre em Ciências do Programa de Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo.

4. Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Educação - Centro Esportivo, Curso de Educação Física.

Mundo, Corriere della Sera, La Repubblica e Spiegel, Bild). Utilizamos três categorias de análise: desigualdade, violência e glamourização. Particularmente, a última categoria reflete o processo de espetacularização da favela ao transformá-la em local pitoresco para um turismo específico, ficando muito distante da realidade concreta, construindo um mundo imaginário para as lentes dos estrangeiros que igualam uma comunidade sem acesso aos bens materiais com comer escorpião nas feiras ao ar livre de Pequim.

#### MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A EXPOSIÇÃO MIDIÁTICA

Os megaeventos, hoje, gozam de grande visibilidade no mundo acadêmico, não precisando aqui discutir o que são os megaeventos, o que os caracteriza, o processo histórico de consolidação do esporte como megaevento. Em termos genéricos os megaeventos sempre foram espaços de exposição internacional. No entanto, findado a Guerra Fria, os jogos se consolidariam como mega espetáculos do século XXI, extrapolando os conceitos de Guy Debord sobre a Sociedade do Espetáculo. Nos Jogos Olímpicos, o país sede, desde o anúncio do evento, ficará no foco da mídia internacional, sendo assunto recorrente no noticiário de um grande número de países que incorporaram estes espetáculos como componente cultural. Temas como o andamento das obras, segurança dos turistas, gastos, atrasos e protestos são discutidos quase diariamente.

Durante o evento, os olhos do mundo se voltam para o país, que além de ser ocupado por um grande número de turistas, também atrai a imprensa internacional e seus leitores. Apesar de o foco principal ser a festa esportiva, a audiência mundial acaba, mesmo que indiretamente, tendo contato com outros aspectos do país, no caso concreto deste trabalho serão os diferentes olhares da favela abordados pela mídia internacional.

#### O NOVO OLHAR PARA O SUBDESENVOLVIMENTO: OS SELFIES NA FAVELA

A Organização das Nações Unidas, em 2002, propôs criar um conceito do que poderia ser classificado como uma favela, *slum* se utilizarmos o termo genérico em inglês, definindo essas regiões como uma área com acesso inadequado a água potável, saneamento e infraestrutura; construções de baixa qualidade; alta densidade habitacional e insegurança quanto à posse da propriedade. O IBGE definiu favela, a partir do senso de 2000, como um conjunto habitacional

com mais de 51 moradias, distribuídas de maneira densa e desordenadas, sem acesso a serviços básicos e em propriedade alheia.

A própria diversidade de formatos e tamanhos desse tipo de conjunto residencial torna difícil sua definição. Presentes em quase todos os centros urbanos do mundo subdesenvolvidos, assim como em muitas grandes cidades dos países desenvolvidos, essas comunidades convivem com uma série de estereótipos geralmente associados à violência e desigualdade, imagens perpetuadas pela cobertura da mídia (Frenzel e Koens, 2012).

O turismo favela, *slumming* ou *slum tourism* em inglês, se desenvolveu nas últimas décadas em uma indústria global (Frenzel, 2016). Atualmente mais de 1 milhão de turistas se engajam nessas atividades, visitando áreas pobres das mais diversas cidades do globo, como as Townships na Cidade do Cabo e as favelas do Rio de Janeiro, assim como regiões similares de Nairobi, Mumbai e Kingstown. A forma como o turismo favela ocorre atualmente está relacionada a dois movimentos paralelos ocorridos nos anos 80 e 90 em duas cidades distintas: a Cidade do Cabo na África do Sul e o Rio de Janeiro no Brasil.

Nos anos do apartheid na África do Sul eram organizados tours com o objetivo de educar gestores de políticas públicas brancos sobre a realidade das Townships, áreas segregadas reservadas para a população negra, sobre as condições e os problemas nessas regiões. Com o tempo esses tours passaram a interessar também ativistas estrangeiros que vinham lutar contra o apartheid, estima-se que 300 mil turistas visitem esses bairros por ano, apenas na Cidade do Cabo (Frenzel e Koens, 2012).

No caso do Rio de Janeiro esse movimento está relacionado com a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, realizada em 1992, conhecida como Eco-92 (Freire-Medeiros, 2010). Durante a conferência se registrou um grande interesse dos participantes em conhecer a realidade das favelas, mais especificamente a favela da Rocinha. Com os primeiros tours independentes sendo organizados logo depois da conferência, hoje estima-se que mais de 480 mil turistas visite as favelas cariocas todos os anos (Freire-Medeiros, 2010).

O crescimento desse fenômeno chamou também a atenção da academia, com diversas áreas tratando de discutir essa temática, dando origens às mais diversas interpretações do turismo favela, tanto positivas quanto negativas, discutindo o lado voyeurístico da atividade até seus impactos socioeconômicos.

Nesse sentido é importante entender que o turismo favela, mais do que um ato de consumo é um ato de definição da própria favela. Os turistas não são atraí-

dos pela favela real, algo que podemos argumentar impossível de se encontrar já que esse é um fenômeno complexo e sujeito a diversas e conflitantes interpretações, mas uma favela imaginada construída a partir da experiência de outros, pela propaganda e principalmente pela mídia (Freire-Medeiros, 2009).

A favela será reinterpretada, transformada em uma atração turística e compreendida como um mundo à parte. O mesmo ocorre com a noção de comunidade, os turistas saem do Rio de Janeiro e entram na favela, um lugar separado do resto do Brasil, regido por regras próprias, onde o Estado dá lugar a uma organização local, definida entre policiais corruptos e traficantes.

A romantização da favela também não é um fenômeno particularmente recente. A visão da comunidade como um centro de cultura e liberdade está presente em diversas obras do cinema novo, como *Orfeu Negro* (1959) de Marcel Camus e *Rio, Zona Norte* (1957) de Nelson Pereira dos Santos. Nessas obras a miséria e a violência eram já colocadas como pano de fundo, destacando o samba e a vida nos subúrbios cariocas. A pobreza passa a ser retratada não mais como um problema, nem suas causas são discutidas, mas como uma parte inerente desta comunidade retratada de forma pitoresca (Freire-Medeiros, 2006).

Internacionalmente esse movimento iria ocorrer mais tarde. Uma das primeiras vezes que a favela irá assumir uma posição de destaque será com a vinda de Michael Jackson ao Brasil em 1996. O artista escolheria a favela de Santa Marta como uma das locações para o seu clip *They don't care about us*. A visita do músico seria cercada de polêmica em diversos aspectos, a locação em uma favela causaria a indignação de diversos políticos que consideravam que o vídeo denegria a imagem do Rio de Janeiro. As insinuações que a equipe de gravação teve de pedir permissão para o dono do morro na época, o traficante Marcinho VP, contribuiu ainda mais para passar a imagem de um lugar à parte, regido por sua própria lei.

Segundo os próprios membros da indústria do turismo favela, o grande passo seria dado em 2002, com o lançamento global do filme *Cidade de Deus* de Fernando Meireles e Katia Lund (Freire-Medeiros, 2006). A obra, recheada de ação, retratando os conflitos entre traficantes com uma estética bem trabalhada e uma trilha sonora misturando diversos ritmos brasileiros, contribuiu para disseminar no exterior a noção da favela como um lugar às margens da lei e com uma forte identidade cultural.

A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos colocou o país no foco da imprensa mundial, que cobriu os mais diversos aspectos da vida brasileira, assim como os mais diversos problemas que assolam o país, principalmente a desigualdade e a violência.

Durante os Jogos Olímpicos de 2016 o Rio de Janeiro recebeu ainda mais cobertura. Um aspecto interessante é que se antes a cobertura do Brasil ficava restrita a interessados, durante os Jogos essa cobertura se ampliou para um público que pouco se dispunha a ler notícias da América Latina, Sul ou, mesmo Brasil.

Consideramos então que saber como foi feita a cobertura da favela pelos meios de comunicação internacionais, nesse período, é fundamental para entender como esse local é visto pelos olhos dos jornalistas estrangeiros. A favela, nesse cenário, ocupou um espaço importante, recebendo por diversas vezes destaque na cobertura, que abordou as comunidades sobre as mais diversas óticas, que discutiremos mais a seguir.

Um elemento importante, que se insere na discussão já feita sobre como a favela é interpretada e consumida enquanto algo único e singular, está no próprio uso do termo favela. Enquanto algumas reportagens utilizam os termos gerais para favela do seu próprio idioma, a ampla maioria das reportagens usa o termo favela, muitas vezes nem se preocupando em explicar o seu significado.

Ao utilizar um nome próprio a imprensa internacional contribui para definir a favela. Nesse caso ela deixa de ser, de certa forma, um *slum*, ou apenas uma região pobre, violenta, densamente povoada e com pouco acesso aos serviços básicos e passa a ser algo singular. Assumimos neste texto que o termo favela tornou-se uma palavra de uso global, definindo as comunidades pobres brasileiras do Rio de Janeiro.

#### ANÁLISE DA COBERTURA MUDIÁTICA

Para analisar o conteúdo das reportagens e relacioná-las ao objeto favela, utilizamos a interpretação e revisão bibliográfica e a análise de conteúdo. Com Campos (2004) utilizamos as ferramentas de análise temática e categorização, tendo por base os estudos de Bardin (1979) e, por último, Duarte e Barros (2005) com a técnica de coleta de dados em mídias.

Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo foram cadastrados 25 mil jornalistas estrangeiros, estes fizeram uma cobertura ampla, abordando os mais diversos aspectos da cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação a temas ligados diretamente aos jogos (infraestrutura, segurança do turista) quanto discutindo a cidade (cultura, desigualdade), analisamos as reportagens que tratavam as favelas. Sabemos que a favela é uma comunidade complexa, sujeita às mais diversas análises, muitas vezes conflitantes, podendo ser interpretada sobre a

ótica da violência e da desigualdade, mas também vista como um local com manifestações culturais próprias.

Buscando entender como esta complexidade foi refletida na mídia internacional, acompanhamos 13 veículos de mídia estrangeiros, sendo 3 britânicos (BBC, The Guardian, Daily Mail), 2 estadunidenses (CNN, New York Times), 2 franceses (Le Monde, Le Figaro), 2 espanhóis (El País, El Mundo), 2 italianos (Corriere della Sera, La Repubblica) e 2 alemães (Spiegel, Bild).

Dentre a vasta cobertura internacional desses veículos selecionamos as reportagens que tratam das favelas cariocas diretamente, descartando possíveis menções esporádicas, durante o período dos jogos, começando no dia 4 de agosto até o dia 22 de agosto de 2016. Nesses requisitos foram encontradas 86 reportagens, com todos os jornais publicando pelo menos uma reportagem abordando as Favelas cariocas, sendo o jornal inglês Daily Mail com mais menções, 18.

É importante destacar que cada uma dessas empresas possui sua linha editorial e sua própria forma de abordar a realidade, sendo que um mesmo fato pode ser interpretado de maneiras diferentes, de acordo com as experiências e os preconceitos do jornalista. O objetivo desse trabalho, porém, não é debater os possíveis preconceitos e sensacionalismos de cada veículo, mas formar um quadro amplo e geral de como a favela vem sendo discutida na imprensa internacional. A partir dessa análise as reportagens foram divididas em 3 categorias distintas: desigualdade, violência e glamourização.

Na primeira categoria, desigualdade, separamos as reportagens que tratam diretamente do contraste de classes no Brasil, um tema recorrente na imprensa internacional, que classifica o Brasil como um país de contrastes, sendo que durante os jogos a favela é a metáfora preferida para se exemplificar essa situação.

Na segunda categoria destacamos a violência, com reportagens que abordam a Favela como um lugar sem lei e, no geral, violenta, sendo que há leituras que esta violência acaba por se espalhar pelo resto da cidade.

A última categoria, glamourização, é a mais complexa e diversa, nela estão as reportagens que abordam a vida nas favelas como uma cultura própria se relacionando principalmente com as temáticas abordadas pela indústria do turismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as reportagens, como um todo, percebemos um destaque muito grande à favela como uma entidade a parte. Esta entidade, porém, é tratada de

maneira muito diversa. Na visão dos jornalistas estrangeiros as favelas são: fascinantes<sup>5</sup> e místicas<sup>6</sup> (Daily Mail), assoladas pelo crime<sup>7</sup> (The Guardian), chics<sup>8</sup> (Le Monde) e, entre muitos outros adjetivos, variando dos mais positivos até os mais negativos, mostrando que, apesar de pontualmente alguns jornais poderem abordar a favela de uma forma única, eles no geral não se prendem a apenas uma visão dessas comunidades brasileiras.

TABELA 1. JORNAIS/ CATEGORIAS

Jornais	Desigualdade	Violência	Glamorização	Total
Daily Mail	8	5	5	<b>18</b>
The Guardian	3	2	1	<b>6</b>
BBC	2	0	2	<b>4</b>
New York Times	6	4	4	<b>14</b>
CNN	4	1	1	<b>6</b>
Le Monde	1	0	3	<b>4</b>
Le Figaro	2	1	2	<b>5</b>
El Pais	1	0	0	<b>1</b>
El Mundo	0	0	2	<b>2</b>
Der Spiegel	1	0	1	<b>2</b>
Bild	1	3	5	<b>9</b>
Corriere de la Sera	2	0	0	<b>2</b>
La Repubblica	8	1	4	<b>13</b>
<b>por categoria</b>	<b>40</b>	<b>16</b>	<b>30</b>	<b>86</b>

#### CATEGORIA 1: DESIGUALDADE

A desigualdade foi o tema mais abordado pelos jornais estrangeiros (40 reportagens), nesse sentido, a favela, e seus problemas, são frequentemente usados como um ponto de comparação com a pompa dos jogos<sup>9, 10, 11</sup> (Daily Mail, Le Figaro, Bild). A precariedade da vida nas favelas, quando colocada em contra-

5. <http://www.dailymail.co.uk/travel/holidaytypeshub/article-3725564/Ready-Steady-Rio-world-s-vibrant-city-Olympics-spotlight-s-dive-right-in.html>

6. [http://www.dailymail.co.uk/travel/travel\\_news/article-3739821/Airbnb-listings-Rio-Janeiro-s-favelas.html](http://www.dailymail.co.uk/travel/travel_news/article-3739821/Airbnb-listings-Rio-Janeiro-s-favelas.html)

7. <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2016/aug/19/brazil-david-alan-harvey-photography-in-pictures>

8. [http://www.lemonde.fr/jeux-olympiques-rio-2016/article/2016/08/18/jo-2016-vidigal-la-favela-chic-de-rio\\_4984500\\_4910444.html](http://www.lemonde.fr/jeux-olympiques-rio-2016/article/2016/08/18/jo-2016-vidigal-la-favela-chic-de-rio_4984500_4910444.html)

9. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3726566/Rios-poor-watch-Olympic-opening-rooftops-slum.html>

10. <http://video.lefigaro.fr/figaro/video/un-habitant-d-une-favela-aujourd-hui-on-profitte-de-la-vue-du-maracana-mais-demain-on-va-souffrir-des-consequence-de-ces-jo/5073631545001/>

11. <http://www.bild.de/news/ausland/olympia-2016/brasilien-einheimische-schauen-in-favelas-so-guckt-rio-rio-47210820.bild.html>

posição, muitas vezes com fotos, em relação a opulência do parque olímpico, dos grandes hotéis e dos ingressos, cujos preços muitas vezes superam o valor de um salário mínimo, se tornam uma metáfora do Brasil como um todo, sempre considerado como um dos países mais desiguais do mundo.

Contribuiu para essa categoria a medalha de ouro da Judoca Rafaela Silva, a primeira do Brasil nos jogos. Mais do que a medalha em si, algo de certa forma corriqueira, a imprensa internacional deu grande destaque ao fato da atleta ser moradora de uma favela. Contribui para o destaque o fato da judoca ser da Cidade de Deus, bairro retratado no filme homônimo, que foi bastante explorado pela mídia internacional.

Analisando as reportagens sobre a Rafaela Silva podemos ver dois padrões interessantes, o primeiro deles está relacionado ao entendimento da favela como um lugar isolado do Rio de Janeiro, como um território específico. A judoca não é tratada como brasileira, carioca ou fluminense, mas como favelada e não moradora de qualquer favela, mas da Cidade de Deus. Isto pode ser visto em diversas reportagens, “La Medalla de la Ciudadad de Dios”<sup>12</sup> (El Pais), “Rafaela Silva primo oro per il Brasile: dalla favela al trionfo nel judô”<sup>13</sup> (La Repubblica), “Brazil’s first gold from the City of God favela”<sup>14</sup> (BBC).

O segundo aspecto foi a crônica do esporte como fuga da pobreza e da violência. A Favela, portanto, é vista como um lugar de onde se busca sair, “From Favela to Olympic gold”<sup>15</sup> (CNN), “Dalla favela all’oro, il trionfo di Rafaela “Bimbi di Rio, non smettete di sognare”<sup>16</sup> (La Repubblica).

## CATEGORIA 2: VIOLÊNCIA

Nesta categoria foram encontradas 16 reportagens. A relação entre a violência e a favela está sempre presente na cobertura internacional dos jogos, apesar disso as representações da favela carioca como um lugar onde impera a violência são raras<sup>17</sup> (Bild). A cobertura da violência na favela ocorre quando existe

12. [http://deportes.elpais.com/deportes/2016/08/10/actualidad/1470781687\\_706942.html](http://deportes.elpais.com/deportes/2016/08/10/actualidad/1470781687_706942.html)

13. [http://www.repubblica.it/speciali/olimpiadi/rio2016/2016/08/09/foto/rio\\_2016\\_rafaela\\_silva\\_favela\\_judo\\_brasile\\_prima\\_medaglia\\_d\\_oro-145635385/1/](http://www.repubblica.it/speciali/olimpiadi/rio2016/2016/08/09/foto/rio_2016_rafaela_silva_favela_judo_brasile_prima_medaglia_d_oro-145635385/1/)

14. <http://www.bbc.com/sport/olympics/37024492>

15. <http://edition.cnn.com/videos/world/2016/08/13/rafaela-silva-favela-gold-shasta-darlington-pkg.cnn>

16. <http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2016/08/09/dalla-favela-alloro-il-trionfo-di-rafaela-bimbi-di-rio-sognare40.html>

17. [http://www.bild.de/sport/olympia/olympia-2016/raubueberfall-im-linienbus-nach-rio\\_ag\\_dp-47253826.bild.html](http://www.bild.de/sport/olympia/olympia-2016/raubueberfall-im-linienbus-nach-rio_ag_dp-47253826.bild.html)



o contato entre a favela e o resto da cidade. A mídia tende a retratar a violência como resultado inerente de um eterno conflito entre o poder público e o poder em vigência na favela “Bloodshed and carnage in Rio: Now an innocent teenager is shot dead by police hunting murderers of Olympic soldier who strayed into slum”<sup>18</sup> (Daily Mail).

Nesse sentido, a cobertura internacional segue um padrão onde a violência ocorre, ou é considerada digna de se reportar, quando ocorre o contato entre esses dois mundos estabelecidos, ou seja, quando o poder público ou pessoas alheias à vida na favela se envolvem na região, ou quando a região assusta o exterior.

Na cobertura estrangeira as origens da violência, ou os fatores que permitem que ela continue existindo, não são debatidos em profundidade, a cobertura da favela acaba por retratar a violência sempre como algo natural e de certa maneira caricatural “In Rio, the murdering doesn’t stop for the Olympics”<sup>19</sup> (CNN), “Brésil: opération meurtrière dans une favela”<sup>20</sup> (Le Figaro).

Outro aspecto interessante é a noção de que na favela o perigo está presente apenas para os outsiders, reforçando a ideia de que é um lugar a parte com a sua própria lei e inacessível para estrangeiros “Olympic officer shot in head after wrong turn into slum”<sup>21, 22</sup> (Daily Mail, New York Times).

### CATEGORIA 3: GLAMOURIZAÇÃO

A última categoria, com 30 reportagens, serve como oposição às outras duas, se nas primeiras a Favela é sempre retratada de maneira negativa ou pouco convidativa, nessa ela é retratada de maneira mais leve e simpática, “Mit MC Gringo in Rio:Favelas sind tolle, lebendige Orte”<sup>23</sup> (Spiegel).

A perspectiva do turismo favela está bem delimitada na cobertura. A ideia da Favela como ponto turístico e um lugar obrigatório para se entender a cultura brasileira está presente em diversas reportagens. Essa noção é legitimada pela

18. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3735849/Innocent-teenager-killed-stray-bullet-Rio-slum-Brazil-s-elite-troops-launch-dawn-raid-catch-ganglords-slaughtered-Olympic-soldier.html>

19. <http://edition.cnn.com/2016/08/17/americas/rio-brazil-homicide-police/index.html>

20. <http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2016/08/17/97001-20160817FILWWW00006-bresil-operation-meurtriere-dans-une-favela.php>

21. <http://www.dailymail.co.uk/wires/ap/article-3734845/Olympic-officer-shot-head-wrong-turn-slum.html>

22. <http://www.nydailynews.com/news/world/olympic-officer-shot-head-wrong-turn-rio-slum-article-1.2748370>

23. <http://www.spiegel.de/reise/staedte/mit-mc-gringo-in-rio-de-janeiro-favelas-sind-tolle-lebendige-orte-a-1104663.html>

visita de atletas olímpicos, que nas suas agendas sempre atribuladas encontram espaço para visitar as favelas, como por exemplo o jogador de rugby australiano Nick Cummins<sup>24</sup> (Daily Mail) e a superestrela do atletismo mundial o campeão olímpico Usain Bolt<sup>25</sup> (Daily Mail).

O turismo favela está tão legitimado como uma forma verdadeira de se visitar o Rio de Janeiro que existe a opção de dormir na favela, “Fancy spending a night in Rio’s favelas? The Airbnb stays where Olympic tourists are getting an ‘authentic’ experience in the city’s poorest areas”<sup>26</sup> (Daily Mail).

Outro aspecto importante dessa cobertura é o destaque dado à música, a favela é sempre colocada como um lugar musical. O samba e o funk são representados como ritmos da favela, gêneros que superaram o preconceito e a desconfiança para eventualmente se destacarem no mundo em geral. Situação que ocorre principalmente pelo seu uso na cerimônia de abertura, o que permite a imprensa internacional fazer esse tipo de análise.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

CAMPOS, C. J. Método de Análise de conteúdo. Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.57, n.5, p.611-614, 2004.

DUARTE, J., BARROS, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, B. The favela and its touristic transits. *Geoforum*, v.40, n.4, p. 580–588, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, B. Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. *Sociedade e Estado*, v.25, n.1, p.33-51, 2010.

FREIRE-MEDEIROS, B. *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

---

24. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3730453/Honey-Badger-Nick-Cummins-reveals-doing-Rio-Olympics.html>

25. <http://www.dailymail.co.uk/wires/reuters/article-3749496/WIDER-IMAGE-Away-Olympic-track-Bolt-inspires-Rio-favela.html>

26. [http://www.dailymail.co.uk/travel/travel\\_news/article-3739821/Airbnb-listings-Rio-Janeiro-s-favelas.html](http://www.dailymail.co.uk/travel/travel_news/article-3739821/Airbnb-listings-Rio-Janeiro-s-favelas.html)

FRENZEL, F. *Slumming it: the tourist valorization of urban poverty*. Chicago: University of Chicago Press-Zed Books, 2016, 232p.

FRENZEL, F; KOENS, K. Slum tourism: developments in a young field of interdisciplinary tourism research. *Tourism Geographies*, v.14, n.2, 195-212, 2012.

# O PROGRAMA “TURISMO DO SABER”: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE TURISMO SOCIAL

MARCELO VILELA DE ALMEIDA<sup>1</sup>

STEPHANIE PIFFER CINQUINA TREVISANI<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Fruto das políticas do chamado estado de bem-estar social (*welfare state*), o turismo social surge na primeira metade do século XX na Europa como possibilidade de inserção de determinadas camadas da população (principalmente aquelas com limitadas condições econômicas) aos movimentos turísticos. Com o passar do tempo, os diferentes países vão estabelecendo distintas formas de atendimento a suas demandas, de acordo com suas características socioeconômicas e demográficas, resultando em variadas estratégias, políticas e ações de promoção do turismo social no continente europeu e em outros países nos quais tais práticas se desenvolveram: em alguns países como Espanha e Portugal, por exemplo, observa-se uma preocupação com a viabilização de viagens aos idosos, enquanto na França<sup>3</sup> verificam-se diversas iniciativas de fomento de uma cultura turística desde a infância.

No Brasil, do ponto de vista governamental, o que se verificou até hoje foram ações pontuais de limitado alcance (ainda que algumas delas tenham alcançado certa projeção, como foi o caso do extinto programa “Viaja Mais Melhor Idade”, do governo federal). Com exceção das programações do Serviço Social do Comércio (SESC), oferecidas há mais de 60 anos, não se identificam pro-

---

1. Bacharel em Turismo pela Faculdade Anhembi Morumbi. Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação (Relações Públicas, Propaganda e Turismo) pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. Membro da Aliança para Formação e Pesquisa em Turismo Social e Solidário da Organização Internacional de Turismo Social (OITS).

2. Aluna do Curso de Graduação em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de São Paulo (USP) – vigência 2014/2015.

3. A este respeito, sugere-se a leitura de relato de viagem de pesquisa sobre o tema em Almeida (2012).

postas longevas de turismo social, em decorrência da contumaz descontinuidade das políticas públicas no país.

Uma iniciativa que merece destaque por seu potencial de contribuição para a formação da cidadania por meio da educação para e pelo turismo é o programa “Turismo do Saber”<sup>4</sup> oferecido pelo governo do Estado de São Paulo, foco deste texto.

Assim, após breve abordagem conceitual sobre turismo social, apresentam-se as origens do referido programa e as características das últimas edições realizadas; por fim, discutem-se alguns de seus resultados segundo os próprios envolvidos e os desafios para sua continuidade. Os dados que embasam este texto foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas e documentais e de entrevista pessoal realizada com a então coordenadora do “Turismo do Saber”, Rosa Maria Lancellotti, da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

#### TURISMO SOCIAL – BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL

Atribuem-se ao suíço Walter Hunziker as primeiras definições (surgidas nos anos 1950) deste tipo de turismo (MINNAERT; MAITLAND; MILLER, 2011; DIEKMANN; JOLIN, 2013), que referiam-se à oferta de serviços especiais que permitissem as práticas turísticas a estratos da população com baixos rendimentos. Tal entendimento, como mencionado, estava diretamente ligado às políticas europeias de bem-estar social características daquele período.

Arthur Haulot, primeiro secretário geral do Bureau Internacional de Turismo Social (BITS) – antiga denominação da Organização Internacional de Turismo Social (OITS), vai além da preocupação com o aspecto econômico e propõe a necessidade da adoção de medidas de caráter social bem definido (DIEKMANN; JOLIN, 2013). Tal visão levou a uma compreensão mais ou menos generalizada do turismo social como oposto ao turismo comercial, com uma finalidade não lucrativa, segundo Couveia (1995 apud DIEKMANN; MCCABE, 2011).

Diekmann e Jolin (2013) salientam que, ao longo do século XX, diferentes compreensões do que poderia ser chamado de turismo social foram associadas a diferentes práticas ao redor do mundo, em decorrência de distintas lógicas e circunstâncias.

---

4. O referido programa tem sido objeto de diversas pesquisas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Estudantes de Graduação (PUB) e do Programa de Pré-Iniciação Científica (PIBIC-EM).

Em uma atualização de seus estatutos, a OITS incorpora ao conceito de turismo social por ela adotado a noção de acessibilidade – que, segundo Diekmann e McCabe (2011 apud DIEKMANN; JOLIN, 2013), é vista de diferentes formas segundo os contextos socioeconômicos dos diversos países. Para a OITS,

Trata-se de tornar o turismo, as férias e suas vantagens acessíveis não apenas às camadas sociais que auferem rendimentos modestos (como definido anteriormente), mas também àquelas com características particulares que constituem obstáculos a esta acessibilidade. Além disto, a nova definição estabelece que tal acessibilidade diz respeito tanto às populações que viajam como àquelas dos países visitados. Neste sentido, o turismo social introduz uma dimensão de solidariedade entre visitantes e visitados<sup>5</sup>. Enfim, a definição determina que o atendimento a esta acessibilidade envolva ao mesmo tempo os atores da sociedade civil e os poderes públicos (DIEKMANN; JOLIN, 2013, p.5).

No que diz respeito aos públicos do turismo social, tal definição abarca aqueles que tradicionalmente estão excluídos dos movimentos turísticos em decorrência de restrições de ordem econômico-financeira (indivíduos e/ou famílias com baixos rendimentos, crianças, adolescentes e idosos, por exemplo) e, também, aqueles que apresentam outras limitações, como as deficiências. Além disso, insere uma preocupação com as relações de troca que se estabelecem entre visitados e visitantes – trata-se, na visão de Minnaert, Maitland e Miller (2011), de um turismo com um valor agregado moral.

Assim, não se pode falar em uma única definição de turismo social; neste sentido, parece muito adequada a visão de Minnaert, Maitland e Miller (2011), para quem “turismo social” se tornou um termo “guarda-chuva” para designar diferentes expressões de um fenômeno gerador de tensões e, por vezes, de contradições no que tange às suas diferentes interpretações e motivações.

---

5. Ao institucionalizar tal visão, a OITS passa a considerar duas diferentes interpretações: a já conhecida interpretação de turismo social como “turismo para todos” e, mais recentemente, a de “turismo solidário” (BÉLANGER; JOLIN, 2011 apud MINNAERT; MAITLAND; MILLER, 2011), ao se referir à inclusão das populações receptoras.

Diante do exposto anteriormente, não é difícil enxergar o programa “Turismo do Saber” como uma iniciativa de turismo social: trata-se, como detalhado a seguir, de uma experiência de turismo promovida e operacionalizada pelo poder público (governo do Estado de São Paulo), destinada a um segmento específico da população (crianças residentes no Estado, matriculadas na rede pública de ensino).

Embora o título do programa seja recente (de 2011), refere-se a uma proposta governamental iniciada em 1984, no governo de André Franco Montoro, sob a ação da Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), denominada programa “Caravanas do Conhecimento”, constituída pelos projetos “Interior na Praia” e “Redescobrimdo o Interior”.

Bavaresco (1991), em sua tese de doutorado analisa tais projetos, e ressalta a importância e o ineditismo dessas ações, viabilizadas “[...] com subvenção de órgãos estaduais e municipais e dentro de claras perspectivas educacionais [...]” (BAVARESCO, 1991, p.VIII), que funcionavam, ao mesmo tempo, como veículos de educação para o e pelo lazer<sup>6</sup> e veículos de educação política.

Surgem da preocupação em difundir, nas comunidades interioranas, um conceito democrático de férias e em poder estimular sua prática entre as camadas menos favorecidas da população. Férias como um direito de todos aqueles que trabalham e estudam, como um hábito salutar de higiene mental, indispensável à recuperação física, psíquica e ao crescimento sociocultural dos indivíduos, indiscriminadamente. Sobretudo em contraposição a férias como privilégio, entendidas apenas como um hábito caro, dispendioso, de natureza sofisticada, circunscrito às classes de alto poder aquisitivo (BAVARESCO, 1991, p.90-91).

Estes projetos, de autoria de Chopin Tavares de Lima (ex-deputado e ex-secretário do Interior e da Educação do governo do Estado de São Paulo nos anos 1980), contavam com o aproveitamento de prédios escolares (ociosos durante as férias) para a hospedagem, e permitiram que as crianças viessem a conhe-

---

6. Considerando-se que tal lazer era desfrutado em locais diferentes daqueles em que as crianças residiam, pode-se afirmar que se tratava do lazer turístico, ou seja, do turismo como forma de lazer – daí ser possível falar, também, em educação para o e pelo turismo.

cer o mar – uma das maiores expectativas de suas vidas, segundo Bavaresco (1991). Gladston Tedesco, um dos assessores de Lima e responsável pela planificação do projeto, declarou que:

A elaboração do projeto foi difícil de realizar, devido não só aos aspectos práticos e funcionais implicados em uma organização descentralizada e participativa, procedimentos político-administrativos ainda recentes naquele momento, como também, e acima de tudo, à responsabilidade inerente à execução de cada uma de suas etapas. Considerou da mesma forma bastante trabalhosa a sua implantação, exatamente por se tratar de um tema e de modelo anticonvencionais, no âmbito das atribuições do serviço público (BAVARESCO, 1991, p.92-93).

De acordo com dados da tese de Bavaresco (1991), em janeiro de 1984 ocorreu o primeiro “Interior na Praia”, do qual participaram 4.000 estudantes do ensino fundamental (até então chamado de primeiro grau) da rede oficial de ensino, distribuídos pelos municípios litorâneos localizados entre Santos e Peruíbe; em julho do mesmo ano, 40 municípios receberam 1.600 crianças no primeiro “Redescobrimo o Interior”. Tais ações obtiveram, na avaliação de Bavaresco (1991), um total sucesso ao possibilitar a aproximação da escola com a sociedade graças a uma mudança na forma de entendimento dos critérios e perspectivas governamentais, alicerçados na descentralização e na democracia recém reinstaurada no Brasil.

Nota-se muito bem que eles conseguiram não só ventilar a questão das férias e do seu melhor aproveitamento, mas ainda apontar um meio, mais gratificante e enriquecedor, de as populações menos favorecidas se organizarem para usufruir do seu “tempo livre”, de um modo geral (BAVARESCO, 1991, p.331-332).

Em 2011, após sucessivas mudanças na estrutura do Governo do Estado de São Paulo, tais iniciativas passaram a ser de responsabilidade das Secretarias de Turismo e de Educação<sup>7</sup>, e foram rebatizadas como programa “Turismo do Saber”, de acordo com o Decreto nº 57.039, de 03 de junho de 2011. Viabilizadas

---

7. No material de treinamento dos monitores da edição de verão de 2014 menciona-se, ainda, a parceria com diversas secretarias (Cultura; Esportes, Lazer e Juventude; Meio Ambiente; Saneamento e Recursos Hídricos; Saúde e Segurança Pública) e com órgãos da administração pública, como a Agência Reguladora de



graças a parcerias com as prefeituras municipais entre 2011 e 2014, tinham por objetivo propiciar viagens para crianças da rede pública com idade entre nove e onze anos (prioritariamente de baixa renda) a outros municípios paulistas.

As viagens, com duração de cinco dias, incluíam alojamento, transporte rodoviário e três refeições por dia<sup>8</sup>, e ocorriam em dois meses do ano: em janeiro (“Interior na Praia”) e em julho (“Litoral no Campo”)<sup>9</sup>. Segundo dados da Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo (comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016), de 2011 até 2014 foram realizadas seis edições, das quais participaram 5.760 crianças no total, que viajaram a 121 municípios.

Em decorrência das mudanças políticas e administrativas ocorridas após as eleições estaduais de 2014, o programa foi temporariamente suspenso em 2015.

A partir de 2016, houve uma significativa alteração na condução das atividades: as viagens se converteram em “Estudos do Meio”, e passaram a ter duração de um dia com o objetivo de possibilitar às crianças novas experiências de vida por meio de atividades lúdicas e do contato com diferentes paisagens, culturas e hábitos, de modo a agregar novos valores, ampliar horizontes e permitir a aquisição de conhecimentos, de acordo com a Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo (comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

Trata-se também de uma saída do ambiente escolar, a fim de aprofundar os conteúdos desenvolvidos na sala de aula através da visita a determinados atrativos turísticos. Também é trabalhada a conscientização turística com os alunos participantes, abordando, de forma interdisciplinar, a atividade turística como fator de desenvolvimento sustentável (Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

Segundo os últimos dados obtidos, foram atendidas, neste novo formato, 200 crianças de seis municípios do Estado, que visitaram um município no litoral paulista, segundo a Secretaria de Turismo (comunicação pessoal, 23 de agosto de 2016).

---

Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A.

8. As crianças recebiam, ainda, uniformes e materiais informativos/educativos.

9. O detalhamento da logística/operação do programa Turismo do Saber pode ser encontrado no relatório final do projeto de pesquisa submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de São Paulo (USP) – vigência 2014/2015, redigido pelos autores deste texto.

Tal mudança de concepção parece representar uma total descaracterização dos aspectos balizadores das experiências anteriores (sejam as da década de 1980, sejam as mais recentes, levadas a cabo entre 2011 e 2014), não sendo difícil associá-la a uma perda considerável do potencial lúdico e educativo de tais programas. Ainda que não tenha sido possível a consulta aos participantes (estudantes, docentes, monitores e demais envolvidos) das viagens realizadas em 2016, ficam os questionamentos: como é possível esperar tantos benefícios advindos de uma viagem com menos de um dia de duração? Como acreditar que tantos conteúdos, comportamentos e valores possam ser satisfatoriamente desenvolvidos em tão pouco tempo?

Assim como em 2014, o programa se viu afetado pelas eleições municipais de 2016, tendo seu alcance reduzido nesse ano (Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo, comunicação pessoal, 05 de setembro de 2016), e não há dados que revelem a realização do programa em 2017.

#### O PROGRAMA “TURISMO DO SABER” NAS VOZES DE SEUS PARTICIPANTES

Apesar do questionável alcance, do ponto de vista quantitativo, do programa “Turismo do Saber” face ao enorme contingente que integra a rede pública de ensino fundamental, as informações e os dados obtidos por meio das fontes documentais e do contato com os participantes fornecem pistas do potencial transformador desta atividade, e devem também ser considerados para compor o panorama que se pretende apresentar.

Para se ter uma ideia de como as crianças viam tal oportunidade, reproduzem-se a seguir alguns trechos de redações<sup>10</sup> elaboradas após a realização das viagens ao litoral no verão de 2014:

Acordei 5 horas entusiasmada para ir a praia de Santos. [...] a primeira coisa que eu vi foi a Escola que eu dormi, uma das mais bonitas que eu já vi. Depois de guardar as malas fomos comer, e a comida era muito gostosa. Fomos dormir muito feliz acordamos muito cedo mas valeu muito a pena ter ido, a praia foi um sonho realizado. Muito obrigado por essa oportunidade. Espero que outros alunos tenham a mesma oportunidade que eu (Aluna O., idade não informada).

---

10. Procurou-se manter a grafia original das redações, bem como dos relatórios (a seguir). Em ambos os casos, optou-se por ocultar os nomes dos(as) estudantes, dos(as) profissionais e dos municípios mencionados.

Neste primeiro relato, além da satisfação com a experiência (sempre presente nas redações), merece destaque a observação (possivelmente em tom de comparação) sobre a escola usada como hospedagem e o desejo de que outras crianças tenham a mesma oportunidade obtida pela aluna.

Eu me chamo M., quando eu fiquei sabendo que eu fui escolhido eu fiquei muito alegre. Eu ficava contando os dias na hora que chegou o grande dia eu mal consegui dormir.

Na hora que eu vi aquele tanto de gente eu pensei comigo, como eu fui escolhido no meio de tantas pessoas. Quando nós chegamos lá eu fiz muitas amizades.

Conheci pessoas novas, lugares novos e muito mais.

No primeiro dia nós chegamos, comemos e brincamos, no segundo dia nós já conhecemos a praia de Guarujá, foi muito bom, nós brincamos e divertimos muito, no terceiro dia nós fomos em Guarujá de novo, no quarto dia nós fomos em Santos e depois nós conhecemos o Caminho do Mar.

Foi por onde o D. Pedro 1 passo, nós também tivemos festa de despedida foi muito legal a gente pintamos o cabelo, dançamos muito, cantamos parabéns para os aniversariantes, e comemos. No outro dia a gente veio embora, o reencontro com os nossos pais, avós e parentes foi muito emocionante.

Eu quero agradecer para todos os diretor coordenadores as munitoras C. e T. que teve que aturar todas as nossas baçunsas e disvenças e etc, eu também quero agradecer o governo do estado de São Paulo, porque se não fosse eles nós não teria realizado os nossos sonho, eu quero agradecer por eles participar do Turismo do Saber Interior na Praia porque sem esse projeto eu não teria realizado o meu sonho. Muito obrigado (Aluno M., 10 anos).

Aqui, assim como em outras redações, aparece a descrição das atividades realizadas; mas, de forma ainda mais evidente, evidenciam-se os aspectos comportamentais e afetivos que marcaram a viagem: a reação ao ser escolhido, a expectativa anterior à viagem, a conquista de novas amizades, a concretude da História e da Geografia, as interações sociais, o reencontro com os familiares e a gratidão (inclusive ao governo do Estado, curiosamente explicitada).

Além dos documentos obtidos junto à Secretaria de Turismo, realizou-se em 2014<sup>11</sup> uma entrevista (registrada em vídeo) com crianças e outros membros de uma unidade escolar do interior paulista que participaram de uma viagem ao litoral. Os depoimentos transcritos de algumas crianças são, também, dignos de nota:

Ficamos ansiosos para chegar logo a viagem, mas foi bem cansativa, porque demorou bastante. E foi a primeira experiência de conhecer o mar para muitos e de viajar sem nenhum parente ou familiar (Aluna F., 11 anos).

Éramos da mesma escola, mas de salas diferentes e com a viagem pudemos ficar mais próximos, além de conhecer crianças de outros municípios que viajaram com a gente e que conversamos até hoje pelas redes sociais (Aluno L. e Aluna T., idades não informadas).

Visitamos cachoeiras, o Parque Estadual de Ilhabela, acompanhado pelo guia E.. Todos fizeram a trilha onde puderam ver diversos pássaros. [...] Para ir pra praia, a turma foi dividida porque eram muitos (Alunas T. e F., 11 anos, 2014).

Vai ficar para o resto da vida essa experiência, pelas vivências agradáveis que tivemos (Aluna T., 11 anos).

A independência proporcionada pela viagem sem os pais, a ampliação dos círculos de amizade e o estreitamento dos laços (inclusive via redes sociais após o retorno), o contato com uma natureza diferente da conhecida e a permanência das sensações positivas são alguns elementos destacados nesses depoimentos que parecem, também, ressaltar o valor deste tipo de experiência para essas crianças.

Cabe, por fim, reproduzir trechos de alguns relatórios dos(as) responsáveis pelos municípios que, além de descrever aspectos logísticos/operacionais das viagens, também apontam os aspectos positivos do programa:

Acreditamos ter proporcionado aos nossos visitantes bastante alegria, conhecimento, descobertas e diversão. Todos tiveram oportunidade de

---

11. Pesquisa desenvolvida no âmbito do PIBIC-EM.

conhecer novos ambientes e com certeza levaram boas lembranças para toda a vida (Relatório 1)<sup>12</sup>.

Sáímos em viagem no dia 13/01/2014 [...] juntamente com 40 crianças, na mala seguia medo, incerteza, curiosidade, entusiasmo, muitas emoções juntas [...].

A minha grande preocupação era realmente o mar, mas quando as crianças se depararam com tamanha beleza, tudo ficou pequeno, a alegria das crianças foi tanta que muitos ficaram parados contemplando, outros saíram correndo, mas neste momento toda cansa, preocupação foi embora (Relatório 2).

Tudo estava perfeito, desde a alimentação que ao todo eram cinco refeições por dia até a organização do alojamento.

Programa como esse não deve acabar, pois proporcionaram para nossas crianças momentos inesquecíveis (aprendizagem).

[...] baseado em relatos dos monitores de nossa cidade, nós queremos agradecer imensamente a acolhida dispensada aos nossos alunos, os quais voltaram maravilhados com tudo que puderam apreciar e participar das atividades desenvolvidas durante a estada dos mesmos na cidade de C., que sem sombra de dúvidas soube recebê-los de uma forma cordial e com muita responsabilidade e preocupação, sempre procurando oferecer segurança e lazer a todos os participantes.

Ressaltamos que em termos de acomodação e alimentação, a satisfação de todos foi unânime, tecendo elogios e comentários favoráveis [...] (Relatório 3).

As citações anteriores enfatizam, de forma positiva, tanto as questões relativas à organização e à operação das viagens, como também os aspectos subjetivos inseridos no campo do acolhimento e da hospitalidade. É evidente que os relatórios não apresentam apenas pontos positivos; há, também, críticas e sugestões de melhorias que, em geral, dizem respeito a problemas pontuais que não comprometeram o resultado global da experiência.

De qualquer forma, verifica-se (não apenas por estes depoimentos, mas pelo conjunto dos documentos obtidos) a validade da iniciativa, apesar de todas as dificuldades existentes para sua viabilização e dos possíveis ajustes que poderiam ser feitos (tendo em vista, inclusive, a ampliação do potencial de atendimento).

---

12. Neste caso, trata-se de relatório de município anfitrião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi, a partir de uma breve discussão conceitual sobre turismo social, situar o programa “Turismo do Saber” como exemplo deste tipo de turismo, considerando suas origens, seu desenvolvimento e alguns dos resultados obtidos em períodos mais recentes.

Por meio dos documentos consultados e das entrevistas realizadas durante as pesquisas, é nítido o impacto destas iniciativas nas vidas dos participantes – sobretudo das crianças que, com os meios de que dispõem suas famílias, não teriam condições de disfrutar de vivências turísticas como as proporcionadas pelo referido programa.

Evidentemente, o “Turismo do Saber” carece de outras avaliações, sobretudo face à significativa mudança de formato ocorrida em 2016. Várias são as alternativas de olhares sobre este objeto, ainda tão pouco explorado: os aspectos psicossociológicos dos participantes, a atuação do poder público na gestão do programa, os fundamentos pedagógicos das viagens e o engajamento dos profissionais da educação nestas atividades são apenas algumas das questões que podem direcionar novos estudos a respeito.

Seja como for, o que se defende neste texto é o turismo social como possibilidade de se promover o enriquecimento cultural e a recuperação psicofísica que podem advir de determinadas práticas turísticas, e a existência de políticas públicas capazes de contribuir, por meio do turismo, para a formação, desde a infância, para a cidadania – como parece ter sido o caso dos programas “Caravanas do Conhecimento” e “Turismo do Saber” (ao menos em suas concepções originais).

## AGRADECIMENTOS

A Ana Cristina Clemente e Rosa Maria Lancellotti (Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo/Brasil), pelo fornecimento de informações sobre o programa “Turismo do Saber”; à Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, pela autorização para a realização das pesquisas; e à Universidade de São Paulo, pela bolsa concedida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Turismo Social na França. **Turismo e sociedade**, v. 5, n. 1, p. 340–343, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/26585/17709>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BAVARESCO, Iunci Picerni. **Práticas de participação democrática em projeto de turismo social**; “Interior na Praia” e “Redescobrimdo o Interior”. 1991. 359 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BÉLANGER, Charles Étienne; JOLIN, Louis. The International Organisation of Social Tourism (ISTO) working towards a right to holidays and tourism for all. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 4, p. 475–482, July 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500.2011.568056>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

DIEKMANN, Anya; JOLIN, Louis. Introduction - le tourisme social marqué au sceau de la diversité. In: DIEKMANN, Anya; JOLIN, Louis. **Regards croisés sur le tourisme social dans le monde**: l'apport de la recherche. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2013. p. 1–11. (Collection Tourisme).

DIEKMANN, Anya; McCABE, Scott. Systems of social tourism in the European Union: a critical review. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 5, p. 417–430, July 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13683500.2011.568052>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MINNAERT, Lynn; MAITLAND, Robert; MILLER, Graham. What is social tourism? **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 5, p. 403–415, July 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13683500.2011.568051>>. Acesso em: 30 jul. 2017.